

Tendências da Contabilidade Contemporânea

Atena Editora



Atena Editora

**TENDÊNCIAS DA CONTABILIDADE
CONTEMPORÂNEA**

Atena Editora
2017

2017 by Atena Editora
Copyright © da Atena Editora
Editora Chefe: *Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira*
Edição de Arte e Capa: *Geraldo Alves*
Revisão: *Os autores*

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A864t

Atena Editora.
Tendências da contabilidade contemporânea / Atena Editora. –
Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.
1.296 kbytes

Formato: PDF
ISBN 978-85-93243-51-6
DOI 10.22533/at.ed.516170412
Inclui bibliografia

1. Empresas. 2. Contabilidade. I. Título.

CDD-657

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA DE UM CONTADOR NA FIGURA DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA BUSCA DA EFICÁCIA DOS PROCESSOS FALIMENTARES E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Maressa Nadir Fonseca, Benedito Albuquerque da Silva e Ozeni Souza de Oliveira12

CAPÍTULO II

INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE APOIO A TOMADA DE DECISÃO GERENCIAL NA VISÃO DOS CONTADORES DE ESCRITÓRIO EM FEIRA DE SANTANA - Ba

Caroline do Carmo Adorno, René Becker Almeida Carmo, Carlos Alberto Oliveira Brito e Luiz Ivan dos Santos Silva31

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA EM PORTAIS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2010-2015

Artur Angelo Ramos Lamenha, Gabriel Ramos Lamenha, João Vinicius Santos Correia de Melo e Maria Luciana de Melo52

CAPÍTULO IV

ARMADILHAS CONTIDAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UM CASO DE FORENSIC ACCOUNTING

Sílvio Parodi Oliveira Camilo, César Medeiros Cupertino e Reinaldo de Almeida Coelho71

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PELA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COM BASE NA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Selma Alves Dias93

CAPÍTULO VI

AVALIAÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS MUNICIPAIS DAS MESORREGIÕES CATARINENSES POR INTERMÉDIO DE INDICADORES CONTÁBEIS (2010-2013)

Rodney Wernke e Ivone Junges115

CAPÍTULO VII

AVALIAÇÕES DE EMPRESAS VIESADAS: UMA ANÁLISE DOS LAUDOS DE OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES

Roberto Francisco de Souza , Diego Messias, Denis Dall’Asta e Jerry Adriani Johann ..138

CAPÍTULO VIII

AVESSO A PERDAS E PROPENSO A GANHOS: PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO À LUZ DA TEORIA DOS PROSPECTOS

Silvana Dalmutt Kruger, Mateus Prestes , Sérgio Murilo Petri e Sady Mazzioni153

CAPÍTULO IX

DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LISTADAS NA BM&FBOVESPA

*Leidyenne Kássia Brandão Carneiro, Jeanne Marguerite Molina Moreira e Allyne Marie
Molina Moreira.....173*

CAPÍTULO X

ESTATÍSTICA DESCRITIVA APLICADA À ANÁLISE DE BALANÇOS

*Benedito Albuquerque da Silva, Reginaldo Brito da Costa, Michel Constantino de
Oliveira, Ana Paula M. Campos, Nidia M. Guerra Gomes e Rosane Aparecida Kulevicz194*

CAPÍTULO XI

EVOLUÇÃO DA CONDUTA SOCIAL DAS EMPRESAS: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE
INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Herivelton Antônio Schuster, Bradley Ricardo Moretti e Roberto Carlos Klann.....207

CAPÍTULO XII

PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL DEMANDADO PELO MERCADO DE TRABALHO
NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Silvana Dalmutt Kruger, Keizi Sacon, Sérgio Murilo Petri e Sady Mazzioni.....229

CAPÍTULO XIII

IMPACTOS ECONÔMICOS DA CESTA BÁSICA

*Ozeni Souza de Oliveira, Benedito Albuquerque da Silva, Sandro Aparecido Lima dos
Santos, Michel Constantino de Oliveira e Reginaldo Brito da Costa248*

Sobre os autores.....260

**A IMPORTÂNCIA DE UM CONTADOR NA FIGURA DO
ADMINISTRADOR JUDICIAL NA BUSCA DA EFICÁCIA DOS
PROCESSOS FALIMENTARES E DE RECUPERAÇÃO DE
EMPRESAS**

**Maressa Nadir Fonseca
Benedito Albuquerque da Silva
Ozeni Souza de Oliveira**

A IMPORTÂNCIA DE UM CONTADOR NA FIGURA DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA BUSCA DA EFICÁCIA DOS PROCESSOS FALIMENTARES E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Maressa Nadir Fonseca

Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – Cuiabá-MT

Benedito Albuquerque da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – Cuiabá-MT

Ozeni Souza de Oliveira

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande-MS

RESUMO: Diante do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406 de 2002) e da nova Lei de Falências, nas quais o administrador judicial ganhou importância tanto nos processos de recuperação judicial quanto no processo falimentar e, considerando que suas atribuições se assemelham com as do Contador, pois deve possuir conhecimentos técnicos sobre a empresa, o propósito deste artigo é revelar uma nova possibilidade de atuação ao Contador, destacando que esse é o profissional mais indicado para nomeação como sendo o Administrador Judicial nos processos falimentares. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, pesquisa de mercado e pesquisa documental, além de entrevistas e coleta de dados junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Esta pesquisa contribui para uma possível reanálise da legislação em vigor sobre a possibilidade de atuação do contador e revela a relevância do trabalho de um contador nesta seara, bem como, descobrir que sua atuação ainda é muito tímida frente a esse novo campo altamente promissor, principalmente no Estado de Mato Grosso, onde foi feito um levantamento de dados junto ao Tribunal de Justiça e constatou-se que em nenhum dos processos em andamento no tribunal, há a presença de profissionais contadores exercendo a função de administrador judicial o que talvez possa representar uma grande perda ao bom desenvolvimento do processo, uma vez que não há a presença do profissional que, devido à sua formação mais está habilitado à desempenhar tal função.

PALAVRAS-CHAVE: Atuação do Profissional Contábil – Falência - Recuperação de empresas – Tribunal de Justiça.

1. INTRODUÇÃO

Ao tratar de negociação e comércio, todos pensam em uma garantia para dar efetivo ao cumprimento da obrigação. Diante disto, sabe-se que a garantia do credor frente ao inadimplemento de seu devedor é seu patrimônio. Via de regra, na esfera civil, a execução é individual, com o exequente exigindo do executado o cumprimento da obrigação por meio judicial. Entretanto, por mera lógica, quando o

empresário se encontra insolvente significa que este não foi capaz de honrar com seus compromissos, não conseguiu saldar suas dívidas, de maneira mais técnica: seu ativo não foi capaz de saldar seu passivo. Por isso, surgiu o instituto da Falência, para que seus bens fossem executados na forma concursal para atender todos os seus credores de maneira mais justa e igualitária possível.

Por outro lado, e este devendo ser utilizado em primeira instância, há o instituto da recuperação das empresas que se tornaram insolvente frente ao mercado financeiro. Este por sua vez é mecanismo mais importante dentro da lei em questão, pois que visa à preservação e a continuidade da empresa.

O fim social primeiro da Lei 11.101 de 2005 é viabilizar a situação de crise, a fim de preservar a empresa e todos os envolvidos, em benefício do bem comum. Porém, se este não for possível, dar-se-á o início do processo falimentar, afastando o empresário falido das atividades empresariais e instituindo um administrador para gerir o ativo para satisfação mais equânime dos credores.

Vê-se que a Lei de Falência, como é usualmente conhecida, tem seu escopo na perpetuação da empresa, valorizando assim um dos princípios mais importantes da contabilidade: a continuidade da atividade empresarial.

O objetivo de preservar a empresa tem razão lógica de ser, pois que o fôlego adquirido na recuperação judicial permite não tão somente a manutenção da referida empresa em questão, mas também, de seus credores que na maioria das vezes são pessoas jurídicas que também precisam ser preservadas pelos possíveis calotes empresariais; além disso, visa proteger a própria economia, dando-a estabilidade e segurança nas suas negociações.

Pensando desta forma, a Lei 11.101 tratou de simplificar o trabalho do processo falimentar e da recuperação de empresas ao exigir um administrador judicial para gerir os bens a serem executados. O papel deste é fundamental à eficácia dos processos falimentares e de recuperação, visto que este é quem detém de conhecimentos técnicos acerca da saúde da empresa em questão.

Nesta senda, esta pesquisa justifica-se pela tamanha importância que se tem depositado sobre a figura do administrador judicial na recuperação de empresas, e principalmente no processo falimentar.

Diante das considerações é que se definiu como foco desta pesquisa tratar de quem melhor conhece uma empresa: o seu contador. Ele é o responsável por todas as movimentações ocorridas dentro da corporação, logo importante se faz tratar da essencialidade do mesmo na figura do administrador judicial.

Para tanto, far-se-á necessário realizar um estudo detalhado, pelo método dedutivo, da lei 11.101 de 2005, para dirimir as celeumas sobre a recuperação de empresas e falência, concomitantemente, analisando o papel do administrador judicial nestes casos concretos. Com este presente estudo espera-se que fique clara a relevância do contador nestes processos.

Deste modo, esta pesquisa irá contribuir de forma relevante para uma possível reanálise da legislação em vigor que dispõe sobre a possibilidade de atuação do contador numa gama de abrangência de profissionais muito destoantes com o que se necessita para uma recuperação de empresas e no processo

falimentar.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

O instituto do comércio e da empresa não é algo novo. Estudiosos supõem que este existe desde a Antiguidade com o escambo de roupas e víveres que eram produzidos em suas próprias casas. Os fenícios foram os que estimularam a produção de bens especificamente à venda.

Na Idade Média o comércio já havia deixado de ser atividade específica de um povo determinado, e se espalhava pelo mundo civilizado. No renascimento, artesãos e comerciantes se reuniam em grandes corporações de ofício, poderosas entidades burguesas que detinham relevante autonomia sobre o mercado, e conseqüentemente iam normatizando algumas regras de condutas a serem cumpridas dentro do comércio.

Na Idade Moderna estas normas passam a ter mais força e serão chamadas de Direito Comercial. Exatamente no Século XIX, Napoleão, na França, visando regulamentar as relações sociais patrocinou a edição de dois diplomas jurídicos que repercutiria em todos os países de tradição Romana, inclusive no Brasil: O código Civil (1804) e o Comercial (1808). Esses códigos traziam consigo obrigações a serem cumpridas, mas as pessoas se viam realmente atraídas era pelos seus benefícios. Como por exemplo, um comerciante ao praticar os atos de comércio deveria manter a escrituração de livros, por outro lado, este se via beneficiado a usufruir da proteção por ele concedida, à prorrogação de prazos de vencimento das obrigações em caso de necessidade (ULHOA, 2010).

Vê-se que o comércio se tornava a ponte de intercâmbio entre o mundo inteiro e desde aquela época as pessoas já se preocupavam com futuros endividamentos e para tanto proporcionavam formas de recuperação a serem utilizadas, devido a isso, nota-se que não é somente o comércio que surgiu desde a Antiguidade, o instituto da execução coletiva já mostrava suas características há muito tempo.

Falência tem raiz no latim, fallare, que significa falsear, faltar com a palavra, cair, tombar, incorrer em culpa, cometer uma falha. Seu uso teve início na Idade Média, e era considerada a época um delito, sujeitando o falido à punições que iam de prisão até a mutilação (ALMEIDA, 2013).

No Direito Romano primitivo quando era inevitável a situação de insolvência do devedor, se instalava a venditio bonorum, que nada mais era que a venda coletiva dos bens do devedor para pagar a todos os seus credores.

Esse procedimento evoluiu e permitiu-se que a execução recaísse sobre a pessoa do devedor, podendo escravizá-lo ou colocá-lo em cárcere privado, demonstrando o caráter pessoal da obrigação. Logo após, iniciava-se a penhora dos bens do devedor, a missio in possessionem.

Segundo NETO (2012) o pretor que autorizava a imissão na posse designava um curador de bens que fiscalizava o patrimônio do devedor, o qual deles ficava

desde logo, desapossado. Dentre as obrigações do curador incluíam-se as de a) zelar pela conservação dos bens da massa, b) impedir que os ativos fossem dissipados e c) que o devedor insolvente contraísse novas dívidas.

Na etapa seguinte, o pretor indicava um credor do insolvente, o magister bonorum, que se encarregava de descrever os bens do devedor, seu ativo, e as obrigações por ele deixadas, seu passivo. Dentre os credores, o que dava maior lance arrematava os bens e sub-rogava o devedor nas ações judiciais em que era parte. Além disso, o devedor, após esse processo, poderia vir a constituir novo patrimônio, mas sempre sujeito a satisfazer os credores remanescentes caso o saldo de seu ativo não tivesse sido suficiente para saldar suas dívidas.

Todo esse procedimento demonstra a administração da massa falida, a classificação dos créditos e até a revogação dos atos fraudulentos do devedor em tempo mais remoto do que se possa imaginar.

Segundo Fazzio Júnior (2010, p. 9), o instituto da falência na Idade Média surgiu nos estatutos das cidades medievais, principalmente as italianas. E pode-se notar, assim como característica do Direito Romano, o caráter pessoal da obrigação que se contraía, pois que suas penalidades recaíam sobre a pessoa do devedor. E complementava: as sanções eram extremamente cruéis, tanto sob o aspecto físico como o moral. Por isso, o alto índice de fugas dos insolventes. Sua ocorrência era pressuposto para incorrer no estado de falência. Posteriormente era feita uma busca à procura do devedor, que após encontrado seus bens eram inventariados e sequestrados, além de sofrer com sanções físicas.

Na Idade Moderna o foco da exigência da obrigação saiu da pessoa do devedor, passando a recair unicamente para os seus bens. Foi também na Idade Moderna que os Estados começaram a se instituir como entidade política e jurídica. Por isso, foi quando se começou a falar em normatização das leis, e a liquidação do patrimônio do devedor passou a ser feito por organismos judiciais.

Em Portugal, no século XVII, as ordenações Filipinas estabeleceram um processo peculiar para os comerciantes falidos: de acordo com Waldemar Ferreira, primeiramente o devedor deveria se apresentar a uma junta do comércio no mesmo dia em que a quebra se sucedesse, ou no mais tardar, no dia seguinte para explicar os motivos de sua quebra, entregar as chaves do estabelecimento, indicar a relação dos bens, apresentarem os livros e papéis do comércio (1946, p. 27).

Foi nesta época que:

a) o instituto da falência se aproximou do que se tem nos dias atuais. A liquidação do ativo do devedor na modalidade concursal sob a luz do Poder Judiciário só foi possível na primeira metade do século XX e;

b) que eclodiram duas guerras mundiais e as graves crises no setor industrial. Notadamente se faz um link com este contexto histórico, pois foi a época de grandes endividamentos decorres do mercado bélico, por isso os constantes prazos dilatatórios e logo um endividamento exponencial.

Nesta senda, a insuficiência dos recursos gerou o desespero por um meio de solução para não acarretar a falência. Por isso, cada vez mais havia a participação do Estado nas crises econômicas para não desestabilizar a economia.

A crescente unificação do Direito privado e a interpretação do direito público e do direito privado e, ainda, a valorização do direito fiscal e do direito financeiro praticamente obrigaram à procura de desfechos mais construtivos e menos radicais para as crises econômico-financeiras das empresas, principalmente das maiores (JÚNIOR, Fazzio, 2011).

O mercado financeiro gritava por uma segurança mais efetiva, pois que os ditames constitucionais da época regozijavam pelo lema da igualdade. Portanto, pretendendo proteger os credores e dar mais segurança no comércio que se começou a falar em execução consursal.

Nos dias atuais, a preocupação eminente é com a recuperação da empresa, e que o instituto da falência é mecanismo residual que dirigida exclusivamente aos empreendimentos inviáveis.

Conclui-se que desde os tempos mais antigos já existia o que se conhece como o instituto da falência, cada um com suas peculiaridades, porém sempre com o mesmo propósito: a satisfação dos credores.

Nota-se também que desde a Antiguidade existia a figura de um responsável por gerir todo o patrimônio da massa falida. Naquela época o pretor era o que administrava a situação de crise, hoje há a figura do administrador judicial para tal.

Atualmente, cada dia mais surge novas empresas no mercado, com a expectativa de um caminho próspero e promissor pela frente. Mas nem sempre isso acontece. A oscilação da economia por vezes faz com que o empresário se encontre em crise financeira, por isso, acabam por terem que adotar medidas extremas para não lhe acometer do mal maior, que é a falência.

O que hoje trata-se de falência era conhecido como concordata, e era o instituto utilizado até o ano de 2005. Este por sua vez era ramo do Direito Comercial da época de 1945, que faticamente não estava atualizado com o pleno vapor do século XXI em que a sociedade se encontrava. O comércio não vivia mais do escambo, e começou-se a utilizar de tecnologias sofisticadas como a internet. Diante de tanta globalização, o Judiciário, sabiamente, utilizava do bom senso ao aplicar a ultrapassada Lei de Falências, que perdurou até junho de 2005.

A nova legislação que veio para revolucionar o cenário empresarial foi promulgada em 9 de fevereiro e extinguiu a concordata, criando o instituto da falência.

ROCCO (2011) conceitua a falência como o instituto típico do Direito Comercial, disciplinado por regras jurídicas, técnicas ou construtivas, aplicáveis à situação econômica especial em que se encontra a empresa, e que se evidencia pela prática de atos ou fatos que denotam, comumente, um desequilíbrio no patrimônio do devedor.

A nova lei veio privilegiar e oportunizar o empresário de diversas formas de recuperar sua entidade. Desta vez o foco da norma não era ver o empresário falido, mas sim recuperar o fôlego necessário para retomar suas atividades normais econômico-financeira.

3. O REGIME FALIMENTAR E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

O instituto da Concordata perdurou durante 60 anos no ordenamento jurídico brasileiro, mesmo diante de tantas transformações no cenário econômico. Este por sua vez, permitia a continuidade da empresa endividada que lhe oferecia como prerrogativa a recuperação em condições privilegiadas, por no prazo máximo de dois anos.

Na antiga lei o empresário decidia unilateralmente sobre a forma de pagamento e sujeitava todos os seus credores quirografários sem mesmo obter sua concordância.

Importante saber que as empresas que estavam sob o manto do Decreto-lei 7.661 de 1945 no dia anterior ao do início da vigência da lei 11.101 de 2005 continuam com a aplicação da concordata preventiva que visava facilitar o pagamento dos credores com a postergação do pagamento dos débitos; a suspensiva que suspendia o processo falimentar para que o empresário “quase falido” pudesse recuperar o seu fôlego; e, a falência, dependendo do regime em que estava inserido.

3.1 A Nova Lei de Falência e Recuperação Judicial

Depois de longos 11 anos, após ter recebido quase 500 emendas, o projeto de lei n° 4.376/93 se converteu no que se conhece atualmente como Lei de Falências e de Recuperação de Empresas.

Mesmo com a sua promulgação tardia, o Direito Empresarial clamava por reforma na sua estrutura, diante de tanta globalização do mercado econômico.

Como toda base de qualquer ordenamento jurídico, esta lei também se calcou de princípios sólidos, que são o direcionamento para o estudo básico, porém, aprofundado do processo falimentar e da recuperação de empresas.

Os princípios são: a) Princípio da Preservação da Empresa; b) Princípio da Conservação e Maximização dos Ativos do Agente Econômico Devedor e; c) Princípio da par conditio creditorum.

Quando a falência do devedor se sobrevier, caberá ao administrador judicial a arrecadação dos seus bens e a sua venda para satisfação dos credores. Porém esta igualdade não é absoluta, pois que estes valores arrecadados serão divididos proporcionalmente no valor dos créditos e de acordo com a sua natureza.

Diante disto, Vivante (1937, p. 34) tratou de alertar:

Enquanto o ativo de um patrimônio excede o passivo, pode o legislador deixar que qualquer credor exerça separadamente o seu direito. Desde, porém, que seu patrimônio não basta para todos, a liberdade de execução individual constitui um prêmio aos credores mais diligentes, mais próximos, ou mesmo menos escrupulosos, em detrimento dos mais benévolos ou mais afastados.

Nota-se pelo trecho extraído da obra de Vivante que aos credores mais exigentes sua execução será mais tranquila, feita de forma individual, sem concorrência com nenhum outro. Entretanto, se este não o for, acarretará em um processo concursal, devendo ele respeitar os outros credores em paridade de igualdade.

O zelo do qual o autor afirma é sobre a credibilidade que se tem o empresário com o qual se está firmando uma obrigação. Se, notadamente, este empresário está dissipando todo o seu patrimônio e incorrendo em dívidas, logo restará para os credores a luta no judiciário pelo o que lhe são de direito, porém, na maneira concursal.

Para se entender melhor, a modalidade concursal do processo falimentar se baseia em tratar de forma igualitária todos os credores que se habilitaram na falência, com a quantia de ativos disponíveis que foram arrecadados. Por exemplo, a primeira classe de credores e a que possui preferência sobre as demais é a dos créditos trabalhistas, que por sua vez, cada qual receberá proporcionalmente de acordo com o montante de seu crédito.

3.2 Da Falência

É o sistema jurídico brasileiro regulador das relações emergentes da insolvência empresarial, com vistas a resguardar o menos doloroso para os credores e toda a relação econômico-financeira nela inserida.

Contabilmente, a causa determinante para incorrer na falência de um empresário seria insuficiência de ativos para saldar seu passivo. Este é o estado patrimonial da insolvência, que para muitos seria a única causa para o requerimento da falência. Entretanto, juridicamente não é assim que funciona.

Importante se faz ressaltar que a insolvência contábil não se confunde com a insolvência jurídica. A primeira é aquela que em que o devedor possui um passivo sensivelmente superior ao seu ativo. Por outro lado, a insolvência jurídica se baseia no rol dos incisos elencados no artigo 94 da presente lei 11.101.

3.3 Da Recuperação Judicial

A Recuperação Judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação da crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (PAES DE ALMEIDA, 2012).

Estando o devedor insolvente capacitado a ingressar com o pedido de recuperação judicial, este deverá instruir sua petição inicial com as seguintes demonstrações contábeis:

Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:
(...)

II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração de resultados acumulados;
- c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
- d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;

Deferido o processamento da recuperação judicial, o juiz no mesmo ato nomeará administrador judicial e a sua responsabilização de apresentar demonstrativos mensais sob pena de destituição.

Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:
I – nomeará o administrador judicial, observado o disposto no art. 21 desta Lei;

(...)

IV – determinará ao devedor a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

Do deferimento da recuperação judicial também se dará a apresentação do plano de recuperação, num prazo de 60 dias, improrrogáveis.

Os credores poderão se manifestar sobre o plano no prazo de 30 dias, sob pena de anuência.

O juiz mesmo sem a anuência dos credores poderá deferir o pedido de recuperação judicial, com base:

Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembléia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei.

§ 1º O juiz poderá conceder a recuperação judicial com base em plano que não obteve aprovação na forma do art. 45 desta Lei, desde que, na mesma assembleia, tenha obtido, de forma cumulativa:

I – o voto favorável de credores que representem mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembleia, independentemente de classes;

II – a aprovação de 2 (duas) das classes de credores nos termos do art. 45 desta Lei ou, caso haja somente 2 (duas) classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos 1 (uma) delas;

III – na classe que o houver rejeitado, o voto favorável de mais de 1/3 (um terço) dos credores, computados na forma dos §§ 1º e 2º do art. 45 desta Lei.

§ 2º A recuperação judicial somente poderá ser concedida com base no § 1º deste artigo se o plano não implicar tratamento diferenciado entre os credores da classe que o houver rejeitado.

Aprovado o plano de recuperação, o juiz deferirá o processamento da

recuperação judicial da empresa. Porém, se rejeitado, e inexistindo proposta alternativa o juiz decretará a falência do empresário.

3.4 Da recuperação Extrajudicial

Subsidiariamente a lei previu uma maneira mais simplificada de tirar o empresário da crise: criou o instituto da recuperação extrajudicial. Este instituto é simplificado, e dá liberdade ao devedor empresário de acordar com seus credores da melhor maneira que lhe convier, apenas obedecendo os requisitos do artigo 48, tais como: estar exercendo a atividade empresarial há mais de dois anos ininterruptos; não ser falido; não ter há menos de cinco anos obtido o benefício da recuperação judicial e etc.

Feito o acordo com os credores, e estes tiverem a sua totalidade de aceitação, o acordo é homologado entre eles. A homologação judicial para este caso é facultativa, tendo em vista que apenas irá ratificar e dar mais força executiva àquela decisão (torna-se título executivo judicial), mas não é requisito para o cumprimento das disposições acordadas.

Por outro lado, se o plano apresentado pelo devedor empresário não tiver a aprovação da totalidade dos credores, este poderá ainda assim obter o benefício da recuperação extrajudicial, pendendo apenas de homologação do judiciário para a sua validade, contendo aprovação de 3/5 no mínimo de aprovação de cada classe de credores. Esta modalidade torna a homologação judicial, que era facultativa quando da aprovação de todos os credores, à obrigatória.

4. DA IMPORTÂNCIA DO CONTADOR NA FIGURA DO ADMINISTRADOR JUDICIAL

O administrador judicial é um auxiliar do juiz, que para fins penais atua como funcionário público em favor da administração. Sua criação está prevista na lei 11.101 de 2005:

Art. 21. O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

Parágrafo único. Se o administrador judicial nomeado for pessoa jurídica, declarar-se-á, no termo de que trata o art. 33 desta Lei, o nome de profissional responsável pela condução do processo de falência ou de recuperação judicial, que não poderá ser substituído sem autorização do juiz.

Como visto pelo trecho extraído da lei, vê-se que o legislador apresentou uma gama de profissionais que podem atuar na figura de administrador judicial, entretanto, sabe-se que não basta apenas se encaixar nos perfis indicados pela lei, há que se ter profundos conhecimentos empresariais para assumir tal responsabilidade em questão.

Por isso a preocupação em ser um profissional da área contábil, pois são os detentores das informações relevantes do andamento da saúde financeira da empresa. É o que detêm conhecimentos técnicos acerca dos procedimentos a serem realizados dentro da falência e da recuperação de empresas.

4.1 DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA FALÊNCIA

O administrador possui papéis distintos na falência e na recuperação judicial. Aqui, seu papel é mais atuante e de extrema relevância para o bom andamento do processo falimentar, pois que, toda a organização de bens e direitos estará sobre a sua administração.

4.1.1 Da verificação dos Créditos

Como disposto no artigo 7º, é de responsabilidade do administrador judicial a verificação dos créditos do falido:

Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Quando da decretação da falência, o juiz junto com a publicação do edital que decretou a falência, também pede a relação dos credores

Depois de publicada a relação de credores, os credores não apresentados na lista terão prazo de 15 dias para se incluírem na habilitação dos créditos, ou apresentar suas divergências.

Logo após este prazo, diante das habilitações e divergências suscitadas, o administrador, em 45 dias, apresentará a lista retificada, com os créditos que lhe foram acrescentados:

Art. 7º: § 2º O administrador judicial, com base nas informações e documentos colhidos na forma do caput e do § 1º deste artigo, fará publicar edital contendo a relação de credores no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado do fim do prazo do § 1º deste artigo, devendo indicar o local, o horário e o prazo comum em que as pessoas indicadas no art. 8º desta Lei terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração dessa relação.

Nos dez dias subsequentes a esta republicação, os credores podem ainda impugnar a relação apresentada pelo administrador.

Cada impugnação apresentada é julgada em separado, e logo após a decisão do juiz sobre as impugnações, estes ainda terão prazo de cinco dias para contestarem a impugnação. Posteriormente, o falido é intimado num prazo de cinco

dias para se manifestar. Após a manifestação do falido, o administrador dá o seu parecer num prazo igual de cinco dias.

Depois de todo este tramite descrito, as impugnações são remetidas ao juiz para conclusão e é formada a relação definitiva dos credores. Embora, qualquer credor possa ainda se habilitar no processo falimentar para recebimento do seu crédito, porém, em autos separados, em habilitação retardatária.

4.1.2 Da Administração, da Arrecadação, e Guarda dos Bens, Livros e Documentos do Falido

Esta função define o ativo e o passivo da empresa falida, que envolve os atos do administrador para arrecadação e todos os bens na posse do falido, bem como seus documentos e suas escriturações contábeis.

Art. 108. Ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial efetuará a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, requerendo ao juiz, para esses fins, as medidas necessárias.

§ 1º Os bens arrecadados ficarão sob a guarda do administrador judicial ou de pessoa por ele escolhida, sob responsabilidade daquele, podendo o falido ou qualquer de seus representantes ser nomeado depositário dos bens.

§ 2º O falido poderá acompanhar a arrecadação e a avaliação.

§ 3º O produto dos bens penhorados ou por outra forma apreendidos entrará para a massa, cumprindo ao juiz deprecar, a requerimento do administrador judicial, às autoridades competentes, determinando sua entrega.

§ 4º Não serão arrecadados os bens absolutamente impenhoráveis.

§ 5º Ainda que haja avaliação em bloco, o bem objeto de garantia real será também avaliado separadamente, para os fins do § 1º do art. 83 desta Lei.

Antes mesmo de iniciar a arrecadação dos bens, o administrador, por medida de segurança, para proteger os bens, lacrará o estabelecimento do falido: “Art. 109. O estabelecimento será lacrado sempre que houver risco para a execução da etapa de arrecadação ou para a preservação dos bens da massa falida ou dos interesses dos credores”.

Neste momento começa-se a ter noção da imensa responsabilidade depositada sob o manto do administrador judicial.

O administrador judicial ao iniciar a arrecadação, deverá notar sobre a forma de constituição da empresa falida. Se estiver tratando de sociedade com responsabilidade ilimitada, a falência dos sócios acarreta a falência destes, incorrendo em arrecadação dos seus bens pessoais:

Art. 81. A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim o desejarem.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se ao sócio que tenha se retirado voluntariamente ou que tenha sido excluído da sociedade, há menos de 2 (dois) anos, quanto às dívidas existentes na data do arquivamento da alteração do contrato, no caso de não terem sido solvidas até a data da decretação da falência.

§ 2º As sociedades falidas serão representadas na falência por seus administradores ou liquidantes, os quais terão os mesmos direitos e, sob as mesmas penas, ficarão sujeitos às obrigações que cabem ao falido.

Os sócios da sociedade em nome coletivo; o sócio comanditado da sociedade em comandita simples; o sócio ostensivo da sociedade em participação serão solidários na arrecadação dos bens da massa falida.

Por outro lado, os sócios da sociedade de responsabilidade limitada terão seus bens resguardados. Entretanto, caso o administrador note alguma irregularidade quanto a tentativa de fraude à credores, este poderá ingressar com uma ação ordinária para apuração de gestão fraudulenta dos sócios, pedindo a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, e estendendo a responsabilização dos sócios de responsabilidade limitada. Se comprovado a fraude nos negócios da empresa, os efeitos da falência se estenderão aos bens dos sócios.

4.1.3. Da Realização do Ativo

A realização do ativo é o objetivo de toda e qualquer falência, para que deste modo, possa satisfazer seu passivo. Trata-se de operação que precede a arrecadação dos bens, transformando o ativo em dinheiro para o pagamento de seus credores.

A liquidação na falência processa-se com a realização do ativo e com o pagamento do passivo. São duas fases, sem que haja obrigatoriedade da ordem cronológica. Podem operar-se simultaneamente, como sempre acontece. À medida que vai se realizando o ativo, pode-se ir efetuando o pagamento do passivo. A satisfação dos credores – fim precípuo do processo- não se pode conseguir a não ser com a redução dos vários elementos ativos do patrimônio por aquele meio universal de pagamento, que é o dinheiro (BONELLI, 2007).

4.1.3.1. Leilão

Dentro do contexto jurídico, é muito conhecido como hasta pública, ou seja, venda judicial. Ocorre por intermédio de um leiloeiro que procederá a venda dos bens do devedor pelo maior preço.

No leilão serão observadas as regras do processo civil (artigos 686 a 707): em se tratando de bens móveis, o leilão tem que ser anunciado com 15 dias de antecedência; em se tratando de bens imóveis, deverá ser anunciado com trinta dias de antecedência.

4.1.3.2. Pregão

O pregão é modalidade híbrida do leilão e da proposta fechada:

Artigo 142: § 5º A venda por pregão constitui modalidade híbrida das anteriores, comportando 2 (duas) fases:

I - recebimento de propostas, na forma do § 3º deste artigo;

II - leilão por lances orais, de que participarão somente aqueles que apresentarem propostas não inferiores a 90% (noventa por cento) da maior proposta ofertada, na forma do § 2º deste artigo.

Recebidas as propostas que deverão estar de acordo com o inciso II, do §5º, estes compareceram ao leilão na data, hora e local designado.

Em qualquer modalidade, de leilão, proposta fechada ou pregão, o Ministério Público deverá ser intimado, sob pena de nulidade.

Os credores, o falido e o próprio Ministério Público poderão apresentar impugnação num prazo de 48 horas da arrematação, que após ser julgada improcedente pelo juiz, num prazo de cinco dias, ordenará a entrega do bem ao alienante.

4.1.3.3. Proposta Fechada

A alienação por proposta fechada implica ser apresentada no cartório da Vara onde se processa a falência, em envelope lacrado, que só será aberto pelo juiz na data e hora designada no edital.

4.1.3.4. Alienação dos bens em bloco

A alienação neste caso é a venda de toda a unidade produtiva da empresa, ou de todos os bens. Por exemplo, a venda em bloco refere-se a venda do estabelecimento comercial onde aquele empresário tinha a manutenção de suas atividades; suas máquinas e equipamentos; inclusive até os seus contratos de trabalho por ele contraídos.

Será mais vantajosa a venda de uma fábrica, com todas as máquinas e instalações, inclusive o imóvel em que funciona, do que a venda, separadamente, do imóvel, dos maquinismos, instalações e demais coisas que a compuserem (PAES DE ALMEIDA, 2012, P. 289).

Tendo por isso, que a lei tratou de facilitar as coisas para o adquirente dos bens do falido. Para isso, quem alienar os bens em bloco ficará livre de qualquer ônus que a empresa tenha, seja ele de origem tributária ou trabalhista.

Art. 141. Na alienação conjunta ou separada de ativos, inclusive da

empresa ou de suas filiais, promovida sob qualquer das modalidades de que trata este artigo:

(...)

II - o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidentes de trabalho.

Inclusive, se o alienante adquirir em bloco a empresa do falido, e persistir em manter o mesmo quadro de funcionários que já compunha a empresa, estes terão que ser admitidos mediante novos contratos de trabalho.

“Artigo 141: (...) § 2o Empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho e o arrematante não responde por obrigações decorrentes do contrato anterior”.

4.1.3.5. Alienação dos bens individualmente

Poderá ser feito a alienação dos bens de forma individual, não existindo qualquer impedimento para tal. Embora, como já apresentado, a modalidade alienação em bloco é mais vantajosa, tanto para o arrematante, quanto para o arrematado dos bens.

4.1.4. Do Pagamento aos Credores

Após consolidado o quadro geral de credores, fará primeiramente, o pagamento dos créditos extraconcursais, ou seja, aqueles créditos contraídos após a decretação da falência (artigo 84, da lei 11.101/05).

Posteriormente, serão pagos, conforme o artigo 151 da lei de Falências, os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial, vencidos nos três meses anteriores a decretação da falência, até o limite de cinco salários mínimos. O remanescente entrará na classe dos créditos quirografários.

Logo após, será seguido o tramite normal de pagamento do artigo 83, fazendo ressalva para a reserva de importância que foram feitas das ações e execuções que foram suspensas. Estes serão pagos também conforme a classificação do artigo 83.

4.1 DO ADMINISTRADOR NA RECUPERAÇÃO

Aqui, assim como na falência, o administrador é uma pessoa de confiança do juiz. Ele é nomeado no despacho que se inicia o processamento da recuperação judicial.

A função do administrador neste processo é mais tímida, tendo em vista que

os credores compõem a parte mais atuante quanto as decisões. Caso haja um comitê de credores (órgão fiscalizador), caberá apenas ao administrador judicial proceder à verificação dos créditos, presidir a assembleia de credores e também juntamente com o comitê fiscalizar a sociedade empresária devedora. Se não houver comitê, o administrador assumirá as competências atribuídas àqueles.

Há outra forma de participação mais atuante do administrador, quando da recuperação judicial. Esta se dá quando os diretores e sócios que ainda estavam sob a direção da empresa devedora forem afastados pelo juiz.

Sabe-se que na recuperação judicial os sócios não se afastam totalmente da empresa, pois que estas estão apenas criando um fôlego para retomarem às suas atividades normais. Por isso, a atuação de seus principais gestores se faz interessante para manter o desenvolvimento saudável da atividade econômica. Entretanto, caso verificado a má administração da empresa em recuperação, estes poderão ser afastados e adentrará a figura do administrador judicial, enquanto não for eleito o gestor judicial pela assembleia geral.

A atuação do administrador judicial na recuperação das empresas é tímida, pois atua como mero fiscalizador, responsável pela verificação dos créditos e presidirá a assembleia dos credores. Sua aparição será somente em casos excepcionais, tendo em vista o caráter deste instituto, em que privilegia a negociação entre empresário prestes a falir e credores.

5. OS ÍNDICES DE CONTADORES NOS PROCESSOS FALIMENTARES E DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

No Estado de Mato Grosso é a Vara de Falências que cuida da parte legal e processual falimentar e, nos últimos anos, dentre os processos de falência mais conhecidos, relevantes e de maior impacto na economia e na sociedade, destacam-se:

1. Olvepar S/A indústria e comércio;
2. Trese Construtora e Incorporadora LTDA.

E de Recuperação judicial:

1. Agropecuária Malp Administração e Participações LTDA.;
2. Cotton King LTDA.; Bergamaschi Construções LTDA.;
3. Dínamo Construtora LTDA.;
4. Supermercado Modelo LTDA.

Os dados são surpreendentes: dentre esses processos, segundo a gestora da unidade, não há nenhum contador atuando como administrador judicial. Há entre eles duas empresas jurídicas especializadas atuando nos processos, os cinco restantes são administrados por advogados.

Dentre as pessoas jurídicas em questão atuam advogados e contadores, e por isso a remuneração do administrador judicial será rateado entre estes. Quanto à atuação do advogado, este não detém de conhecimentos técnicos acerca da

contabilidade, por isso, segundo a servidora, os advogados contratam contadores como seus assistentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a explanação e fundamentação teórica acerca das atuações do administrador judicial, percebe-se que o perfil está diretamente ligado com as funções a ser exercidas por um contador.

Todas as atribuições, habilidades e funções, tais como arrecadação de bens e realização do ativo está totalmente voltada para o profissional da contabilidade, que é o médico atuante da empresa.

Este artigo não tem o condão de constatar que os outros profissionais elencados pela lei 11.101 de 2005 não são capacitados para tal função. Entretanto, é de pacífico entendimento, dentre até os mais leigos no assunto, que um melhor andamento no processo se dará com a atuação de um contador na figura do administrador judicial.

Diante desta presente pesquisa pode se inferir que ainda há uma atuação tímida dos contadores, motivo pelo qual ainda não foi identificado, embora se possa sugerir alguns motivos, tal como o pouco interesse na legislação vigente.

Os contadores de modo geral, não possuem muito interesse no mundo jurídico, mesmo sabendo que é de extrema relevância para a sua perfeita atuação contábil.

Toda a profissão contábil está disciplinada em lei, tanto para seus instrumentos a serem utilizadas, demonstrações contábeis e financeiras, como onde deverá ser utilizada, nos tipos societários.

É requisito primordial para um bom contador se manter atualizado das normativas vigentes no mundo empresarial, e contábil. E este é um aspecto um tanto quanto fácil para o contador se adequar, basta apenas leitura e dedicação em absorver o conteúdo da legislação vigente. Por outro lado, para um advogado se adequar e aprender a contabilidade se torna algo bem mais complexo, pois requer habilidades específicas que só se adquire realizando a graduação em contabilidade.

Por isso, há se tiver mais incentivo frente esta classe de profissionais para se obter uma maior atuação de contadores nos processos falimentares e de recuperação de empresas. Os contadores são os profissionais mais capacitados dentre os elencados pela lei e este deveria fazer parte da direção destes processos.

Muito se fala em escassez no mercado de trabalho para os profissionais de contabilidade, embora isso não seja constatado no mundo real. Findo essa pesquisa, nota-se que há mais trabalho do que se possa imaginar, e a remuneração é muito satisfatória, mesmo sendo arbitrada pelo juiz, poderá chegar até 5% do valor devido aos credores na recuperação ou do valor dos bens na falência, sem contar que esse crédito é de natureza extraconcursal, e será pago

antes de todos os outros elencados no concurso de credores.

Por todo o exposto, constatou-se que há ainda uma atuação retraída dos contadores nesta seara. Os únicos atuantes estão sempre por de trás das cortinas, sendo auxiliares de outros profissionais que estão à frente do processo, como dos advogados e das pessoas jurídicas em questão. Logo, estes profissionais precisam se capacitar e se atualizar para atuarem neste campo de trabalho que lhe é muito promissor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. **Curso de falência e recuperação de empresa**. 26 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

COELHO, F. U. **Manual de Direito Comercial: direito de empresa**. 22 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

CRETELLA, J. N. **Nova lei de recuperação judicial e falências: lei 11.101, de 09.02.2005**. 2a ed. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2010.

BEZERRA FILHO, M. J. B. **Lei de recuperação de empresas comentada**. 6 ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.

MAMEDE, G. **Direito empresarial brasileiro: falência e recuperação de empresas**. 3 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

MAMEDE, G. **Direito empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial**. 6 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

PACHECO, J. S. **Processo de recuperação de recuperação judicial, extrajudicial e falência**: em conformidade com a Lei n° 11.101/05 e a alteração da Lei n° 11.127/05. 3a ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

ABSTRACT: In view of the Brazilian Civil Code (Law 10,406 of 2002) and the new Bankruptcy Law, in which the judicial administrator gained importance in both the judicial reorganization proceedings and the bankruptcy proceeding, and considering that their attributions are similar to those of the Accountant, because it must possess technical knowledge about the company, the purpose of this article is to reveal a new possibility of action to the Accountant, noting that this is the most suitable professional for appointment as the Receiver in bankruptcy proceedings. For this purpose, bibliographic research, market research and documentary research were carried out, as well as interviews and data collection at the Mato Grosso Court of Justice. This research contributes to a possible reanalysis of the

legislation in force on the possibility of the accountant's performance and reveals the relevance of the work of an accountant in this area, as well as to find that his work is still very timid in the face of this highly promising new field in the State of Mato Grosso, where a data collection was done at the Court of Justice and it was found that in none of the processes in progress in the court, is there the presence of professional accountants exercising the function of judicial administrator which may represent a great loss to the good development of the process, since there is the presence of the professional who, due to his training, is more able to perform this function.

KEYWORDS: Professional Accounting Practice - Bankruptcy - Business Recovery - Court of Justice.

CAPÍTULO II

AINFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE APOIO A TOMADA DE DECISÃO GERENCIAL NA VISÃO DOS CONTADORES DE ESCRITÓRIO EM FEIRA DE SANTANA - Ba

**Caroline do Carmo Adorno
René Becker Almeida Carmo
Carlos Alberto Oliveira Brito
Luiz Ivan dos Santos Silva**

**INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE APOIO A TOMADA DE DECISÃO
GERENCIAL NA VISÃO DOS CONTADORES DE ESCRITÓRIO EM FEIRA DE SANTANA-
Ba**

Caroline do Carmo Adorno

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana – Bahia

René Becker Almeida Carmo

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana – Bahia

Carlos Alberto Oliveira Brito

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana – Bahia

Luiz Ivan dos Santos Silva

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana – Bahia

RESUMO: A informação contábil consiste em importante ferramenta para os gestores no processo de tomada de decisões. O objetivo deste trabalho consiste em evidenciar a visão dos contadores responsáveis por escritórios em Feira de Santana-Ba no que se refere à relevância das informações contábeis para o controle das empresas e as dificuldades desse profissional na prestação do serviço. Pretende-se ainda destacar o perfil dos escritórios pesquisados, observar as principais limitações na gestão e fornecimento das informações, além de averiguar se as gerências das empresas feirenses compreendem a importância dessas informações que lhes são fornecidas no auxílio a tomada de decisões. A pesquisa foi realizada mediante levantamento bibliográfico sobre o tema, aplicando-se a metodologia descritiva, com a investigação realizada mediante aplicação de questionário para coleta de dados, sendo apreciados por análise qualitativa numa amostra sistematizada de 33 escritórios num universo de 280. A pesquisa mostra que os contadores dedicam maior volume de trabalho para o setor fiscal e pessoal, e no atendimento as obrigações acessórias da legislação vigente, e isso interfere muito no fornecimento das informações contábeis de apoio as tomadas de decisão aos gestores das empresas. A maioria dos pesquisados prestam serviços contábeis a mais de 30 empresas, e a maioria dos escritórios utilizam software's que são capazes de integrar os dados disponibilizados pelos gestores das empresas e transformá-los em informações de suporte a esse usuário na administração dos negócios, revela o estudo que os empresários ainda não compreendem a importância dos serviços contábeis que lhes são prestados e utiliza-os apenas para fazer cumprir suas obrigações fiscais.

PALAVRAS-CHAVE: Informações Contábeis. Contador. Gestores das Empresas.

1 INTRODUÇÃO

Os avanços dos meios de comunicação juntamente com a velocidade na transmissão das informações contribuíram para a globalização do mercado. Mediante esse quadro, os gestores das empresas sentiram necessidade de mudarem suas formas de administrarem os negócios com o intuito de manterem suas organizações ativas e competitivas. (JESUS, ROCHA e LEAL, 2011; FREITAS, 2000 apud COSTA et al, 2011). Nessa circunstância, Drucker (1999, p.41) acrescenta que "a preocupação da gerência e sua responsabilidade é tudo o que afeta o desempenho da instituição e seus resultados - dentro ou fora, sob o controle da instituição ou totalmente além dele". Em virtude dessas constatações, as informações contidas nos relatórios e demonstrativos contábeis disponibilizados pelo contador são os instrumentos que auxiliarão os gestores na tomada de decisões.

Nessa perspectiva, para Simon (1970) apud Stroeher e Freitas (2008, p.5) "a informação contábil tornou-se um instrumento importante de que dispõe o administrador para rever suas atividades". Portanto, fica evidente a importância do contador no processo de obtenção das informações patrimoniais, econômicas e financeiras necessárias à eficácia gerencial dos negócios.

Entretanto, para o profissional da contabilidade exercer seu papel foi preciso uma harmonização das informações contidas nesses instrumentos através da padronização internacional de seus princípios com o objetivo de adequar-se as novas tendências do mercado.

Assim, cabe registrar a importância do papel do contador na elaboração e fornecimento de informações aos administradores, cujas decisões podem levar ao sucesso ou insucesso das empresas, que promovem a geração de emprego, como também a produção e comercialização de bens e serviços, participando positivamente no desenvolvimento econômico-social da região em que estão inseridas, destacando a sua contribuição na evolução da sociedade.

Por meio das evidenciações apresentadas é feito o seguinte questionamento: como o profissional contábil de escritório em Feira de Santana analisa a importância das informações contábeis no auxílio aos gestores das empresas nas tomadas de decisões, levando-se em consideração os problemas pertinentes a sua profissão? Nesse aspecto, o objetivo deste trabalho consiste em evidenciar o ponto de vista dos contadores de escritório em Feira de Santana-Ba no que se refere à relevância das informações contábeis para o controle interno das empresas em contraposição com as dificuldades desse profissional na prestação do serviço. Pretende-se ainda destacar o perfil dos escritórios pesquisados e observar as principais limitações e problemas desse profissional contábil na gestão e fornecimento das informações, como também, averiguar se as gerências das empresas feirenses compreendem a importância dessas informações que lhes são fornecidas no auxílio a tomada de decisões.

Portanto, justifica-se a elaboração deste artigo, pois, pretende-se alertar a Classe Contábil Feirense e o conselho de contabilidade da Bahia a respeito das

dificuldades defrontadas na gestão e fornecimento das informações como suporte gerencial as empresas na busca de mudar a situação evidenciada, tanto quanto, proporcionar novos estudos para os acadêmicos de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Bahia (UEFS) a respeito deste tema ao destacar sua importância e relevância principalmente para os futuros profissionais da área, objeto de estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Harmonização da contabilidade

As divergências dos relatórios e demonstrativos contábeis entre os países não condiziam com as necessidades do mercado globalizado, por isso, foi preciso aos profissionais da contabilidade encontrar mecanismos que eliminasse os ruídos nas informações divulgadas a fim de prover os gestores das empresas com os conhecimentos que lhes são necessários. Justificativas que levaram ao processo de internacionalização dos princípios contábeis.

A falta de uma padronização nas informações contábeis divulgadas ao público, afeta a qualidade, comparabilidade e sua confiabilidade, pondo em discussão a fidedignidade da situação econômica das empresas que atuam no mercado de vários países. (SANTOS et al, 2011) Assim, o objetivo da internacionalização dos princípios contábeis é melhorar a qualidade das informações disponibilizadas aos seus usuários e diminuir as situações de conflitos e assimetrias quando comparadas a de outros países (SANTOS, STAROSKY FILHO e KLANN, 2014)

Nesse contexto, o intuito dessa internacionalização consiste em harmonizar as informações contidas nos relatórios e demonstrativos contábeis de forma que atendam a necessidade dos usuários internos e externos a nível global, dentre eles: empresas, investidores e órgãos reguladores.

Conforme Ribeiro e Silva (2010), a internacionalização dos princípios contábeis teve início, com o Organismo de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board-IASB) e o Conselho Norte-Americano de Contabilidade Financeira (Financial Accounting Standards Board-FASB), pelos quais foi emitido o IAS n° 1 com o intuito de melhor qualificar as informações fornecidas nas demonstrações contábeis.

No Brasil essa internacionalização iniciou com o Projeto de Lei n° 3.741/00, que após sete anos converteu-se na Lei n° 11. 638/07, alterando dispositivos da Lei das Sociedades por Ações de n° 6.404/76, de forte influência norte-americana.

A vigência da Lei 11.638/07 contribuiu para promover mudanças nos princípios contábeis, sendo a principal dela atrelada ao processo de convergência dos padrões contábeis brasileiros aos internacionais, incluindo o Brasil na internacionalização da contabilidade. Por meio dessa Lei, foi possível diminuir as

divergências de informações entre os países, favorecendo as empresas com juros menores na captação de financiamentos externos, fácil acesso ao mercado de capitais, maior transparência e credibilidade, e melhor comparabilidade das informações divulgadas. (MACEDO, MACHADO e MACHADO, 2013)

Porém, com a demora em sancionar a Lei 11.638/07, foi preciso inserir alterações, tendo em vista às atualizações nas normas internacionais que ocorreram nesse período. Diante dessa ocorrência a medida Provisória 449/08, em 27 de maio de 2009 foi convertida na Lei de nº 11.941/09, agora mais atual e em melhor conformidade com os novos padrões.

Outra contribuição da harmonização das normas contábeis foi o estabelecimento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que de acordo com Costa, Theóphilo e Yamamoto (2012) foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio de Resolução CFC nº 1055/05, e é composto por seis entidades representantes do mercado de capitais e futuros, bem como, da área contábil; além de outras convidadas a participarem, porém, tenham apenas direito a opinarem³. O CPC tem o papel de traduzir às normas internacionais de contabilidade e adequá-las as leis brasileiras.

Com a criação do CPC a contabilidade ganhou maior autonomia, pois houve uma unificação das normas contábeis de forma a serem aceitas por todos os órgãos reguladores, sem interferência do fisco. O comitê tem por objetivo o estudo, preparo e emissão de procedimentos e informações de igual natureza, permitindo sua emissão pelas entidades reguladoras sempre com a finalidade de centralização e unificação do seu processo de produção, levando em consideração a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. (MACEDO, MACHADO e MACHADO, 2013)

Com a harmonização dos princípios contábeis o contador passa a ter autonomia em sua atuação profissional. Pois, com esses novos padrões as informações contidas nos relatórios e demonstrativos contábeis agora requerem o julgamento e a análise por parte do profissional, o que exige um conhecimento multidisciplinar desse contador, mas, por outro lado, essas informações serão de melhor qualidade e útil aos gestores das empresas na tomada de decisões.

2.2 O Contador e a informação contábil para tomada de decisão

Com a adaptação da contabilidade as mudanças apresentadas através da harmonização dos princípios contábeis, possibilitaram que as informações contábeis e os controles internos passem a ser utilizados como ferramentas auxiliares na gestão econômico-financeira, objetivando contribuir para a melhoria do desempenho das empresas.

Conforme afirmam Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006) apud Passos (2010, p.2): "a contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de

contabilização". Portanto, a sua obtenção e processamento serão importantes para a continuidade dessas empresas.

Devido à complexidade do ambiente mercadológico, os gestores das empresas precisam da informação contábil como um mecanismo capaz de garantir a devida antecipação e análise de tendências, bem como meio de adaptação, de aprendizagem e de inovação. (BARBOSA, 2008).

Porém, essa informação contábil só será relevante a partir do momento em que a cúpula gestora da empresa utilizá-la como conhecimento para o controle e avaliação econômico-financeira do seu patrimônio, objetivando tomar as decisões que possibilitem à empresa atuar de forma mais competitiva no mercado. (CREPALDI, 2008 apud PASSOS, 2010)

A finalidade básica das informações que são elaboradas pelo contador, é a de auxiliar seus usuários a tomarem decisões, tendo em vista que a contabilidade através dos seus relatórios e demonstrativos contábeis disponibilizados tenha condição de ajudar a gerência decidir a melhor escolha a respeito da formulação de negócios e processos estratégicos, no controle das atividades e no uso eficiente dos recursos da organização. (ALLAHYARL e RAMAZANE, 2011 apud ZWIRTES e ALVES, 2014)

Portanto, as informações contábeis contribuem para a produtividade de uma organização quando é empregada de forma permanente pelo seu administrador na medição do desempenho das atividades executadas, na preservação dos ativos e do patrimônio institucional, para disciplinar a produção e seus envolvidos e para obter conhecimento confiável na apreciação da tomada de decisões. (CAMELO, CAMELO e PAULINO, 2006 apud FERNANDES, KLANN e FIGUEREDO, 2011).

Contudo, para o contador disponibilizar essas informações será essencial apresentar conhecimento multidisciplinar, ou seja, habilidade proativa, visão estratégica, agilidade e segurança no auxílio à solução de problemas econômico-financeiros que surgirem na empresa para que o gestor escolha de forma concisa o melhor caminho que essa organização deve seguir no objetivo de sobreviver às oscilações do mercado. (SOUZA, ASCENSÃO e SOUZA, 2010)

Além de todo esse conhecimento, o contador precisa dispor de um sistema de gestão contábil informatizado e integrado capaz de transformar os dados disponibilizados pela gerência da empresa em informações qualificáveis, eficazes e ao tempo necessário desse usuário. No que diz respeito aos escritórios de prestação de serviços contábeis, Zwirtes e Alves (2014) argumentam que graças aos avanços da tecnologia da informação os contadores já utilizam desses sistemas no processo de gestão das informações contábeis.

Essa inovação proporcionou alterações nos processos internos desses escritórios em que algumas atividades antes realizadas pelos servidores foram substituídas pelos sistemas informatizados. Mesmo que essa modernização crie o desemprego tecnológico, ela foi benéfica no sentido de aumentar a produtividade do trabalho e possibilitar o deslocamento de pessoas para atividades mais estratégicas e analíticas que requer o uso da criatividade e do poder da tomada de decisões, sem a preocupação com tarefas repetitivas do dia-a-dia. (ZWIRTES e

ALVES, 2014)

Apesar do aprimoramento dos escritórios, no que diz respeito à prestação de serviços às empresas de pequeno e médio porte optantes pelo Simples Nacional, em que é possível implantar uma contabilidade simplificada⁴, a influência do Fisco cria brechas para que não estabeleçam relevância às informações contábeis no seu auxílio gerencial, e considerem que a ação do profissional contábil está voltada apenas para cumprir com as obrigações estabelecidas por essa legislação. (MARION, 2003 apud FRARO et. al, 2010)

Em decorrência desse fato, Hochsprung et. al (2011) discorre que as empresas de menor porte não utilizam a contabilidade como fonte de informação gerencial em detrimento de uma contabilidade meramente fiscal, ao exigir do contador apenas as guias de impostos e folhas de pagamento como fonte geradora de dados e informações úteis aos seus processos decisórios. O que limita a atuação do profissional em auxiliar o administrador no controle e desenvolvimento da empresa.

As variáveis acima citadas limitam o desenvolvimento das ações dos contadores de escritório ao deixarem de fornecer informações contábeis com objetivo de apoio à tomada de decisão pelo não reconhecimento do seu valor e relevância, e os gestores dessas empresas ao não obtê-las encontram dificuldades em controlar e desenvolver os seus negócios, pois, limitam-se ao uso da intuição ao invés da reunião de informações, dentre elas, da contabilidade, no momento em que for necessário tomar decisões. Entretanto, cabe ao profissional contábil buscar alternativas para estreitar essa relação. (ALBUQUERQUE, 2004 apud MOREIRA et. al, 2013)

Todavia, os gestores das empresas necessitam reconhecer a importância dessas informações, tal como o seu papel no auxílio ao desenvolvimento econômico-financeiro de uma organização, principalmente as de menor porte por sofrerem com maior intensidade os reflexos de um mercado adverso. As questões citadas definem que para os gestores o uso do conhecimento disponibilizado pelo contador contribuirá de forma decisiva para a perenidade de suas empresas.

3. METODOLOGIA

Segundo Collis e Hussey (2005, p.61) "metodologia refere-se à maneira global de tratar o processo de pesquisa, da base teórica até a coleta e análise de dados". Demo (1985) apud Silva (2006, p.13) complementa ao afirmar que a metodologia "é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos". Portanto, a definição da metodologia a ser aplicada na elaboração do trabalho consiste na escolha do método e procedimento necessário para atingir os objetivos determinados. O método é definido como processos ou etapas inerentes a busca de respostas aos objetivos propostos e o procedimento consiste na forma de pesquisa definida e necessário para a escolha desses métodos. (RUIZ, 1996 apud

BEUREN, 2006).

Com a proposta de apresentar uma análise quantitativa e qualitativa da correlação entre a importância das informações contábeis para os gestores das organizações e as limitações profissionais pertinentes aos contadores de escritório em Feira de Santana foi realizado inicialmente um levantamento bibliográfico sobre o tema com o intuito de fundamentar a pesquisa, que de acordo com Beuren (2006, p.69): "trata-se de definir a abordagem necessária para abranger os elementos presentes na pergunta de pesquisa e, por consequência, no objetivo geral e nos objetivos específicos estabelecidos a partir do mesmo".

Para a obtenção das respostas ao problema proposto, utilizou-se a pesquisa descritiva. Silva e Silva (2001) enfatizam que essa forma de pesquisa esboça as características de uma população ou fenômeno, como também, minúcia as relações entre os objetos do problema por meio de uma coleta de dados padronizados, como o questionário. Gil (1991) apud Silva e Menezes (2005, p.21) caracteriza um levantamento "quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer".

Beuren (2006, p.84) complementa:

[...] no que concerne à contabilidade, o estudo de levantamento é utilizado, geralmente, quando a população é numerosa e, por conseguinte, há impossibilidade de estudar detalhadamente cada objeto ou fenômeno em específico. Ressalta-se que, nem por isso, esse tipo de pesquisa deixa de ser relevante; ao contrário, muitas vezes ele é de fundamental importância para a proposição de mudanças ou até saber se a direção das decisões está correta.

Como o objetivo da pesquisa consiste em conhecer as opiniões dos contadores no que diz respeito à relevância das informações contábeis às organizações correlacionadas com os problemas pertinentes a esses profissionais, para a coleta dos dados aplicou-se como instrumento o questionário. Esse método consiste numa técnica investigativa composta por questões objetivas e em algumas delas também discursivas com o intuito de extrair opiniões, expectativas e conceitos. (GIL, 1999 apud BEUREN, 2006).

No desenvolvimento da pesquisa aplicou-se o questionário aos profissionais contábeis de escritório e prestadores de serviços contábeis em Feira de Santana, que é composto por 25 questões entre objetivas e discursivas em que se pretende por meio delas responder os objetivos específicos e, concomitante, o problema de pesquisa. Na pesquisa científica o questionário consiste num importante instrumento, principalmente no que diz respeito às Ciências Sociais, tal como, a Ciência Contábil. (CHAGAS, 2000).

Segundo dados do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRC-BA, 2014) existem no município de Feira de Santana 280 Escritórios de Prestação de Serviços Contábeis inscritos que recebem as subclassificações, conforme denominação da Entidade de Classe, de Escritório Sociedade e Escritório Individual, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Escritórios de contabilidade inscritos no CRC-BA

Descrição	Quantidade
Escritórios Sociedade	94
Escritórios Individuais	186

Fonte: CRC-BA, 2014.

Foram escolhidos de maneira sistematizada 33 dos 280 que representam o universo de estudo como amostragem estratificada de forma a apreciar, proporcionalmente, as duas modalidades de escritório. Beuren (2006, p.124) destaca que essa forma de amostragem "é considerada uma técnica mais refinada de coleta de dados por assegurar a representação mais adequada para cada tipo de subpopulação".

Na apreciação dos dados coletados foi utilizada a análise qualitativa e quantitativa. O objetivo da análise qualitativa consiste em descrever as complexidades e explorar a interação de variáveis envolvendo um determinado grupo social na busca de compreender os seus comportamentos e assim contribuir para possíveis mudanças. (RICHARDSON, 1999 apud BEUREN, 2006). Essa forma de análise é habitualmente utilizada na contabilidade dado ao fato de ser uma ciência social, justificando a relevância da sua aplicabilidade no tratamento dos dados coletados. (BEUREN, 2006)

No que concerne à análise quantitativa, Beuren (2006) discorre que nessa forma de tratamento há o predomínio de recursos estatísticos objetivando quantificar os resultados. A importância dessa forma de análise consiste no fato de garantir a precisão dos resultados, ou seja, evita distorções na avaliação e interpretação dos dados coletados porque possibilita melhor margem de segurança.

Silva (2006, p.27) também enfatiza que "o investigador quantitativo sempre deixa para a sociedade a ideia de melhor qualidade nas suas investigações por utilizar-se de técnicas sofisticadas, emprego aprimorado das estatísticas". Premissas que justificam a importância da utilização desse instrumento na obtenção dos resultados satisfatórios para o problema de pesquisa proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O perfil dos escritórios de contabilidade em Feira de Santana

A pesquisa, realizada nos escritórios de prestação de serviços contábeis localizados em Feira de Santana e inscritos no CRC-BA (2014) abrangeu 11,8% de sua totalidade. Dentre as modalidades, a amostra é composta por 57,57% de Escritórios Individuais e 42,43% de Escritórios Sociedades, proporcional a quantidade que cada modalidade representa no universo de pesquisa, conforme Quadro 1.

Dentre os setores, a Tabela 1 mostra que 54,55% dos profissionais

contábeis afirmaram ser o Setor Pessoal quem possui o maior volume de trabalho, em seguida o Setor Fiscal com 42,42%; enquanto o setor contábil é de 3,03%. Apesar das alterações aos princípios contábeis proporcionar maior autonomia ao contador na elaboração dos relatórios e demonstrativos, elevando sua credibilidade na formulação das informações, como mencionou Ludícibus (2010) apud Macedo, Machado e Machado (2013), os dados constantes na pesquisa demonstram que o grande volume das obrigações acessórias do Regime Tributário Brasileiro imposto às empresas contribui para que o profissional da contabilidade seja um mero "contador do governo" e, por esse motivo, essas organizações os procurem, principalmente, para fazer cumprir as determinações dessa legislação.

Tabela 1. Volume de trabalho em cada setor dos escritórios contábeis

Descrição dos Setores	Volume de Trabalho
Setor Contábil	3,03%
Setor Fiscal	42,42%
Setor Pessoal	54,55%

Fonte: Dados da pesquisa.

A certificação anterior fundamenta a alegação de 48,48% dos contadores que as obrigações acessórias da Legislação Tributária Brasileira interferem muito no fornecimento das informações contábeis de apoio as tomadas de decisão aos gestores das empresas. Além disso, 27,27% declaram que apenas interfere e 24,24% que não interfere, conforme Tabela 2.

Tabela 2. Nível de interferência das obrigações acessórias da Legislação Tributária Brasileira no fornecimento das informações contábeis de apoio a tomada de decisão pelos contadores aos gestores das empresas

Interferência da legislação Tributária	Porcentagem extraída da pesquisa
Interfere muito	48,48%
Interfere	27,28%
Não interfere	24,24%

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito aos seus clientes, 81,82% dos pesquisados prestam serviços contábeis a mais de 30 empresas, seguindo de 15,15% entre 20 e 30, e 3,03% menos de 5, conforme Tabela 3. Os dados Ratificam os argumentos de Silva, Rocha e Melo (2011) ao constatar que o número elevados de clientes dos escritórios de contabilidade se mostra um desafio na conquista de um atendimento personalizado a cada tipo de necessidade dessas empresas, principalmente quando se pretende fornecer informações úteis, confiáveis e personalizadas aos seus gestores de forma que elas sejam capazes de ajudá-los a tomar decisões.

Tabela 3. Número de empresas para as quais os escritórios contábeis prestam seus serviços

Número de clientes dos escritórios	Número de clientes dos escritórios
Menos de 5	3,03%
Entre 5 e 10	0%
Entre 10 e 20	0%

Entre 20 e 30	15,15%
Acima de 30	81,82%

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar do número elevado de clientes; 84,85% desses escritórios já utilizam software's que são capazes de integrar os dados disponibilizados pelos gestores das empresas e transformá-los em informações de suporte a esse usuário na administração dos negócios, contra 15,15% que não utilizam, segundo a Tabela 4. Essa Mudança contribuiu para o aumento da produtividade desses escritórios, compensando o problema envolvendo o número de clientes. Os Dados também comprovam a constatação de Zwirtes e Alves (2014), e salientam a sofisticação dos escritórios de contabilidade no objetivo de fornecer informações confiáveis, em conformidade com a realidade global da empresa ao integralizar as informações dos seus diversos departamentos, e ao tempo necessário da gerência em que só é possível graças a esses sistemas informatizados e integrados.

Tabela 4. Escritórios que utilizam software na gestão dos dados disponibilizado pelos gestores das empresas

Escritórios que utilizam algum software	Porcentagem extraída da pesquisa
Utilizam	84,85%
Não utilizam	15,15%

Fonte: Dados da pesquisa.

Mesmo com essa modernização, a Tabela 5 demonstra que 90,9% dos escritórios juntos, cobram mensalmente, em média, de menos a no máximo 1 salário-mínimo pelos serviços prestados, dando continuidade por 6,07% que cobram 2 salários e 3,03% que cobram acima de 2. Além disso, a Tabela 6 complementa os dados apresentados com a afirmativa de 81,82% dos profissionais que esses valores não refletem a importância dos serviços contábeis prestados, contra 18,18% que discordam da afirmativa.

Os dados da Tabela 5 e 6 atestaram que os empresários em Feira de Santana ainda não compreendem a importância dos serviços contábeis que lhes são prestados e utiliza-os apenas para fazer cumprir suas obrigações com a legislação fiscal, principalmente as de menor porte e optante pelo Simples nacional, como certificaram Marion (2003) apud Fraro et. al. (2010) e Hochsprung et. al. (2011), e em que 78,79% desses escritórios representam acima de 50% dos seus clientes e em 21,21% representando entre 30% a 50%, conforme Tabela 7. Todas as comprovações apresentadas justificam essa retribuição financeira insatisfatória.

Tabela 5. Média mensal, em salário-mínimo, do valor cobrado aos clientes dos escritórios pelos serviços contábeis prestados

Media mensal da remuneração cobrada	Porcentagem extraída da pesquisa
Menos de 1 salário-mínimo	45,45%
1 salário mínimo	45,45%
2 salários-mínimos	6,07%

Acima de 2 salários-mínimos	3,03%
-----------------------------	-------

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 6. Os valores refletem a importância dos serviços contábeis prestados aos gestores das empresas pelos contadores dos escritórios

Os valores refletem a importância dos serviços contábeis prestados	Porcentagem extraída da pesquisa
Sim	81,82%
Não	18,18%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 7. Porcentagem das empresas optantes pelo Simples nacional dentre os clientes dos escritórios de contabilidade

Empresas optantes pelo Simples Nacional	Porcentagem extraída da pesquisa
Entre 30% a 50% dos clientes	21,21%
Acima de 50% dos clientes	78,79%

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Principais problemas e limitações dos escritórios de contabilidade na gestão e fornecimento das informações

Dentre as dificuldades pertinentes aos contadores dos escritórios de prestação de serviços contábeis em Feira de Santana, foi solicitado que classificassem na ordem do grau de complexidade os principais problemas e limitações na gestão e fornecimento da informação contábil a eles apresentados, cujos resultados estão demonstrados no Gráfico 1.

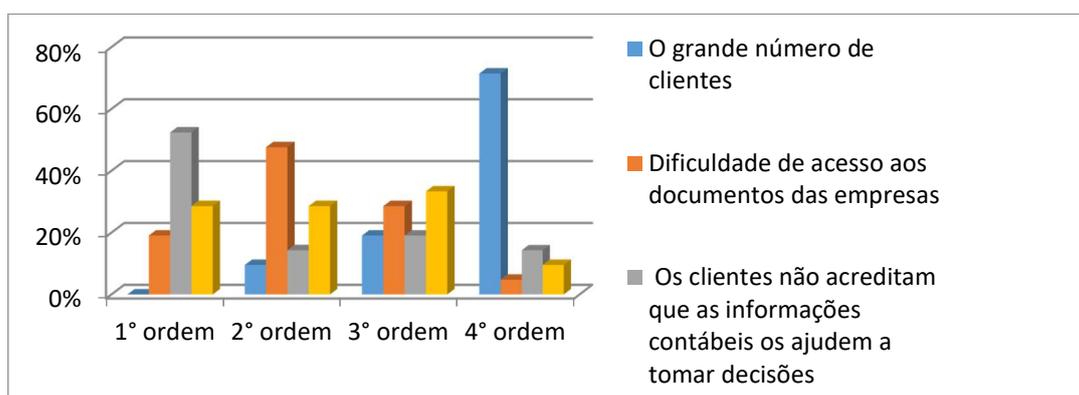


Gráfico 1. Principais problemas e limitações dos escritórios de contabilidade na gestão e fornecimento das informações contábeis

Fonte: Dados da pesquisa

O não reconhecimento por parte dos gestores das empresas do papel das informações fornecida pelo profissional contábil no controle interno de uma organização é considerado por 52,38% dos contadores, como o problema de primeira ordem no fornecimento dessas informações, seguindo de 19,05% que consideram de terceira ordem, 14,29% de segunda ordem e, 14,28% de quarta

ordem. Os dados elucidam que apesar dos relatórios e demonstrativos contábeis colaborarem para uma melhor gestão e controle interno de uma organização, tal como afirma Hochsprung et. al. (2011), eles não são utilizados com essa finalidade pelos administradores das empresas de Feira de Santana, principalmente por não compreenderem que sejam capazes de desempenhar esse papel. Esse é grande desafio desses profissionais da contabilidade que precisam encontrar maneiras de mostrar aos seus clientes que sua função vai além de mero gerador de guias de impostos e folha de pagamento, e que essas informações quando utilizadas no auxílio a tomada de decisões contribuem para um melhor desempenho das empresas e, conseqüentemente, criam valor diante de concorrentes, fornecedores e investidores.

Ainda no que diz respeito às limitações na gestão das informações, as dificuldades de acesso aos documentos das empresas, são consideradas por 47,62% dos profissionais de escritório contábil como um problema de segunda ordem, sendo 28,57% deles considerando de terceira ordem, 19,05% de primeira ordem e, 4,76% de quarta ordem. Dentre essas dificuldades são elas: resistência no fornecimento de alguns dados da empresa, entrega da documentação de forma desorganizada e atraso na disponibilização de documentos no momento em que é solicitada pelo contador. Apesar dos sistemas informatizados e integralizados possibilitarem que as informações sejam concedidas com qualidade, confiabilidade e tempestividade, quando os dados não são disponibilizados no prazo necessário ou quando eles são entregues em total desordem, impossibilitam que o contador forneça essas informações de forma que seja útil e ao tem necessário dos seus clientes.

Os dados da pesquisa também demonstraram que 33,33% desses profissionais consideraram o não reconhecimento financeiro por parte dos seus clientes pelos serviços que lhes são prestados como problema de terceira ordem, contra a 28,57% que consideram de primeira ou segunda ordem e 9,53% de quarta ordem. Mesmo constatado a insatisfação na remuneração cobrada, essa classificação explica-se pois, a causa desse descontentamento está associada com a dificuldade de primeira ordem apresentada neste tópico.

Além disso, graças à modernização dos escritórios, possibilitando o aumento da sua produtividade que 71,43% dos contadores, consideraram o grande numero de clientes como limitação de quarta ordem no que diz respeito a gestão e fornecimento das informações, seguido de 19,05 alegando ser de terceira ordem e 9,52% de segunda ordem Essa classificação justifica-se pela implementação de softwares sofisticados nos escritórios de contabilidade pesquisados, que sobrepõem o problema em questão.

4.3 A importância e utilização das informações contábeis fornecidas pelos contadores às empresas de Feira de Santana no apoio a tomada de decisões.

Na pesquisa também foram avaliados o ponto de vista dos profissionais dos

escritórios de contabilidade em relação à importância e função das informações contábeis por eles elaboradas, bem como, se seus clientes compreendem a sua relevância no apoio gerencial as empresas.

Os dados apresentados no Gráfico 2, demonstram que 93,94% dos profissionais questionados afirmam que os relatórios e demonstrativos contábeis que o contador fornece ao gestor da empresa são capazes de ajudá-los a tomar decisões necessárias ao controle e avaliação econômico-financeira do empreendimento, enquanto 6,06% não contemplam a mesma opinião.

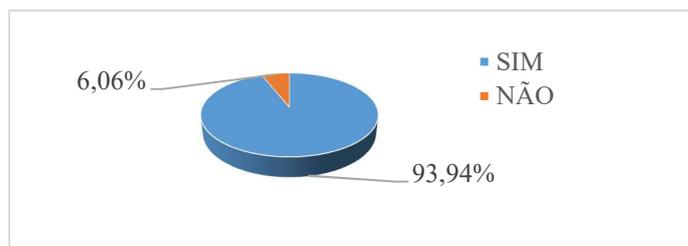


Gráfico 2. Os relatórios e demonstrativos contábeis auxiliam os gestores na tomada de decisões

Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 3 aponta que apesar da sua importância, os 93,94% dos profissionais dos escritórios contábeis afirmaram que os gestores das empresas de Feira de Santana ainda não reconhecem a relevância dos relatórios e demonstrativos contábeis como ferramenta de gestão econômico-financeiro, principalmente as pequenas e médias empresas optantes pelo Simples Nacional nas quais é facultado uma contabilidade simplificada que não exige a elaboração de alguns desses instrumentos. Enquanto 6,06% não compartilharam com essa opinião.

Dentre as opiniões levantadas, os contadores argumentaram que são conscientes da sua obrigação em mostrar aos seus clientes a importância das informações concedidas, mas que para mudar esse quadro carece da colaboração do CRC-BA em parceria com o Sebrae na elaboração de campanhas educativas focando esses gestores no objetivo de conscientizá-los da importância dos relatórios e demonstrativos contábeis como fator decisivo para manter suas empresas competitivas perante as constantes mudanças no cenário econômico.

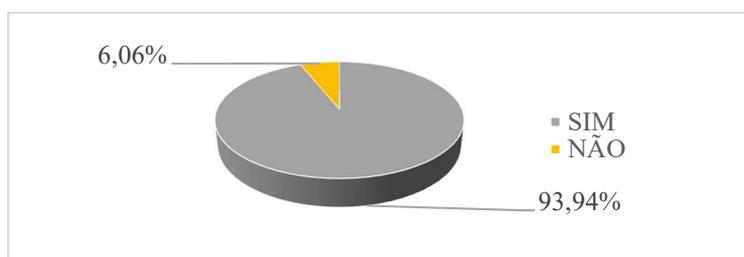


Gráfico 3. Os gestores não reconhecem a relevância dos relatórios e demonstrativos contábeis

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da pesquisa revelam que 75,76% dos contadores, de acordo com

o Gráfico 4, encontram dificuldade na gestão e fornecimentos das informações contábeis porque os gestores se mostram resistentes em fornecer alguns dados da empresa. Enquanto 24,24% desses profissionais não identificaram esta situação. Na opinião deles esse fato se deve porque os administradores têm dificuldade em disponibilizar esses dados de forma que sejam fidedignos por falta de organização e conhecimento de gestão. Por isso, as alternativas para facilitar esse acesso seriam primeiramente, por meio de cursos e palestras realizadas pelos sindicatos e associações empresariais de Feira de Santana em parceria com o CRC-BA focando o planejamento, gestão e controle, bem como, a importância das informações contábeis no auxílio a esses processos e assim capacitando os empresários. Em segundo plano seria, uma maior comunicação entre os contadores dos escritórios feirenses na busca de possibilidades para estreitar a relação com os seus clientes na tentativa de mostrá-los que a omissão de dados pode acarretar em problemas futuros ao desenvolvimento da empresa. Portanto, a aplicação dessas sugestões facilitaria o desenrolar do trabalho do contador, como também, beneficiaria os clientes no aprimoramento do seu negócio.

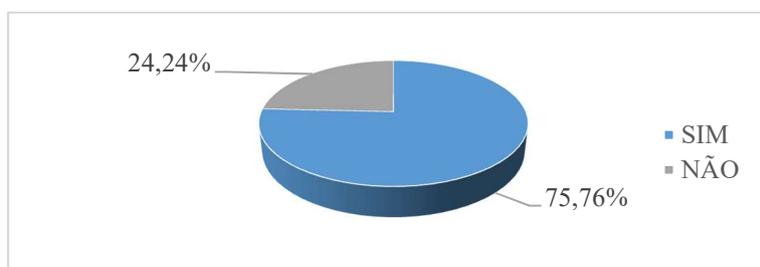


Gráfico 4. Os gestores das empresas se mostram resistentes em fornecer alguns dados.
Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados no Gráfico 5, atestam que 69,70% dos contadores julgam que os gestores das empresas de Feira de Santana consideram ser suficiente seu discernimento para tomar decisões econômico-financeiras dos negócios da empresa e que o profissional contábil de escritório participa apenas no cumprimento das obrigações acessórias da legislação tributária, pois qualquer outra função incorreria num aumento nas despesas da empresa. Enquanto 30,30% dos pesquisados não consideraram este fato.

Os contadores questionados opinaram que compreendem suas responsabilidades no fornecimento e esclarecimento das informações contábeis aos seus clientes, porém se deparam com barreiras culturais ainda muito enraizadas nos empresários de Feira de Santana que julgam suas experiências no dia-a-dia da empresa o conhecimento suficientemente necessário na tomada de decisões referentes aos negócios da sua organização, tal como afirmaram neste artigo Albuquerque (2004) apud Moreira et. al. (2013). Todavia, eles relataram também que é preciso buscar esclarecê-los, mostrando as ferramentas de que o contador disponibiliza para auxiliá-los na tomada de decisões, demonstrando os benefícios das informações contábeis fornecidas para melhorar o desempenho da organização, buscando mudar a visão desses empresários de que o conhecimento

transmitido pelo contador será um investimento em prol de melhorar o desempenho da empresa no mercado.

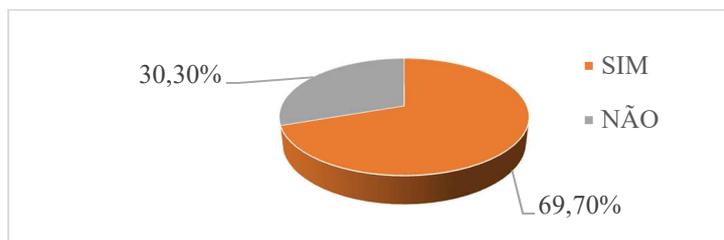


Gráfico 5. Os gestores julgam ser suficiente o seu discernimento para tomar decisões
Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito ao papel dos contadores de escritórios externos no suporte a gestão econômico-financeira das empresas para as quais prestam serviços, os 63,64% dos profissionais contábeis consideram de extrema importância, entretanto, 36,36% não compartilham da mesma opinião, conforme Gráfico 6.

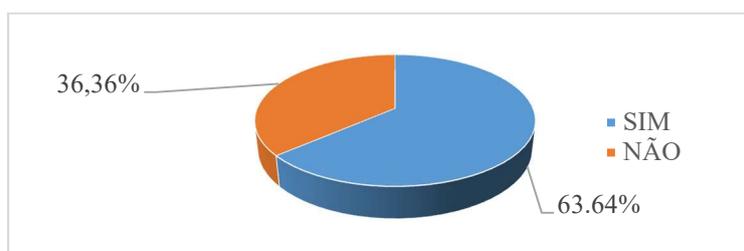


Gráfico 6. Os contadores dos escritórios julgam de extrema importância o seu papel no suporte a gestão econômico-financeira das empresas
Fonte: Dados da pesquisa.

Todavia, 72,73% dos contadores esclareceram que apesar dessa importância, a utilização das informações fornecidas pelos contadores dos escritórios de contabilidade no suporte gerencial aos administradores das empresas seja uma realidade um pouco distante diante das dificuldades apresentadas neste artigo. Porém; 27,27% discordam dessa afirmativa, de acordo com o Gráfico 7.

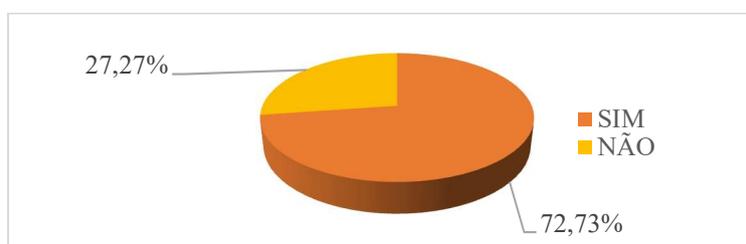


Gráfico 7. A utilização das informações elaboradas pelos contadores externos como apoio gerencial na empresa ainda é uma realidade um pouco distante dadas as suas dificuldades
Fonte: Dados da Pesquisa.

Dentre as opiniões levantadas na pesquisa, os profissionais explanaram que

a sociedade de Feira de Santana é pouco esclarecida a respeito da contribuição do profissional da contabilidade no desenvolvimento econômico-financeiro das empresas, principalmente o contador externo que é utilizado apenas para que as empresas cumpram com suas obrigações perante o Fisco, ocasionando uma desvalorização do profissional tanto na região quanto entre eles. Para mudar essa realidade, de acordo com eles, será fundamental o apoio do CRC-BA na tarefa de conscientizar os empresários feirenses do papel do contador de escritório contábil e a função das informações fornecidas por ele na eficácia gerencial de uma organização. Além disso, uma Reforma Tributária que possibilite simplificar essa legislação para que não tenha tantas alterações e diversificações constantes, mas respeitando o dinamismo social, com certeza o profissional iria dispor de melhores condições para analisar e interpretar os fenômenos e mutações patrimoniais, econômicas e financeiras das organizações.

5. CONCLUSÃO

Em detrimento dos avanços tecnológicos, da revolução informacional e a globalização da economia é que os gestores das empresas perceberam a necessidade de inovar na maneira de administrar os negócios no intuito de manter a organização num bom nível de competitividade, dado o dinamismo do sistema econômico. Para isso, a obtenção das informações será crucial no sucesso desse processo. Dentre essas informações, destacam-se as que são prestadas pela contabilidade contribuem no auxílio à tomada de decisões de cunho patrimonial, econômico e financeiro pelos gestores das empresas.

As informações contábeis participam como suporte necessário aos seus usuários no processo de gestão operacional e estratégica dos negócios, no controle e avaliação das mutações patrimoniais da entidade e no uso eficiente dos recursos da empresa para que o gestor por meio desse conhecimento possa tomar as decisões de forma concisa sobre os rumos da sua organização diante do mercado.

Com essa constatação percebeu-se que o papel do contador é de fundamental importância, pois será de sua responsabilidade disponibilizar essas informações de forma que sejam confiáveis, eficazes, personalizáveis, integradas, relevantes, úteis e tempestivas aos seus usuários em prol do desenvolvimento e aprimoramento dos negócios da empresa.

Porém, este artigo mostrou que em respeito aos escritórios de prestação de serviços contábeis foram verificadas limitações que dificultam o trabalho desses profissionais, dentre elas estruturais, como o grande volume das atividades dos setores fiscal e pessoal acarretado pelo elevado número de obrigações acessórias que o Regime Tributário Brasileiro impõe sobre as empresas, que interferem ao impossibilitar o contador de ter as condições necessárias para analisar e interpretar as mutações patrimoniais, econômicas e financeiras no objetivo de fornecer as informações contábeis em melhor conformidade aos seus clientes.

Além das limitações estruturais, constatou-se também as operacionais

ocasionadas pelo grande número de clientes, situação que foi amenizada graças a modernização dos escritórios ao implementarem softwares sofisticados que melhora a produtividade do trabalho, como também, a resistência no fornecimento de alguns dados das empresas, pois seus administradores têm dificuldade na sua organização e gestão de forma que sejam fidedignos aos contadores na elaboração das informações ao tempo necessário da utilização desses clientes.

Entretanto, o principal problema dos escritórios externos de contabilidade em Feira de Santana, mostrado neste artigo, consiste no não reconhecimento da importância que as informações contábeis fornecidas pelos contadores, têm para auxiliar os gestores a tomarem decisões no nível de certeza que uma empresa necessita para se perpetuar diante da competitividade do mercado, principalmente as de menor porte, pois são as que mais sofrem os reflexos desse sistema econômico, sendo as que menos utilizam essas informações para esses fins porque acreditam que as experiências adquiridas no cotidiano da empresa é o conhecimento suficiente para tomar decisões.

Esses fatores acarretam na desvalorização do próprio profissional com retornos financeiros insatisfatórios e diminuição de sua credibilidade na região, em que é reduzido ao estereótipo de mero “contador do governo”. A reunião desses fatos leva a consequentemente certificação de que o papel dos contadores de escritórios em Feira de Santana como suporte gerencial as empresas seja uma realidade ainda um pouco distante. Todavia, esses profissionais acreditam que com o apoio do CRC-BA e a colaboração do Sebrae e associações e sindicatos empresariais na realização de cursos de capacitação e palestras de conscientização, sejam capazes de proporcionar o suporte necessário a esses contadores na busca de mudar essa realidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas/Gestión de información y del conocimiento: origen, polémicas y perspectivas. *Informação & Informação*, v. 13, p.1-25, 2008.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. , São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Lei Complementar n° 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Disponível em<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2006/leicp_123.htm> Acesso em: 8 de nov de 2014.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. **O questionário na pesquisa científica**. Administração on line, v. 1, n. 1, 2000.

COLLIS, Jiil e HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**. Porto Alegre, Booknan. 2005.

COSTA, Flaviano et al. A compreensão das práticas de contabilidade gerencial à luz do paradigma espiritual: uma lente alternativa ao pensamento econômico-racionalista. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 9, p. 79-99, 2011.

COSTA, Jorge Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 2, p.110-126, 2012.

CPC. **Conheça o CPC**. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>> Acesso em: 24 de out. de 2014.

CRC-BA. **Quantos somos – individuais**. Disponível em <<http://201.33.22.153/crcba/quantossomosind.php>> Acesso em: 30 de out. 2014.

CRC-BA. **Quantos somos – sociedade**. Disponível em <<http://201.33.22.153/crcba/quantossomosSoc.php>> Acesso em: 24 de out. de 2014.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Desafios gerenciais para o século XXI**. Pioneira, 1999.

FERNANDES, Francisco Carlos; KLANN, Roberto Carlos; FIGUEREDO, Marcelo Salmeron. A utilidade da informação contábil para a tomada de decisões: uma pesquisa com gestores alunos. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 3, p. 99-126, 2011.

FRARO, Ana Paula Miarelli Del et. al. A importância da escrituração regular nas micro e pequenas empresas. **Revista Acadêmica da Fececa (RAF)**, v.1, n.8, p. 18-28, jan/dez, 2010.

HOCHSPRUNG, Rafael et al. Obrigatoriedade da Escrituração Contábil Nas Micro e Pequenas Empresas na Concepção dos Contabilistas da Grande Florianópolis. **Revista Ambiente Contábil**, v. 3, n. 1, p. 20-36, 2011.

JESUS, Lillian Alves de; ROCHA, Emerson Leal; LEAL, Edvalda Araujo. Fatores motivadores e inibidores da adoção de tecnologia de informação: um estudo nas empresas prestadoras de serviços contábeis. **Artigo apresentado no 4º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade**, Florianópolis, SC, 18 a 20 de abril de 2011.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MACHADO, Márcio André Veras; MACHADO,

Márcia Reis. Análise da relevância da Informação Contábil no Brasil num contexto de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 1, p. 65-85, 2013.

MOREIRA, Rafael de Lacerda et. al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nos micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 119-140, 2013.

NASCIMENTO, Marcelo et. al. Sistema de informação: integração contábil versus integração financeira. **Artigo apresentado no 4º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças**, Florianópolis, SC, 18 a 20 de abril de 2011.

PASSOS, Quismara Corrêa dos. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas**, 2010. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/25741>> Acesso em: 11 de set. de 2014.

RIBEIRO, Ricardo Biali; SILVA, José Dionísio. Estágio de adequação das informações contábeis às normas internacionais de contabilidade no setor de petróleo, gás e biocombustíveis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 4, n. 3, p. 70-93, 2010.

SANTOS, Alexandre Corrêa dos; STAROSKY FILHO, Loriberto; KLANN, Roberto Carlos. Efeitos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no value relevance das demonstrações contábeis de organizações brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 22, p. 95-118, 2014.

SANTOS, Luis Paulo Guimarães dos et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. ed. , São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4a. edição ,UFSC, Florianópolis, , 2005.

SILVA, H.; SILVA, M. **Metodologia de pesquisa**. 3a edição, UFSC, Florianópolis, 2001.

SILVA, Wendel Alex Castro; ROCHA, Adriana Maria; MELO, Alfredo Alves Oliveira. Sistema de gerenciamento e controle interno: uma análise dos escritórios de contabilidade de Belo Horizonte/MG e região metropolitana a partir da Taxonomia

de Kaplan e Cooper. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 11, p. 125-144, 2011.

SOUZA, Edson Alberto Farias de; ASCENÇÃO, Hugo da Silva; SOUZA, Ivan Barbosa de. **Adequação do profissional de contabilidade junto as novas tecnologias dos sistemas integrados de informação**. Disponível em <https://www.inesul.edu.br/universidadevirtual/artigos/artigo_adequacao_do_profissional_de_contabilidade_junto_as_novas_tecnologias.doc> Acesso em: 20 out. 2014.

STROEHER, Angela Maria; FEITAS, Henrique. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração Eletrônica (RA USP-e)**, v.1, n.1, p.1-25, 2008.

ZWIRTES, Adir; ALVES, Tiago Wickstrom. Os impactos causados pela inovação tecnológica em escritórios de contabilidade do Rio Grande do Sul: uma análise fatorial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 8, n. 1, p.39-53, 2014.

ABSTRACT: Accounting information is an important tool for managers in the decision-making process. The objective of this work is to highlight the view of accountants responsible for offices in Feira de Santana regarding the relevance of the accounting information for the control of the companies and the difficulties of this professional in the provision of the service. It is also intended to highlight the profile of the offices surveyed, to observe the main limitations in the management and supply of the information, as well as to verify if the management of the companies of Flanders understand the importance of this information that is provided to them in the aid of decision-making. The research was carried out by means of a bibliographical survey on the subject, applying the descriptive methodology, with the investigation carried out by applying a questionnaire for data collection, being appreciated by qualitative analysis in a systematized sample of 33 offices in a universe of 280. The research shows that accountants dedicate more work to the fiscal and personal sector, and to comply with the ancillary obligations of the current legislation, and this greatly interferes with the provision of accounting information to support decision-making to corporate managers. Most respondents provide accounting services to more than 30 companies, and most offices use software that is capable of integrating the data made available by business managers and transforming them into supporting information for that user in business administration, reveals the study that the entrepreneurs still do not understand the importance of the accounting services that are provided to them and uses them only to fulfill their fiscal obligations.

KEYWORDS: Accounting Information. Counter. Business Managers.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA EM PORTAIS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2010-2015

**Artur Angelo Ramos Lamenha
Gabriel Ramos Lamenha
João Vinicius Santos Correia de Melo
Maria Luciana de Melo**

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA EM PORTAIS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2010-2015

Artur Angelo Ramos Lamenha

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Maceió - Alagoas

Gabriel Ramos Lamenha

Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste – SEUNE

Maceió - Alagoas

João Vinicius Santos Correia de Melo

Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste – SEUNE

Maceió - Alagoas

Maria Luciana de Melo

Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste – SEUNE

Maceió – Alagoas

RESUMO: O estudo busca apresentar a análise da produção científica sobre transparência eletrônica na Administração Pública e busca levantar e analisar trabalhos, autores e instituições que tratam das práticas de divulgação eletrônica através de portais na internet, conforme pesquisas em periódicos no Brasil. Nesta linha, trata-se de uma temática a partir de um ponto de vista contextual e metodológico, a partir dos direcionadores: transparência no setor público, Lei de Acesso à Informação – LAI e portais públicos, e de como esses temas vem se desenvolvendo no Brasil. Buscou-se entender “como está caracterizada a produção científica sobre divulgação eletrônica na gestão pública desenvolvida no Brasil no período de 2010 a 2015”. A metodologia utilizada consiste numa abordagem descritiva, na qual se investiga, a partir da extração de dados quantitativos da produção científica sobre transparência, acesso à informação e portais públicos, nas bases de dados Google Scholar, Scopus3 e Web of Science, a identificação da quantidade de autores por artigo, a representatividade das instituições, dos repositórios, das citações e coautorias. Mostra-se também que esse campo de estudo tem evoluído, e que essa a área ainda encontra-se em processo de formação, com pouca relação e articulação entre seus autores e instituição, mas apresentando possíveis tendências de crescimento.

PALAVRAS-CHAVE: Portais Públicos; Transparência Pública e Produção Científica.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa científica sobre portais eletrônicos e divulgação eletrônica na internet, e seus resultados, tem apresentado significativa evolução nos últimos anos. É possível perceber esse avanço nas consultas a publicações relacionadas à produção científica em anais de congressos, base de dados e sistemas de busca eletrônica. Isso é resultado da necessidade de se construir conhecimentos para propor melhorias na administração pública, esclarecer métodos e técnicas,

apresentar mecanismos de gestão, adotar práticas saudáveis para o andamento das atividades empresariais, entre outros aspectos.

Nessa linha, a análise que se desenvolve neste projeto apresenta o panorama e a evolução da produção científica sobre transparência e acesso à informação através de portais eletrônicos, avaliando os artigos publicados em periódicos nacionais, e encontrados através de busca na internet, no período de 2010 a 2015. Trata-se de uma avaliação qualitativa e quantitativa da produção científica, observando autores, instituições, coautorias, datas, citações e outros elementos textuais.

O objetivo geral deste estudo é o de identificar a produção científica da pesquisa sobre transparência pública, Lei de Acesso à Informação - LAI e portais públicos na internet, considerando o período de 2010 a 2015. Para alcançar tal objetivo, outros específicos serão perseguidos:

- a) realizar levantamento de artigos sobre transparência e portais eletrônicos na internet nas bases de dados no Google acadêmico, Scopus3 e Web of Science, no período referente aos anos de 2010 a 2015;
- b) descrever os principais trabalhos, autores e instituições produtoras de estudos sobre transparência e portais eletrônicos; e
- c) relacionar autores, trabalhos, citações, datas e instituições produtoras de estudos sobre transparência, Lei de Acesso à Informação - LAI e portais eletrônicos.

Assim, procura-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o estágio atual da pesquisa científica nacional sobre portais eletrônicos e divulgação eletrônica no setor público, no Brasil, no período de 2010 a 2015.

Revela-se a importância desta pesquisa por identificar quais as abordagens que estão sendo dadas sobre portais eletrônicos, transparência e acesso à informação e seus resultados que podem ser utilizados para estudos futuros, bem como para conhecimento e aprofundamento do tema pelo governo e sociedade.

O estudo está estruturado em cinco seções. Após essa introdução onde são abordados o tema, objetivos, problema e relevância, a segunda seção trata do referencial teórico sobre portais públicos, transparência para o controle social e Lei de Acesso à Informação. A terceira seção aborda a metodologia utilizada na pesquisa. A quarta seção traz a análise dos dados. Por último, são expostas as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para que seja reconhecido um verdadeiro estado Democrático de Direito, é fundamental que a transparência e o acesso à informação sejam assegurados de forma completa e de fácil compreensão para o cidadão, e que sejam considerados obrigações da Administração Pública, cabendo ao Estado o dever de informar tais direitos e estabelecer que o acesso à informação pública seja regra, com raras exceções de sigilo para determinadas situações de segurança e de Estado.

Assim, o cidadão pode participar mais ativamente do processo democrático ao conhecer o planejamento público e suas políticas, acompanhar e avaliar a execução de seus projetos e ao fiscalizar a aplicação dos recursos públicos arrecadados, geralmente, por tributos que penalizam produtores e consumidores de bens e serviços na sociedade.

Nesse sentido, demonstra-se a importância do Controle Social, exercido pelo cidadão, organizações não governamentais ou pela empresa, no exercício da fiscalização sobre o setor público, apresentando-se como elemento de esperança para combater e minimizar as práticas de corrupção realizadas no setor público, tendo como objetivo a redução da distância que separa a sociedade da através de informações, denúncias e acompanhamento de processos públicos.

Nesta linha, é importante que cada cidadão tenha conhecimento do planejamento e das políticas públicas, bem como participe na fiscalização, de forma permanente e contínua, da aplicação dos recursos públicos, podendo ser exercida de forma individual ou coletiva, permitindo a cidadania no sentido amplo, não apenas como um direito, mas como uma realidade efetiva no controle das ações de seus governantes, no intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como foram planejados e autorizados pelos representantes legais (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2011).

Apesar das possibilidades de benefícios com a transparência e o controle social, destaca-se a necessidade de se considerar uma Administração Pública mais responsiva, aberta à participação da sociedade de forma transparente e democrática e, do outro, a sociedade civil, atribuindo um papel propositivo, por intermédio dos cidadãos e/ou de movimentos sociais, de checar, aferir, controlar o governo o que demanda não só um papel democrático do governo, mas, também, uma capacidade política da sociedade civil. Neste sentido, os portais públicos na internet surgem como elementos que facilitam a participação da sociedade no governo e do exercício do controle social (PINHO, 2008).

Destaca-se, também, a possibilidade de grupos socialmente excluídos participarem da vida política, devido à facilidade do acesso pela internet com a administração com a administração pública, promovendo a mudança na cultura política de desinteresse verificada em diversos setores da gestão pública, sendo o problema da cultura e desenvolvimento político e não da tecnologia propriamente dito (SALES, 2013). Verifica-se, portanto, que a transparência da gestão é uma das formas de se estimular a participação popular na elaboração, execução e controle da gestão governamental, fortalecendo-se, por conseguinte, a governança no setor público e o regime democrático do Estado.

Os estudos sobre transparência e portais públicos na internet têm sido realizados e apresentados com o interesse de mensurar o nível de divulgação ou identificar os fatores que determinam as tais práticas no tocante à transparência e eficiência necessárias. Tais estudos apresentam elementos que influenciaram as práticas de divulgação eletrônica através de portais públicos, bem como sugeriram indicadores que pudessem identificar as variáveis socioeconômicas dos objetos estudados, tais como prestação de serviços públicos e a participação cidadã, redes

sociais virtuais na viabilização serviços de informação que contribuem significativamente na prestação de serviços e democratização da gestão pública. (MELLO E SLOMSKI, 2009, CORDEIRO ET AL, 2012; RAUPP E PINHO, 2012; BEUREN, 2013).

Apresentam-se, em tais estudos, diversos benefícios do governo eletrônico para as organizações públicas e para própria sociedade, tais como: maior participação da sociedade, sob o ponto de vista direto ou indireto; mais accountability; mais desenvolvimento; mais integridade; mais transparência; melhor capacidade de formulação, implementação e controle das políticas públicas; melhor eficiência nos processos internos; melhor qualidade dos serviços; melhor relação entre o governo e o cidadão, menos burocracia; redução da corrupção; redução do tempo de execução dos serviços e redução dos custos de transação, destacando tendências e iniciativas nas áreas da administração, economia, social e política (MELLO, 2009).

Verifica-se, também, em estudos sobre o tema, que os portais dos municípios apresentam elementos que caracterizam o governo eletrônico, mas enfatiza a distância de um modelo de governança eletrônica e seus benefícios, muito por falta de incentivo a participação popular nas decisões do governo, que corresponde à peça fundamental de uma boa governança eletrônica (SOUZA, 2014). Da mesma forma, as informações divulgadas nos portais de transparência dos municípios mais populosos têm disponibilizado mais informações sobre sua gestão também têm demonstrado uma postura de maior disposição para a prática de accountability, com uma repetição maior nos municípios com melhores indicadores socioeconômicos, mas ainda estão em desacordo com as exigências legais em relação à transparência e às informações disponibilizadas (MATOS, 2013).

Conforme observado, diversos estudos sobre Portais eletrônicos municipais são recorrentes e justificados pela necessidade de observação e aplicação prática do modelo de mensuração em níveis regionais, estaduais e municipais, buscando introduzir novas variáveis e correlacioná-las com práticas de gestão pública, sobretudo em relação aos serviços públicos e à transparência na utilização de recursos públicos. Apesar de tais estudos, não se observa pesquisa sobre a produção científica sobre o tema, de forma a contribuir com informações para novas pesquisas. Em decorrência da importância do tema para colaborar com o aprofundamento teórico e empírico em novas pesquisas, procurou-se pesquisar, extrair e apresentar os estudos sobre transparência, portais públicos e acesso à informação, transformando os dados estatísticos em elementos úteis para construção do conhecimento acadêmico.

Para tal, apresentam-se as bases de dados extraídas do Google Scholar, inclusive conteúdos bases como Scopus3 e Web of Science, tornando-se potencialmente úteis para a avaliação do impacto da produção científica, inclusive possibilitando pesquisar vários temas e fontes em um mesmo ambiente, tais como artigos revisados por especialistas, teses, livros, resumos e artigos de editoras acadêmicas, organizações profissionais, bibliotecas de pré-publicações,

universidades e outras entidades acadêmicas (KOUSHA E THELWALL, 2011).

Para extração, tratamento e apresentação de índices da produção de trabalhos científicos pode-se utilizar a análise de citações, por ser uma forma cada vez mais comum para avaliar o impacto da pesquisa, de apresentar diferentes fontes de dados e métricas de citação, e de demonstrar diferenças de desempenho até mesmo dentro da mesma temática, utilizando-se para tal o software Publish or Perish, um programa de análise de citações usando dados do Google Scholar (HARZING, 2007;).

No tocante a observação dos estudos em coautorias, de autores e instituições, percebe-se que a Análise de Redes Sociais - ARS apresenta-se como ferramenta que permite as discussões de interesse da interdisciplinaridade em redes de colaboração científica, por possibilitar tanto a produção de cada área como a interação entre elas. Neste sentido, observam-se três medidas de análise das informações coletadas: a densidade da rede, a centralidade de grau (degree centrality), e a centralidade de intermediação (betweenness centrality) (BORGATTI, EVERETT E FREEMAN, 2002; CROSS E PARKER, 2002; MENEGHELLI, 2009).

Neste sentido, este estudo apresenta a produção científica nacional da pesquisa sobre transparência pública, lei de acesso à informação e portais públicos na internet, considerando o período de 2010 a 2015, buscando levantar artigos sobre o tema, descrever os principais trabalhos, autores e instituições produtoras de estudos sobre transparência e portais eletrônicos, e relacioná-los com outros autores, trabalhos, citações, datas e instituições produtoras de correlatos.

3. METODOLOGIA UTILIZADA NESTE ESTUDO

A investigação buscou detalhar o perfil das publicações, instituições e autores produtores de estudos sobre o tema transparência, Lei de Acesso à Informação - LAI e portais eletrônicos no setor público, pela internet, tendo como base os artigos publicados portais eletrônicos na internet na base de dados Google Scholar, Scopus3 e Web of Science, no período de janeiro de 2010 a junho de 2015, por se tratar de uma ferramenta de pesquisa específica e simplificada em produção científica, que tem por objetivo é fornecer uma maneira simples de obter literatura acadêmica de várias disciplinas e fontes no mesmo ambiente, tais como artigos revisados por especialistas, teses, livros, resumos e artigos de editoras acadêmicas, organizações profissionais, bibliotecas de pré-publicações, universidades e outras entidades acadêmicas.

Para atingir o objetivo geral proposto neste artigo, houve a reunião de elementos que foram devidamente levantados, tomando por base os artigos encontrados na internet, e que estão diretamente relacionados com a temática de portais eletrônicos e transparência pública, buscando características sobre as publicações, tais como: número de artigos publicados (quantitativa); utilização dos direcionadores “portais eletrônico”, “lei de acesso à informação” ou “transparência” (Pré-textuais); número de pesquisadores envolvidos; quantidade de artigos por ano;

principais autores e trabalhos sobre o tema e; relação entre os autores e as instituições.

Algumas etapas são essenciais para realização da análise da produção científica sobre divulgação eletrônica tais quais: definição da base de dados, determinação do critério de pesquisa, obtenção dos dados, tratamento estatístico dos dados, organização dos dados, agregação em diferentes níveis, produção de tabelas e gráficos de síntese e, por fim, análise dos resultados sob o contexto de realização da pesquisa e com base na busca de respostas às quais se propõe a realização desta pesquisa.

Após a extração dos artigos, utilizando-se os softwares Publish or Perish (HARZING, 2007), os mesmos foram catalogados, tabulados, analisados e representados graficamente utilizando as tabelas do software Microsoft Excel 2010, bem como os gráficos do software Netdraw 2.155 e Ucinet 6.587 (Borgatti et al, 2013). Pela característica da pesquisa, não houve necessidade de aprovação pelo Comitê de ética (Plataforma Brasil).

Com vistas a possibilitar a análise da rede de coautoria, consideraram-se as relações de autores que publicam em coautoria, a existência de reciprocidade, a densidade da rede, o índice de centralização, o grau de centralidade, o grau de proximidade, o grau de intermediação, a densidade de tríade em rede, além da Microestrutura da rede de coautoria (BORGATTI, EVERETT E FREEMAN, 2002).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da extração de dados utilizando o software Publish or Perish (HARZING, 2007), utilizando os direcionadores “transparência”, “Lei de Acesso à Informação – LAI” e “Portais Públicos”, objetivando identificar quais foram os artigos nacionais publicados sobre o tema no período de 2010 a 2015, foram encontrados 580 artigos inicialmente, tratados, analisados e apresentados conforme expostos nas tabelas e gráficos seguintes. A seguir, apresentam-se os principais resultados obtidos utilizando o Publish or Perish, e detalhados nos demais itens desta pesquisa.

Tabela 1. Resumo das Principais estatísticas do Publish or Perish¹

Query	Detalhamento da Consulta Transparência e Portais Públicos	Resultados: 2010 a 2015
Papers	Número total de documentos.	580
Citations	Soma das contagens de citações em todos os papéis.	438
Years	Total de anos pesquisados.	5
Cites_Year	Contagem de Citação por ano.	87.60
Cites_Paper	Soma das contagens de citações em todos os papéis, dividido pelo número total de documentos, considerando	0.76

¹ Métricas definidas e utilizadas neste artigo estão disponíveis em Harzing, A. W. (2007) *Publish or Perish*, available from <http://www.harzing.com/pop.htm>

	ainda a mediana e moda.	
Cites_Author	Contagem de citação dividida pelo número de autores para esse papel para dar a contagem citação normalizada para o papel.	275.90
Papers_Author	Número médio de citações por autor dividido pelo número de anos abrangidos pelo conjunto de resultados	385.87
Authors_Paper	Soma da contagem de autor em todos os papéis, dividido pelo número total de documentos, considerando a mediana e moda	1.96

Fonte: Dados da pesquisa com base no Publish or Perish (Harzing, 2007).

A coleta de dados retornou inicialmente 580 registros para o critério de busca “Transparência e Portais Públicos”, sendo que destes, 572 foram utilizados para a realização deste estudo, tendo sido eliminados 8 (1,38%) registros por não atenderem aos critérios de nome de autor apresentados na seção anterior. Na tabela a seguir, têm-se informações sobre as citações recebidas por esse conjunto de artigos.

Tabela 2. Dados de citação

Citações	Dados	%
Artigos que receberam pelo menos uma citação	50	8,74
Artigos que receberam duas ou mais citações	70	12,24
Artigos que não receberam citação	452	79,02
Total de artigos	572	100

Fonte: Dados da pesquisa.

O conjunto de 120 artigos recebeu 438 citações no total, sendo que 50 (8,74%) deles receberam ao menos uma citação e 70 (12,24%) foram ao menos duas vezes citados. Na tabela a seguir, tem-se a distribuição temporal agregada por ano dos artigos. Ressalta-se que do total de 572 artigos, 158 (27,62%) deles não apresentavam dados do ano de publicação. Ressalta-se, entretanto, que a coleta da pesquisa realizou-se até o mês de junho de 2015, sendo apresentada na tabela a seguir a quantidade proporcional ao mês de referência.

Tabela 3. Distribuição anual dos artigos com indicação do ano

Período do Artigo	Quantidade (ano)	Quantidade (mês)	(%)
2010	31	2,5833	6,1024
2011	56	4,6667	11,0236
2012	75	6,2500	14,7638
2013	102	8,5000	20,0787
2014	94	15,6667	37,0079
2015 ²	56	4,6667	11,0236
Total	414	42,3333	100,0000

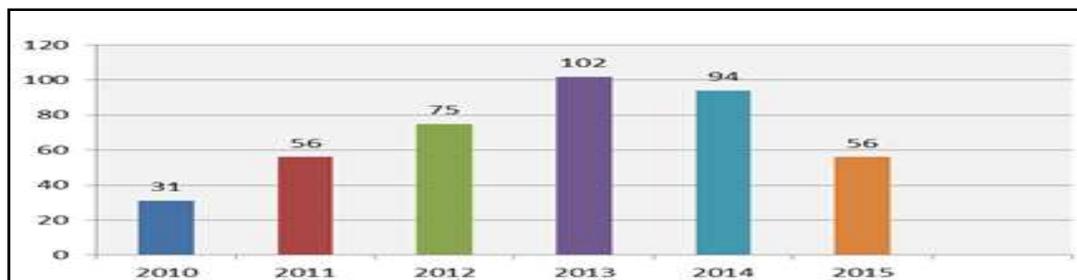
Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que a produção científica, com data expressa na base de dados,

² Dados da pesquisa observadas até o mês de junho/2015.

sobre tema começa nessa pesquisa no ano de 2010, havendo uma progressão nos anos de 2010 a 2013, passando de 31 artigos para 102, sendo seguido por uma redução na produção nos anos seguintes.

Gráfico 1. Quantidade anual dos artigos por ano.



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados mostram aqui um crescimento expressivo de interesse pelo tema no período de 2012 a 2014, considerando que a coleta de dados desta pesquisa desenvolveu-se até junho de 2015, ou seja, o cálculo acima refere-se a proporção de um semestre deste ano.

Tabela 4. Citações x Trabalhos no período

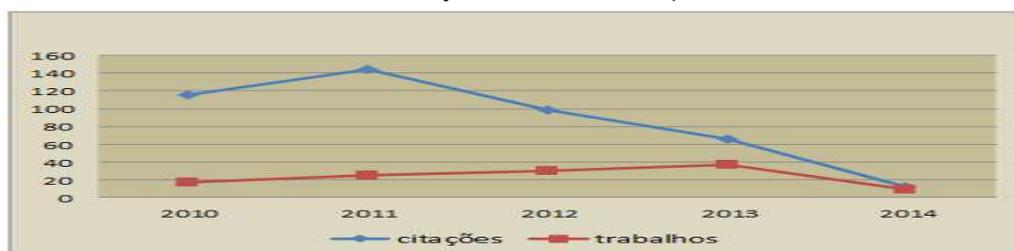
Ano	Citações	%	Trabalhos	%
2010	115	26,38	17	14,41
2011	144	33,03	25	21,19
2012	99	22,71	30	25,42
2013	66	15,14	37	31,36
2014	12	2,75	9	7,63
	436	100	118	100

Fonte: Dados da pesquisa

Compararam-se, também, as pesquisas e citações sobre o tema, por período, verificando-se o maior percentual de citações em 2011 (33,03%) referentes a 25 trabalhos e o maior percentual de trabalho (31,36%) em 2013, correspondentes a apenas 66 citações.

Na análise dos trabalhos sobre portais públicos e transparência que receberam citações durante o período 2010-2015, analisadas a seguir, percebe-se maior concentração de citações em 2011 e uma redução significativa até 2014, com 9 trabalhos e apenas 12 citações.

Gráfico 2. Citações x Trabalhos no período

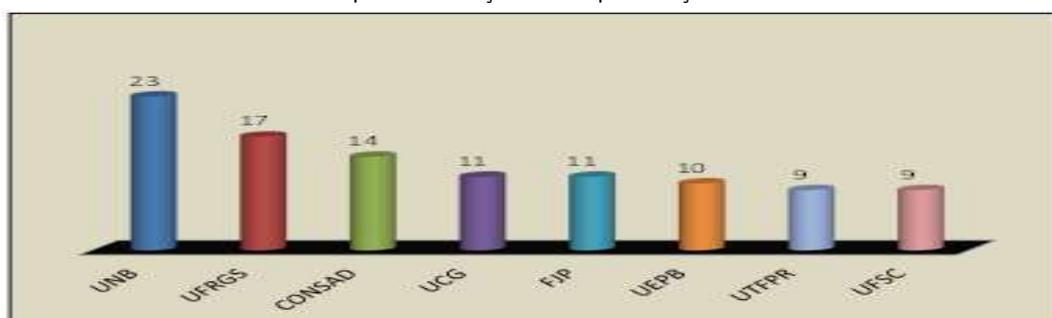


Fonte: Dados da pesquisa

De forma a entender melhor a comunidade acadêmica e se de fato tem-se adiante algum tipo de padrão que possa representar uma comunidade se organizando ao redor do tema, na tabela a seguir são apresentadas as principais instituições que estão associadas aos artigos coletados, ou seja, aquelas que estão associadas, ao menos, a 104 artigos (18,18%).

A Universidade Nacional de Brasília - UNB, conforme gráfico a seguir, foi a instituição que mais apresentou artigos referentes ao tema, no total de 23 artigos associados, seguida da UFRGS com 17 artigos e do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração-CONSAD, com 14 artigos, sendo esta uma associação sem fins lucrativos, que visa congregar os secretários de estado na área de administração pública com fins de facilitar a troca de experiências e promover um espaço de diálogo entre os mesmos.

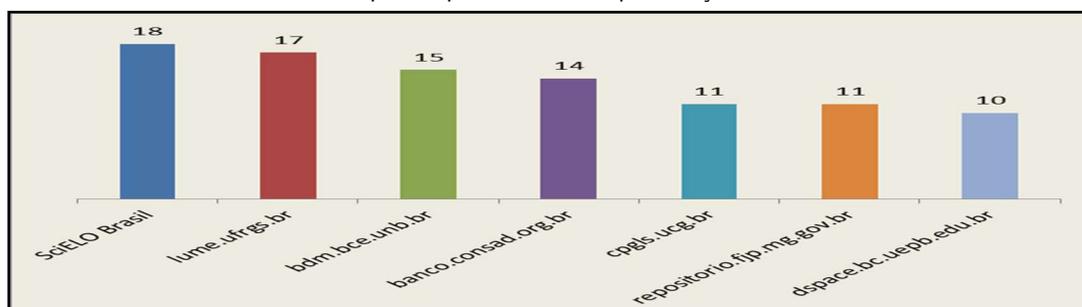
Gráfico 3. Principais instituições com publicações sobre o tema.



Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, percebe-se que o repositório digital que mais apresenta trabalhos sobre portais públicos e transparência é o SciELO Brasil, com 18 artigos. Ressalta-se que diversos artigos são apresentados em revistas técnicas especializadas, e não necessariamente em academias científicas, apresentando assim um aspecto prático e aplicável do assunto a diversos segmentos da administração pública. Os principais repositório de instituições totalizam 181 artigos com mais de 5 trabalhos, e 54 artigos com pelo menos 3 ou 4 pesquisas sobre o tema.

Gráfico 4. Principais repositórios com publicações sobre o tema.



Fonte: Dados da pesquisa

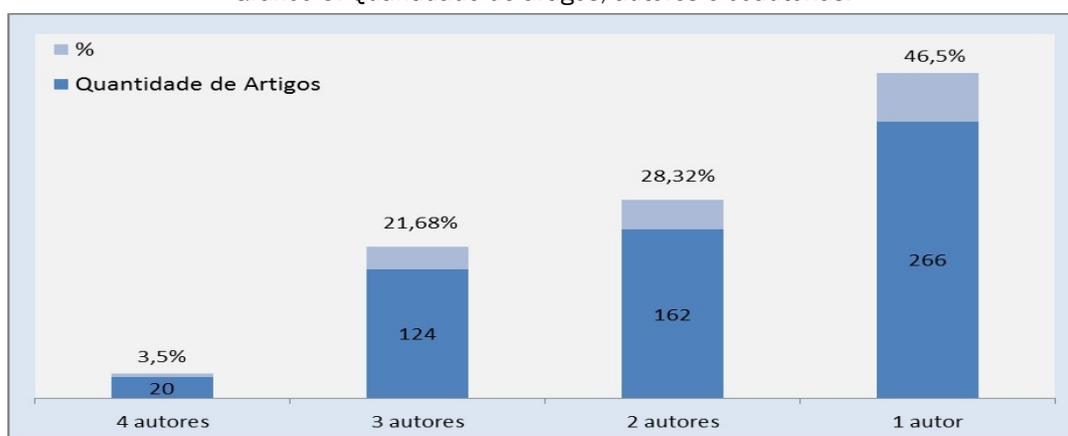
A análise dos autores e suas prováveis vinculações em torno de suas produções científicas permitem não apenas aprofundar o entendimento de que tipo

e se de fato há a formação de uma comunidade acadêmica de interesse no tema, mas também perceber-se que tipos de agenciamentos e articulações sociais, em torno dessa produção, tem-se nos dados coletados.

Ao todo, encontram-se 1042 autores responsáveis pelos 572 artigos, ressaltando que 306 (53,5%) desses artigos foram produzidos em coautoria. Ressalta-se que 266 trabalhos foram elaborados e publicados de forma individual, ou seja, sem nenhuma coautoria.

Esses níveis de coautoria, bem como a relação entre esses autores, podem ser utilizados para aprofundar o estudo das redes sociais de articulação, podendo mostrar um pouco mais, qual padrão de organização pode-se notar a partir desses dados. O percentual distribuição de coautoria apresenta-se no gráfico a seguir.

Gráfico 5. Quantidade de artigos, autores e coautorias.

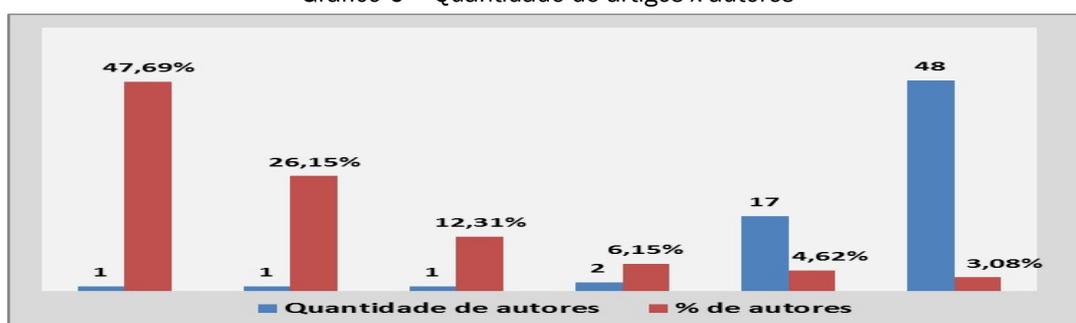


Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que a maior quantidade de autores num mesmo artigo foi de 4 participantes, representando em torno de 3,5% da produção científica, sendo seguidos por 3 autores, em torno de 21,68% e 2 autores, em torno de 28,32% da produção. Já a distribuição dos autores pela quantidade de produção realizada, mostra um cenário onde temos 48 autores que produziram 2 artigos sobre o tema.

Conforme gráfico a seguir, percebe-se que 3 autores totalizam participação em 56 artigos, representando 86,15% de todos os artigos sobre o tema, e 48 autores participaram de 2 artigos, representando 3,08% de toda produção.

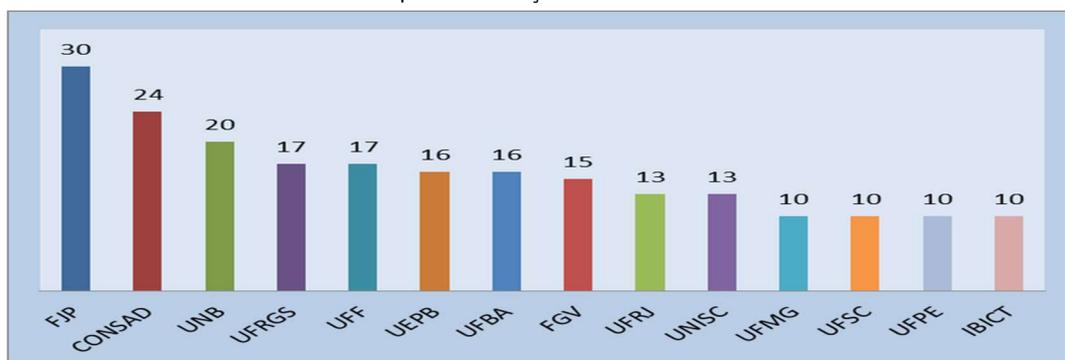
Gráfico 6 – Quantidade de artigos x autores



Fonte: Dados da pesquisa

Ainda em relação aos autores, tem-se na tabela a seguir a distribuição das principais instituições que foram associadas aos autores. Com o objetivo de analisar o efeito de articulação dessas instituições, montou-se uma tabela visando identificar como esses autores apareceram vinculados a essas instituições.

Gráfico 7. Principais instituições com autores vinculados.



Fonte: Dados da pesquisa.

Apurou-se nesta análise um total de 204 instituições que publicaram artigos sobre o tema, sendo que as 14 instituições mais expressivas são apresentadas no gráfico anterior, que consignam, ao menos, 10 autores associados aos seus nomes.

Para realizar uma análise da rede de interações dos autores e instituições sobre o tema portais públicos, transparência e lei de acesso à informação foram realizados cálculos de diversos indicadores para observar se os dados permitem inferir, ou sugerir, se existe um rede de coautoria sobre o tema, utilizando-se para tal o software NetDraw 2.155 e o software Ucinet 6.587.

Em relação à análise da densidade de tríades em rede (triplet transitivity), que permite uma gama muito maior de possíveis conjuntos de relações, considerando os estudos apresentados neste trabalho, verifica-se um baixo índice de 0,684.

Identificou-se o Grau de Proximidade (Closeness) dos estudos sobre o tema de 0,179, em média, que apresenta pouca capacidade de uma interseção se ligar a todos os outros autores de uma rede, e consequentemente não se posicionando dentro de uma rede.

Também, analisou-se como baixo o Grau de Intermediação (Betweenness) de 0,001, que é interpretado como a possibilidade de uma interseção se comunicar entre pares de outras interseções numa rede.

A seguir, apresenta-se uma tabela com os principais autores e suas relações de coautorias que identificam e relacionam a quantidade de relações, o Grau de Densidade e Grau de Centralidade de tais autores.

Tabela 5. Principais autores e análise das relações de coautorias.

Autor	Quantidade de relações	Densidade		Centralidade			
		Valor	%	Saída	%	Entrada	%
FM Raupp	25	0,044484	4,448399	0,045	4,500	0,045	4,500
JAG de Pinho	17	0,030249	3,024911	0,030	3,000	0,030	3,000
FJV de Souza	16	0,028470	2,846975	0,029	2,900	0,029	2,900
AJ Rover	12	0,021352	2,135231	0,021	2,100	0,021	2,100
AO Araújo	12	0,021352	2,135231	0,021	2,100	0,018	1,800
PM Santos	11	0,019573	1,957295	0,020	2,000	0,020	2,000
MV Leão Lyrio	10	0,017794	1,779359	0,018	1,800	0,016	1,600
FR de Araújo	9	0,016014	1,601423	0,016	1,600	0,016	1,600
MMD de Melo	9	0,016014	1,601423	0,016	1,600	0,018	1,800
MM Ribeiro	9	0,016014	1,601423	0,016	1,600	0,016	1,600
MB Bernardes	9	0,016014	1,601423	0,016	1,600	0,018	1,800
RJ Lunkes	8	0,014235	1,423488	0,014	1,400	0,012	1,200
MC da Silva	8	0,014235	1,423488	0,014	1,400	0,016	1,600
WV da Silva	8	0,014235	1,423488	0,014	1,400	0,014	1,400
GSF Nunes	7	0,012456	1,245552	0,012	1,200	0,009	0,900
C Capelli	7	0,012456	1,245552	0,012	1,200	0,012	1,200
EAD Moresi	7	0,012456	1,245552	0,012	1,200	0,012	1,200

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na tabela o cálculo da densidade (ou análise de díades), que é definida como a proporção de todos os laços que podem estar presentes dentre o total de todos os possíveis, sendo obtido a partir da divisão das relações existentes (RE), entre as possíveis (RP), multiplicando-as por 100, ou seja, $D = [RE/RP * 100]$.

Essa medida mostra-nos o valor em percentagem da alta ou baixa da conectividade da Rede. Assim, a densidade da rede de estudo sobre o tema é de 0,004, ou apenas 0,4% que indica um índice muito abaixo para formação de rede efetiva.

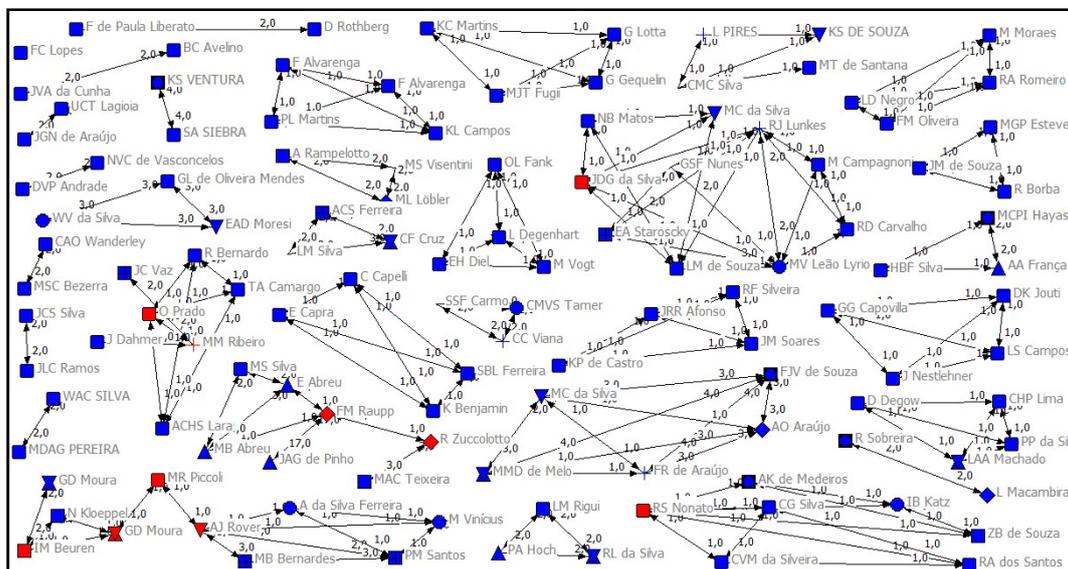
No tocante ao Índice de Centralização (Centralization Index) de 0,013, ou índice de centralização, que indica o papel nuclear de um autor ao estar ligado a todos os outros estudos, os quais precisam passar pelo centro para se ligarem aos demais, também se apresenta baixo para consideração de formação de rede pela ausência de autores centrais.

Sobre o Grau de Centralidade (Centrality Degree), que corresponde ao número de autores aos quais o autor está diretamente ligado, e que divide-se em Grau de Entrada e Grau de Saída, identificando as interseções entre todos os autores e, conseqüentemente, a Rede de Interações do grupo estudado é de apenas 0,0406.

Apesar dos artigos sobre o tema serem apresentados por uma quantidade significativa de autores, inclusive com coautorias diversas em diversas Instituições em estados diferentes, representando a interdisciplinaridade do assunto

transparência em portais públicos, não é possível observar uma formação de rede de coautorias nas publicações encontradas, apesar da observação das ligações entre trabalhos científicos, mas que não se interligam conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 8. Microestrutura da rede de coautoria.



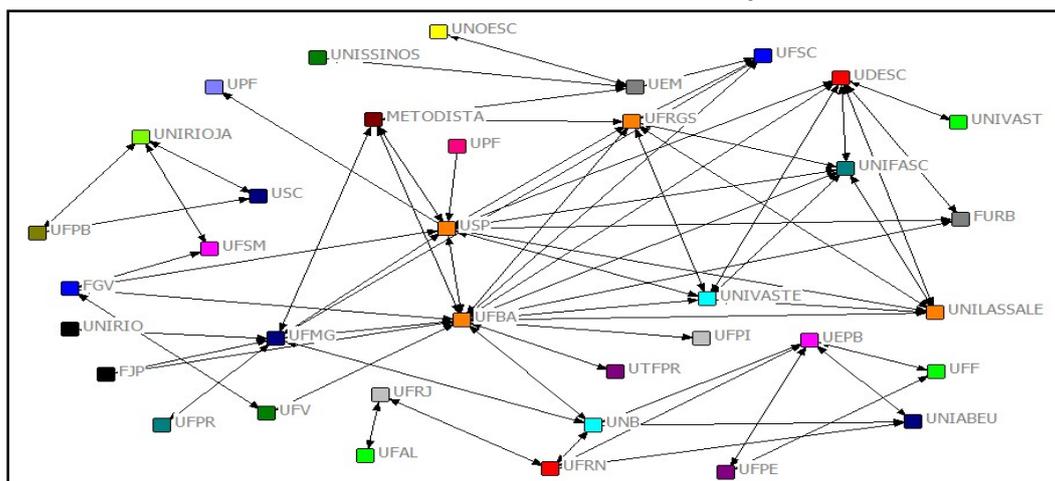
Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme um dos objetivos propostos neste estudo, de relacionar autores, trabalhos, citações, datas e instituições produtoras de estudos sobre transparência, lei de acesso à informação e portais eletrônicos, pode-se observar que a rede de coautoria entre os autores apresenta baixa densidade e heterogeneidade, o que indica baixa existência de colaboração para publicação na área do tema específico, bem como que nas análises da centralidade de grau entre os pesquisadores, observou-se também o baixo número de recorrência de publicação dos autores, pois a maioria dos artigos publicados foi produzida por autores diferentes e de forma individual, o que indica mais uma vez a baixa colaboração e a falta de estruturação nas produções da área, observado que sempre há novos entrantes produzindo recentes pesquisas na área.

Sob o ponto de vista da intermediação entre os estudos constataram-se poucas interseções significativas, o que indica pouca participação dos pesquisadores na formação e interligação dos grupos de pesquisa, verificado pelo fato de que, dos 572 trabalhos encontrados 266 pesquisadores (46,5%) atuam de forma isolada, demonstrando que há pouca interação entre os autores, apesar de ser grande o número de autores.

Em relação às instituições com publicações científicas sobre o tema, foram observados estudos publicados por diferentes autores associados, dentro de um conjunto das 70 instituições encontradas nesta pesquisa e de 202 cruzamentos entre as mesmas. Para tal, também foram adotadas medidas de análise das informações coletadas, tais quais: a densidade da rede, a centralidade de grau (degree centrality), e a centralidade de intermediação (betweenness centrality).

Gráfico 9. Rede de coautoria entre instituições.



Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante às instituições apresentadas no gráfico acima, a densidade da rede está em 0,028%, o que revela também uma baixa densidade e a existência de pouca cooperação entre as instituições. Das 70 instituições encontradas na pesquisa, 31 publicam isoladamente, não formando laços com outras instituições. Entretanto, percebe-se que a rede de instituições possui densidade maior que a rede de autores, sugerindo a possibilidade de coautoria de forma mais expressiva com autores de outras instituições do que com autores de sua própria instituição, sugerindo também uma maior formação de díades entre os pesquisadores.

Em relação à análise da densidade de tríades em rede (triplet transitivity), considerando os estudos apresentados neste trabalho, verifica-se um índice de 0,423. Verificou-se também um baixo grau de proximidade (Closeness) dos estudos sobre o tema de 0,137, em média, que apresenta pouca capacidade de uma interseção se ligar a todos os outros autores de uma rede, e conseqüentemente não se posicionando dentro de uma rede.

No tocante à centralidade de grau (degree centrality), observa-se um índice de 0,3545, em média. Percebe-se também, no gráfico de rede de coautorias em instituições, o índice de centralização da rede, conforme o índice de centralidade de intermediação (betweenness) é de 0,803, indicando relativa variabilidade na composição dos atores que realizam a intermediação da rede entre instituições.

Observa-se que o resultado da pesquisa sugere uma baixa densidade e heterogeneidade na formação da rede, o que indica que há pouca colaboração para publicação na área, tanto em relação aos pesquisadores quanto às instituições. Contudo, observou-se que há um número maior de parcerias entre as instituições do que entre os autores, o que sugere que não há uma estruturação de relações de coautoria da área.

Ressalta-se, por fim, a limitação deste estudo de abordar a colaboração dos autores como forma de avaliar a perspectiva de colaboração dos autores para formação de rede de coautoria, bem como a importância de novos estudos sobre transparência e portais públicos para demonstrar os relacionamentos da área de acesso à informação sob o ponto de vista técnico, econômico e jurídico, e qual a

metodologia da produção científica sobre o tema, uma vez que envolve uma área com grande dispersão interdisciplinar e, conseqüentemente, de autores com formações diversas com potenciais para formação de relações de coautorias, que apesar de não existir rede de coautoria expressa, atualmente, existem colaborações valiosas de forma individual e que contribuem para produção do conhecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo objetivou identificar a produção científica nacional sobre transparência pública e portais públicos na internet, considerando o período de 2010 a 2015, procurando responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o estágio atual da pesquisa científica nacional sobre portais eletrônicos e divulgação eletrônica no setor público, no Brasil, no período de 2010 a 2015? Justifica-se tal estudo por permitir identificar quais as abordagens que estão sendo dadas sobre Portais Eletrônicos e seus resultados para academia, governo e sociedade.

Para tal, realizou-se um levantamento de artigos sobre transparência, lei de acesso à informação e portais eletrônicos na internet na base de dados no google scholar, no período referente aos anos de 2010 a 2015, descrevendo-se os principais trabalhos, autores e instituições produtoras de estudos sobre transparência e portais eletrônicos, além de identificar e relacionar autores, trabalhos e instituições produtoras de estudos sobre transparência e portais eletrônicos, visando contribuir para novas pesquisas sobre esse tema tem sido apropriado e como tem despertado interesse no campo da produção científica.

Os resultados apresentam um panorama em que a produção em torno do tema encontra-se em processo de amadurecimento, possuindo, no entanto, um interesse crescente e bastante expressivo dos autores, sobretudo nos anos de 2012 e 2013, mas apresentando uma redução na produção científica em 2014. Ressalta-se que a fase de extração de dados encerrou-se em junho de 2015, não havendo possibilidade de apontar um cenário do ano atual.

O trabalho também identifica e apresenta as principais instituições associadas aos autores dos artigos publicados, tais como as mais expressivas como a Fundação João Pinheiro (30 autores) e CONSAD (24 autores), além de apenas dois autores produzirem 48 artigos sobre o tema. Percebe-se que a maior parte dos artigos pesquisados (266 artigos) foram produzidos sem coautoria, e apenas 20 artigos (3,5%) foram produzidos com 4 autores.

Demonstra-se também que os índices obtidos na análise das relações de autores e instituições que publicam em coautoria apresentam-se baixas em todos os seus resultados, tais como: o de densidade da rede, o índice de centralização, o grau de centralidade, o grau de proximidade, o grau de intermediação, a densidade de tríade em rede, além de observar a não interligação das interseções na microestrutura da rede de coautoria, sugerindo-se que não se apresenta uma rede de coautoria consolidada sobre o tema.

Nesse sentido, percebe-se que ainda não é possível identificar a formação de rede de pesquisadores sobre o tema, entretanto nota-se que alguns autores já realizam seus estudos em mais de uma instituição, inclusive em coautoria com outros pesquisadores diferentes. Entretanto, para ser confirmada, essa sugestão precisa ainda de outros novos estudos de cunho quali-quantitativo para avaliar a temática discutida nesses artigos, bem como os propósitos dessas instituições e autores em relação ao tema, o que extrapola os limites deste presente estudo.

Apesar da complexidade na análise das redes de coautores e institucionais, já é possível reconhecer a importância e alguns autores e instituições no campo da produção e na articulação entre seus autores dessas instituições, revelando um nível de influência na temática importante.

Por fim, depreende-se que os dados demonstrados neste estudo, e sua abrangência, podem permitir um maior aprofundamento sobre transparência pública e portais na internet, no sentido de revelar determinados padrões e estruturas nos dados que nos permitem avaliar a dinâmica de desenvolvimento da produção científica e das redes sociais associadas a essa produção.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria.org. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BEUREN, Ilse Maria; DE MOURA, Geovanne Dias; KLOEPPEL, Nilton Roberto. Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. In: **RAP: Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 47, n. 2, 2013.

BORGATTI, S.P., Everett, M.G. and Freeman, L.C. **Ucinet 6 for Windows: Software for Social Network Analysis**. Harvad, MA. Analytuc Technologies. 2012.

BORGATTI, S.P., Everett, M.G. and Johnson, J.C. **Analyzing Social Networks**. Sage Publications. 2013.

CROSS, Rob.; BORGATTI, Stephen P.; PARKER, A. **Making Invisible Work Visible: using Social Network Analysis to Support Strategic Collaboration**. Harvard Business Publishing. 2002.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARZING, A. **Publish or Perish User's Manual**. Disponível a partir de <http://www.harzing.com/pop.htm>. Acesso em 16 nov. 2015.

KOUSHAK, THELWALL M. **The Web impact of open access social science research** -

Library & Information Science Research, 2011.

MATOS, N.B. ; SILVA, M. C. ; SILVA, J. D. G. ; SOUZA, L. M. . **Avaliação de portais de transparência dos 30 municípios mais populosos da Região Nordeste**. Registro Contábil - RECONT, v. 4, p. 17-35, 2013.

MENEGHELLI, Regina Buzetti.. **Redes sociais informais nas organizações e satisfação no trabalho: estudo de caso numa empresa de energia**. UFF, Niterói, 2009.

MELLO, Gilmar Ribeiro de; SLOMSKI, Valmor. **Índice de governança eletrônica dos estados Brasileiros no âmbito do poder executivo**. JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag. (Online), São Paulo , v. 7, n. 2, 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-17752010000200007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16 nov. 2015.

PINHO, José Antonio Gomes de. **Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia**. In: Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-93, 2008.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Controle Social**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/controlSocial/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio G. de. **Possibilidades de Participação no Legislativo Municipal por meio de Portais Eletrônicos**.In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 17, n. 61, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**, 3 ed. – 11. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2010.

SALES, Tainah Simões. **Transparência, controle social, eficiência e democracia na era da nova gestão pública**. In: Systemas-Revista de Ciências Jurídicas e Econômicas, v. 5, p. 54-69, 2013.

SOUZA, Fábيا Jaiany Viana de. **Práticas de governança eletrônica: um estudo nos portais dos municípios mais populosos do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis. UNB. 2014.

ABSTRACT: The study seeks to present the analysis of scientific production on electronic transparency in public administration and seeks to raise and analyze works, authors and institutions that deal with electronic dissemination practices

through Internet portals, as Researches in periodicals in Brazil. In this line, it is a thematic from a contextual and methodological viewpoint, from the directors: transparency in the public sector, access to information law - LAI and public portals, and how these themes have been developing in Brazil. It was sought to understand "how is the scientific production on electronic dissemination in public management developed in Brazil in the period from 2010 to 2015?". The methodology used consists of a descriptive approach, in which it investigates, from the extraction of quantitative data from scientific production on transparency, access to information and public portals, in the Google Scholar, Scopus3 and Web of science databases, Identification of the quantity of authors per article, the representativeness of the institutions, the repositories, the quotations and coauthors. It is also shown that this field of study has evolved, and that the area is still in the process of formation, with little relation and articulation between its authors and institution, but presenting potential growth trends.

KEYWORDS: public portals; Public transparency and scientific production.

CAPÍTULO IV

ARMADILHAS CONTIDAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UM CASO DE FORENSIC ACCOUNTING

**Sílvia Parodi Oliveira Camilo
César Medeiros Cupertino
Reinaldo de Almeida Coelho**

ARMADILHAS CONTIDAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UM CASO DE FORENSIC ACCOUNTING

Sílvio Parodi Oliveira Camilo

Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC
Criciúma, Santa Catarina

César Medeiros Cupertino

Universidade do Vale do Itajaí
Biguaçu Santa Catarina

Reinaldo de Almeida Coelho

Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC
Florianópolis, Santa Catarina

RESUMO: O trabalho apresenta um estudo de caso em forensic accounting de uma empresa atacadista de produtos de informática. Ausência de estudos em forensic accounting denota lacuna científica e técnica possibilitando avanços ao campo. Por meio de técnicas acerca de perícia contábil, foram identificadas fraudes materiais perpetradas pela empresa recuperanda, manejadas com objetivo de obter a concessão do favorecimento legal - mediante aprovação do plano de recuperação judicial - e, com isso, vantagens junto ao coletivo dos credores. Trata-se de um estudo de caso explanatório. Foram realizadas análises de conteúdo com base em documentos constantes no processo de recuperação judicial, de relatórios e de documentos contábeis requisitados à recuperanda. Da investigação emergiram descobertas de maquiagens contábeis, configurando-se várias armadilhas para ludibriar o juízo e os credores. A sentença extintiva da ação se amparou no laudo pericial, colacionando elementos nele contidos. O pronunciamento do juízo revogou a continuidade do processamento da recuperação. Demonstrando que a técnica contábil empregada foi fundamental no descobrimento da fraude material, cujas implicações decorrentes do trabalho pericial impediu a continuidade do delito e prejuízos materiais importantes.

PALAVRAS-CHAVE: Perícia Judicial; Perito Contábil; Forensic Accounting.

1 INTRODUÇÃO

O debate acadêmico concernente a perícia contábil não tem recebido a devida atenção no âmbito do país. Por meio de estudos bibliométricos e sociométricos em sede de revisão sistemática da literatura percebe-se a perda de interesse dos pesquisadores sobre o tema (SCHIMTZ et al., 2013; TAVEIRA et al., 2013). Desses estudos, depreende-se que basicamente os subtemas de pesquisa estão concentrados em: i) Avaliação do Laudo Pericial; ii) Ensino da Perícia Contábil; iii) Desempenho e Responsabilidades do Perito; iv) Prática da Perícia; e v) Aspectos Gerais sobre a Perícia.

Como destaca Gray (2008, p. 115), tratam-se de estudos consideravelmente

especializados, donde os nominados “contadores forenses” combinam conhecimentos e habilidades que compreendem: técnicas de investigação, pesquisa, conhecimento legal, conhecimento em métodos quantitativos, finanças, auditoria e contabilidade. A especialidade dos trabalhos técnicos e a centralidade que dominaram os espaços profissionais, seja por meios judiciais ou extrajudiciais, pode ter contribuído para delimitar ou tornar menos permeável este campo.

Nesse sentido, França e Barbosa (2015) ao investigarem o ensino e mercado de trabalho da perícia contábil destacaram em seus resultados que há o interesse dos acadêmicos pelo tema. Contudo, embora se identifique demanda crescente por este profissional, as instituições de ensino em contabilidade não oferecem formação mais densa, por meio de práticas e fundamentação adequadas, o que converge com a ideia de restrição de atuação no mercado de trabalho. Por exemplo, trabalhos de perícia civil e trabalhista sempre foram preferidos a experts com backgrounds atestados. Essas pequenas redes evitam oportunidades e, de certa maneira, a disseminação de trabalhos técnicos para conduzir novos profissionais ao conjunto de peritos pertencente ao mercado de trabalho. Outrossim, restrições na grade curricular nos cursos de graduação em Ciências Contábeis pode explicar a carência de interesse por este campo de estudo.

Com o propósito de não deixar esmaecer um tema de grande importância aos pesquisadores, aos profissionais da área contábil e aos operadores judiciais, este estudo tem por objetivo integrar campos do conhecimento multidisciplinar, ciências contábeis e ciências jurídicas, apresentando nuances de atuação do perito por meio de um caso que se insere como forensic accounting. Nesse sentido, o caso é ilustrado com conteúdos do produto da investigação contábil, qual seja do laudo contábil judicial, parte integrante de um Processo de Recuperação Judicial de uma sociedade empresária. Com isso, pretende-se apresentar a estrutura e a didática de procedimentos de investigação contábil, assim, disseminar conhecimento e instigar novas apreciações sobre a perícia contábil judicial.

Ressalta-se relevante incentivar estudos pertinentes a esse campo temático, pois, há estudos internacionais sugerindo grade curricular multi e interdisciplinar integrando temas afins em matéria de investigação contábil pericial, como os de Curtis (2008), Kranacher et al. (2008), Carpenter, Durtschi e Gaynor (2011) e Daniels e Ellis (2013).

Para cumprir com o desiderato este trabalho está estruturado da seguinte maneira: após esta seção, são apresentados os fundamentos teóricos e em seguida os procedimentos metodológicos do caso. Em seguida a análise e a discussão dos resultados. Ao final, as conclusões do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção, com fins de delimitar campos de trabalho, apresenta a distinção entre as atividades de auditoria e de perícia contábil. Na sequência, aborda as

atividades do perito judicial no âmbito da forensic accounting. Ao final, expõe a importância do laudo pericial como resultado do trabalho do perito judicial.

2.1 Auditoria e Perícia Contábil

Dentre as especializações das Ciências Contábeis estão a Auditoria e a Perícia Contábil. Há relatos de que o exercício de ambas é antigo. Singleton et al. (2006) afirma que a figura do perito representava os olhos e ouvidos dos faraós do Egito antigo, desempenhando um papel importante na inspeção e conferência minuciosa dos estoques de grãos, ouro e outros ativos. Por sua vez, Golden (2011, p. 7) destaca que a auditoria, embora incipiente, já era praticada na época da dinastia Shako da China (1122-256 a.C). Apesar de possuírem semelhanças, particularmente em relação aos procedimentos e às técnicas aplicáveis, há uma dissociação evidente entre os trabalhos de auditoria e de perícia. Lopes de Sá (2011) ensina que a perícia contábil e a auditoria variam em causa, efeito, espaço, tempo e metodologia de trabalho. Para fins ilustrativos, sem pretensão de exaurir os contrastes, o Quadro 1 apresenta algumas características da Perícia e da Auditoria.

Para Golden (2011), a preocupação do auditor é com a fidedignidade das demonstrações contábeis, por isso implementa procedimentos de verificação com o objetivo de detectar deficiências materiais relevantes, no entanto não se dedica à descoberta de suas origens. O produto de seu trabalho é o parecer de auditoria. Infere-se, na auditoria o apoio central está nas normas que orientam, por meio de controles, a conduta das apropriações dos fatos contábeis.

A perícia, de acordo com seu objeto e finalidade, pode ser classificada como judicial ou extrajudicial (Pires, 1999). A primeira tem por objeto um processo que tramita na esfera judicial, cujos os fatos controvertidos demandam uma solução técnica pertinente. Daí a necessidade de um trabalho especializado por intermédio de um expert, demandado pelas partes ou pelo julgador da causa. Já a perícia extrajudicial ocorre fora do âmbito judicial. Da mesma maneira, se origina por razões de interesse particular, com objetivo de se obter uma opinião, por meio de laudo, sobre um caso concreto.

Quadro 1 - Comparação Perícia e Auditoria ¹

PERÍCIA ²	AUDITORIA
Executada por pessoa física que seja um profissional legalmente habilitado e inscrito em cadastro mantido por tribunal de justiça (art. 156, §1º do CPC).	Pode ser executada tanto por pessoa física quanto por jurídica ³ .
A perícia serve a uma época, questionamento específico, por exemplo apuração de haveres na dissolução de sociedade.	Tende à necessidade constante, como exemplo: auditoria de balanço, repetindo-se anualmente.
A perícia se prende ao caráter científico de uma prova com o objetivo de esclarecer controvérsias.	Auditoria se prende à continuidade de uma gestão; parecer sobre atos e fatos contábeis.

O principal usuário é a justiça.	Os principais usuários são os Stakeholders.
É específica, restrita aos quesitos e pontos controvertidos, especificados pelo condutor judicial.	Pode ser específica ou não. Exemplo: auditoria de Recursos Humanos ou em toda empresa.
Sua análise é abrangente em relação ao ponto controverso.	Os procedimentos são direcionados para garantir que os saldos apresentados não contêm distorção relevante que possa influenciar na decisão dos usuários das demonstrações financeiras.

¹ Adaptado de Hoog (2015).

² A comparação aqui considerada é em relação à perícia judicial. Importante destacar que há também a perícia extrajudicial (aquela que ocorre fora do âmbito do poder judiciário).

³ Respeitadas as exigências que dimanam do Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Perícia Judicial

Sobre o investigador forensic accounting, Golden (2011) entende que em suas ações utiliza um elenco de ferramentas, processos mentais e atitudes diversificadas em um nível mais granular, com o intuito de destrinchar os fatos. Seus resultados devem ser capazes de avaliar perdas e danos materiais, apontando e sugerindo procedimentos mitigadores de atos prejudiciais. Em síntese, nessa tipologia de perícia se busca a natureza e a origem dos fatos contábeis pelo conhecimento técnico do expert, além do amparo em normas regulatórias.

O perito contador³ é o ator protagonista da perícia judicial e constitui o profissional munido de um saber apurado para a realização do exame técnico, das investigações, da análise do objeto e da identificação da natureza dos fatos. Sua contribuição é ampla e inclui a resposta aos quesitos formulados, a assistência aos pares e a elaboração de questões para descortinar dúvidas. Independente do âmbito de atuação - judicial ou extrajudicial - o especialista deve ter autonomia e independência para a condução do seu trabalho (FRANÇA; BARBOSA, 2015).

Bolgna e Linquist (1995) definem forensic accounting investigator como um profissional especializado possuidor de habilidades no campo das finanças que adota regras baseadas em evidência. A forensic accounting é uma vertente das formas de exames periciais e tem o intuito de verificar se procedimentos contábeis estão sustentados por fatos e documentos escorreitos de dúvidas, atestando a presença ou a inexistência de fraude contábil. Nesse contexto, a fraude pode ser segregada em quatro elementos básicos (GOLDEN, 2011, p. 2): i) A falsa representação de natureza material; ii) Conhecimento prévio da falsidade da declaração (scienter); iii) A confiança da pessoa que recebe a representação (reliance); e iv) Danos financeiros resultante dos itens elencados (damages). A tipologia que analisa “a falsa representação de natureza material” é a mais relacionada ao presente caso, isso por que o estudo está centrado na falseabilidade dos fatos (primeiro elemento), como adiante se verá.

³ Segundo a NBC PP 01 - é da competência do Perito Contador: pesquisar, examinar, analisar, sintetizar e fundamentar a prova no laudo pericial contábil e no parecer pericial contábil.

2.3 O Laudo Pericial

É da incumbência do perito judicial a apresentação de um laudo com fundamentação técnica. Portanto, o laudo configura-se um produto do trabalho pericial em que o perito se pronuncia sobre questões submetidas à sua apreciação (Fonseca et al., 2000). Em matéria contábil, o laudo pericial somente poderá ser elaborado por contador habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CFC, 2012).

O laudo deverá contemplar as conclusões do perito, embasadas pelos meios de provas admitidos legalmente. O perito deve indicar o acervo de documentos que foram examinados, bem como técnicas de pesquisa adotadas no curso da diligência (Lehnen, 2001).

Em sua estrutura o laudo deverá conter: (i) a identificação do processo e das partes; (ii) a síntese do objeto da perícia; (iii) a metodologia utilizada, (iv) a identificação das diligências efetuadas; (v) a transcrição e resposta aos quesitos; (vi) as conclusões do perito e, (vii) a assinatura do perito. O laudo pode ainda ser ilustrado com anexos e apêndices (CFC, 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho utilizou abordagem qualitativa para análise e reprodução do caso (DENZIN; LINCOLN, 2006). Quanto aos fins e objetivos, trata-se de pesquisa aplicada, de caráter descritivo e exploratório (LAKATOS; MARCONI, 2007). Com base em laudo elaborado por um expert, cujo o escopo se insere na tipologia forensic accounting, procura apresentar evidências empíricas de fatos não bem explorados em trabalhos acadêmicos. Devida a essa escassez de estudos correlatos, as discussões estabelecidas no presente estudo visam ampliar conhecimentos e sistematizar procedimentos em trabalhos desta natureza.

Foram usadas fontes teóricas e teórico-empíricas para subsidiar o estudo. Quanto aos meios empregados, o trabalho é um estudo de caso único explanatório, cujo propósito – além de descritivo e exploratório –, consiste em apresentar um conjunto de eventos para que possam ser aplicadas em situações semelhantes (Yin, 2001).

Como técnicas se optou pela análise de conteúdo, justamente por reunir um conjunto amplo de informações e documentos de suporte, que foram examinados para a estratificação e formação do histórico e resenha do caso (MORAES, 1999). Os conteúdos foram extraídos do Laudo Pericial, das Demonstrações Contábeis da Sociedade RJ, do Processo de Recuperação Judicial – contendo a inicial, documentos da instrução, decisões intermediárias e sentença de extinção do feito. Como um dos autores realizou o trabalho pericial, a redução dos fatos foi deveras facilitada, pois familiarizado com aspectos materiais e formais inerente ao caso a seguir apresentado.

4 APRESENTAÇÃO DO CASO

4.1 Empresa Objeto

Trata-se de sociedade empresária com 15 (quinze) anos de atuação no mercado atacadista de produtos de informática, com sede na região sul do país. Por questões de ética, embora o processo não tenha tramitado em segredo de justiça, foram reservadas a denominação social da empresa – sendo aqui adotado o pseudônimo Sociedade RJ – e a sua localização exata.

No início de abril de 2011, devido a um desequilíbrio econômico-financeiro, a Sociedade RJ ingressou com pedido de Recuperação Judicial, com base na Lei 11.101/05. Rogou ao Juízo por concessão de antecipação tutelar no sentido de destravar recursos bloqueados por bancos credores. Além mais, requereu a não divulgação e a suspensão/omissão de eventuais protestos de títulos.

É bom gizar que tal pedido está albergado em princípios constitucionais e, especialmente, no reza o art. 47 desta Lei, qual seja:

A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Após os trâmites protocolares, o julgador analisou o cumprimento dos requisitos insculpidos nos art. 48 e 51 da Lei 11.101/05, emitindo sua decisão interlocutória (intermediária). Porém, antes, é bom anunciar alguns dos requisitos, inerentes as obrigações contábeis, que devem ser observados:

Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com: I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira; II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção.

Em seguida, disse que os requisitos previstos na norma falimentar e recuperatória constavam cumpridos e foi bem demonstrada a situação financeira em crise, por tudo atendido, de sorte a viabilizar a concessão da recuperação judicial almejada. Finalizou sua pronúncia dizendo

Ante o exposto, porque atendidos os requisitos legais exigidos, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL almejada pela empresa RJ, nos termos do art. 52, "caput", da Lei n.º 11.101/2005 e, para tanto: Nomeio, como administrador judicial, na forma do art. 21 da lei de

regência, a empresa ADMRJ Advocacia, apontando como responsável ADM-Judicial, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/XX sob o n. YYYY4.

Importante observar que, assim como o Administrador Judicial é remunerado por seu trabalho durante o curso do processo de Recuperação Judicial, o Perito também deve remunerado para o auxílio por meio técnico, donde ambos ajustam a honorária com à Recuperanda. Para ilustrar:

EMENTA: PERITO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. Na recuperação judicial, é razoável a fixação dos honorários mensais de perito em valor próximo à terça parte dos honorários mensais do administrador judicial. (Agravo nº. 1.0024.06.033244-2/001 – Comarca de Belo Horizonte - Agravante: Socila Alimentos Ind. Com. Ltda. - Relator: Exmo. Sr. Des. José Domingues Ferreira Esteves - Data do Julgamento: 27/02/2007 – Data da Publicação: 16/03/2007)

4.2 Documentos Para o Exame Prévio

Dando curso ao processamento, por ora deferido, o Administrador Judicial reúne as partes interessadas e indica seu longa manus⁵ (Perito Judicial). O profissional apresenta suas qualificações peticionando junto ao processo, elencando o rol de documentos e comprovações necessárias ao exame mais acurado dos fatos narrados pela Recuperanda. Este trabalho é essencial para que não parem dúvidas sobre a fidedignidade das alegações e autenticidade do rol de documentos, assim como, e comprovações dos fatos contábeis que suportam a escrituração comercial. Este exame é do interesse do Juízo, do Administrador Judicial, de todos os credores e das demais classes atingidas pelo favorecimento legal.

Síntese dos documentos solicitados à Recuperanda:

- 1) Escrituração mercantil por meio dos livros contábeis – ou na forma digital via SPED⁶ – dos exercícios sociais de 2008, 2009, 2010 e até 04 de abril de 2011;
- 2) Balancetes das Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados do Exercício-DRE) analíticos – no último nível, acumulados por exercício social – 2008, 2009 e 2010. A DRE do Exercício 2010, pois não consta dos autos;
- 3) Balancetes Sintéticos – até o 5º. Nível (por exemplo, 1.1.1.03.01) - das Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados do Exercício), mês-a-mês, do exercício de 2010 e até 04 de abril de 2011;
- 4) Balancete ESPECIAL das Demonstrações Contábeis ((Balanço Patrimonial

⁴ Preservadas as qualificações da sociedade de advocacia e do responsável Administrador Judicial.

⁵ A longa mão que auxilia o Juíz e/ou o Administrador Judicial em matéria especializada, no caso o Perito Judicial.

⁶ SPED (Sistema de Processamento Eletrônico de Dados).

e Demonstração de Resultados do Exercício) analítico – no último nível, de 04 de abril de 2011;

5) Cópias dos Registros de Apurações do ICMS, sintéticos e por CFOP (Código Fiscal de Operações) que consagre as Movimentação das Operações de Entradas e Saídas de Mercadorias, mensais desde janeiro de 2008 até a data Especial (04/04/2011);

6) Lista, por ordem de importância, das 100 (cem) principais mercadorias vendidas em 2010, com os preços médios praticados (base NF de saída), preços de compra brutos (base NF de entrada);

7) Lista atual dos mesmos produtos (base abril/2011), com os preços médios praticados (base NF de saída), preços de compra brutos (base NF de entrada);

8) Outros que se fizerem necessários a serem solicitados de modo complementar.

Deste rol, em que pese a insistência do Perito do Juízo, foram recebidos somente os seguintes documentos:

1) Balanço Patrimonial e DRE – 2008 e 2009;

2) Balancete 2008 e 2009;

3) Apuração de ICMS, PIS, e CONFINS – 2008, 2009 e 2010;

4) Relação de Credores por Classe;

5) Relatório dos produtos vendidos com informações de custo e Margem;

6) Relatório dos produtos vendidos a preços promocionais;

7) Relatório de faturamento integral (04/04/2011 a 18/04/2011);

8) Relatório das compras efetuadas a partir de 04/04/2011;

9) Informações sobre o setor eletrônico.

Nas tratativas, o expert observou certa resistência da empresa em fornecer os demais documentos constantes de seu pedido. Por isso, o Perito peticionou perante o Juízo informando a desídia da Sociedade RJ, justamente pelo considerável lapso contado da formalização do pedido sem a apresentação de elementos essenciais para a realização do exame. Imediatamente o Juíz fixou prazo fatal para que fossem cumpridos com os pedidos faltantes.

Por determinação do Juízo, finalmente, a Recuperanda cumpriu com suas obrigações. A partir desta fase, iniciaram-se as apurações de suporte ao Administrador Judicial e ao Juízo.

4.3 Preparação do Laudo e Achados Preliminares

Inicialmente, constam do Laudo os objetivos, Relatórios, Demonstrações Contábeis e documentos Analisados. Em seguida foram apresentados os procedimentos metodológicos, as abordagens qualitativas e quantitativas, acentuado o caráter descritivo e exploratório do estudo, e as técnicas empregadas mediante análise de conteúdo e técnico contábil das demonstrações e documentos de suporte.

No mérito, na seção Resultados e Análises, o laudo foi estruturado descrevendo e explorando os i) Balanços Patrimoniais e Demonstrações de Resultados e ii) Procedimentos e critérios de contabilização.

i) Dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações de Resultados

O Perito preliminarmente detectou que a demonstração de resultados do exercício social de 2010, foi juntada ao processo tardiamente, ou seja, em 20 de abril de 2011. Mais adiante, em 24 de maio de 2010, foram adicionadas aos autos as notas explicativas alusivas às mudanças no balanço patrimonial de 2010. E pasmem, em 18 de julho de 2011 foram protocolizadas nos autos novas demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício de 2010, inovando em relação as formalidades anteriores. Estranhamente, mesmo modificadas as demonstrações antecedentes ao pedido de Recuperação Judicial, aquelas levantadas em caráter especial – quando protocolizada a demanda condição – não foram modificadas.

Mesmo com explicações postadas dos autos, trazendo as “diferenças geradas” nas contas patrimoniais, as mesmas não compreendem todas as mutações havidas. Igualmente, essas “Notas Explicativas” (NEs) não contêm justificações adequadas de modo a orientar o examinador ou interessado sobre como e de que forma estava contabilizado, por que foram contabilizados daquela maneira, quais os procedimentos de correção utilizados e os efeitos dessas modificações nas demonstrações contábeis. Da forma como as mutações foram apresentadas deixam de ter clareza e, por conta disso, não alcançam as orientações da NBC (Norma Brasileira de Contabilidade) T 6.2.

Ao examinar essa norma se vê outros aspectos que devem ser considerados. Primeiro, as “Notas Explicativas” devem acompanhar as demonstrações explicadas. Segundo, deveriam compreender as diferenças no âmbito econômico (DRE⁷). Terceiro, os dados não permitem comparações com as datas de períodos anteriores, pois não constaram as posições das contas com o status ex ante e a ex post. Quarto, a justificação oferecida põe em dúvida a escrituração contábil da empresa, visto que as importações de dados, por ERP⁸ da própria empresa, apresentaram inconsistências. Quinto, seria prudente que cada conta patrimonial e econômica com variação ou modificação fosse devidamente explicada e justificada, pelo menos as mais relevantes, já que se trata de um processo de recuperação judicial que clama, antes, por políticas contábeis adequadas para demonstrar a verdadeira situação patrimonial, financeira e econômica.

As Tabelas 1 e 2, preparadas pelo especialista, apresentam a síntese dos Balanços Patrimoniais dos Exercícios de 2008, 2009, 2010 I, 2010 II e 2011 I. Vê-se vários efeitos importantes antes do pedido de recuperação judicial, inclusive os ajustes sem justo título no exercício social (2010 II) que já sido encerrado antes do pedido de recuperação.

Por exemplo, no Balanço Patrimonial de 2010 I (apresentado quando do

⁷ DRE (Demonstração de Resultado do Exercício)

⁸ ERP (Enterprise Resource Planning)

pedido do favor legal) nas contas Adiantamento a Terceiros e Créditos de Sócios e Diretores (empréstimos a sócios) constavam saldos de R\$ 220.000,00 e R\$ 300.000,00, respectivamente. Em 2010 II (Balanço retificado) os saldos dessas contas simplesmente foram zerados, ou melhor, sequer constaram os lançamentos de origem.

Tabela 1: Balanço Patrimonial da Sociedade RJ Ltda.- Em Recuperação Judicial

	2008	%	2009	%	2010 I	%	2010 II*	%	2011 I	%
Ativo										
Circulante	5.868.238	95,3%	9.078.867	98,4%	8.928.943	94,6%	9.405.024	97,8%	19.923.298	98,7%
Caixa	597.765	9,7%	226.781	2,5%	101.109	1,1%	101.109	1,1%	12.486	0,1%
Disponibilidades	688.981	11,2%	782.488	8,5%	66.508	0,7%	513.438	5,3%	1.187.855	5,9%
Estoques	901.652	14,6%	2.980.379	32,3%	4.711.694	49,9%	4.708.771	49,0%	13.751.429	68,1%
Clientes	5.761.267	93,6%	3.954.107	42,9%	2.811.607	29,8%	2.797.697	29,1%	1.607.366	8,0%
Impostos a recuperar	1.139.201	18,5%	1.092.823	11,8%	975.736	10,3%	1.260.002	13,1%	469.423	2,3%
Despesas do exerc. Seg.	61.046	1,0%	42.289	0,5%	42.289	0,4%	24.007	0,2%	42.289	0,2%
Adiantamento a terceiros					220.000	2,3%			2.852.450	14,1%
Não Circulante	289.740	4,7%	143.751	1,6%	511.930	5,4%	208.380	2,2%	262.648	1,3%
Créditos e Valores	28.388	0,5%	28.388	0,3%	328.388	3,5%	28.388	0,3%	79.106	0,4%
Permanente	261.352	4,2%	115.363	1,3%	183.542	1,9%	179.992	1,9%	183.542	0,9%
Imobilizado	261.352	4,2%	115.363	1,3%	183.542	1,9%	179.992	1,9%	183.542	0,9%
Total	6.157.978	100%	9.222.618	100%	9.440.873	100%	9.613.404	100%	20.185.946	100%
Passivo										
Circulante	4.827.968	78,4%	5.299.763	57,5%	11.099.594	117,6%	8.162.225	84,9%	19.156.847	94,9%
Fornecedores	3.262.574	53,0%	4.131.880	44,8%	6.199.934	65,7%	6.221.942	64,7%	12.739.365	63,1%
Financeiras	911.284	14,8%	498.495	5,4%	4.200.489	44,5%	1.238.765	12,9%	6.148.661	30,5%
Obrigações fiscais/tributárias	433.398	7,0%	517.644	5,6%	496.840	5,3%	499.187	5,2%	66.490	0,3%
Trabalhistas	220.712	3,6%	151.744	1,6%	202.331	2,1%	202.331	2,1%	202.331	1,0%
Não Circulante	1.121.049	18,2%	3.503.903	38,0%	108.703	1,2%	3.115.337	32,4%	4.239.203	21,0%
Financiamentos/empréstimos	997.197	16,2%	2.247.894	24,4%	-	0,0%	2.989.635	31,1%	4.130.500	20,5%
Parcelamentos	123.852	2,0%	196.579	2,1%	108.703	1,2%	125.702	1,3%	108.703	0,5%
Impostos antecipados			1.059.430	11,5%						
Patrimônio Líquido	208.961	3,4%	418.952	4,5%	- 1.767.424	-18,7%	- 1.664.158	-17,3%	- 3.210.104	-15,9%
Total	6.157.978	100%	9.222.618	100%	9.440.873	100%	9.613.404	100%	20.185.946	100%

obs.: (*) Retificado pela recuperanda mediante protocolo em 18/07/2011.

Esse tipo de procedimento suscitou dúvidas, como: o fato existiu na realidade? Tem documento que sustentou o lançamento contábil de origem? Houve erro de contabilização? Qual a contabilização correta, então?

Em exame pontual nessas contas contábeis, especificamente, base na escrituração constante do SPED, não foram encontrados lançamentos de “estorno⁽⁹⁾ ⁽¹⁰⁾ ⁽¹¹⁾”, ou seja, se o saldo existia é porque foi lançado com base em algum documento. Se houve equívoco, deveria ter sido estornado contabilmente e não excluído - como se não existisse, sem prejuízo das devidas explicações indicativas da destinação contábil, o que careceu no conjunto do relatório (notas explicativas) postado nos autos.

⁹ Base Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 23 - Trata das Políticas Contábeis, Mudanças e Estorno.

¹⁰ A Resolução do CFC n. 1.330, quando trata da Retificação do lançamento Contábil, conceitua: 33. O estorno consiste em lançamento inverso àquele feito erroneamente, anulando-o totalmente.

¹¹ Também fere a NBC T 2.4 que normatiza a Retificação de Lançamentos.

Tabela 2: Demonstrações de Resultado da Sociedade RJ Ltda.- Em Recuperação Judicial

	2.008	%	2009	%	2010 I	%	2010 II	%	2011	%
Receita Operacional Bruta	38.594.297		40.496.738		46.432.122		46.431.232		12.938.212	
Receita de Vendas de Mercadorias	38.578.946		40.462.140		46.220.451		46.397.229		12.938.092	
Receita de Vendas de Serviços	15.351		34.598		211.671		34.003		120	
(-) Deduções da Receita Bruta	-8.789.807		- 8.433.990		- 7.758.651		- 7.867.925		- 1.937.230	
Impostos e Deduções	-8.789.807		- 8.433.990		- 7.758.651		- 7.867.925		- 1.937.230	
= Receita Operacional Líquida	29.804.490	100%	32.062.748	100%	38.673.471	100%	38.563.307	100%	11.000.982	100%
(-) Custos Operacionais da Receita	-25.833.111	-86,7%	-25.939.347	-80,9%	-33.904.647	-87,7%	-33.386.281	-86,6%	-10.690.314	-97,2%
Custo Mercadorias Vendidas/serviços	-25.833.111	-86,7%	- 25.939.347	-80,9%	- 33.904.647	-87,7%	- 33.386.281	-86,6%	- 10.690.314	-97,2%
= Resultado Operacional Bruto	3.971.379	13,3%	6.123.401	19,1%	4.768.824	12,3%	5.177.026	13,4%	310.668	2,8%
(-) Despesas Operacional	-3.238.499	-10,9%	- 5.342.006	-16,7%	- 6.958.179	-18,0%	- 7.036.056	-18,2%	- 1.753.348	-15,9%
Despesas Administrativas:	1.889.944	6,3%	2.432.271	7,6%	3.513.105	9,1%	3.636.124	9,4%	717.853	6,5%
Despesas Financeiras Líquidas:	955.190	3,2%	2.042.834	6,4%	2.722.939	7,0%	2.817.514	7,3%	757.570	6,9%
Outras Despesas Operacionais:	393.365	1,3%	866.901	2,7%	722.135	1,9%	582.418	1,5%	277.925	2,5%
= Resultado Operacional Líquido	732.880	2,5%	781.395	2,4%	- 2.189.355	-5,7%	- 1.859.030	-4,8%	- 1.442.680	-13,1%
(+ -) Receitas/Despesas não Operacionais	-4.057	0,0%	- 4.248	0,0%	2.979	0,0%	- 224.080	-0,6%	-	0,0%
= Resultado antes da CS e IRPJ	- 227.109	-0,8%	- 390.458	-1,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
(-) Provisão para Contribuição Social	65.251	0,2%	105.409	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
(-) Provisão para Imposto de Renda	157.801	0,5%	280.801	0,9%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
= Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	505.771	1,7%	390.937	1,2%	- 2.186.376	-5,7%	- 2.083.110	-5,4%	- 1.442.680	-13,1%

obs.: (*) Retificado pela recuperanda mediante protocolo em 18/07/2011

4.4 Exame Dos Balanços Patrimoniais

Dos Balanços Patrimoniais se extraiu que a empresa historicamente apresentou alto grau de endividamento e baixa imobilização. Seus recursos estão centrados em créditos de clientes (decorrentes das vendas a prazo) e estoques. Em 2010 a empresa recuperanda apresentou, nas posições patrimoniais I e II juntadas pela devedora, passivo a descoberto, ou seja, as obrigações da empresa não foram suportadas por seus ativos. Essa insuficiência sinaliza um estado de insolvabilidade.

Em 2011 I, período em que compreende janeiro, fevereiro, março até o dia 04 de abril de 2011, o Balanço Patrimonial apresenta vários sinais modificativos, a saber:

- Houve relevante variação nos ativos de 110% (cento e dez por cento), impulsionado pelo incremento dos estoques nesse curto período de 192% (cento e noventa e dois por cento) em relação à posição de dezembro de 2010 II – de R\$ 4.708.771 para R\$ 13.751.429;
- Observa-se que em 2010, no mesmo trimestre, a empresa apresentou estoque de R\$ 2.341.774, ou seja, se comparado ao mesmo período anterior o incremento foi de 487% (quatrocentos e oitenta e sete por cento);
- Analisando tão somente as operações de entradas e saídas de mercadorias no primeiro trimestre de 2011, nota-se relevante incremento nas aquisições nos meses antecedentes ao pedido (fevereiro e março de 2011).

Quadro 1: Operações Fiscais – 1º Trimestre de 2011 (em R\$)

2011	Entradas	Saídas
Janeiro	3.444.245,72	3.931.544,31
Fevereiro	<u>8.839.003,51</u>	4.045.353,76
Março	<u>9.157.797,52</u>	4.944.542,61
Total	21.441.046,75	12.921.440,68

Fonte: Dados do Processo Judicial

- Aumentando ainda mais os ativos, consta o valor de R\$ 2.852.450,00 a título de Adiantamento a Terceiros, que não especificado no balancete analítico apresentado ao perito;

- Esses investimentos em ativos foram financiados por fornecedores e instituições creditícias, pois, nesse período, o endividamento com fornecedores incrementou em 121% (cento e vinte e um por cento). Já as dívidas com financiadores de recursos cresceram 143% (cento e quarenta e três por cento).

Em suma, em razão dos resultados econômicos o patrimônio líquido ficou ainda mais negativo, com os ativos sem lastro o suficiente para garantir os credores (terceiros).

4.5 Exame das Demonstrações de Resultados

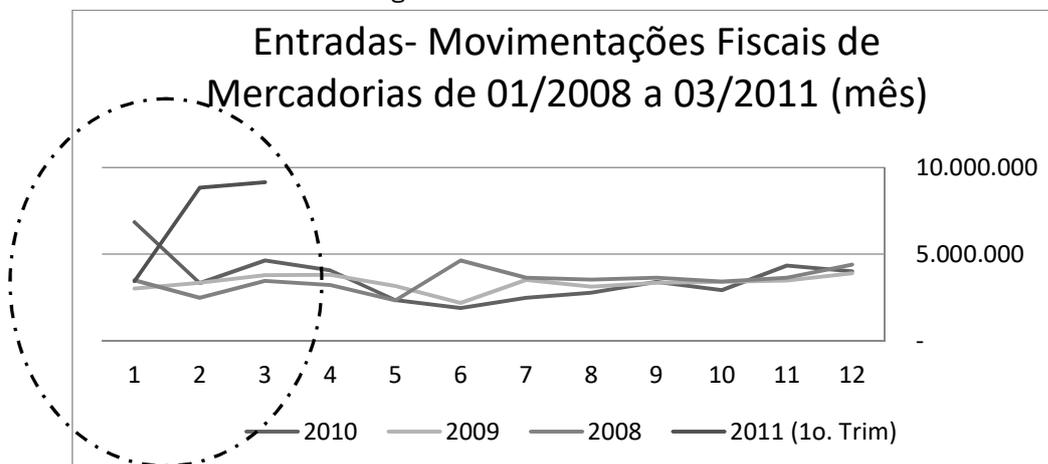
A Demonstração de Resultados do Exercício dispõe das operações econômicas da empresa nos exercícios sociais em análise. Nota-se, ao comparar o exercício de 2010 em relação a 2009, elevação das vendas de mercadorias em 14% (quatorze por cento). Já as despesas financeiras líquidas aumentaram em maior proporção, ou seja, em 38% (trinta e oito por cento). Comparando os exercícios sociais antecedentes a recuperação, 2010 II em relação a 2009, houve incremento dos custos das mercadorias vendidas, de 81% (oitenta e um por cento) para 88% (oitenta e oito por cento); e as despesas administrativas se elevaram de R\$ 2.432.271,00 para R\$ 3.513.105,00. Esses fatores geraram um prejuízo no exercício social de R\$ 2.083.110,00.

A Demonstração de Resultados de 2011, especial, indica que houve agravamento na relação custo de mercadorias vendidas com as receitas líquidas. De uma média de 85% (oitenta e cinco por cento) nos exercícios antecedentes passou para 97% (noventa e sete por cento). De uma margem bruta de 15% (quinze por cento) a empresa quedou para 3% (três por cento), ou seja, reduziu substancialmente o resultado operacional bruto para fazer face às despesas operacionais. Essas operações do período geraram um prejuízo de R\$ 1.442.680, agravando ainda mais o estado de desequilíbrio financeiro.

Esses apontamentos preliminares, incitaram à ampliação do escopo da análise, agora centrada nas operações fiscais de entradas e saídas de mercadorias no curso do período sob exame (2008 a março de 2011). Para fins didáticos duas figuras gráficas foram construídas, uma com as entradas (compras +

transferências internas) e outra com as saídas (vendas + transferências internas). A Figura 1 demonstra o comportamento das entradas de mercadorias em cada mês de um ano respectivo. Importante assinalar que, considerado um mês específico de um determinado ano, possibilita o cotejamento dos dados desse mesmo mês com os de outros anos.

Figura 1: Entradas de Mercadorias



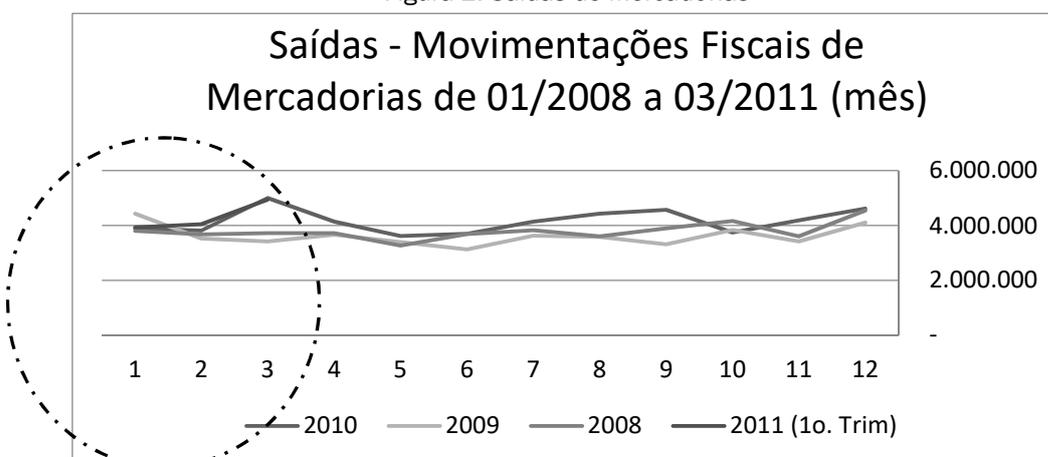
Fonte: Dados do caso.

Obs.: consta à direita do gráfico valores em R\$

Com isso, permite-nos ver períodos de normalidade e discrepância. Por exemplo, conforme já observado anteriormente, no primeiro trimestre de 2011, especialmente nos meses de fevereiro e março/2011, é possível apontar anomalias (ver elipse tracejada em vermelho).

Já na Figura 2, que demonstra as movimentações fiscais de saídas de mercadorias, não se nota as anomalias apresentadas na Figura 1 (ver elipse tracejada em preto). Consequência disso foi a elevação no nível dos estoques.

Figura 2: Saídas de Mercadorias



Fonte: Dados do caso.

Obs.: Constam à direita do gráfico valores em R\$

4.6 Procedimentos e Critérios de Contabilização

Em sequência a análise de conteúdo, com base nos balancetes que contêm as variações patrimoniais, financeiras e econômicas nos exercícios sob exame, foram examinadas as contabilizações das Receitas de Vendas de Mercadorias. Importante realçar que comumente as contabilizações das operações de venda de mercadoria se realizam de duas maneiras: à vista ou a prazo. Nas operações à vista há o impacto imediato nas disponibilidades financeiras. Enquanto que nas vendas a prazo os efeitos são diretos na conta de recebíveis.

Dos procedimentos examinados, identifica-se que em 2011 a empresa inovou na forma de contabilização da RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS. Detectou-se que, somente nesse período, todas as VENDAS foram registradas, independente da forma - à vista ou a prazo - e adotando como contrapartida a conta CAIXA, como se as operações fossem todas à vista.

Isso, além de ser um erro que escapa às recomendações técnicas, afronta as regras e a orientação do educandário contábil, de modo a tornar-se absolutamente injustificável. Exemplo concreto: no primeiro trimestre de 2011 a empresa contabilizou um valor total de Receitas de Vendas de Mercadorias de R\$ 12.470.011,85 e transitou pela conta clientes (Débitos) a importância de R\$ 2.112.686,62. Comprovando que as operações de Vendas de Mercadorias foram contabilizadas como se operacionalizadas à vista, o que viola as regras e normativas contábeis. Inclusive fere a Resolução CFC Nº. 1.187/09 que aprovou a NBC T 19.30 – Receitas.

Nos exames mais acurados não foram encontrados ajustes ou transferências desses valores para a conta CLIENTES, ou seja, convolvendo a natureza de origem, o que estabelece certa dúvida na contabilização. Um dos efeitos dessa prática é geração de volume nas entradas e saídas na conta CAIXA, perdendo-se a relação subjacente. Consequência disso é um volume substancial de movimentos na conta caixa sem guardar qualquer relação com a natureza dos fatos, dificultando o liame de sujeição das operações, daí surtindo várias dúvidas. Tudo isso prejudica a confiabilidade dos registros contábeis, por inobservância das normativas que orientam a forma da escrituração e aos Princípios de Contabilidade.

4.7 Comportamento e anomalias nas mutações patrimoniais e nas contas de resultados

Avaliando anormalidades nas movimentações contábeis, nas contas de resultado, percebeu-se a presença de despesa excessiva com veículos no curso do ano de 2010 e no primeiro trimestre de 2011. Para registro, a empresa no ano de 2010 apresentou despesa de combustíveis e lubrificantes no valor de R\$ 372.082,46. Em 2011 no valor de R\$ 149.087,32. Ocorre que em 2008 o gasto total foi de R\$ 37.052,81 e em 2009 de R\$ 39.484,75. Ao verificar os

lançamentos específicos nessa conta contábil, identificou-se que o fornecedor desse combustível também é credor da recuperanda constando do rol de credores com crédito de R\$ 426.339,95, correspondente ao fornecimento de 151.935 litros de gasolina.

Em razão disso, o perito judicial requisitou as Notas Fiscais de origem correspondentes aos fatos. Entregues, notou-se que além de preenchidas manualmente não foram lastreadas por cupons fiscais decorrentes dos abastecimentos, inclusive não se obteve o romaneio dos abastecimentos em nome da recuperanda. Tal investigação foi prudente, dado que constam da frota da empresa RJ somente 4 (quatro) veículos. Assim, não foi encontrada frota para justificar o consumo correspondente as Notas Fiscais expedidas, muito menos percurso suficiente para dar apoio ao consumo com esse acervo de veículos. Além disso, não há foram acostadas provas de contratação com essa elasticidade de prazo para pagamento – mais de 6 meses do fato.

Em adição ao exame, nas movimentações na conta CAIXA foram encontrados 8 (oito) pagamentos em dinheiro ao mesmo fornecedor, no mês de fevereiro/2011, totalizando a importância de R\$ 5.184.905,25. Em fevereiro as operações de entrada de mercadorias representaram um total de R\$ 8.839.003,51, logo, as aquisições com somente esse fornecedor equivaleram a aproximadamente 60% (sessenta por cento) das compras totais.

Analisando as notas fiscais lançadas, verificou-se que os “fornecimentos de produtos” foram realizados por notas sequenciais, o que suscitou dúvida quando aos fatos. Foram solicitados à recuperanda os documentos fiscais de conhecimento de transporte, mas não se obteve êxito.

Na sequência, foi identificado endereço sede da empresa fornecedora na Nota Fiscal, então, realizou-se vistoria no local. Entretanto, mesmo fornecendo substancial conjunto de equipamentos, em várias tentativas ninguém foi encontrado na sede desse fornecedor (credor na recuperação judicial).

Os registros de saída apontaram uma operação discrepante de venda à vista no valor de R\$ 940.549,05, em 31 de março de 2011, às vésperas do pedido de recuperação judicial. Observou-se que no mês de março/2011 a empresa vendeu o valor total de R\$ 1.556.260,25. Ao cotejo, detectou-se que esta operação representou 60% (sessenta por cento) do total vendido no mês de março/2011, o que sugere ser investigado com mais detalhe.

4.8 Inferências e Conclusões do Laudo

Em síntese, sob o ponto de vista da análise das demonstrações contábeis, compreendendo os Balanços Patrimoniais e Demonstrações de Resultados, de 2008, 2009, 2010 e 2011 – até a data do levantamento especial, 04/04/2011-, percebeu-se que muitas inconsistências, variações e procedimentos escaparam da principiologia norteadora da escrituração mercantil recomendada.

Reflexos das alterações nas Demonstrações Contábeis de 2010 II que não

foram reproduzidas nas Demonstrações Contábeis Especial de 04 de abril de 2011 (Balanço Patrimonial e DRE). As notas explicativas protocolizadas em 18/07/2011 referentes às alterações nas Demonstrações de 2011 I não compreendem, muito menos expõem, as mutações patrimoniais. Deixam de apresentar os saldos comparativos e de acostar as Demonstrações que são explicadas, muito menos se observou o modo de justificação recomendado pela NBC T 6.

Ao examinar as mutações das contas patrimoniais, especialmente comparando 2010 II com 2011, nota-se aumento substancial do endividamento com fornecedores e com instituições creditícias. Esses recursos foram usados para aquisição de estoque e adiantamento financeiro a terceiros. Foi muito saliente o aumento dos estoques nos três primeiros meses do ano de 2011.

Procedimentos alusivos à contabilização das vendas de mercadorias não apresentam clareza e fogem as orientações normativas e da literatura contábil-societária. Em adrede, entende-se que a mudança de critérios, s.m.j., fere a Convenção contábil da Consistência ou da Uniformidade. Nesse sentido os procedimentos de escrituração concernente às operações das organizações devem obediência ao enunciado da CVM¹² de n. 29/86, que diz: “A Contabilidade de uma entidade deverá ser mantida de tal forma que os usuários das demonstrações contábeis tenham possibilidade de delinear a tendência da mesma com o menor grau de dificuldade possível...”.

Essa normativa, na qualidade de norma extravagante de apoio, tem orientado a adoção uniforme dos critérios de avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais no âmbito da entidade e no contexto temporal. Estabelece que quando adotado um determinado processo entre vários possíveis, este não deverá ser modificado frequentemente, a fim de não prejudicar a comparabilidade dos relatórios contábeis.

Além da não representação contábil alusiva as operações de mútuos, e das transações das vendas brutas por meio da conta caixa, foram apontadas operações que destoam da normalidade, como o fornecimento de combustíveis (Auto Posto Y Ltda.); compras à vista do fornecedor Apoio de Informática Ltda. em valores relevantes em espécie; e vendas às vésperas para um cliente, cuja operação representa quase 60% (sessenta por cento) das vendas do mês de março/2011.

A guisa de conclusão do laudo, não há como dizer que a contabilidade foi obediente as normativas e orientações expedidas pelo Conselho federal de Contabilidade, por intermédio das NBCs, e especialmente a Convenção contábil que serve de paradigma as organizações econômicas, aliás, recomendada pela CVM de n. 29/86. Dessa forma, há de se concluir que a escrituração contábil se tornou temerária, pois não espelha a realidade dos fatos apresentados, o que merece ser desclassificada.

¹² CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

5 IMPLICAÇÕES DO TRABALHO DA PERICIA

Finalizados os trabalhos periciais, o perito realizou reunião com o Administrador Judicial narrando os fatos e apresentando o Laudo Final. Em seguida, foram protocolizados perante ao Juízo o laudo pericial juntamente com os documentos que o instruíram, momento em que foram prestados os esclarecimentos técnicos pessoalmente ao julgador. Realizada a juntada desse conteúdo aos autos, o juízo analisou a íntegra do processo e, com base no laudo, prolatou a decisão em aproximadamente 4 (quatro) meses após o pedido de recuperação judicial (agosto/2011).

Após a síntese do laudo pericial, o julgador trasladou as partes mais importantes. Por exemplo registrou em sentença:

Por todo o exposto, o que se verifica é que a empresa não cumpriu com requisitos necessários para que o feito tenha prosseguimento, vício que, consoante a argumentação antes deduzida, pode ser reconhecido a qualquer tempo por se cuidar de ordem pública e para obstaculizar o seguimento de um processo írrito. Mesmo o exame dos requisitos da inicial pode ser retomado à luz de maiores elementos trazidos ao feito, o que conduz a extinção do processo sem que se ingresse no exame de mérito obrigatoriamente.

Resumidamente, ilustrou a decisão com outros paradigmas, gizando ao final da sentença: “Ante o exposto, à falta dos requisitos estampados no art. 51 da lei 11.101/05 c/c art. 282 do Código de Processo Civil, declaro extinto o presente feito, sem apreciação de mérito, o que faço com arrimo no art. 267, IV do mesmo Código”.

Consequência objetiva, por tudo examinado e consignado pelo expert em laudo pericial, a empresa optou por não oferecer resistência, por meio de recurso, e o processo foi arquivado, com sentença extintiva da recuperação judicial, mesmo, preliminarmente, deferido o processamento. Não se tem conhecimento se houve remessa do laudo ao Ministério Público para o eventual oferecimento de denúncia aos agentes dos fatos fraudulentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se do caso que um dos objetivos da recuperanda, falseando os fatos mediante o cometimento de fraude material, foi o de ampliar o rol de credores. Com isso, obter maioria na classe de credores para conquistar a aprovação do plano de recuperação judicial. Como obteve, preliminarmente, a concessão da recuperação judicial, passou a restringir o exame pericial, pois, certamente temia a descoberta e revelação das assacardilhas.

Daí a perseverança do perito para a feitura do exame e do laudo, pois não poderia, ao ser beneficiado por honorários percebidos durante a constância do processo de recuperação judicial, deixar de cumprir com suas obrigações

profissionais em sede de forensic accounting, num contexto de confiança que lhe foi depositada. Deve, pois, quebrar resistência informando ao juízo e ao administrador judicial de suas práticas, necessidades e pedidos formulados. Com isso, não lhe faltará apoio, pois uma legião de credores espera o conteúdo do seu trabalho.

Como versou no caso, vê-se que várias armadilhas manejadas pela recuperanda, dentre as quais: depositou nos autos Demonstração Contábil de 2010 II retroativa em substituição à já encerrada 2010 1, sem considerar os efeitos dessas modificações nas Demonstrações base para o pedido de recuperação judicial; juntou no processo notas explicativas das Demonstrações especiais 2011 sem considerar os efeitos das modificações contábeis 2010 II, sem o acompanhamento das mesmas; realizou várias aquisições de produtos de informática às vésperas do pedido, protegendo-se perante credores; no curso do exercício social 2011 modificou critérios de contabilização das operações com vendas, violando recomendações estipuladas pelas normativas que apoiam a escrituração contábil; com frota reduzida adquiriu considerável volume de combustível muito acima da capacidade operacional de consumo da empresa, inclusive com favorecimento em termos de prazo, onde o fornecedor figurou no rol de credores na recuperação, com isso, evidencia-se origem de credor para favorecer votação em assembleia.

A sentença extintiva da ação se amparou no laudo judicial, colacionando elementos nele contidos. Após o pronunciamento do juízo, indeferindo a continuidade do processamento da recuperação, poderia ser atacado pela recuperanda em sede de recurso perante o Tribunal de Justiça. O fato de a empresa se conformar com a decisão revela, sem dúvida, que o trabalho pericial reuniu elementos bastante para configurar os elementos caracterizadores de fraude material.

Este estudo tem várias limitações. Primeiro, possui um viés interpretativo, pois um dos autores é o perito do caso. Poderia, pois, trazer outros achados não revelados, justamente por procurar selecionar aqueles mais contundentes. Assim, pode ter deixado de apresentar e discutir fatos também de repercussão.

Sugerem-se novas pesquisa neste campo. Trabalhos com esta temática, ainda, são pouco explorados, e a ampliação de oportunidades de conteúdos multi e interdisciplinares nas academias de ensino pode produzir profissionais mais bem preparados. Um ambiente técnico munido de pessoas com compreensão integradora de campos transversais, pode ser indutor de novas pesquisas e disseminar estudos concernentes a teoria e práticas em forensic accounting.

REFERÊNCIAS

BOLGNA, J. G.; LINQUIST, R. J. Fraud auditing and forensic accounting. 1995.

BRASIL. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a

extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 9 de fevereiro de 2005. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 de set. 2017.

CARPENTER, Tina D.; DURTSCHI, Cindy; GAYNOR, Lisa Milici. The incremental benefits of a forensic accounting course on skepticism and fraud-related judgments. **Issues in Accounting Education**, v. 26, n. 1, p. 1-21, 2011.

CFC. Normas brasileiras de contabilidade: perícia contábil: NBC TP 01 e NBC PP 01. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

CURTIS, George E. Legal and regulatory environments and ethics: Essential components of a fraud and forensic accounting curriculum. **Issues in Accounting Education**, v. 23, n. 4, p. 535-543, 2008.

DANIELS, Bobbie W.; ELLIS, Yvonne; GUPTA, R. D. ACCOUNTING EDUCATORS AND PRACTITIONERS' PERSPECTIVES ON FRAUD AND FORENSIC TOPICS IN THE ACCOUNTING CURRICULUM. **Journal of Legal, Ethical and Regulatory Issues**, v. 16, n. 2, p. 93, 2013.

DE FRANÇA, José Antônio; BARBOSA, Aline Borges. O Ensino da Perícia Contábil em Brasília: percepções dos estudantes do curso de ciências contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 14, n. 43, p. 63-73, 2015.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Artmed, 2006.

DIGABRIELE, James A. An empirical investigation of the relevant skills of forensic accountants. **Journal of Education for Business**, v. 83, n. 6, p. 331-338, 2008.

FONSECA, Alice Aparecida da Silva et al. A perícia contábil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, v.29, n.123, p.36-43, maio/jun. 2000.

DE FRANÇA, José Antônio; BARBOSA, Aline Borges. O Ensino da Perícia Contábil em Brasília: percepções dos estudantes do curso de ciências contábeis. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 14, n. 43, p. 63-73, 2015.

GOLDEN, Thomas W. et al. **A guide to forensic accounting investigation**. John Wiley & Sons, 2011.

GRAY, Dahli. Forensic accounting and auditing: compared and contrasted to traditional accounting and auditing. **American Journal of Business Education (AJBE)**, v. 1, n. 2, p. 115-126, 2011.

HARRIS, Cindy K.; BROWN, Amy M. The qualities of a forensic accountant. **Pennsylvania CPA Journal**, v. 71, n. 1, p. 2-3, 2000.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova pericial contábil: teoria e prática**. Juruá Editora, 2011.

HUBER, D.; Di GABRIELE, J. A. **Journal of Theoretical Accounting Research**. Vol. 11 Issue 1, p30-49. 20p., 2015.

KRANACHER, Mary-Jo et al. A model curriculum for education in fraud and forensic accounting. **Issues in Accounting Education**, v. 23, n. 4, p. 505-519, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. In: **Fundamentos da metodologia científica**. Atlas, 2010.

LEHNEN, Fernando. **Estudo jurídico-contábil da prova pericial**. Editora LTr, 2001.

LOPES DE SÁ, A. **Perícia Contábil**. 10ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MESSMER, Max. Exploring options in forensic accounting. **National Public Accountant**, v. 5, n. 3, p. 19-20, 2004.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação, Porto Alegre**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PIRES, Marco Antônio Amaral; CONTÁBIL, A. Perícia. Reflexão sobre o seu Verdadeiro Significado e Importância. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade. Porto Alegre: CRCRS**, n. 97, p. 20-29, 1999.

SCHMITZ, Tatiane et al. Perícia Contábil: análise bibliométrica e sociométrica em periódicos e congressos nacionais no período de 2007 a 2011. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 12, n. 37, p. 64-79, 2013.

SINGLETON, Tommie W. et al. **Fraud auditing and forensic accounting**. John Wiley & Sons, 2006.

TAVEIRA, Lis Daiana Bessa et al. Uma análise bibliométrica dos artigos científicos em perícia contábil publicados entre os anos de 1999 a 2012. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n. 2, p. 49-64, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2001.

ABSTRACT: The paper presents a case study in forensic accounting of a wholesale company of computer products. Absence of studies in forensic accounting denotes scientific and technical gap enabling advances the field. Through technical about forensic accounting, fraud were identified materials perpetrated by recovery company, managed in order to obtain the grant of the legal favoritism - the approval of the bankruptcy plan - and, therefore, benefits from the collective of creditors It if a case study explanatory. Analysis of content were performed based on the documents in the bankruptcy process, reporting and accounting documents required to recovery firm. Research emerged from accounting trickery findings by setting up various traps to ensnare the court and creditors. The sentence of action we relied on the expert report, bringing elements contained therein. The pronouncement of judgment revoked the continuity of the recovery processing. Demonstrating that the accounting technique used was fundamental in the discovery of material fraud, whose implications arising from the expert work prevented the continuation of the crime and important material losses.

KEYWORDS: Judicial expertise; Accounting expert; Forensic Accounting.

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PELA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COM BASE NA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Selma Alves Dios

AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PELA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COM BASE NA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Selma Alves Dios

Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Niterói – Rio de Janeiro

RESUMO: A equidade na distribuição de renda é imprescindível para um desenvolvimento sustentável, cuja busca é requisito indispensável de responsabilidade social. No entanto, não existe referência à responsabilidade das empresas e tampouco parâmetros objetivos para a avaliação de seu desempenho neste sentido. Neste estudo, se propõe que a forma como as empresas realizam a distribuição da renda gerada em suas atividades seja um critério objetivo de avaliação de responsabilidade social, bem como são apresentados indicadores objetivos de distribuição e de concentração de renda, fundamentados na distribuição do valor adicionado. A aplicação do modelo na análise da distribuição do valor adicionado de uma das maiores empresas do mundo revelou a alta concentração de renda praticada, bem como outros aspectos relacionados ao seu desempenho social.

PALAVRAS-CHAVE: Distribuição de renda, responsabilidade social empresarial, valor adicionado.

1. INTRODUÇÃO

A riqueza do mundo está altamente concentrada e segue se agravando: em 2014 o 1% dos indivíduos mais ricos do mundo concentrava 48% da riqueza, sendo que praticamente a totalidade dos 52% restantes está em posse dos 20% mais ricos, de modo que 80% da população comparte 5,5% da riqueza mundial. Se mantendo essa tendência, em 2020, 54% da riqueza mundial estará concentrada em mãos de 1% da população (Oxfam, 2015).

Um forte determinante dessa situação é a desigualdade de renda, que vem tendo um aumento significativo desde 1980. Segundo Piketty (2013), os 10% mais ricos dos EUA detêm mais renda que os 50% pobres. Na Europa, a desigualdade de renda é pouco menor, mas ainda assim, muito alta. Atualmente, a desigualdade global na distribuição de renda está em torno de 0,7 no Coeficiente de Gini, mas com tendência de seguir se acentuando. Para comparação, o índice de Gini para Noruega era de 0,226 em 2012, enquanto na África do Sul, um dos países mais desiguais, era de 0,630 (Milanovic, 2013).

A única fonte de recurso da maioria da população do planeta são as rendas do trabalho. No entanto, estas vêm sendo reduzidas ao longo do tempo. Segundo a OIT (2013), desde 1980, na maioria dos países se verifica uma tendência à redução da participação da renda do trabalho no Produto Interno Bruto, o que

significa que se destinou uma proporção menor da renda anual à remuneração da mão-de-obra e uma proporção maior à remuneração do capital.

O problema da distribuição de renda é um assunto por excelência do campo das Ciências Econômicas, e talvez o principal problema a resolver pela teoria econômica. Para Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) aprofundar a análise da desigualdade com novos estudos que melhorem a informação existente, mediante a incorporação de novas ferramentas de análise é uma agenda de investigação relevante (CEPAL, 2015).

A distribuição primária das rendas se realiza por meio de atividade das empresas e o nível de renda entre os distintos estratos socioeconômicos reflete a forma como estes agentes procedem a essa distribuição, particularmente no que se refere aos salários e, em segunda instância, aos impostos. No entanto, si por um lado as Ciências Econômicas não dispõe da visão das operações e dados das empresas, principais agentes na distribuição primária da renda, por outro a Contabilidade tradicional não se ocupa do ambiente econômico e social no qual atuam as entidades contábeis.

Neste estudo nos dedicamos á uma maior compreensão do contexto socioeconômico, tendo por objetivo defender a adoção da distribuição de renda como critério de avaliação da responsabilidade social das empresas e apresentar critérios objetivos de análise da forma como as empresas procedem à distribuição da renda gerada em suas atividades, com base na distribuição de valor adicionado.

2. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E IMPLICAÇÃO DAS EMPRESAS

2.1 Equidade distributiva e desenvolvimento sustentável

A equidade se define em função da igualdade de oportunidades e de ausência de privação, em particular no âmbito da saúde, da educação e do consumo (Banco Mundial, 2006), mas também em função da renda disponível para a satisfação das necessidades e de uma vida digna.

A equidade na distribuição de renda é requisito intrínseco para um desenvolvimento sustentável, além dos princípios morais, éticos e todo o que concerne à justiça social. Para Barbier (1987) o desenvolvimento sustentável pode ser medido em termos do aumento de renda real, além dos serviços educacionais e de saúde, entre outros, e só indiretamente relacionado ao crescimento econômico adicionado. Isso se coaduna com a concepção de que o direito ao desenvolvimento deve exercer-se de forma tal que responda equitativamente às necessidades das gerações presentes e futuras, e que todos devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, reduzir as disparidades nos níveis de vida e responder melhor às necessidades da maioria dos povos do mundo (ONU, 1992).

A satisfação das necessidades básicas das gerações presentes é também um direito formulado em termos jurídicos, regulado pelo ordenamento

internacional. Para Chueca (1998), a caracterização geral do Direito ao Desenvolvimento é que se trata de um direito humano, universal, atribuível a todas as pessoas humanas, fundamental, inalienável e que engloba o resto dos Direitos Humanos.

Para a CMPEPS (2009), a avaliação da distribuição de renda é essencial para o alcance da sustentabilidade, pois o que se transfere para o futuro deve necessariamente expressar-se em termos de estoques de se trate de capital físico, natural, humano e social.

2.2 Implicação das empresas

A fonte primária de todas as operações de renda são as vendas que as empresas realizam com o que remuneram ao capital, ao Estado e ao trabalho. Assim, a maneira como as empresas conduzem suas transações e procedem a essas remunerações se reflete diretamente no fluxo de renda da sociedade, sendo que a essência da responsabilidade social da empresa é operar um equilíbrio entre os interesses da empresa e os interesses públicos (Bauer e Fenn, 1972).

Dessa forma, as empresas devem buscar uma maior equidade na distribuição da riqueza gerada em suas atividades, sendo isso talvez a mais relevante forma de contribuição à evolução da sociedade em que está instalada e de sua responsabilidade social. A esse respeito, de acordo com Muñoz (1987), que empresa assuma suas responsabilidades pressupõe: a) a necessidade de medir em termos de custos e utilidades suas atividades sociais; e b) a análise de como se realiza distribuição dos recursos gerados na atividade empresarial. Assim, o desempenho da empresa na busca de maior equidade na distribuição de renda deve ser reconhecido como critério objetivo de avaliação de Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

2.3 A falta de referência à equidade distributiva em RSC

Os documentos de referência em RSC, de forma geral, têm grande relevância quanto a forma como o movimento RSC se desenvolve no mundo e quanto a forma como se comportam as empresas, principalmente as grandes. Essa relevância se deve não só por servirem de modelo e justificativa dos comportamentos, mas também pela legitimação que podem atribuir ao conceder uma espécie de “nada consta” a respeito da conduta das empresas, assim como premiações e projeção como socialmente responsáveis, com todas as vantagens competitivas que podem decorrer baseados nas divulgações feitas pelas próprias empresas associando sua imagem à noção de RSC.

Em uma análise dos principais documentos de referência sobre RSC constatamos a inexistência de recomendações respeito à responsabilidade das empresas na distribuição de renda, assim como de parâmetros objetivos para a

avaliação do desempenho das empresas com respeito à melhoria da distribuição de renda na economia. Entre os documentos se incluem os emitidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela União Européia (UE) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mais especificamente, as Linhas Diretrizes para as Empresas Multinacionais, de relevância preponderante como referência da RSC, bem como alguns dos principais instrumentos de certificação, como a Guia de Elaboração de Memórias de Sustentabilidade (G4), a Norma AA-1000AS e a Norma SA 8000 (Alves Dios, 2016).

Dentre estes, o único que faz menção à distribuição do valor adicionado é a G4 (GRI, 2011), que prevê a apresentação do valor econômico gerado e distribuído a partir dos dados das demonstrações financeiras, mas não faz qualquer menção a parâmetros ou critérios de referência para a análise destes dados. Além disso, estabelece que a divulgação dessa informação esta condicionada que a empresa a considere relevante ou que não considere que não se pode divulgar por imperativos de confidencialidade. A G4 não faz menção ao relatório contábil por excelência sobre a geração e a distribuição do valor adicionado, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), mas se refere às Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF/IFRS) como fonte, sendo que estas não preveem como obrigatória a apresentação da DVA.

2.4 Critérios para a persecução da equidade em RSC

A definição de parâmetros objetivos de equidade distributiva é um problema complexo e não é fácil um consenso sobre o que seja uma justa distribuição dos recursos, uma vez que implica juízos morais e éticos e preferências individuais que levam os assuntos econômicos ao terreno da política e da ideologia. Além disso, de acordo com Torres López (2009), há que se considerar a possibilidade de efeitos perversos de falta de eficácia na utilização dos recursos.

No entanto, é inegável a necessidade de alteração dos atuais parâmetros de distribuição da renda (em que os 10% mais ricos acumulam o mesmo ou mais que os 90% mais pobres no total das rendas geradas). É imprescindível inserir esse debate na agenda da RSC, aprofundar a compreensão sobre os mecanismos para um maior equilíbrio entre os interesses envolvidos na dimensão social e na dimensão econômica e formular recomendações a respeito de proporções adequadas de participação na renda total de forma a: (a) eliminar as privações; (b) garantir a satisfação das necessidades fundamentais para uma vida digna e (c) promover a redução paulatina das disparidades, considerando as características de cada economia.

A partir daí, buscar-se definir de níveis adequados de rentabilidade do capital e de remuneração do trabalho, assim como da matriz e da carga de tributação, e estabelecer parâmetros de distribuição para chegar-se aos níveis de participação que atenda os objetivos projetados.

3. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COMO ASUNTO DE INTERESSES DA CONTABILIDADE

3.1 Responsabilidade da Contabilidade

O pensamento e prática exercidos na Contabilidade ao longo do tempo contribuíram para a conformação das condições sociais, econômicas e políticas que se observam atualmente.

De acordo com Mathews e Perera (1991) tal como está organizada, profissão contábil está dedicada manter o status quo, se unindo a uma das partes do conflito social (o capital) e excluindo a outra parte (o trabalhador). A Contabilidade não é um efeito meramente passivo de seu entorno, mas trabalha para dar forma este entorno. Esse poder constitutivo da Contabilidade não está restrito ao contexto da organização individual, mas também em um contexto social mais amplo (Napier, 2006).

A diversidade de interesses sociais em conflito envolvidos na Contabilidade sugere que, inevitavelmente, ela tome partido em este conflito. Os importes informados nas demonstrações financeiras das empresas resultam de uma eleição na tomada de decisão empresarial, mas na busca exclusiva do princípio de "imagem fiel", se ignora existência dessa eleição, assim como as implicações para os demais segmentos da sociedade que a Contabilidade deve atender (Tinker, 1991).

Os conhecimentos e as práticas dominantes no campo da Contabilidade seguem quase exclusivamente orientados para que as organizações sejam cada vez maiores e mais rentáveis. Além das distorções econômicas e sociais que essa opção implica, é também, por certo, muito limitada para o que pretende ser uma Ciência Social, considerando que a finalidade destas é, em geral, proporcionar análises e propor alternativas e medidas para melhorar a organização e o desenvolvimento da sociedade. De acordo com (Held, 1980), é sentar as bases para uma exploração, em um contexto de investigação interdisciplinar, de questões relativas às condições que fazem possível o desenvolvimento e a transformação da sociedade, o significado da cultura, e a relação entre o indivíduo, a sociedade e a natureza.

Assim, se apresenta clara a necessidade da ampliação do conhecimento contábil para o cumprimento pleno de sua função social, bem como para o reconhecimento de sua legitimidade como Ciência Social.

A investigação, as práticas, a educação e a teoria contábil se cruzam com as questões políticas e sociais. De acordo com Lehman e Okcabal (2005), o significado e a mensagem da Contabilidade devem ser reconstruídos, para trabalhar não só dentro de seu terreno, mas também com movimentos sociais mais amplos na justiça global. Para eles, isso é tanto mais imprescindível, quando se considera a falta de mudanças significativas nas relações de poder e na distribuição da riqueza, assim como a capacidade de adaptação da Contabilidade para manter-se no aparato regulador dos negócios.

Muitos usuários da Contabilidade, preocupados por um enfoque social da informação requerem dados que evidenciem a geração e a distribuição de renda obtida no período, já que as demonstrações tradicionais são insuficientes para satisfazer tal demanda, devido a sua inclinação para os interesses de um só dos fatores contribuintes da produção, o capital (Gallizo, 1993).

Assim, a Contabilidade pode e deve atuar ativamente nas análises conjunturais e de mercado, e na promoção de medidas, seja desde o âmbito interno das empresas ou em apoio ao poder público, para que os gestores das empresas atuem de forma mais comprometida com o desenvolvimento de seu entorno. Nisto, a busca de maior equidade na distribuição da riqueza é uma das medidas mais importantes.

3.2 Visão da distribuição ao nível do agente econômico

A conformação da distribuição da riqueza gerada pela atividade das empresas não é visível nas análises macroeconômicas. Parece haver uma diferença pronunciada entre as medições habituais das grandes variáveis socioeconômicas – como o crescimento econômico – e as percepções amplamente generalizadas dessas realidades, quer dizer, as que importam realmente para o bem-estar dos indivíduos. Isso pode explicar-se, entre outros fatores, porque ante mudanças de grande amplitude em matéria de desigualdade (e mais geralmente na repartição das rendas), o PIB calculado por habitante pode não proporcionar uma avaliação adequada da situação da maioria da população (CMPEPS, 2009).

Além disso, na visão econômica, a pobreza e a desigualdade são entendidas como problemas derivados de disfunção da economia. Por um lado há uma firme opinião de que depende de que haja um intenso crescimento econômico e por outro há os que entendem que a qualificação da mão-de-obra e as políticas sociais são as ferramentas mais eficazes para conseguir um melhor perfil distributivo, ou inclusive, uma combinação de estas duas posições (Sicsú et al, 2005).

Neste sentido, de acordo com Kuznets (1955), nas análises econômicas costumam ser considerados somente os efeitos as políticas econômicas (fiscal, monetária, cambiaria, etc.), em consonância com as concepções da economia neoclássica de funcionamento do mercado, sendo que um trabalho efetivo em esta área exige que o análise se desvie da economia de mercado para uma economia político-social.

Efetivamente, os baixos níveis de renda que recebem as pessoas, ocorrem sob a lógica de continuada redução dos custos de mão-de-obra e, portanto, são políticas deliberadas pelas empresas. Desta forma, na falta de equidade na distribuição da riqueza há um componente intencional por parte dos agentes econômicos, mas que, em geral, não são considerados nas análises econômicas.

Por outro lado, como apontaram Grosse e Behrman (1992), é necessário que a análise da responsabilidade das empresas, em particular as multinacionais, envolva conhecimentos multidisciplinares. No entanto, consideram que essa tarefa

não é simples por duas razões: (a) os economistas, científicos e políticos utilizam perspectivas enfocadas no contexto externo das empresas multinacionais, assumindo que a organização não é importante ou a tratam como uma “caixa negra”; (b) os teóricos organizacionais se baseiam em perspectivas enfocadas nas operações internas das empresas transnacionais e prestam pouca atenção aos contextos nos quais operam.

Assim, é provável que a importância da forma de atuação das organizações como influentes no nível de renda das pessoas e, conseqüentemente, na desigualdade, esteja subestimada na visão econômica, e que isso seja devido principalmente a que esta não têm por foco os agentes econômicos individualmente e tampouco a forma de atuação destes agentes econômicos.

Nesse contexto, a análise da distribuição do valor adicionado das empresas se constitui em um necessário aprofundamento das análises macroeconômicas, pois proporciona uma visão da distribuição do crescimento econômico ao nível do agente econômico, ao mesmo tempo em que permite uma avaliação da efetiva contribuição da empresa ao desenvolvimento socioeconômico do entorno.

Por fim, há que se considerar que, do mesmo modo que é necessária uma visão da forma como se distribui o PIB, a geração do valor adicionado das empresas também precisa ser enfocada mais pela forma como se distribui entre os diversos fatores de produção do que pelo volume total gerado.

4. MODELO PARA A ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

4.1 Perspectiva da distribuição funcional e o Demonstração do Valor Adicionado

A distribuição da renda pode ser analisada sob diferentes enfoques, sendo o da distribuição pessoal (distribuição da renda entre os indivíduos e as famílias o mais difundido. No entanto, esse não leva em conta a origem das rendas. É a perspectiva da distribuição funcional da renda que trata da distribuição do excedente econômico entre os fatores produtivos que contribuíram para sua geração. Por isso, é a que tem maior correlação com a RSC.

O debate sobre a distribuição funcional da renda está nas origens da economia moderna. O economista clássico David Ricardo propõe que a finalidade da economia seja determinar as leis que regulam a distribuição do produto nacional entre proprietários de terra, donos do capital e trabalhadores, assim como verificar as mudanças na distribuição funcional da renda entre estes fatores a través do tempo. No entanto, segundo Considera e Pessoa (2012), o problema da distribuição funcional da renda tem sido pouco analisado, principalmente devido à falta de informação.

A informação sobre a distribuição do valor adicionado (VA) se dispõe na DVA. Essa demonstração foi destacada no documento “The Corporate Report” (ICAEW, 1975) como a maneira mais simples e mais imediata de por o lucro na perspectiva

correta frente ao conjunto da empresa, como um esforço coletivo pelo capital, a gestão e os empregados, refletindo como se utilizou o valor adicionado para “pagar” aos que contribuem a sua criação.

Ao longo dos anos setenta se desenvolveu um grande movimento a favor da elaboração da DVA coincidente com a corrente doutrinal que defendia a “responsabilidade social da empresa”. Essa demonstração também expressa a importância econômica da empresa no conjunto da produção nacional, uma vez que o PIB se compõe do somatório do VA das instituições.

Reconhecidos autores se manifestaram favoráveis a apresentação de informação sobre o VA: Gröjter e Stark (1977) buscaram descrever o retorno que os diversos grupos de interesses obtêm em sua reação com a empresa; Albarch (1978) ressaltou relevância do DVA como forma de representação dos diversos fluxos de relações sociais e que a partir das mudanças na distribuição da renda, se pode verificar a evolução e as tendências de como os grupos sociais logram atenção de suas demandas por parte das corporações; Burchel et al. (1985) analisaram o papel da Contabilidade na Economia Nacional e a relevância da DVA para a manifestação das políticas econômicas e sociais; Cosenza et al. (2002) analisaram a importância do DVA para a compreensão dos aspectos socioeconômicos e identificaram uma tensão interna causada por exigências laborais e obrigações fiscais, frente aos lucros retidos e que as decisões com respeito à destinação de recursos estiveram sujeitas à capacidade de pressão que dos agentes.

Ainda que a distribuição funcional da renda se refira fundamentalmente à distribuição de renda entre o trabalho e o capital, existem agentes econômicos como o Estado que, não sendo fator produtivo, contribui de forma indireta à criação de valor pela empresa. Assim, além do trabalho e o capital próprio, se considera o Estado, o capital de terceiros e a própria empresa nessa distribuição.

4.2 Critérios e parâmetros de equidade distributiva

Uma vez estabelecidos os níveis adequados de participação de cada segmento na renda total, assim como os parâmetros para alcançar tais níveis e conseguido que a participação dos segmentos obedeça aos parâmetros estabelecidos, a equidade se manterá se as proporções de participação na renda forem mantidas. Tomando em conta a distribuição do VA, a equidade se mantém se a variação da participação de cada segmento mantiver estreita relação com a variação do VA.

Dessa forma, qualquer variação nas proporções significa um prejuízo para um segmento em favor do outro e, por tanto, uma redução da equidade. Assim, a correlação entre as variações de participação de cada segmento no VA e as variações mesmas do VA é uma medida de avaliação da equidade na distribuição da renda.

Para ilustrar, elaboramos um exemplo hipotético de distribuição do valor

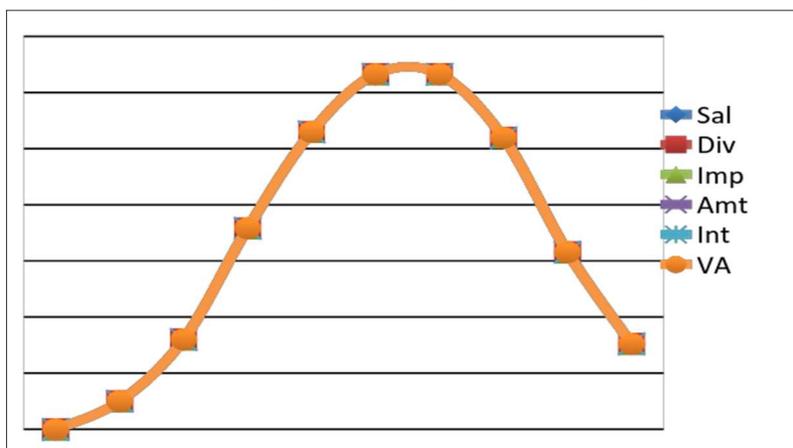
adicionado para um período de 10 anos, em que as proporções de participação se mantêm constantes ao longo do tempo:

Tabela 1 - VA e sua distribuição aos segmentos

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Valor	1500	1650	1980	2574	3088	3397	3397	3057	2446	1957
Adicionado	0	0	0	0	8	7	7	9	3	1
:										
<u>Distribuição</u>										
:										
Salários	5000	5500	6600	8580	10296	11326	11326	10193	8154	6524
Lucros	4000	4400	5280	6864	8237	9060	9060	8154	6524	5219
Impostos	3000	3300	3960	5148	6178	6795	6795	6116	4893	3914
Depreciação	2000	2200	2640	3432	4118	4530	4530	4077	3262	2609
Juros	1000	1100	1320	1716	2059	2265	2265	2039	1631	1305

Todos os segmentos tiveram taxas de variação anual iguais às taxas de variação do VA, não se alterando as proporções de participação entre eles:

Gráfico 1 - Variação da distribuição do VA aos segmentos



4.3 Efeitos na distribuição de renda

Para uma melhor compreensão de como a distribuição do VA pode afetar a distribuição de renda geral na economia, desenvolvemos um indicador de distribuição de renda e um indicador de concentração de renda, complementares entre si, considerando os segmentos tradicionalmente representados no DVA (empregados, acionistas, governo e a própria empresa):

- a) Indicador de Distribuição de Renda (IDR) - agrega os montantes distribuídos aos salários e aos impostos:

$$\frac{\text{IDR} = \text{SALÁRIOS} + \text{IMPOSTOS}}{\text{VALOR AÑADIDO}}$$

Partimos da consideração de que, de forma geral, os salários passam às mãos de pessoas físicas e se destinam à satisfação das necessidades básicas, indo diretamente à circulação na economia. A maior parte da população do mundo se sustenta por meio do trabalho assalariado (Banco Mundial, 2001). Por isso consideramos o principal vetor de distribuição de renda.

A insuficiência ou falta de rendas do trabalho devem ser complementadas através da ação redistributiva do Estado, concedendo às famílias prestações sociais (rendas secundárias), com recursos provenientes principalmente dos impostos. Além disso, parte significativa dos impostos se destina pagamento de salários dos funcionários públicos, e às prestações sociais e serviços proporcionados pelo Estado. Assim, estes são o segundo vetor em relevância na distribuição de renda.

- b) Indicador de Concentração de Renda (ICR) – se compõe dos lucros, base da remuneração do capital, e das amortizações, recursos destinados à autofinanciamento, ou seja, manutenção e expansão de ativos.

$$\frac{\text{ICR} = \text{LUCROS} + \text{AMORTIZACIONES}}{\text{VALOR AÑADIDO}}$$

Estes recursos representam a parte da renda que permanece em poder dos proprietários do capital, seja para a acumulação, seja para o enriquecimento da própria empresa (Gallizo, 1993).

Não consideramos a remuneração ao capital de terceiros, pois ainda que, em termos econômicos, este seja entendido como um fator de produção, tal retribuição não pode ser qualificada como concentração de capital próprio nem distribuição para a economia.

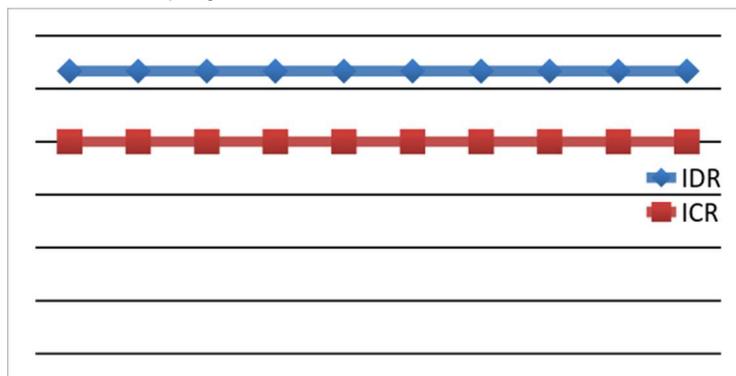
Voltando ao exemplo anterior, dado que não há variação na participação de nenhum dos fatores, a proporção de renda concentrada (40,0%) se mantém constante ao longo do período, frente à proporção de renda distribuída (53,3%):

Tabela 2 – Proporção de renda distribuída e de renda concentrada

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
IDR	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%
ICR	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%

* A diferença para 100% corresponde aos juros (6,7%), não incluídos no modelo.

Gráfico 2 – Proporção de renda distribuída e de renda concentrada



Este é um exemplo extremo, em que a participação dos segmentos não sofreu qualquer variação ao longo do período. No entanto, sabemos que não é o que ocorre na realidade, pois não existem parâmetros que garantam patamares de renda, principalmente entre os agentes com menor poder de barganha.

Cabe ressaltar que esta concepção está limitada ao tipo de informação que dispomos na DVA. Sua relevância está em propor as bases para que se formulem modelos de análise mais completos, que devem levar em conta não só os aspectos quantitativos da constituição dos fatores, mas também outros fatores envolvidos na determinação da situação da distribuição da renda.

5. ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DE UMA EMPRESA

Para ilustrar apresentamos uma análise dos efeitos na distribuição de renda da atividade de uma das maiores empresas do mundo. Trata-se de uma empresa dos Países Baixos (NL), uma das maiores daquele o país em receita bruta. Opera principalmente o transporte de petróleo cru e seus derivados, em cerca de 60 países, com cerca de 2.800 empregados no total. A empresa informa que tem 46 anos consecutivos de funcionamento gerando lucros e que em 2011 sua receita bruta teve um crescimento de 386,9% com relação a 2004. A empresa se declara comprometida em ser um cidadão corporativo responsável.

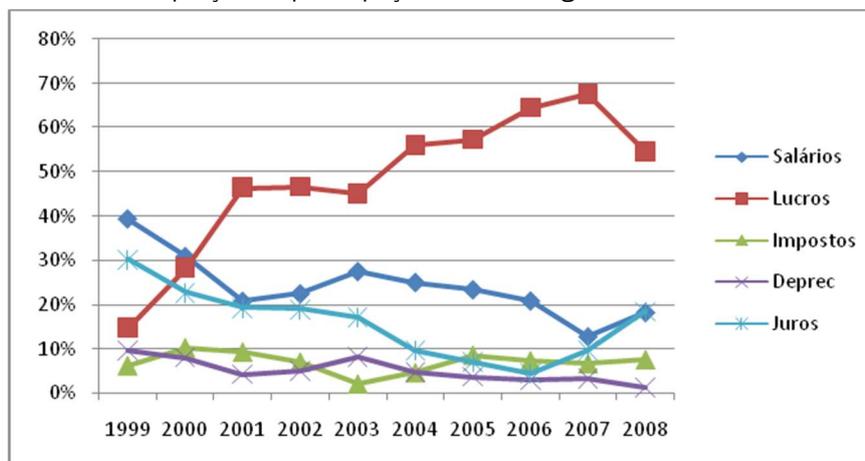
Compilamos da base de dados Amadeus os dados da distribuição do valor adicionado da empresa no período de 10 anos, compreendidos entre 1999 e 2008, como se mostra na tabela e gráfico seguintes:

Tabela 3 – Proporção da participação de cada segmento no valor adicionado

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Mediana
Salários	0,39	0,30	0,20	0,22	0,27	0,25	0,23	0,20	0,12	0,18	0,24
	3	8	7	4	4	0	3	8	8	2	1
Lucros	0,14	0,28	0,46	0,46	0,45	0,56	0,57	0,64	0,67	0,54	0,48
	6	2	4	6	1	0	2	5	6	5	1
Impostos	0,06	0,10	0,09	0,07	0,02	0,04	0,08	0,07	0,06	0,07	0,07
	3	3	3	0	1	7	6	3	7	6	0
Deprec	0,09	0,08	0,04	0,04	0,08	0,04	0,03	0,02	0,03	0,01	0,05

	6	0	2	9	2	7	6	9	2	2	0
Juros	0,30	0,22	0,19	0,19	0,17	0,09	0,07	0,04	0,09	0,18	0,15
	2	7	3	0	2	7	2	5	7	5	8

Gráfico 3 - Proporção da participação de cada segmento no valor adicionado

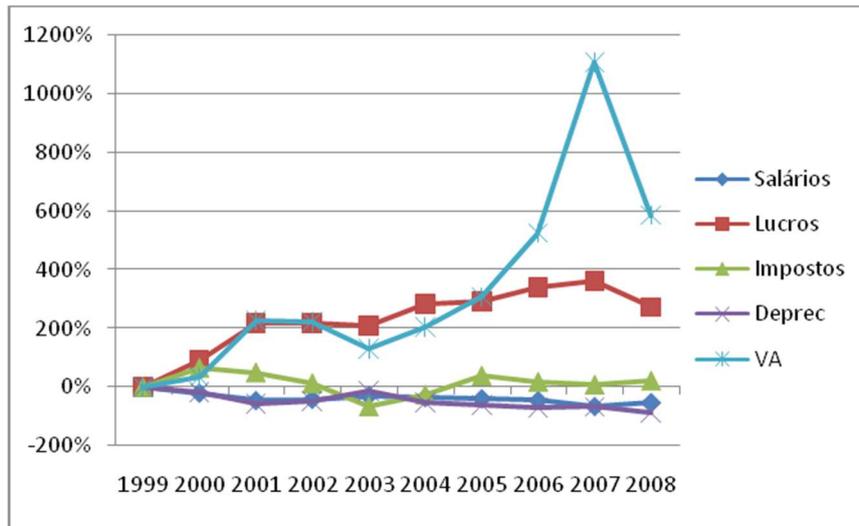


Comparando as participações dos segmentos entre si se verifica que o nível de participação dos lucros (48,1%) está muito por encima do nível de participação dos salários (24,1%), assim como dos demais segmentos. A variação anual das participações com respeito ao primeiro ano da série é como disposto na tabela 4 e gráfico 4:

Tabela 4 – Variação da distribuição do valor adicionado

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Mediana
Salários	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-67,4%	-	-
	%	21,5	47,1	42,9	30,1	36,4	40,6	46,9		53,6	43,0
		%	%	%	%	%	%	%		%	%
Lucros	0,0	92,9	217,	219,	208,	283,	291,	341,	362,3	273,	254,
	%	%	4%	0%	2%	1%	5%	2%	%	0%	3%
Impostos	0,0	64,6	49,2	12,6	-	-	38,0	17,3	7,4%	21,4	13,2
	%	%	%	%	66,1	25,6	%	%		%	%
					%	%					
Amortizac	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-67,2%	-	-
	%	16,9	56,2	49,0	14,9	51,2	62,4	70,2		88,0	52,9
		%	%	%	%	%	%	%		%	%
VA	0,0	35,3	227,	224,	132,	206,	308,	526,	1109,	587,	373,
	%	%	2%	1%	4%	1%	4%	4%	8%	3%	0%

Gráfico 4 – Variação da distribuição do VA



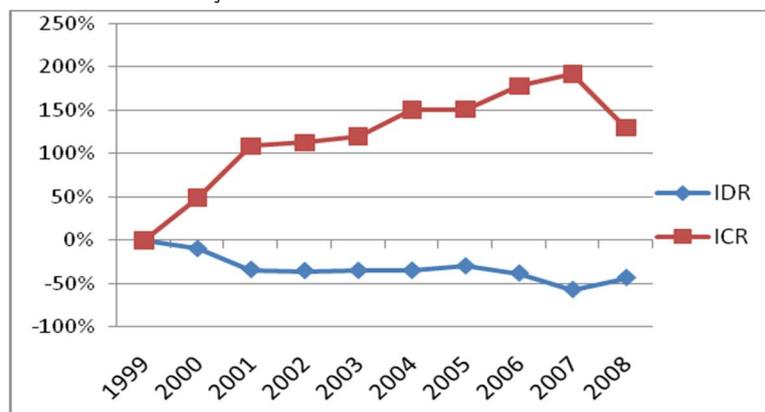
A empresa tem um acentuado crescimento do valor adicionado ao longo do período (média de 373%) com um extremo crescimento em 2007, a maior parte incorporada pelos lucros (254,3%), que tem evolução semelhante à evolução do VA. Os impostos apresentam crescimento muito abaixo (13,2%) e os salários têm comportamento inverso, com contínua redução ao longo do período (-43%). As amortizações também apresentam redução contínua (-52,9%). O pico de crescimento de 2007 se reflete apenas nos lucros.

Quanto aos efeitos na economia, a renda distribuída tem redução de -35,2%, enquanto que a renda concentrada se incrementa em 132,4%:

Tabela 5 – Variação da renda distribuída e da renda concentrada

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Media
ID	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R	%	9,7%	33,9%	35,2%	35,1%	34,9%	29,8%	38,1%	57,1%	43,3%	35,2%
IC	0,0	49,3	108,8	112,7	119,7	150,5	151,1	178,0	191,9	129,8	132,4
R	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%

Gráfico 5 – Variação da renda distribuída e da renda concentrada



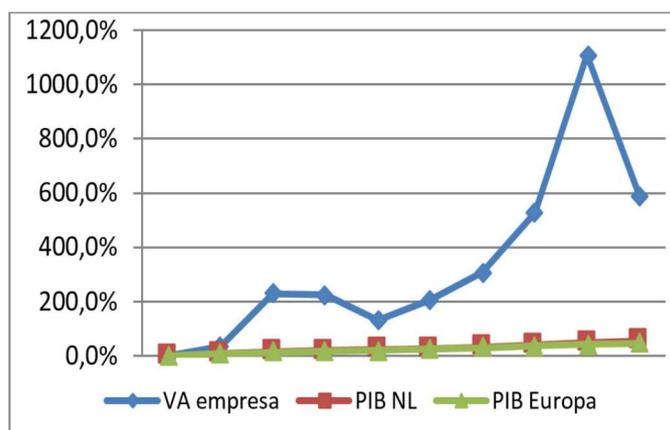
O acentuado crescimento da concentração de renda frente a acentuada redução da distribuição de renda, indica efetiva polarização entre a remuneração do capital e do trabalho. A semelhança entre o fluxo da distribuição de renda e o dos salários e entre o fluxo da concentração de renda e o dos lucros indica a reduzida expressão dos impostos e das amortizações na distribuição do valor adicionado da empresa. Há que destacar que a intensidade da concentração de renda está atenuada pela redução sofrida pelas amortizações. No entanto, esta não é uma situação normal, se levamos em conta o princípio da continuidade das entidades e a necessidade de inversão para a manutenção da capacidade produtiva.

A comparação do desempenho de uma empresa com o do sector, país ou região permite inferências sobre a intensidade da distribuição e ou da concentração de renda realizada por a empresa. Desta forma, apresentamos a comparação do desempenho da empresa analisada com o desempenho do agregado das 50 maiores empresas dos Países Baixos e das 500 maiores empresas de Europa, no mesmo período (todos os dados foram extraídos da base de dados Amadeus) quanto ao crescimento econômico obtido no período:

Tabela 6 – Crescimento do VA - Empresa/País/Região

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Media
Vitol	0,0 %	35,3 %	227,2 %	224,1 %	132,4 %	206,1 %	308,4 %	526,4 %	1109, 8%	587,3 %	373,0 %
NL	0,0 %	29,6 %	17,7 %	15,9 %	14,0 %	12,2 %	21,9 %	26,9 %	43,3% %	38,6 %	24,5 %
Euro pa	0,0 %	8,5% %	6,6% %	9,7% %	9,9% %	17,5 %	30,5 %	39,9 %	52,5% %	55,8 %	25,7 %

Gráfico 6 – Crescimento do VA - Empresa/País/Região



O crescimento da empresa (média de 373,0%) foi muito superior ao crescimento das demais empresas do país (média de 24,5%) e da Europa (25,7%). A distribuição desse crescimento se verifica nos gráficos seguintes:

Gráfico 7 - Participação dos salários

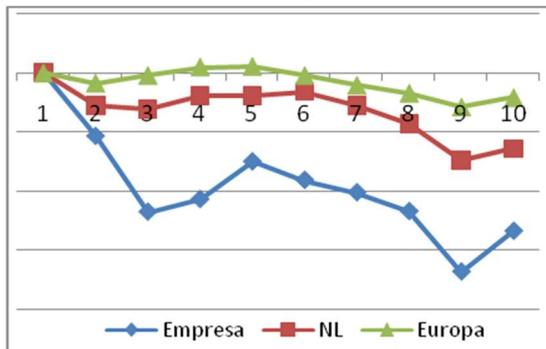


Gráfico 8 - Participação dos lucros

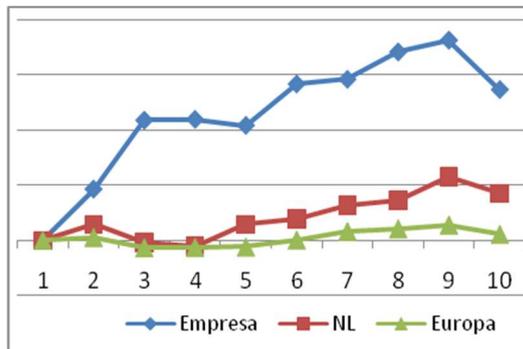


Gráfico 9 - Participação dos impostos

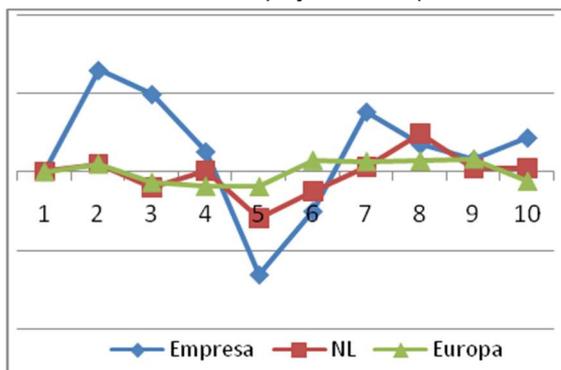
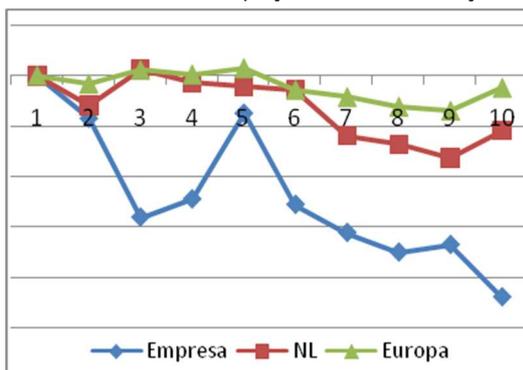


Gráfico 10 - Participação das amortizações



A participação dos salários sofre redução em todos os âmbitos, sendo que na empresa é mais intensa (-43%) que entre as demais empresas do país (-14,3%) e da Europa (-3,5%). Os lucros têm crescimento mais intenso na empresa (254,3%), que na média do país (46,9%) e da Europa (4,8%). A distribuição aos impostos na empresa (média de 13,20%) é mais irregular que entre as demais empresas do país (-1,90%) e da Europa (0,20%), e as amortizações também têm redução acentuadamente maior na empresa (-52,9%) do que o ocorrido no país (-14,1%) e na Europa (-4,80%):

Os efeitos na distribuição e concentração de renda na economia se verificam nos gráficos seguintes:

Gráfico 11- Renda distribuída

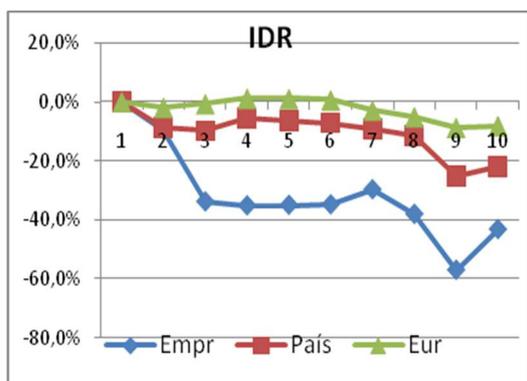
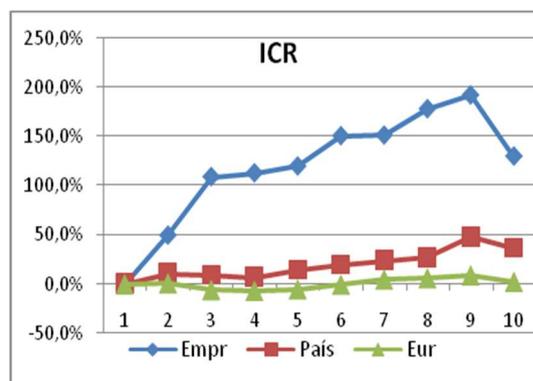


Gráfico 12- Renda concentrada



A redução da renda distribuída é mais intensa na empresa (-35,2%) que nas demais empresas do país (-11,8%) e da Europa, (-2,8%), do mesmo modo que o

incremento da concentração é mais intenso na empresa (132,4%) do que no restante das empresas do , país (21,5%) e na Europa (0,6%). Assim, a pesar do crescimento muito acima da média do país e da Europa, a empresa teve um desempenho pior do que o observado naqueles âmbitos. A empresa reduz intensamente a renda distribuída, sendo os salários o principal vetor dessa redução.

É notável a semelhança entre a evolução dos salários na empresa e a evolução dessa magnitude na média do país. O mesmo com o comportamento dos lucros, da renda distribuída e da concentrada. Em menor grau, essa semelhança se verifica também no desempenho da Europa. Isso corrobora o pressuposto sobre o impacto das grandes empresas na economia dos países. Neste caso, a empresa influencia forçando para cima a participação média dos lucros e para baixo a participação média dos salários e dos demais fatores. Consequentemente, as empresas menores exercem força contrária. Quer dizer, que as empresas menores são responsáveis de melhores condições de distribuição de renda que a empresa analisada.

A inexistência de correlação entre a evolução das rendas e a geração de valor adicionado significa que ter crescimento econômico não é fator determinante para que a empresa proceda a uma melhor distribuição da renda gerada nas suas atividades. Como isso ocorre ao longo de todo o período analisado, não se trata de uma situação conjuntural, mas de uma tendência de comportamento.

Quanto à responsabilidade social, partimos da consideração de que a conduta responsável é a que se pauta por transmitir o crescimento do valor adicionado aos segmentos. Dessa forma, a conduta empresa analisada se qualifica como não responsável em vista do crescimento econômico obtido e a discrepância em sua distribuição.

A drástica redução da participação dos salários indica eliminação de postos de trabalho e ou redução dos níveis de salários pagos pela empresa, situação incompatível com o intenso crescimento experimentado no período.

O fato de que os lucros incorporaram quase a totalidade do crescimento do valor adicionado indica o ânimo de concentração de renda. O baixo crescimento dos impostos é incompatível com o alto crescimento dos lucros e pode ser indicativo de manipulação das contas para um nivelamento por baixo dos pagamentos de impostos e ou de evasão fiscal.

A aleatoriedade e baixo nível de participação das amortizações indicam que a empresa não está fazendo a previsão necessária para investimento na manutenção da capacidade produtiva. Isto pode significar a redução da planta industrial e ou orientação dos negócios para uma “financiarização”. Warde (2002) discute o nexa entre a redução das amortizações e dos salários, e aponta que a base da globalização é que o capital se multiplica por juros e não pela produção e pelo emprego, favorecido pela liberação completa dos movimentos de capitais e o “inchaço” e a desmaterialização das transações financeiras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição de critérios ou parâmetros objetivos de equidade distributiva é um problema complexo. No entanto, é útil começar por estabelecer parâmetros de referência para a gestão das medidas para uma distribuição mais equitativa da renda. A informação sobre a geração e distribuição do valor adicionado é imprescindível, frente às análises agregadas da economia, pois permite a visão: (a) da distribuição ao nível de um agente econômico e (b) da capacidade de um agente influenciar as condições de renda na economia, permitindo ainda inferências sobre as motivações associadas ao processo de distribuição de renda.

Essa análise pode ser tanto mais relevante quanto maior seja empresa, como aquelas cujos valores adicionados são muito altos e influem nas contas nacionais das economias nas quais operam e nas condições de funcionamento do mercado. O aprofundamento do conhecimento sobre a distribuição do valor adicionado é de grande relevância para a compreensão da responsabilidade das empresas no acirramento da desigualdade global ou na reversão, para o caso das empresas efetivamente responsáveis. Sua incorporação como medida de responsabilidade social, provocando maior visibilidade da conduta das entidades, pode exercer uma pressão para minimizar o ímpeto concentrador de renda e estimular iniciativas da parte do setor privado que esteja comprometida com a melhoria das condições de vida das pessoas.

As análises da distribuição do VA devem se realizar desde diversos níveis de agregação e conformação, nos quais existam condições similares que justifiquem a agregação. No contexto global, o mais alto grau de agregação seria o que reúne as empresas de uma região geográfica ou bloco econômico, passando pelo conjunto das empresas de um país, um estado, cidade, etc., até o nível de um agente econômico ou entidade contábil. É imprescindível seguir desenvolvendo a compreensão a respeito do comportamento dos fluxos de renda, como por exemplo, realizar este tipo de análise em empresas sob o mesmo controlador, independente de que estejam em regiões diferentes, e por tanto, contexto sócio-econômico diferentes. Outra possibilidade é analisar o que ocorre na escala de distribuição de rendas entre os diversos níveis hierárquicos da empresa, assim como verificar as origens das disparidades de rendas entre sectores, o por regiões. Realizado em significativa parte das entidades, permite avaliar os efeitos do crescimento econômico no nível de renda geral.

Uma aplicação mais ampla seria servir de base para a criação de um indicador global de distribuição de renda, no mesmo sentido que o Indicador do Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, que dispõe de uma base de dados com informação referente aos critérios de desenvolvimento de grande parte dos países do planeta. Para isso, serviria criar uma base de dados institucional com as informações de geração e distribuição do valor adicionado de todas as empresas. Ainda que tal realização demande muito trabalho e esforço, nos parece viável nas condições atuais de interconexão das organizações em todo o globo terrestre e de recursos tecnológicos. Um exemplo é que uma grande quantidade de empresas,

em uma grande quantidade de países já elabora suas contas anuais de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, como resultado de um trabalho coordenado para a difusão das normas e para a atuação dos órgãos de classe, profissionais de contabilidade e acadêmicos, em âmbito global.

Essa perspectiva é, ao mesmo tempo, uma valiosa oportunidade para que a Contabilidade resgate e assuma seu papel social de forma mais ativa; incorpore os interesses de toda a sociedade em sua agenda e aproveite sua capacidade de prover informação fiável e de qualidade para o desenho de políticas públicas que busquem uma forma de desenvolvimento econômico que promova a justiça social.

REFERENCIAS

ALBACH, H. Die Verteilung des Unternehmenseinkommens. **ZfB**, año 48,1978.

ALVES DIOS, S. **Implicación de las empresas en la desigualdad global, ineficacia de la Responsabilidad Social Corporativa y el papel de la Contabilidad**. Tese de Doctorado. Universidad de Zaragoza. 2016.

BANCO MUNDIAL. Lucha contra la pobreza. **Informe sobre el desarrollo mundial**. 2001. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: junho de 2012.

BANCO MUNDIAL. Equidad y Desarrollo. **Informe sobre el desarrollo mundial**. 2006. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: junho de 2012.

BARBIER, E. The concept of sustainable economic development. **Environmental Conservation**. 14(2):101-110. 1987.

BAUER, R.A.; FENN, D. H. The Corporate Social Audit. **Social Science Frontiers**, Rusell Staje Foundation. pp. 15-16. 1972.

BURCHEL, S., CLUBB, C.; HOPWOOD, A. Accounting in its social context: towards a history of value added in the United Kingdom. **Accounting, Organization and Society**, 10(4). 1985.

CEPAL – Comissão para a America Latina e o Caribe. **Desigualdad, concentración del ingreso y tributación sobre las altas rentas en América Latina**. Juan P. Jiménez. 2015.

CHUECA, A. G: El Derecho al Desarrollo en el Derecho Internacional de los Derechos Humanos. **Revista Aragonesa de Administración Pública**. págs. 47-74, Nº Extra 2. 1998.

CMPEPS - Comisión sobre la Medición del Desarrollo Económico y del Progreso

Social. **Informe de la Comisión sobre la Medición del Desarrollo Económico y del Progreso Social**. 2009. Comissão liderada por Joseph E. Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi.

CONSIDERA, C. M.; PESSOA, S. A. **A distribuição funcional da renda no Brasil: 1959-2009**. Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas. 2012.

COSENZA, J. P.; GALLIZO, J. L.; JIMENEZ, F. A participação dos agentes econômicos no valor adicionado: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período 1996-2000. **Contabilidade Vista e Revista**. Belo Horizonte. v. 13, no. 2, p. 37-66. 2002.

GALLIZO, J.L. El Estado de Valor Añadido. **Los estados financieros complementarios**. Dirección y Coordinación GALLIZO, J.L. Ed. Pirámide, Madrid. 1993.

GRI - Global Reporting Initiative. **Guía para la Elaboración de Memorias de Sostenibilidad**. 2011.

GROJER, J.E.; STARK, A. Social accounting: a Swedish attempt. **Accounting, Organizations and Society**, Vol. 2 No. 4, pp. 349-86. 1977.

GROSSE, R.; BEHRMAN, J. Theory in International Business. **Transnational Corporations**, 1: 93-126. 1992.

HELD, D. **Introduction to Critical Theory: Horkheimer to Habermas**. University of California Press, Berkeley. 1980.

HERNÁNDEZ, M.C. **El valor añadido como indicador económico de la responsabilidad social de la empresa: una aplicación empírica**. Tesis Doctoral. Universidad de la Laguna. Diciembre. 1997.

ICAEW - Institute of Chartered Accountants in England and Wales. **The Corporate Report**. Londres. 1975.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **The American Economic Review**, Vol. 45, No. 1. (Mar), pp. 1-28. 1955.

LEHMAN, C.; OKCABOL, F. Accounting for crime. **Critical Perspectives on Accounting**, 16 613–639. 2005.

MATHEWS, M.R; PERERA, M.H.B. **Accounting Theory and Development**, 3rd ed., Thomas Nelson Australia, Melbourne. 1995.

MILANOVIC, B. Global Income Inequality in Numbers: in History and Now. **Global**

Policy, Vol. 4, Issue 2, pp. 198–208, May. 2013.

MUÑOZ, C. **Aportaciones contables a los nuevos objetivos y enfoques socioeconómicos de la empresa**. IPC. Ministerio de Economía y Hacienda, Madrid. 1987.

NAPIER C. J. Accounts of change: 30 years of historical accounting research. **Accounting, Organizations and Society**, 31. 445–507. 2006.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **OECD Guidelines for Multinational Enterprises**. 2000. Disponível em: <http://www.oecd.org>. Acessado em: setembro de 2012.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Tendencias mundiales del empleo. Para recuperarse de una segunda caída del empleo**. Ginebra. 2013.

OXFAM. Riqueza: tenerlo todo y querer más”. **Informe Temático de Oxfam**. Débora Hardoon. <https://www.oxfam.org/es/informes/riqueza-tenerlo-todo-y-querer-mas.2015>.

PIKETTY, T. **Le capital au XXIe siècle**, París: Seuil. 2013.

SICSÚ, J.; DE PAULA, I. F.; MICHEL, R. Por que um Novo-Desenvolvimentismo? **Jornal dos Economistas**, no. 186, janeiro, p. 3-5. 2005.

TINKER T. The accountant as partisan. **Accounting Organization and Society**. 297–310. 1991.

ONU– Organização das Nações Unidas. **Declaración del Río sobre el Medio ambiente y el Desarrollo**. 1992. Disponível em: <http://www.un.org/es/documents/udhr/> Acessado em: maio de 2011.

WARDE, I. Delinquência e mistificação. **Biblioteca Diplô**. Ago. 2002. Disponível em www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=518. Acessado em: agosto de 2015.

ABSTRACT: The equitable distribution of income is essential for sustainable development, which pursuit is an indispensable requirement of social responsibility. However, there is no reference to the responsibility of corporations or objective parameters for assessing their performance in this regard. In this study, it is proposed that the way companies perform the income distribution generated in their activities become an objective criterion for the evaluation of social responsibility, as well as objective indicators of distribution and concentration of income, based on the distribution of added value. The application of the model in the analysis of the value added distribution of one of the largest companies in the

world revealed the high concentration of income practiced, as well as other aspects related to its social performance.

KEYWORDS: Income distribution, corporate social responsibility, added value

CAPÍTULO VI

AVALIAÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS MUNICIPAIS DAS MESORREGIÕES CATARINENSES POR INTERMÉDIO DE INDICADORES CONTÁBEIS (2010-2013)

**Rodney Wernke
Ivone Junges**

AVALIAÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS MUNICIPAIS DAS MESORREGIÕES CATARINENSES POR INTERMÉDIO DE INDICADORES CONTÁBEIS (2010-2013)

Rodney Wernke

Ivone Junges

RESUMO: O Estado de Santa Catarina é dividido em seis mesorregiões (Serrana, Oeste Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Norte Catarinense e Sul Catarinense). Nessa direção, o estudo apresenta como objetivo mensurar, comparativamente, a proporção dos valores pertinentes às categorias de receitas tributárias municipais mais relevantes sobre o montante líquido arrecado em cada um dos territórios mesorregionais do estado barriga-verde. Com isso, pretende responder questão de pesquisa relacionada aos níveis de participação percentual das principais receitas dos municípios catarinenses, consolidados nas mesorregiões, sobre a receita líquida total. Quanto à metodologia utilizada, a pesquisa pode ser adjetivada como descritiva e com abordagem quantitativa. Por envolver o período entre 2010 e 2013, caracteriza-se também como de corte seccional (cross-sectional), visto que investiga fenômeno que ocorre num corte transversal de tempo e efetua análises detalhadas para fundamentar observações alcançadas uma única vez. No que tange à população abrangida, foram obtidos dados acerca de todos os municípios catarinenses nos quatro anos priorizados. Entretanto, houve a emancipação de dois municípios em 2013 (Pescaria Brava e Balneário Rincão), o que fez com que Santa Catarina fosse constituída por 295 cidades neste último ano e por 293 entre 2010 e 2012. No que concerne aos dados primários coligidos, a coleta destes ocorreu em dezembro de 2015 em duas fontes on-line. No Relatório Finanças do Brasil - FINBRA (site da Secretaria do Tesouro Nacional - STN) foram obtidas as informações sobre as receitas municipais consideradas no estudo e no site do IBGE foram colhidas as informações relacionadas à divisão em mesorregiões dos municípios catarinenses. Em seguida, os dados foram avaliados quanto a inconsistências ou ausência destes para algum município, tabulados em planilhas Excel e atualizados/inflacionados os valores monetários de 2010, 2011 e 2012 pelo IPCA para poder aquisitivo equivalente ao ano de 2013. A “G.Fpolis.” é a mesorregião que possui maior capacidade de arrecadação quanto às Receitas Tributárias Municipais e a “Serrana” pode ser qualificada como a menos eficiente na obtenção deste tipo de receita. No caso das Transferências Intergovernamentais, a mesorregião “Oeste C.” foi a que apresentou a maior proporção da RLT (com 83,65%), enquanto que a “G.Fpolis.” ostentou o menor percentual (54,40%). Os recursos oriundos da “Participação na Receita da União” são menos representativos que os provenientes da “Participação na Receita dos Estados” nos seis conjuntos de municípios visados. Quanto aos integrantes das transferências do governo estadual, no quadriênio os montantes da “Cota-parte ICMS” foram significativamente mais relevantes (média estadual de 22,84%) que os repasses da “Cota-parte IPVA” (3,68%, em média) no período.

PALAVRAS-CHAVE: Receitas municipais. Indicadores Contábeis. Mesorregiões Catarinenses.

1. INTRODUÇÃO

O Estado de Santa Catarina é dividido em seis mesorregiões (Serrana, Oeste Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Norte Catarinense e Sul Catarinense) que se distinguem em termos de tipo de relevo, extensão territorial, origens étnicas da população, nível de industrialização, densidade demográfica, número de municípios, participação dos setores econômicos, entre outras características. As peculiaridades que diferenciam esses territórios mesorregionais provavelmente afetam o volume de recursos das receitas municipais, quer sejam estas provenientes de transferências de outras esferas públicas (União ou Governo Estadual) ou daqueles tributos cujas arrecadações são incumbência da municipalidade. Nesse sentido, os graus de dependência das receitas intergovernamentais ou das receitas próprias podem ser muito diferentes entre os municípios e as mesorregiões catarinenses.

Fundamentado em tal suposição, nesta pesquisa se pretendeu responder à seguinte pergunta: quais os níveis de participação percentual das principais receitas dos municípios catarinenses, consolidados nas mesorregiões, sobre a receita líquida total? A partir disso foi estabelecido como objetivo mensurar, comparativamente, a proporção dos valores pertinentes às categorias de receitas tributárias municipais mais relevantes sobre o montante líquido arrecado em cada um dos territórios mesorregionais do estado barriga-verde.

Quanto à justificativa para pesquisa com esse enfoque é pertinente destacar que a economia catarinense é uma das mais representativas do país e o estudo abrangeu mais de 85% da Receita Líquida Total (RLT) dos municípios/mesorregiões do estado. Além disso, o conhecimento das realidades tributárias mesorregionais pode deslindar aspectos poucos conhecidos sobre os níveis de dependência dessas áreas geográficas em relação às diversas fontes de recursos utilizadas para custear a estrutura das prefeituras e atender as demandas da população.

Para tanto, além desta breve introdução, neste artigo é feita uma revisão da literatura sobre os tópicos ligados ao tema, explicada a metodologia utilizada, apresentados os índices apurados e comentados os resultados encontrados. Por último, são comentadas as conclusões do estudo, as limitações associáveis e evidenciadas sugestões para pesquisas futuras.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Para uma adequada compreensão do estudo é pertinente conhecer os conceitos mais estreitamente ligados ao tema pesquisado, como delineado nas próximas seções.

2.1. Modalidades de receitas tributárias dos municípios

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, aos municípios foram atribuídas mais competências tributárias próprias, além de terem sido ampliadas as participações destes entes federativos no montante arrecadado de impostos das esferas federal e estadual (REIS, COSTA e SILVEIRA, 2013). Nessa direção, a receita municipal é formada pela arrecadação tributária própria da municipalidade e pelas transferências de outros níveis de governo.

No caso da primeira categoria, nesta pesquisa foram priorizados os valores relacionados com o total arrecadado (“Receita Tributária Municipal”) e o seu integrante mais associado às prefeituras (o IPTU). Quanto à segunda classe de tributos, além do montante pertinente às “Transferências Intergovernamentais” também foram considerados os valores referentes à “Participação na Receita da União” e à “Participação na Receita dos Estados”, sendo que nesta última enquadravam-se os recursos provenientes da “Cota-parte do ICMS” e da “Cota-parte do IPVA”. As referidas fontes de receitas são descritas nas próximas seções.

2.1.1. Transferências intergovernamentais

Acerca das transferências governamentais, Andrade (2010) assevera que estas se referem principalmente às cotas-partes do ICMS e do IPVA no âmbito estadual. No contexto federal as mais relevantes formas de transferências de recursos dizem respeito ao Fundo de Participação dos municípios (FPM), ao Fundo do IPI-Exportação (FPEEX), ao Imposto Territorial Rural (ITR) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), entre outras possibilidades.

Destes recursos transferidos, Gouvêa, Varela e Farina (2010) registram que as fontes de recursos mais relevantes tendem a ser o Fundo de Participação Municipal (FPM), que é uma transferência da União às prefeituras e a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um repasse efetuado pelo governo estadual.

2.1.1.1. Participação na Receita da União

No caso dos recursos repassados pelo governo federal, estes são contabilizados como “1721.01.00 Participação na Receita da União” e costumam envolver, entre outros, os montantes relacionados à “Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal” (1721.01.02), “Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural” (1721.01.05) e “Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro” (1721.01.32)”.

Do conjunto de integrantes da Participação na Receita da União, o Fundo de

Participação dos Municípios (FPM-União) costuma ser o mais relevante. Acerca desse tipo de transferência intergovernamental, a Secretaria do Tesouro Nacional (2012) registra que a distribuição dos valores respectivos está fundamentada no artigo 159 da Carta Magna brasileira, onde está preconizado que a União deverá transferir para o FPM um percentual do valor arrecadado dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI). Quanto aos critérios utilizados na divisão entre os municípios, atualmente os percentuais individuais de participação dos Municípios são calculados anualmente pelo TCU e por ele publicados em Decisão Normativa no Diário Oficial da União até o último dia útil de cada exercício (CTN, art. 92). O cálculo é feito com base em informações prestadas ao TCU até o dia 31 de outubro de cada ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informações estas compostas da população de cada Município e da renda per capita de cada Estado. Então, para a divisão do FPM-União os Municípios brasileiros são distribuídos em três categorias: (i) Capitais (Brasília e as capitais estaduais, que recebem 10,6% do FPM); (ii) Municípios da Reserva (aqueles com população superior a 142.633 habitantes e que repartem entre si 86,4% dos recursos) e (iii) Municípios do Interior (os demais não enquadráveis nas duas categorias anteriores, que fazem jus a 3,6% do desse montante).

2.1.1.2 – Participação nas receitas dos Estados

Quanto ao repasse das transferências do governo estadual, a Constituição Brasileira assegura que os municípios também sejam beneficiados com a receita proveniente das transferências do Estado da federação onde estão sediados. Destarte, recebem verbas classificadas como “1722.01.00 Participação na Receita dos Estados”, que envolve itens como “1722.01.01 Cota-Parte do ICMS”, “1722.01.02 Cota-Parte do IPVA”, “1722.01.04 Cota-Parte do IPI sobre Exportação”, “1722.01.13 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico” e “1722.01.99 Outras Participações na Receita dos Estados”. Contudo, neste estudo foram priorizados os montantes transferidos a título de IPVA e de ICMS, conforme descrito na sequência.

Acerca do IPVA, em Santa Catarina é a Lei nº 7.543/88 que regulamenta esse tributo incidente sobre o valor dos veículos automotores sujeitos a licenciamento pelos órgãos competentes. Está previsto no artigo 11 dessa mesma lei que metade do produto da arrecadação deste imposto deve ser destinado ao município em que estiver registrado, matriculado ou licenciado o veículo. Quanto a sua representatividade, Avila e Conceição (2015) afirmam que o mesmo responde por 1,7% da arrecadação total do Brasil.

No caso do ICMS, Reis, Costa e Silveira (2013) registram que a legislação prevê que 25% do total arrecadado com esse imposto pelo Estado seja repassado aos municípios a partir de critérios que levam em conta principalmente a movimentação econômica das cidades em termos de valor adicionado. Matias e

Campello (2000) citam que o fator “valor adicionado” pode ser considerado o mais importante por duas razões: (i) por determinação constitucional o valor adicionado deve responder por dois terços do índice a ser utilizado para apurar o percentual de repasse do ICMS aos municípios e (ii) é um componente que pode ser administrado pela organização, ainda que parcialmente. No âmbito de Santa Catarina, a divisão entre o governo estadual e os municípios é regida pela Portaria no. 233/2012 da Secretaria Estadual da Fazenda, que se adequa ao disposto no art. 158, inciso IV da Constituição Federal e Lei nº 7.721, de 06 de setembro de 1989. Em decorrência disso, como o montante dessas transferências está atrelado à geração de riquezas nos municípios há uma tendência de que as cidades mais evoluídas economicamente sejam mais beneficiadas com esses repasses na comparação com aquelas com atividade econômica menos intensa.

2.1.2.Receitas tributárias municipais

No que tange às receitas tributárias próprias dos municípios, Kohama (2012) destaca que estas envolvem a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), das contribuições de melhorias e das taxas que possam vir a ser cobradas pelas prefeituras.

Por sua vez, Andrade (2002a) afirma que as receitas tributárias municipais são aquelas derivadas de tributos como impostos, taxas e contribuições de melhoria. No caso desta pesquisa, “Impostos” (conta 1110.00.00) abrange o valor arrecadado com IPTU, ITBI, Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e Impostos sobre a Produção e a Circulação. As “Taxas” (conta 1120.00.00) equivalem àqueles tributos cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, enquanto que as “Contribuições de Melhoria” (conta 1130.00.00) referem-se ao valor total da arrecadação dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas.

Sobre o IPTU, sua constitucionalidade está prevista no artigo 156 da Constituição Federal do Brasil, mas o Código Tributário Nacional (CTN), instituído pela Lei no. 5172/66, já havia regulamentado tal imposto nos seus artigos 32, 33 e 34. A responsabilidade pela arrecadação desse tributo é dos municípios e seu fato gerador ocorre pela propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município. O contribuinte pode ser o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título, sendo que a base de cálculo é dada pelo valor venal (de venda) dos imóveis e sua alíquota varia de um município para outro, sendo permitida a progressividade de alíquotas após a vigência da Emenda Constitucional 29/2000. O IPTU participa com aproximadamente 1,4% da arrecadação tributária total do país, segundo Avila e Conceição (2015), sendo que este costuma ser uma importante fonte de receita para os municípios brasileiros.

2.2. Estudos com abordagens assemelhadas

Quanto a estudos com abordagem assemelhada a esta ora relatada, no final de fevereiro de 2016 foram realizadas pesquisas por termos/expressões como “receitas tributárias próprias”, “receitas próprias” e “receitas tributárias municipais” (e suas variações) nos sítios das revistas científicas brasileiras voltadas à contabilidade e classificadas pelo ranking Qualis/Capes entre os estratos A1 e B2, conforme divulgado no segundo semestre de 2015. Destarte, a busca efetuada abrangeu os periódicos Revista Contabilidade & Finanças, Contabilidade Vista & Revista, Enfoque: Reflexão Contábil, Revista Contemporânea de Contabilidade – UFSC (1807-1821), Revista de Contabilidade e Organizações, Revista Universo Contábil e Advances in Scientific and Applied Accounting. Além disso, também foi efetuada uma busca no Portal de Periódicos Capes com a mesma intenção, sendo que deste conjunto de possíveis fontes foram apuradas somente as menções relacionadas aos artigos a seguir comentados.

Reis et al (2016) pesquisaram sobre a mudança no perfil da arrecadação tributária própria de 128 municípios da Zona da Mata Mineira (uma das regiões do Estado de Minas Gerais) nos anos de 2005 a 2010. Utilizaram as metodologias “Análise de Cluster” e “Teste t” para amostras emparelhadas, o que resultou na formação de quatro conjuntos de cidades agrupadas em termos de esforço fiscal baixo, médio e alto. Ainda, constataram evolução positiva na arrecadação própria dos municípios, que foi confirmada pelo Teste t. Concluíram que os municípios mineiros pesquisados eram dependentes dos recursos de transferências, mas vinham se esforçando para aumentar a arrecadação própria.

Scur e Platt Neto (2011) avaliaram o município de Canela (RS) em termos da dependência orçamentária de recursos provenientes dos repasses federais e estaduais. Fundamentados nos dados obtidos por intermédio de análise documental dos demonstrativos contábeis (de 2001 a 2010) identificaram a composição das receitas quanto àquelas provenientes da arrecadação própria e as oriundas das transferências. Concluíram que a estrutura da receita daquela cidade, em termos percentuais, tinha elevado grau de dependência das receitas de transferências do Estado e da União, visto que somente 37,44% dos recursos provinham de arrecadação própria na década analisada.

Bragaia et al (2015) analisaram a receita do município de São Pedro (SP) em termos das principais fontes de recursos entre os anos de 2003 e 2013. Os resultados evidenciaram que o município em lume não se sustentava com a arrecadação própria e que o percentual desse total de receitas geradas no município, em relação ao total da receita corrente líquida, indicava a existência de grande dependência das transferências de recursos das outras esferas governamentais.

Borges et al (2014) visaram mensurar a eficiência pública municipal através da relação entre despesas com funções de governo e receitas tributárias próprias. Com dados de 2004 a 2010 importados da base FINBRA, do sítio da Secretaria do

Tesouro Nacional (STN), o estudo abrangeu amostra de 689 municípios brasileiros. Utilizaram a Análise Envoltória de Dados (DEA) para investigar hipótese ligada à relação ótima entre despesas e receitas municipais. Conforme tais autores, os resultados indicaram que a eficiência pública municipal poderia ser mensurada e definida por meio de indicadores contábeis e financeiros resultantes da gestão de recursos.

Dal Vesco, Hein e Scarpin (2014) objetivaram verificar a diferença dos indicadores de desempenho econômico e financeiro de 1.145 municípios da região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes. Entre os resultados, salientaram o aspecto de que há limitações nas análises ao interpretar a condição financeira das cidades caso não seja por meio de comparações com cidades de porte semelhante, visto que a distinção entre tamanhos das cidades trouxe reflexos nas análises dos indicadores utilizados.

Silva et al (2011) tiveram o propósito de comprovar se os municípios do Estado do Rio Grande do Norte aplicaram o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal nos gastos com educação no período de 2006 a 2009 (25% da receita de impostos e transferências vinculadas). Os resultados revelaram que, dos 167 (cento e sessenta e sete) municípios potiguares, somente 28 (vinte e oito) deles não cumpriram em determinado ano o percentual exigido de gastos com educação e nove cidades não informaram os percentuais utilizados em algum ano da série analisada.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

Sobre as características metodológicas, esta pesquisa pode ser adjetivada como descritiva, de corte seccional e com abordagem quantitativa

Em relação à tipologia quanto aos objetivos, cabe classificá-la como descritiva. Para Andrade (2002) esses estudos se preocupam em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem a interferência direta do pesquisador no contexto. Por envolver o período entre 2010 e 2013, caracteriza-se também como de corte seccional (cross-sectional), visto que investiga fenômeno que ocorre num corte transversal de tempo e efetua análises detalhadas para fundamentar observações alcançadas uma única vez (BABBIE, 1999). No que tange à forma de abordagem quantitativa, Richardson (1999) aduz que essa modalidade envolve as pesquisas que empregam a quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples (como percentual, média, desvio-padrão etc.) até àquelas mais complexas (como coeficientes de correlação, análises de regressão etc.).

Quanto à população abrangida, foram obtidos dados acerca de todos os municípios catarinenses nos quatro anos priorizados. Entretanto, houve a emancipação de dois municípios em 2013 (Pescaria Brava e Balneário Rincão), o que fez com que Santa Catarina fosse constituída por 295 cidades neste último

ano e por 293 entre 2010 e 2012. No que concerne aos dados primários coligidos, a coleta destes ocorreu em dezembro de 2015 em duas fontes on-line. No Relatório Finanças do Brasil - FINBRA (site da Secretaria do Tesouro Nacional – STN) foram obtidas as informações sobre as receitas municipais consideradas no estudo e no site do IBGE foram colhidas as informações relacionadas à divisão em mesorregiões dos municípios catarinenses. Em seguida, os dados foram avaliados quanto a inconsistências ou ausência destes para algum município, tabulados em planilhas Excel e atualizados/inflacionados os valores monetários de 2010, 2011 e 2012 pelo IPCA para poder aquisitivo equivalente ao ano de 2013. Após esses procedimentos foram formatadas as tabelas utilizadas nas análises apresentadas nas seções vindouras.

4. CONTEXTO DO ESTUDO

As próximas seções destacam os principais aspectos do levantamento realizado e dos cálculos que fundamentaram os resultados identificados a partir dos procedimentos analíticos executados.

4.1. Dados coligidos

Nesta fase os dados coletados sobre os 293 (até 2012) ou 295 (em 2013) municípios catarinenses foram agrupados por mesorregiões e segregados nas categorias mencionadas no Quadro 1, que apresenta somente o total estadual dos quatro anos da série analisada e a média quadrienal por restrição de espaço neste artigo.

Quadro 1 - Dados coligidos (resumo)

1 - Receita Líquida Total					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	13.917.715	15.035.066	16.331.984	16.328.170	15.403.234
2 - Receita Tributária Municipal					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	2.371.898	2.582.140	2.739.192	2.969.391	2.665.655
3 - Receita com IPTU					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	684.630	695.261	688.077	750.910	704.719

4 - Transferências Intergovernamentais					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	9.622.564	10.604.180	10.923.650	11.475.771	10.656.541
5 - Participação na Receita da União (em mil R\$)					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	2.439.874	2.810.125	2.761.242	2.778.772	2.697.503
6 - Participação na Receita dos Estados					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	3.888.853	4.155.932	4.273.226	4.375.689	4.173.425
7 - Cota-Parte do ICMS					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	3.246.048	3.495.886	3.591.868	3.721.869	3.513.918
8 - Cota-Parte do IPVA					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	525.176	548.165	601.677	592.810	566.957
9 - Total das receitas abrangidas na pesquisa (Receita Tributária Municipal + Transferências Intergovernamentais)					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	11.994.462	13.186.321	13.662.842	14.445.162	13.322.197
% da RLT	86,18%	87,70%	83,66%	88,47%	86,49%

Fonte: elaborado pelos autores.

Ou seja, o quadro citado informa que a pesquisa priorizou os valores relacionados com as seguintes modalidades de receita:

- 1) Receita Líquida Total (RLT): composta pela soma das receitas correntes com as receitas de capital e descontadas as deduções cabíveis, foi este o fator utilizado como base de comparação para estimar o percentual de participação das receitas municipais.
- 2) Receita Tributária Municipal: também conhecida como “receita própria”, refere-se aos valores cuja arrecadação é de competência dos municípios (como impostos, taxas e contribuições de melhoria).
- 3) Receita com IPTU: equivale ao valor arrecadado com a mais conhecida receita tributária das prefeituras e integra a classe de receitas citada no item precedente.

- 4) Transferências Intergovernamentais: referem-se aos valores repassados por outras esferas de governo, como União e governo do estado.
- 5) Participação na Receita da União: representa os montantes destinados aos municípios em virtude da arrecadação de determinados tributos federais.
- 6) Participação na Receita dos Estados: à semelhança do item anterior, diz respeito ao repasse de verbas do governo estadual às prefeituras em decorrência da cobrança de alguns tributos da alçada desta unidade da federação.
- 7) Cota-parte do ICMS: entre os valores relacionados com a receita estadual que os municípios têm participação (citadas no item 6) estão incluídos os recursos desta cota-parte.
- 8) Cota-parte do IPVA: idem ao item 7, mas refere-se à participação municipal na arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

No item 9 do Quadro 1 está registrado o valor total dos dois grupos de receitas priorizados (Receita Tributária Municipal e Transferências Intergovernamentais) neste estudo, que atingiram percentual médio de 86,49% da RLT no quadriênio. Mesmo que não contenha os valores das “Receitas de Capital”, esse percentual assevera a abrangência das receitas consideradas na pesquisa e sinaliza a relevância dos valores envolvidos na análise efetuada.

4.2. Desempenho das receitas das mesorregiões com base em indicadores contábeis

Os dados apurados em relação a todos os municípios catarinenses foram agrupados nas mesorregiões que sediam os mesmos, o que permitiu avaliar a performance desses territórios regionais catarinenses no que tange às receitas respectivas. Nesse sentido, foram priorizados alguns índices como destacado adiante.

Contudo, inicialmente cabe salientar que para apurar os parâmetros de análise todas as modalidades de receitas abrangidas no estudo foram comparadas com a “Receita Líquida Total”, cujo valor (em R\$) respectivo envolvia a soma das “Receitas Correntes” (código no plano de contas 1000.00.00) com as “Receitas de Capital” (2000.00.00) e descontadas as “Deduções da Receita” (9.1000.00.00). Referida comparação visava mensurar a participação percentual das várias fontes de recursos em relação ao montante total anual arrecadado pelas prefeituras de Santa Catarina. Com esse propósito, foram avaliadas as mais importantes receitas provenientes do poder de tributar dos municípios (também conhecidas como “Receitas Próprias”) e das transferências intergovernamentais realizadas pelo governo estadual e pela União, como explicitado nas próximas seções.

4.2.1. Receitas Tributárias Municipais

O primeiro índice mensurado levou em consideração a “Receita Tributária Municipal” (1100.00.00), cujo valor engloba “Impostos” (1110.00.00), “Taxas” (1120.00.00) e “Contribuições de Melhoria” (1130.00.00), sendo que a arrecadação destes é incumbência dos municípios.

Destarte, foi apurado o percentual da “Receita Tributária Municipal” em relação à “Receita Líquida Total” (RLT), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Percentual da Receita Tributária Municipal sobre a RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Serrana	8,989%	10,286%	10,399%	10,150%	9,956%
Oeste C.	9,846%	10,002%	10,092%	10,994%	10,234%
V.Itajaí	18,987%	19,147%	19,317%	20,164%	19,404%
G.Fpolis.	31,240%	29,943%	28,680%	31,719%	30,395%
Norte C.	15,570%	16,053%	15,542%	17,246%	16,103%
Sul C.	13,958%	14,266%	13,181%	14,604%	14,002%
Média SC	17,042%	17,174%	16,772%	18,186%	17,294%

Fonte: elaborada pelos autores.

Os índices citados na Tabela 1 revelam a capacidade de arrecadação de tributos de competência das prefeituras das mesorregiões catarinenses, servindo como parâmetro para avaliar a capacidade do município de obter receitas próprias independentemente dos governos federal e estadual. A propósito disso, constatou-se que a média catarinense no quadriênio foi de 17,294%, ou seja, de cada R\$ 100 de “Receita Líquida Total” a receita própria dos municípios/mesorregiões pesquisados representava R\$ 17,29.

Contudo, foram apurados percentuais bastante divergentes entre as mesorregiões. Na mesorregião “G.Fpolis.” o percentual médio dos quatro anos da série em lume situou-se em 30,395% (31,240% em 2010, 29,943% em 2011, 28,680% em 2012 e 31,719% no ano de 2013), posicionando este território na primeira posição no ranking deste indicador. No extremo oposto ficou a mesorregião “Serrana”, cujos índices anuais foram 8,989%, 10,286%, 10,399% e 10,150%, respectivamente para os anos de 2010 a 2013. Com isso, a média dos municípios situados na região da serra de Santa Catarina atingiu 9,956% no quadriênio.

Além disso, é pertinente destacar que também as mesorregiões “Oeste C.”, “Sul C.” e “Norte C.” tiveram desempenhos inferiores à média do estado, com média de 10,234% nas cidades oestinas, 14,002% nos municípios sulinos e 16,103% nos do norte de Santa Catarina. Por outro lado, a mesorregião “V.Itajaí” superou a média estadual por ter alcançado percentual médio de 19,404% no quadriênio.

Ainda no âmbito da arrecadação de competência dos municípios, a “receita própria” mais conhecida costuma ser o IPTU, contabilmente descrito por “1112.02.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana”. Sobre esse imposto, o percentual calculado de participação na “Receita Líquida Total” (RLT) das cidades catarinenses está registrado na Tabela 2, agrupado nas respectivas mesorregiões.

Tabela 2 – Percentual do IPTU sobre a RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Méd. Quadr.
Serrana	1,554%	1,423%	1,368%	1,433%	1,445%
Oeste C.	2,000%	1,979%	1,945%	2,159%	2,020%
V.Itajaí	6,183%	6,020%	5,743%	5,638%	5,896%
G.Fpolis.	9,841%	8,561%	7,132%	8,492%	8,506%
Norte C.	4,758%	4,410%	4,018%	4,556%	4,436%
Sul C.	2,984%	2,977%	2,765%	3,119%	2,961%
Média SC	4,919%	4,624%	4,213%	4,599%	4,589%

Fonte: elaborada pelos autores.

Embora seja o tributo municipal mais famoso, sua participação na “Receita Líquida Total” (RLT) das prefeituras de Santa Catarina é inferior ao montante arrecadado por outras fontes de receita. Os percentuais mencionados na Tabela 2 retratam que referido imposto equivaleu a 4,589% da RLT na média dos quatro anos em Santa Catarina.

Quanto às mesorregiões, por ordem decrescente desse percentual médio apareceram: “G.Fpolis.” com 8,506%; “V.Itajaí” (5,896%); “Norte C.” (4,436%); “Sul C.” (2,961%); “Oeste C.” (2,020%) e “Serrana” (1,445%). Nesse contexto é pertinente destacar a disparidade verificada entre as performances mesorregionais, onde a diferença entre o maior percentual médio apurado (“G.Fpolis.”) e o menor do quadriênio (“Serrana”) chegou a 5,89 vezes (1,445% / 8,506%).

A próxima seção discorre sobre as receitas oriundas de transferências intergovernamentais.

4.2.2. Receitas provenientes de transferências da União e do Estado

Outra categoria de receitas dos municípios relaciona-se com a arrecadação proveniente das “Receitas de Transferências Intergovernamentais” (1720.00.00). Estas referem-se aos recursos provenientes de outros entes federativos, ou seja, abrange as contas “1721.00.00 Transferências da União”, “1722.00.00 Transferências dos Estados”, “1723.00.00 Transferências dos Municípios” e “1724.00.00 Transferências Multigovernamentais”.

O levantamento realizado permitiu determinar os índices de participação percentual dessa modalidade de receita municipal na “Receita Líquida Total” (RLT), por mesorregiões, como exposto na Tabela 3.

Tabela 3 – Percentual das Receitas de Transferências Intergovernamentais sobre a RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Serrana	82,898%	83,622%	78,090%	78,981%	80,898%
Oeste C.	83,546%	85,468%	80,522%	85,082%	83,654%
V.Itajaí	61,980%	63,160%	60,687%	62,009%	61,959%
G.Fpolis.	53,110%	54,828%	53,337%	56,308%	54,396%
Norte C.	68,241%	69,356%	64,233%	70,053%	67,971%
Sul C.	74,997%	77,293%	73,390%	78,784%	76,116%
Média SC	69,139%	70,530%	66,885%	70,282%	69,209%

Fonte: elaborada pelos autores.

Os valores mencionados na Tabela 3 permitiram concluir que os municípios/mesorregiões de Santa Catarina são “dependentes” das transferências intergovernamentais, mas em patamares bastante distintos entre esses territórios. A primeira das informações relevantes oriundas da ilustração citada é o fato de que as cidades barriga-verde apresentaram índice médio da ordem de 69,209% da RLT em termos do montante repassado pelos governos federal e estadual. Portanto, mais de 2/3 dos recursos disponibilizados aos gestores municipais não teve origem na arrecadação própria, o que indica alta dependência dos recursos transferidos pela União e governo do estado.

No que tange às mesorregiões, aquela que representa o oeste catarinense é a que apresentou o maior índice nesse parâmetro, com 83,654%. Ao longo dos quatro anos pesquisados os municípios dessa mesorregional mostraram o seguinte desempenho médio: 83,546% (em 2010), 85,468% (no ano de 2011), 80,522% (2012) e 85,082% (no último ano da série). A segunda posição coube à mesorregião “Serrana”, cujo resultado médio atingiu 80,898%, enquanto que na sequência figuraram as mesorregiões “Sul C.” (76,116%), “Norte C.” (67,971%), “V.Itajaí” (61,959%) e “G.Fpolis.” (54,396%).

Outra forma de mensurar a dependência da arrecadação das cidades/mesorregiões relaciona-se aos valores repassados às prefeituras que têm origem nas transferências intergovernamentais provenientes da União e naquelas advindas do governo estadual.

No caso dos recursos repassados pelo governo federal, estes são contabilizados como “1721.01.00 Participação na Receita da União” e costumam envolver, entre outros, os montantes relacionados à “Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal” (1721.01.02), “Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural” (1721.01.05) e “Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro” (1721.01.32)”. Nessa direção, os dados coletados na pesquisa descortinaram a situação dos municípios do estado catarinense, agregados nas respectivas mesorregiões, quanto à representatividade deste tipo de receita sobre a “Receita Líquida Total” (RLT) como está representado

na Tabela 4.

Tabela 4 – Percentual da Participação na Receita da União na RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Serrana	25,738%	27,023%	24,719%	24,696%	25,544%
Oeste C.	26,618%	28,454%	25,510%	26,357%	26,735%
V.Itajaí	13,518%	14,493%	13,119%	12,381%	13,378%
G.Fpolis.	13,584%	14,878%	13,630%	13,728%	13,955%
Norte C.	11,036%	11,893%	10,891%	11,089%	11,227%
Sul C.	22,300%	23,849%	21,401%	22,515%	22,517%
Média SC	17,531%	18,690%	16,907%	17,018%	17,537%

Fonte: elaborada pelos autores.

Os percentuais mensurados na Tabela 4 revelam o nível de dependência da receita dos municípios/mesorregiões catarinenses em relação ao Governo Federal. O percentual médio apurado no período em tela permite concluir que R\$ 17,54 de cada R\$ 100 das receitas líquidas totais das cidades de Santa Catarina têm origem na União. Das mesorregiões, a que mais depende do governo federal é a “Oeste C.”, visto que a média do quadriênio atingiu 26,735% da RLT. A segunda colocação pode ser atribuída à mesorregião “Serrana” onde o índice em questão chegou a 25,544%. Na sequência deste ranking aparecem as mesorregiões “Sul C.” (com 22,517%), “G.Fpolis.” (13,955%) e “V.Itajaí” (13,378%). Além disso, a última posição ficou a cargo da mesorregional do “Norte C.”, cujo índice médio apurado de 11,227% significa que os municípios que integram-na são os menos dependentes da União, por este critério.

Por outro ângulo de análise, a Constituição Brasileira assegura que os municípios também sejam beneficiados com a receita proveniente das transferências do Estado da federação onde estão sediados. Destarte, recebem verbas classificadas como “1722.01.00 Participação na Receita dos Estados”, que envolvem itens como “1722.01.01 Cota-Parte do ICMS”, “1722.01.02 Cota-Parte do IPVA”, “1722.01.04 Cota-Parte do IPI sobre Exportação”, “1722.01.13 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico” (CIDE) e “1722.01.99 Outras Participações na Receita dos Estados”. As citadas fontes de renda foram cotejadas com a “Receita Líquida Total” (RLT) de cada cidade barriga-verde, o que possibilitou calcular os índices percentuais expressos na Tabela 5, consolidados por mesorregiões.

Tabela 5 - Percentual da Participação na Receita dos Estados na RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Serrana	29,260%	28,319%	26,405%	25,624%	27,402%
Oeste C.	33,747%	33,787%	31,203%	32,011%	32,687%
V.Itajaí	24,565%	24,459%	24,025%	23,745%	24,199%
G.Fpolis.	21,384%	21,727%	20,933%	21,658%	21,426%

Norte C.	31,891%	30,806%	28,563%	30,566%	30,456%
Sul C.	26,891%	26,684%	24,864%	26,440%	26,220%
Média SC	27,942%	27,642%	26,165%	26,798%	27,137%

Fonte: elaborada pelos autores.

A partir dos percentuais citados na Tabela 5 foi possível deduzir quais as mesorregiões de Santa Catarina apresentavam maior proporção dos recursos originários do governo estadual em relação aos montantes das Receitas Líquidas Totais (RLT) respectivas. Enquanto a média do estado no quadriênio investigado atingiu 27,137%, em três das seis mesorregiões esse parâmetro ficou acima da média estadual: “Oeste C.” com índice de 32,687%; “Norte C.” com percentual de 30,456% e “Serrana” com 27,402%. Na outra metade dos territórios abrangidos a realidade expressa pelos índices calculados mostrou menor dependência da RLT perante as receitas decorrentes da “Participação na Receita dos Estados”, ou seja: “Sul C.” (26,220%); “V.Itajaí” (24,199%) e “G.Fpolis” (21,426%).

Entre as receitas das prefeituras cuja origem é o Estado da federação onde está localizado o município, aquela que geralmente assume a maior proporção é a contabilizada como “1722.01.01 Cota-Parte do ICMS”. No que tange à participação desta fonte de recursos na “Receita Líquida Total” (RLT) no período de 2010 a 2013, as mesorregiões catarinenses apresentaram o cenário descrito na Tabela 6.

Tabela 6 – Percentual da Cota-Parte do ICMS na RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Serrana	25,227%	24,532%	22,962%	22,432%	23,788%
Oeste C.	29,494%	29,735%	27,177%	28,091%	28,624%
V.Itajaí	20,256%	20,433%	20,103%	20,255%	20,262%
G.Fpolis.	15,946%	16,256%	15,712%	16,608%	16,130%
Norte C.	27,195%	26,559%	24,840%	26,782%	26,344%
Sul C.	21,796%	21,685%	20,010%	21,532%	21,256%
Média SC	23,323%	23,252%	21,993%	22,794%	22,840%

Fonte: elaborada pelos autores.

Com fulcro nos percentuais da Tabela 6 é pertinente considerar que de cada R\$ 100 da RLT o valor médio recebido pelos municípios de Santa Catarina a título de “Cota-parte do ICMS” equivaleu a R\$ 22,84 entre os anos de 2010 a 2013. O repasse do ICMS teve participação percentual mais significativa na mesorregião “Oeste C.”, com cerca de 28,624% da RLT. Na sequência, em ordem decrescente, cabe mencionar as mesorregiões “Norte C.” (26,344%), “Serrana” (23,788%), “Sul C.” (21,256%), “V.Itajaí” (20,262%) e, por último, “G.Fpolis.” (16,130%)

O segundo maior valor das transferências que os municípios recebem dos Estados é denominado contabilmente como “1722.01.02 Cota-Parte do IPVA”. Acerca dessa receita, a participação percentual do IPVA no total das receitas líquidas (RLT) das prefeituras catarinenses está descrita na Tabela 7, por

mesorregiões.

Tabela 7 – Percentual da Cota-parte do IPVA sobre a RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Méd. Quadr.
Serrana	2,916%	2,790%	2,850%	2,768%	2,831%
Oeste C.	3,358%	3,235%	3,394%	3,466%	3,363%
V.Itajaí	3,572%	3,423%	3,441%	3,151%	3,397%
G.Fpolis.	4,921%	4,833%	4,890%	4,773%	4,854%
Norte C.	3,450%	3,251%	3,234%	3,348%	3,321%
Sul C.	4,465%	4,456%	4,458%	4,592%	4,493%
Média SC	3,773%	3,646%	3,684%	3,631%	3,683%

Fonte: elaborada pelos autores.

A situação das mesorregiões, conforme exposto na Tabela 7, leva a concluir que a parcela da arrecadação deste imposto estadual que é repassado aos municípios representou 3,683% da RLT, em média, durante o quadriênio em lume. A segregação em termos mesorregionais evidenciou na “G.Fpolis” é onde esse tributo mostra o maior índice de participação na RLT com 4,854%. Na segunda posição figurou a mesorregião “Sul C.”, onde apurou-se o índice de 4,493%, enquanto que no “V.Itajaí” o indicador apurado mostrou nível equivalente a 3,397%. Ainda, a quarta colocação nesse ranking pode ser atribuída aos municípios que compõem a mesorregional “Oeste C.” (com 3,363%), na quinta posição figura a mesorregião “Norte C.” (com 3,321%) e o último nível coube à “Serrana” (2,831%).

Depois de apresentar os índices de participação conforme acima, na próxima seção discorre-se acerca dos principais “achados” deste estudo.

4.4. Discussão dos resultados

Os percentuais de participação das modalidades de receitas municipais das mesorregiões abrangidas nesta pesquisa estão sintetizados na Tabela 8.

Tabela 8 - Médias dos índices apurados no quadriênio abrangido (2010-2013)

Itens	Serrana	Oeste C.	V.Itajaí	G.Fpolis.	Norte C.	Sul C.	Média SC
1 - Rec. Trib. Munic.	9,96%	10,23%	19,40%	30,40%	16,10%	14,00%	17,29%
2 - Rec. com IPTU	1,44%	2,02%	5,90%	8,51%	4,44%	2,96%	4,59%
3 - Transfer. Intergov.	80,90%	83,65%	61,96%	54,40%	67,97%	76,12%	69,21%
4 - Part. Rec. da União	25,54%	26,73%	13,38%	13,96%	11,23%	22,52%	17,54%
5 - Part. Rec. dos Estados	27,40%	32,69%	24,20%	21,43%	30,46%	26,22%	27,14%
6 - Cota-parte ICMS	23,79%	28,62%	20,26%	16,13%	26,34%	21,26%	22,84%
7 - Cota-parte IPVA	2,83%	3,36%	3,40%	4,85%	3,32%	4,49%	3,68%
8 - Part. Rec. Líq. Total	90,85%	93,89%	81,36%	84,79%	84,07%	90,12%	86,49%

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir do cenário delineado pelos índices médios dos quatro anos da série

analisada, expressos na Tabela 8, foi possível chegar a algumas conclusões acerca do nível de dependência dos conjuntos de municípios que integram as seis mesorregionais em lume, quanto aos recursos originários das receitas intergovernamentais ou próprias.

No caso das receitas cuja arrecadação é competência exclusiva das prefeituras (linha “1-Rec. Trib. Munic.” da tabela citada), a mesorregião com maior capacidade de obter recursos “próprios” é a da “G.Fpolis.”, visto que 30,40% da Receita Líquida Total (RLT) do quadriênio abrangido estava atrelado a essa fonte, secundada pela mesorregião “V.Itajaí” com 19,40%. No outro extremo, a mesorregional “Serrana” pode ser considerada aquela com menor potencial de se manter com recursos advindos exclusivamente da tributação municipal, pois conseguiu montante equivalente a apenas 9,96% da RLT do período estudado. Vale destacar, ainda, que as mesorregiões “Oeste C.” e “Sul C.” apresentaram índices assemelhados (10,23% e 14,00%, respectivamente) ao da “Serrana”. Com base nesse parâmetro, cabe asseverar que estas três mesorregiões são as mais “dependentes” do repasse de recursos dos governos federal e estadual, de vez que os valores dos tributos municipais equivalem a menos de 15% do total da receita líquida. Por outro lado, as mesorregiões com maior autonomia nesse indicador são, pela ordem, “G.Fpolis.”, “V.Itajaí” e “Norte C.”.

Quanto ao nível de dependência das transferências intergovernamentais (linha “3 – Transf. Intergov.” na Tabela 8), a média estadual ficou em 69,21% no quadriênio. Por esse critério, a mesorregião “Oeste C.” aparece na primeira posição do ranking estadual da “dependência” de recursos transferidos, com 83,65% (em média) do montante da RLT tendo origem na União e no governo barriga-verde. A segunda colocação coube ao grupo de municípios serranos, onde o índice de participação mensurado chegou a 80,90% nos quatro anos priorizados. As demais posições couberam ao “Sul C.” (76,12%), “Norte C.” (67,97%), “V.Itajaí” (61,96%) e “G.Fpolis.” (54,40%). Os referidos percentuais permitem concluir que as primeiras mesorregiões são aquelas com menor independência dos recursos federais e estaduais, enquanto as últimas são menos subordinadas àquela categoria de receita.

Por não considerar alguns tipos de receitas (como a “Receita de Capital”), que também diferem em proporção da RLT nos municípios de Santa Catarina, ocorreu a alteração no “título” de mesorregião menos autônoma ou com maior dependência de recursos de transferências intergovernamentais. Ou seja, se computadas somente as Receitas Tributárias Municipais, a mesorregional “Serrana” seria a mais dependente das verbas repassadas pela União e Governo do Estado, pois sua arrecadação “própria” atingiu somente 9,96% da RLT (contra 10,23% do “Oeste C.”). Todavia, sob o prisma das “Transferências Intergovernamentais” esse lugar caberia ao grupo de municípios que compõem a mesorregião “Oeste C.”, considerando-se que estas equivaleram a 83,65% da RLT nesta área geográfica (contra 80,90% da “Serrana”).

Ainda no campo das receitas transferidas, cabe distinguir o grau de dependência das providas pela União e daquelas fornecidas pelo tesouro estadual.

No que tange aos repasses federais, optou-se por mensurar somente a “Participação na Receita da União” (item “4” da tabela acima), o que implicou excluir algumas modalidades de verbas (como as transferências relacionadas ao FNDE e ao FUNDEB, entre outros). Idem para o indicador relacionado à “Participação na Receita dos Estados” (item “5” da Tabela 8).

Então, com base exclusivamente nos valores classificáveis nessas duas rubricas, foram identificados alguns pontos relevantes.

O primeiro está atrelado à disparidade nos percentuais dessas duas formas de transferência em cada mesorregião. Enquanto na região serrana o índice relativo à “Participação na Receita dos Estados” superou o percentual da “Participação na Receita da União” em 1,86 pontos percentuais (27,40% - 25,54%), nas demais áreas essa diferença foi maior: na do “Sul C.” foi de 3,70 p. p. (26,22% - 22,52%); na do “Oeste C.” chegou a 5,95 p. p. (32,69% - 26,73%); na “G.Fpolis.” atingiu 7,47 p. p. (21,43% - 13,96%); na do “V.Itajaí” ficou em 10,82 p. p. (24,20% - 13,38%) e na mesorregional “Norte C.” a distância foi de 19,23 p. p. (30,46% - 11,23%). Essa métrica pode ser empregada no sentido de conhecer quais mesorregiões estão mais dependentes do governo do Estado ou do governo central. A propósito disso, restou comprovado que nessas duas categorias de receitas das prefeituras as verbas estaduais têm maior proporção na RLT que aquelas da esfera federal. Esse raciocínio aplica-se, em especial, nas mesorregiões “Norte C.” e “V.Itajaí”, onde o volume dos recursos de participação com origem estadual superou em 2,71 vezes e 1,81 vez os montantes advindos da participação na renda da União, respectivamente.

O segundo aspecto relaciona-se com a diferença existente entre os índices das mesorregiões quanto aos repasses da “Participação na Receita da União”. Enquanto a média estadual no quadriênio foi de 17,54%, metade das mesorregiões apresentou índices superiores a esse percentual. No caso do “Oeste C.” o percentual médio desta fonte de recursos na RLT situou-se em 26,73%; na “Serrana” chegou a 25,54% e na “Sul C.” foi de 22,52%. As demais mesorregiões apresentaram níveis de dependência equivalentes a 13,96% (“G.Fpolis.”), 13,38% (“V.Itajaí”) e 11,23% (“Norte C.”). No que tange à diferença entre a menos dependente (“Norte C.”) e aquela com maior dependência (“Oeste C.”) deste tipo de receita, foi apurada uma variação de 15,51 p. p. (26,73% - 11,23%) entre as mesmas, que equivale a uma proporção de 2,38 vezes.

O terceiro destaque refere-se às discrepâncias verificadas nos percentuais apurados sobre a participação na receita estadual, cuja variação entre as áreas geográficas envolvidas no estudo foi menor que àquela comentada no parágrafo precedente, mas os percentuais sobre a RLT foram bastante superiores. Por esse parâmetro, o índice médio dos quatro anos alcançou 27,14% (contra 17,54% no âmbito da participação na receita federal). Quanto ao desempenho individualizado, o maior percentual da RLT foi apurado na mesorregião “Oeste C.”, com 32,69%, enquanto a “G.Fpolis.” ostentou o menor valor (21,43%). Ou seja, a diferença entre estes dois extremos totalizou 11,26 pontos percentuais (contra 15,51 p. p. no caso da participação na receita da União) e a proporção entre as duas chegou a 1,53

(contra 2,38 vezes na anterior).

Quanto às possíveis causas destas discrepâncias entre as mesorregiões, como a legislação estabelece critérios para o repasse dessas duas modalidades de receitas às prefeituras, provavelmente as diferenças constatadas estejam atreladas às características de cada território. No caso da rubrica “Participação na Receita da União”, esta é composta por receitas vinculadas à Cota-parte do FPM-União, à Cota-parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural e pela Cota-parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários. Portanto, tende a ser impactada mais especificamente pelo nível de industrialização, pela maior concentração de terrenos rurais (em detrimento das áreas urbanas) e pela existência de empresas do segmento financeiro.

No que concerne aos índices mensurados acerca da “Participação na Receita dos Estados”, supõe-se que estes são influenciados pela maior concentração de contribuintes do ICMS, pelo tamanho da frota de veículos (no caso da Cota-parte do IPVA e da CIDE) e pelo faturamento relacionado com exportações (no que tange ao IPI-Exportação), entre outros fatores que são mais presentes em determinadas mesorregiões que em outras.

Além disso, os “achados” desta pesquisa corroboram os estudos de Reis et al (2016), Bragaia et al (2015) e Scur e Platt Neto (2011) que também identificaram alta dependência dos repasses da União e dos Estados dos municípios que estudaram. Nesse sentido, restou evidente que todas as mesorregiões catarinenses, mesmo as mais desenvolvidas, ainda são muito dependentes dos recursos oriundos das esferas federal e estadual. É o caso da mesorregião da Grande Florianópolis, que provavelmente consegue maior arrecadação de tributos municipais que as demais mesorregiões por conta da estrutura política que costuma caracterizar uma capital estadual e seu entorno. Contudo, ainda mais da metade de seus recursos são originários de repasses intergovernamentais.

5. Conclusões e recomendações para trabalhos futuros

A pesquisa procurou obter resposta acerca de questão relacionada aos índices de participação percentual sobre a Receita Líquida Total (RLT) das principais modalidades de receitas dos municípios de Santa Catarina, agrupados nas respectivas mesorregiões. Com tal propósito, tinha por objetivo mensurar a proporção percentual dos valores dessas receitas sobre o montante da RLT arrecado em cada um dos territórios mesorregionais do estado, de forma comparativa.

Nesse sentido, os autores consideram que a partir dos dados coligidos na contabilidade pública dessas cidades conseguiram responder convenientemente à pergunta de pesquisa, bem como atingiram o objetivo proposto. Ou seja, foram calculados os percentuais que mostraram os níveis de dependência das fontes de

recursos abrangidas dos municípios que compõem as seis mesorregiões catarinenses durante os quatro anos da série histórica em tela.

Quanto aos resultados, estes podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

- 1) A “G.Fpolis.” é a mesorregião que possui maior capacidade de arrecadação quanto às Receitas Tributárias Municipais e a “Serrana” pode ser qualificada como a menos eficiente na obtenção deste tipo de receita. Ainda, essa mesma performance pode ser atribuída em relação à arrecadação de IPTU, se comparados os índices apurados a respeito.
- 2) No caso das Transferências Intergovernamentais, a mesorregião “Oeste C.” foi a que apresentou a maior proporção da RLT (com 83,65%), enquanto que a “G.Fpolis.” ostentou o menor percentual (54,40%). Então, por esse critério, o grupo de municípios do oeste catarinense pode ser considerado o mais dependente de verbas dos governos estadual e federal entre as seis mesorregiões investigadas.
- 3) Os recursos oriundos da “Participação na Receita da União” são menos representativos que os provenientes da “Participação na Receita dos Estados” nos seis conjuntos de municípios visados. Contudo, a distância entre os percentuais destas duas rubricas divergiu bastante entre as mesorregiões, conforme destacado na seção precedente.
- 4) Quanto aos integrantes das transferências do governo estadual, no quadriênio os montantes da “Cota-parte ICMS” foram significativamente mais relevantes (média estadual de 22,84%) que os repasses da “Cota-parte IPVA” (3,68%, em média) no período.

No que concerne à contribuição do estudo, esta reside principalmente na possibilidade de evidenciar indicativos para melhoria da gestão dos municípios/mesorregiões de Santa Catarina, uma vez que demonstrou existirem diferentes proporções dos valores pertinentes às categorias das receitas tributárias municipais mais relevantes sobre o montante líquido arrecado em cada um dos territórios mesorregionais visados. Essas informações podem subsidiar os gestores quanto aos caminhos a priorizar para otimizar a arrecadação pública regional e/ou municipal.

Quanto às limitações associadas ao estudo, além de envolver apenas quatro anos em razão da disponibilidade dos dados por ocasião da pesquisa, optou-se por não abranger todas as modalidades de receitas (como as receitas de capital, entre outras). Apesar disso, as receitas enfocadas representaram 86,49% da RLT no período avaliado.

Por último, como sugestões para trabalhos futuros sobre essa temática, recomenda-se pesquisa sobre aspectos como:

- a) Avaliação da receita per capita nas várias modalidades abrangidas neste, com o intuito de identificar oscilações no ranqueamento entre as mesorregiões entre o enfoque adotado nesta e aquele ora proposto.
- b) Replicar a mesma abordagem a partir da atualização dos dados para os anos posteriores à série histórica investigada, com a intenção de identificar mudanças nos percentuais calculados.

- c) Empregar tratamento estatístico, como a Análise Envoltória de Dados (DEA), correlações ou regressões visando obter informações ocultas nos dados apurados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002b.

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base na LC n. 101/00 e nas classificações contábeis advindas da SOF e STN. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. São Paulo: Atlas, 2002a.

AVILA, R. I.; CONCEIÇÃO, J. B. S. O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira. Cadernos IHU Ideias. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, n. 234, v.13, 2015.

BABBIE, E. Métodos de pesquisa survey. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BORGES, E. F.; PEREIRA, J. M.; DA COSTA BORGES, G. M. da C.; SILVA, J. J. Utilização da Análise Envoltória de Dados para mensuração da eficiência municipal a partir da gestão das receitas próprias e das funções de governo. Revista de Contabilidade & Controladoria. Set./dez.2014, Vol. 6, no. 3, p.19-38.

BRAGAIA, S. V.; SANTOS, N. C. dos; FERREIRA, N. M.; RUEDA, V. O pacto federativo ou federalismo fiscal brasileiro e análise da arrecadação da receita do município de São Pedro/SP. Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep – REFICONT – v. 1, n. 2, Jan/Jun – 2015, p. 53-67.

COLLINS, J.; HUSSEY, R. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DAL VESCO, D. G.; HEIN, N.; SCARPIN, J. E. Análise dos indicadores de desempenho em municípios na região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes. Enfoque: Reflexão Contábil – UEM. Maringá (PR), v. 33, n. 2, p.19-34, maio/ago. 2014.

GOUVÊA, M. A.; VARELA, P. S.; FARINA, M. C. Avaliação das relações entre receita tributária e desenvolvimento econômico e social dos grupos 3, 4 e 5 de municípios paulistas, segundo o IPRS: uso da análise multivariada de variância. Revista Eletrônica de Administração, v. 16, n. 2, p. 1-21, 2010.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACÊDO, F. F. R. R.; KLANN, R. C. Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP): um estudo nas unidades da federação do Brasil. Revista Ambiente Contábil - UFRN - Natal-RN. v. 6. n. 1, p. 253 - 272, jan./jun. 2014

MATIAS, A. B.; CAMPELLO, C. A. G. B. Administração financeira municipal. São Paulo: Atlas, 2000.

REIS, P. R. da C.; COSTA, T. de M. T. da; SILVEIRA, S. F. R. Receita pública e bem-estar social nos municípios mineiros emancipados no período de 1988 a 1997. Revista Eletrônica de Administração, v. 19, n. 1, p. 61-82, 2013.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

REIS, A. de O.; ABRANTES, L. A.; FARONI, W.; PASSOS, N. L. dos. Comportamento da arrecadação própria e da carga tributária nos municípios da Zona da Mata Mineira. Revista Ambiente Contábil - UFRN. Natal (RN), v. 8. n. 1, p. 1- 6, jan./jun. 2016.

SCUR, R. B.; PLATT NETO, O. A. Diagnóstico da dependência dos repasses federais e estaduais no município de Canela - RS. Revista Catarinense da Ciência Contábil. Florianópolis, Vol.10 (29), Jul./2011, p.53-68.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais: Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Setembro de 2012. Disponível em:
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fpm.pdf> Acesso em 29/01/2016.

SILVA, M. C. da; AQUINO, I. de P. B. de; OLIVEIRA, E. J. de; BATISTA, E. M. Gastos com educação: análise da aplicação de recursos pelos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2006 a 2009. Enfoque: Reflexão Contábil - UEM. Maringá (PR), v. 30, n. 2, p.67-82, maio/ago. 2011.

CAPÍTULO VII

AVALIAÇÕES DE EMPRESAS VIESADAS: UMA ANÁLISE DOS LAUDOS DE OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES

**Roberto Francisco de Souza
Diego Messias
Denis Dall'Asta
Jerry Adriani Johann**

AVALIAÇÕES DE EMPRESAS VIESADAS: UMA ANÁLISE DOS LAUDOS DE OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES

Roberto Francisco de Souza

Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Diego Messias

Mestre em Contabilidade pela UNIOESTE.

Denis Dall'Asta

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina
Docente do Mestrado em Contabilidade e Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Jerry Adriani Johann

Doutor em Engenharia Agrícola pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
Docente na graduação em Engenharia Agrícola e na pós-graduação no mestrado/doutorado em Engenharia Agrícola e no mestrado em Administração e Contabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: O presente estudo objetivou analisar os laudos de avaliação para oferta pública para aquisição de ações das companhias abertas brasileiras, de forma a verificar a existência de possível viesamento por parte dos avaliadores. Para tal, foram analisados os valores das diversas avaliações constantes nos laudos disponibilizados pela CVM. Optou-se pelo teste não-paramétrico de Wilcoxon, em virtude de a amostra não apresentar normalidade. Os testes estatísticos confirmaram a hipótese da presença de viés otimista nos laudos que são demandados pelas próprias empresas avaliadas, que, segundo a literatura, originam-se das influências que podem afetar a relação das partes. Os resultados indicam que existe viés no valor das ações ou seja, quando os laudos de OPA são demandados pela própria empresa avaliada, em média a avaliação pelo método dos fluxos de caixa descontados, subjetiva por natureza, apresenta maiores valores do que a avaliação pelo método da média ponderada de mercado. No entanto, nos laudos contratados por organizações externas não foram detectados pelos testes diferenças significativas entre os valores encontrados nas avaliações realizadas entre os métodos objetivos e subjetivos. Avaliadores, avaliados e investidores podem se utilizar dos resultados do estudo na elaboração e, sobretudo, na análise dos laudos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Valuation; Vieses; Laudo de Avaliação; Oferta Pública de Ações.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão do que determina o valor de uma empresa e como estimá-lo são pré-requisitos para a tomada das decisões sensatas. Estimar quanto vale uma empresa, determinar seu preço justo ou o retorno de um investimento em ações, requer o domínio das técnicas de valuation, uma vez que o processo de avaliação

envolve subjetividade ao definir premissas e selecionar fontes de dados (DAMODARAN, 2007). A confiabilidade do resultado depende das práticas adotadas, percepção do mercado e da lógica embutida nas decisões do empreendedor e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pode valer-se dessa subjetividade para deferir ou não os laudos de oferta pública de ações que lhes foram apresentados.

Avaliar se constitui como de verificar se o processo de determinação do lucro contábil captura os fatores que afetam o preço das ações, considerando a hipótese de que os mercados são eficientes (KOTHARI, 2001). Nas palavras de Damodaran (2007), o viés de avaliação manifesta-se de três maneiras: inputs utilizados na avaliação, ajustes pós-avaliações e manifestação da diferença entre valor estimado e o “valor justo”.

O tema é tratado há tempos na literatura nacional, todavia as primeiras avaliações de empresas ocorreram apenas nos anos 1980. Teve crescimento acelerado em meados da década de 1990 e tem crescido substancialmente desde então, devido à oportunidade de ganhos anormais em economias emergentes (MARQUES; SOUZA, 2012). No entanto, as pesquisas estão concentradas em abordagens das técnicas de avaliação de empresas e são raras as que se dedicam às evidências relacionadas aos vieses nos laudos de oferta pública de ações. Cunha, Martins e Neto (2012) são pioneiros nessa linha de pesquisa e depreendem que a avaliação voluntária apresenta viés no desempenho econômico-financeiro, e o inverso para o cancelamento de registro. A lógica utilizada nos processos de avaliação pode resultar em “valores” passíveis de assimetria informacional, gerar dúvidas ou, ainda, apresentar viés do avaliador em benefício do demandante.

Damodaran (2007) reporta a existência de duas visões extremas sobre valuation. Na primeira, existem aqueles que acreditam ser uma ciência exata que, quando executada de maneira adequada, apresenta pouca margem para a opinião de analistas ou para o erro humano; já na segunda, estão os que consideram a avaliação uma forma de arte em que analistas perspicazes podem manipular os números de modo a gerar o resultado desejado. Conforme Rodrigues e Sallaberry (2013), os laudos de avaliação são importantes instrumentos para transmitir informação das empresas ao mercado em geral. No entanto, há questionamentos em relação à qualidade desses laudos. Em 2007, os laudos de avaliação de empresas estiveram nos holofotes da Comissão de Valores Mobiliários (doravante CVM), em função de reclamações de acionistas minoritários insatisfeitos com a relação de troca proposta pela empresa no caso de incorporação. Nessa ocasião, a CVM entendeu que houve falha na confecção dos laudos e apontou ausência de clareza na sua finalidade (CAPITAL ABERTO, 2015).

Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é identificar a existência de vieses na avaliação de oferta pública de ações, nos processos de avaliação de empresas sob a ótica do avaliador, analisando os laudos de oferta pública de ações disponibilizados no website da CVM entre os anos de 2006 e 2015.

Para tal, a pesquisa está estruturada numa breve revisão da literatura, seguida pela apresentação da amostra de estudo e da metodologia adotada,

apresentação dos testes estatísticos, avaliação dos resultados e considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Valuation

Para Povia (2012), valuation é a técnica de reduzir o processo de subjetividade de algo que é subjetivo por natureza. É estimar o que algo realmente vale, como os ativos ou passivos financeiros, empresas, dívidas corporativas, patentes, entre outros. Palepu, Healy e Bernard, (2004 apud Lopes et al, 2008), argumentam que valuation é o processo de conversão de uma projeção em uma estimativa do valor de uma empresa ou de alguma parte da empresa.

Conforme Damodaran (2007), existem vários modelos de valuation, que vão desde os mais simples aos mais sofisticados. Esses modelos frequentemente fazem diferentes suposições sobre os fundamentos que determinam o valor, mas compartilham algumas características comuns e podem ser classificados em termos mais amplos. Vale ressaltar que eles desempenham papel central nas transações de aquisições e fusões de empresas. Para Fernandez (2013), qualquer pessoa envolvida no domínio das finanças corporativas é indispensável à compreensão dos mecanismos de avaliação. Isto não apenas devido à importância da valorização em aquisições e fusões, mas também porque o processo de valorização da empresa e suas unidades de negócios ajudam a identificar fontes de criação de valor econômico e destruição dentro da empresa.

Os métodos de avaliação de empresas podem ser classificados em seis grupos:

Quadro 1. Principais métodos de avaliação de empresas

Balço Patrimonial	Demonstração de resultado	Goodwill
<ul style="list-style-type: none"> • Valor contábil • V. Cont. Ajustado • Valor liquidação • Valor substancial 	<ul style="list-style-type: none"> • Múltiplos • Valor dos lucros • Múltiplos de faturamento • P/ EBITDA • Outros múltiplos 	<ul style="list-style-type: none"> • Clássico • Simplificado da União • Peritos Contábeis Europeus • Indireto • Outros
Fluxo de caixa descontado	Criação de valor	Opções

<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo de caixa • Dividendos • Equity cash flow • Capital cash flow • APV 	<ul style="list-style-type: none"> • EVA • Lucro econômico Cash Value • CFROI 	<ul style="list-style-type: none"> • Black e Scholes • Opção de Investimento • Expansão de Projeto • Adiamento de Investimento • Usos alternativos
--	--	---

Fonte: Adaptado de Fernandez (2013).

Damodaran (2007) destaca as três metodologias mais utilizadas nos processos de avaliação de empresas. A primeira é a avaliação por fluxo de caixa descontado, que relaciona o valor atual de um determinado ativo como sendo o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados relativos àquele ativo. A segunda abordagem é a avaliação relativa, que procura estimar o valor de um ativo no presente, comparando-o com a precificação de determinados ativos considerados comparáveis ao ativo em questão. Por último, a avaliação por direitos contingentes, que foca na precificação de ativos com características de opções.

Ainda segundo o autor, na metodologia dos fluxos de caixa, descontado o valor da empresa, corresponde ao fluxo de caixa estimado, descontado pela taxa de risco do negócio. As aquisições de ativos (empresas) respaldam-se na expectativa de geração de benefícios futuros, ou seja, o valor da empresa não corresponde ao valor percebido atualmente, mas sim a expectativa que os investidores têm sobre a geração de fluxos de caixa pela companhia. Esse método faz uso das seguintes técnicas: modelo de desconto de dividendos, modelo de fluxo de caixa descontado (do acionista) e modelo de fluxo de caixa descontado (da empresa).

A avaliação relativa, que compartilha as mesmas prerrogativas do método de avaliação patrimonial, tem o valor dos ativos obtidos pela comparação com outros ativos (empresas) similares no mercado. Os ativos devem ser comparáveis e possuir um preço padronizado. As técnicas empregadas por esse método são a avaliação relativa, a avaliação patrimonial, o preço/lucro de ações similares e o modelo de múltiplos para faturamento. Por fim, a avaliação por direitos contingentes. Trata-se de uma opção ou direito contingente e um ativo cujo retorno está vinculado a ocorrência de certos eventos e possibilita ao seu detentor o direito de comprar ou vender uma quantidade especificada de um determinado ativo a um preço fixo no vencimento da opção ou antes dele (DAMODARAN, 2007).

Quadro 2. Principais razões para a realização de valuation

Motivo	Função
Operações de compra e venda	Para fixar um limite máximo para o comprador e um preço mínimo para o vendedor
Avaliação de empresas cotadas	Por exemplo, atribuir o preço alvo e decidir sobre se comprar, segurar ou vender as ações
Ofertas Públicas	Serve para justificar o preço que as ações são oferecidas ao público

Heranças e Testamentos	Permite comparar o valor das ações com os ativos
Sistemas de compensação (com base na criação de valor)	Quantificar o bônus recebido pelos executivos da empresa
Identificar os drivers de valor	Identificar e ordenar os fatores que mais contribuem para o valor da empresa
Decisões estratégicas sobre a vida da empresa	Decidir se fechar a empresa, vender, fundir ou reestruturar
Planejamento estratégico	Decidir que unidades do negócio se irá apostar e quais terminar

Fonte: Adaptado de Fernández (2007).

Conforme observado por Fernández (2007), vários são os motivos que levam a utilização das técnicas de valuation, destacando-se a utilização das técnicas, de operação de compra e venda de ativos ou empresas, avaliação de empresas cotadas nas bolsas de valores, avaliação de ações, oferta pública de ações e decisões estratégicas sobre a vida da empresa. Os demais não aparecem com frequência na literatura.

2.2 Oferta Pública de Ações

Os laudos de avaliação estão previstos na Lei Federal n.º 6.404/76 e são normatizados pela Instrução nº 361/2002 da CVM. Além de cumprir as exigências legais, os laudos de avaliação têm sido um importante instrumento de transmissão de informação das empresas ao mercado em geral e, principalmente, aos acionistas, de modo a possibilitar a avaliação da posição atual e criação de perspectivas para o desempenho futuro das companhias (SALLABERRY, 2013). Em seu artigo 8.º, a instrução prevê que, sempre que se tratar de Oferta Pública de Aquisição de Ações (doravante OPA), formulada pela própria companhia, pelo acionista controlador ou por pessoa a ele vinculada, ou ainda por administrador ou pessoa a ele vinculada, será elaborado um laudo de avaliação da companhia objeto, exceto no caso de alienação de controle.

Um laudo de avaliação deve conter valor econômico das ações de emissão de empresas, bem como outras metodologias de avaliação da empresa, nos termos do artigo 24 da IN CVM 361/2002 e artigo 4.º-A da Lei nº 6.404/1976. Os laudos de OPA significam uma potencial oferta pública de aquisição das ações ordinárias em circulação, emitidas por uma empresa, a ser lançada por seu acionista, por intermédio da empresa (Ofertante), ou com o objetivo de cancelar o registro de companhia (CVM, 2002).

2.3 Vieses

Para Damodaran (2007), o viés na avaliação inicia-se a partir da escolha da

empresa a ser avaliada, da coleta das informações necessárias à avaliação, das demonstrações financeiras utilizadas por conterem decisões gerenciais, da estimativa do mercado sobre o valor da empresa. Segundo Martinez (2007), o viés de avaliação incorpora o otimismo ou pessimismo dos avaliadores. Para o autor, nos casos de vieses de seleção, presume-se que cada analista revele sua verdadeira expectativa em relação ao desempenho da firma. Contudo, aqueles analistas que acreditam que a firma terá um desempenho pobre optam por não liberar suas estimativas. Devido a esses analistas, que se omitem em evidenciar suas efetivas previsões, o consenso de mercado reflete expectativas maiores do que as que poderiam ter em relação à população como um todo (DAMODARAN, 2007).

O viés no processo de avaliação de empresas possui influências internas e externas. As influências internas compreendem as técnicas a serem utilizadas no processo, bem como as informações que irão compor a análise, tendo em vista que as informações acerca das demonstrações são contidas de informações gerenciais com a finalidade de superavaliar os ativos da empresa. Ademais, nem sempre correspondem as expectativas e análises do mercado. Por outro lado, as influências externas refletem a expectativa dos analistas que podem influenciar as avaliações, omitindo expectativas pessimistas ou ainda com o excesso de otimismo (MARTINEZ, 2007; DAMODARAN, 2007).

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como descritivo, conforme preconizado por Cervo e Bervian (1996), por buscar identificar características de laudos de avaliação empresarial. Procedimentalmente, classifica-se como documental, devido à necessidade de levantamento de laudos de avaliação em bases de dados. Esses, por sua vez, se enquadram como itens de fonte secundária, por já terem passado por processo de análise pela entidade avaliadora (RAUPP; BEUREN, 2006). As informações extraídas desses laudos foram abordadas de forma quantitativa, uma vez que se utilizaram técnicas estatísticas em seu tratamento (RICHARDSON, 1999).

3.1 Amostra

De forma a atingir os objetivos do estudo, foi realizado um levantamento apenas dos laudos de avaliação de empresas para OPA, disponibilizados no portal eletrônico da CVM. Foram localizados 116 laudos, que se referem ao período de 2006 a 2015. Não foram localizados laudos anteriores a 2006.

A totalidade dos laudos foi analisada de forma a coletar informações necessárias para o desenvolvimento do estudo. Entre os dados extraídos dos documentos estão o nome da empresa avaliada, o demandante, o tipo e motivo do

laudo, bem como as avaliações das empresas realizadas por diferentes metodologias. Em virtude do foco da pesquisa, foram coletados apenas os valores das avaliações das duas principais metodologias: fluxo de caixa descontado (valor econômico) e média ponderada de mercado (valor da ação).

Após leitura dos 116 laudos disponibilizados pela CVM, os dados foram compilados em planilha eletrônica para análise. Devido às características específicas de algumas empresas, parte dos laudos não apresentou a avaliação nos métodos objetos deste estudo (fluxo de caixa descontado e média ponderada de mercado). Assim sendo, 40 laudos foram excluídos da amostra, restando para a sequência da pesquisa a quantidade de 76 peças.

3.2 Hipóteses

Visando atingir o objetivo e responder à questão de pesquisa, formularam-se, com base no postulado por Damodaran (2007), as seguintes hipóteses:

- Hipótese 1: Nos laudos de OPA, o valor econômico da ação tende a ser maior que o valor da ação quando a demandante da avaliação é a empresa avaliada.
- Hipótese 2: Nos laudos de OPA, o valor econômico da ação tende a ser igual ao valor da ação quando a demandante da avaliação é a controladora.
- Hipótese 3: Nos laudos de OPA, o valor econômico da ação tende a ser igual ao valor da ação quando a demandante da avaliação é a outra empresa (nem a própria e nem a controladora).

Considera-se, para fins da análise realizada neste estudo, valor econômico como o valor estipulado pela avaliadora pelo método do fluxo de caixa descontado. E, como valor da ação, o valor verificado como média ponderada de mercado, ou seja, o valor médio com que as ações da empresa foram negociadas nos últimos doze meses.

3.3 Testes

Para testar as hipóteses levantadas, optou-se, primeiramente, em dividir os laudos OPA em três grupos, de acordo com o demandante de cada avaliação. No primeiro grupo, estão alocados os laudos demandados pela própria empresa avaliada; no segundo, pela controladora e; no terceiro, por entidades externas à empresa. O agrupamento dos laudos, de acordo os demandantes, justifica-se pela possibilidade de viesamento nas avaliações, conforme defendido por Damodaran (2007), Khotari (2001) e Martinez (1999). Na tabela 1, são apresentados os laudos, divididos por grupos e por ano de emissão.

Tabela 1: Agrupamento dos laudos

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Grupo 1 Própria Empresa	2	1	2	-	-	1	2	2	-	1	11 (15%)
Grupo 2 Controlador a	3	6	9	2	2	4	5	3	5	6	45 (59%)
Grupo 3 Externo	2	1	3	-	8	1	3	1	1	-	20 (26%)
Total	7	8	14	2	10	6	10	6	6	7	76

Fonte: dados da pesquisa

Para testar as hipóteses levantadas, definiu-se como procedimento estatístico a realização de teste de médias entre as variáveis emparelhadas e dependentes: a) valor econômico (VE) e b) valor da ação (VA). Procedeu-se o teste entre as variáveis dentro de cada grupo, de forma a identificar possíveis vieses.

Para definição do teste de médias adequado, foi realizado, anteriormente, teste de normalidade das observações que, segundo Field (2009), é utilizado para comparar valores de uma amostra com uma distribuição normal modelar, de mesma média e variância dos valores encontrados na amostra. Optou-se pelo teste de Shapiro-Wilk, com nível de significância de 1%.

Como os dados amostrais não apresentaram normalidade, descartou-se a possibilidade de utilização de testes paramétricos, como o T-Student. Esse, segundo Field (2009), tem como premissa fundamental a necessidade de uma amostra distribuída de forma normal.

Nesse sentido, optou-se pelo teste não-paramétrico de Wilcoxon pareado, o qual é tão eficaz quanto os testes t para variância agrupada e para variâncias separadas, em condições apropriadas para esses testes, e é provavelmente ainda mais eficaz quando os pressupostos restritivos do teste t não são atendidos (LEVINE; BERENSON; STWPHAN, 2005).

O teste da soma de classificações de Wilcoxon é quase tão eficaz quanto os testes t para variância agrupada e para variâncias separadas, sob condições apropriadas para esses testes, e é provavelmente ainda mais eficaz quando os pressupostos restritivos do teste t não são atendidos. Além disso, pode-se utilizar o teste da soma de classificações de Wilcoxon quando tem apenas dados ordinais, como ocorre frequentemente em estudos de comportamento do consumidor e pesquisas de mercado (FIELD, 2009). Os testes, que foram realizados com auxílio da ferramenta XLSTAT, tiveram a seguinte hipótese nula: $H_0: \mu_{VE} = \mu_{VA}$.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Finalizada a coleta dos laudos de OPA no portal eletrônico da CVM, realizou-se a classificação e tabulação dos valores de avaliação das empresas nas metodologias de fluxo de caixa descontado e média ponderada de mercado. A tabela 2 apresenta breves estatísticas descritivas da amostra:

Tabela 2: Estatística descritiva

Grupos	N	Variável	μ	σ
Grupo 1 Própria Empresa	11	Valor Econômico	34,7391	29,0675
		Valor da Ação	25,7940	17,5233
Grupo 2 Controladora	45	Valor Econômico	12,0504	75,1941
		Valor da Ação	17,1202	16,6881
Grupo 3 Externo	20	Valor Econômico	39,7881	85,0736
		Valor da Ação	29,1745	47,3117

Fonte: dados da pesquisa

Em leitura da tabela 2, observa-se que nos Grupo 1 e 3 o valor econômico é, em média, maior que o valor da ação, bem como o desvio-padrão demonstra uma maior oscilação dos valores de VE em relação aos valores de VA.

Quanto ao grupo 2, pode ser constatado o inverso, ou seja, a média do valor da ação é superior à média do valor econômico. No grupo, também fica demonstrado que o desvio-padrão de VA é superior ao de VE.

Ressalta-se que os elevados valores de desvio-padrão são reflexos da alta variabilidade existente entre os valores das ações de cada empresa avaliada. Enquanto algumas são representadas por centavos, outras encontram-se na casa das centenas de reais. Esse fator não representa nenhuma falha ou impropriedade da coleta, por se tratar de política própria de cada empresa e está de acordo com as previsões normativas.

Sequencialmente, procedeu-se o teste de Shapiro-Wilk para analisar a normalidade das observações, de forma a subsidiar a escolha dos testes estatísticos adequados ao caso em tela. O teste apresentou os seguintes resultados:

Tabela 3: Teste de normalidade de Shapiro-Wilk

Grupos	N	Valor Econômico (VE)		Valor da Ação (VA)	
		p-value	Hipótese de normalidade (H_0)	p-value	Hipótese de normalidade (H_0)
Grupo 1 Própria Empresa	11	<0,0001	Rejeitada	0,0053	Rejeitada
Grupo 2 Controladora	45	<0,0001	Rejeitada	<0,0001	Rejeitada
Grupo 3 Externo	20	<0,0001	Rejeitada	<0,0001	Rejeitada

Fonte: dados da pesquisa

Verifica-se, em análise aos resultados do teste, que o p-value em todos os

grupos e variáveis ficou abaixo do valor de α , mesmo ao nível de significância de 1%. Assim sendo, a hipótese nula foi rejeitada em favor da alternativa em todos os casos. Dessa forma, fica evidenciado que as variáveis não apresentam distribuição normal e, por esse motivo, necessitam de procedimentos não-paramétricos para testar as diferenças médias das variáveis.

Foram testadas as médias de cada variável (VA e VE) dentro de cada grupo (1, 2 e 3), de forma a captar se há diferenças nas avaliações subjetivas (VE), dependendo do demandante do laudo de OPA. Os resultados dos testes são expostos na tabela 4:

Tabela 4: Teste de hipóteses de Wilcoxon

Grupos	N	μ_{VE}	μ_{VA}	$D\mu_{VE,VA}$	p-value	α (5%)	Interpretação
Grupo 1 Própria Empresa	11	34,7391	25,7940	8,9451	0,0454	0,05	Rejeita H_0
Grupo 2 Controladora	45	12,0504	17,1202	-5,0698	0,0579	0,05	Não rejeita H_0
Grupo 3 Externo	20	39,7881	29,1745	10,6136	0,1313	0,05	Não rejeita H_0

Fonte: dados da pesquisa

O teste de médias de Wilcoxon foi realizado considerando a hipótese nula de não haver diferença entre as avaliações nos métodos de VE e VA em cada um dos grupos. Verifica-se em análise à tabela 4 que H_0 foi rejeitada em favor de H_1 , nas observações do grupo 1, a um nível de significância de 5%.

Ou seja, quando os laudos de OPA são demandados pela própria empresa avaliada, em média, a avaliação pelo método dos fluxos de caixa descontados, subjetiva por natureza, apresenta maiores valores do que a avaliação pelo método da média ponderada de mercado. Nesse contexto, confirma-se a hipótese 1 levantada neste estudo. Esse resultado é semelhante ao encontrado por Santos e Cunha (2015), ao analisarem as médias do valor justo e o preço da ação, pois observaram uma diferença positiva entre elas. Estatisticamente, em média, o valor justo por ação é maior que o preço da ação nas situações em que a empresa contratante da avaliação é a própria empresa avaliada.

Por outro lado, nos grupos 2 e 3, formado pelos laudos demandados pela controladora ou empresas externas, apresentou p-value acima do valor de α , não permitindo, dessa forma, rejeitar a hipótese nula a 5% de significância. Todavia, a um nível de 10% de significância, H_0 seria rejeitada no grupo 2, assim como no grupo 1.

Dessa forma, não se pode confirmar que os laudos de OPA, demandados pela controladora da empresa avaliada ou por outras empresas, apresentam, em média, maiores valores na avaliação pelo método dos fluxos de caixa descontados, em relação aos valores apresentados na avaliação pelo método da média ponderada de mercado. Ou seja, as hipóteses 2 e 3 do presente estudo também restam confirmadas. Isso posto, os resultados se alinham ao preceituado por Khotari (2001) e também por Martinez (1999).

Santos e Cunha (2015) observaram que o valor justo por ação é menor que o preço da ação nas situações em que a empresa contratante da avaliação não é a empresa avaliada nem sua controladora. Logo, os resultados da hipótese 2 da presente pesquisa corroboram com os resultados encontrados pelos autores. No entanto, divergem em relação ao grupo 3, no qual os autores inferem que o valor justo por ação e o preço da ação são iguais nas situações em que a empresa contratante da avaliação é a controladora da empresa avaliada.

O viés otimista dos avaliadores observado nos laudos do grupo 1 confirma o exposto dos estudos de Damodaran (2007) e Martinez (2007), quanto à influência dos contratantes nos resultados das avaliações. O viesamento fica evidenciado na metodologia dos fluxos de caixa descontado e em outros métodos que possibilitam ao avaliador tomar diferentes papéis de trabalho durante o processo avaliativo. Damodaran (2007) ressalta, ainda, que o viesamento das avaliações não é considerado pelos analistas no momento da tomada de decisão, o que pode trazer problemas ao processo.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo objetivou analisar os laudos de avaliação para oferta pública de aquisição de ações de companhias abertas brasileiras, de forma a verificar a existência de possível viesamento por parte dos avaliadores, quando da atribuição de valores às organizações. Para tal, foram analisados os valores das diversas avaliações constantes nos laudos disponibilizados pela CVM.

O viesamento pode se originar de fatores institucionais, como, por exemplo, as informações disponibilizadas ao avaliador, que podem conter traços gerenciais, bem como manipulação de resultados. A empresa pode, ainda, influenciar o avaliador por meio de remuneração vinculada à subestimação ou superestimação. Fatores inerentes ao próprio avaliador também podem viesar laudos, como otimismo intrínseco, limitações do corpo técnico ou ainda erros involuntários de estimação.

Os resultados indicam que existe viés no valor das ações, quando os laudos de OPA são demandados pela própria empresa avaliada. Isso porque, em média, a avaliação pelo método dos fluxos de caixa descontados, subjetiva por natureza, apresenta maiores valores do que a avaliação pelo método da média ponderada de mercado. No entanto, nos laudos contratados por organizações externas, não foram detectados, pelos testes, diferenças significativas entre os valores encontrados nas avaliações realizadas entre os métodos objetivos e subjetivos.

Com a realização dos testes estatísticos, confirmou-se a hipótese da presença de viés otimista nos laudos que são demandados pelas próprias empresas avaliadas que, segundo a literatura, origina-se das influências que podem afetar a relação das partes. Desta forma, evidencia-se que o objetivo do estudo foi alcançado.

Os resultados captados pelo estudo indicam caminhos a serem explorados

em pesquisas futuras, ao identificar empiricamente e corroborar pontos delicados na avaliação de empresas, que impactam diretamente as operações realizadas por avaliadores, avaliados e investidores e necessitam de atenção de todas as partes.

Vale ressaltar que os resultados alcançados nos testes apresentaram pequenas margens em relação ao nível de significância adotado e, por isso, leves variações na amostra poderiam ter alterado as conclusões do estudo. Ademais, a ausência de normalidade nos dados coletados impossibilitou a realização de testes estatísticos mais robustos. Dessa forma, considera-se que a amostra caracterizou-se como um limitador do estudo.

A pesquisa, que almeja instigar o aprofundamento das investigações na temática, limitou-se em analisar a existência ou não dos vieses, não possibilitando identificar os pontos exatos que os originam. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros sejam realizados em laudos específicos, de modo a identificar e classificar esses pontos que viesam as avaliações. Também podem ser analisados outros tipos de laudos de avaliação, como de empresas de capital fechado ou de conglomerados empresariais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução CVM nº361**, de 5 de Março de 2002. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/300/inst361consolidsem marcas.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2016.

COPELAND, Thomas E.; KOLLER, Tim; MURRIN, Jack. **Avaliação de empresas-valuation: calculando e gerenciando o valor das empresas**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

CAPITAL ABERTO. Disponível em: <http://capitalaberto.com.br/temas/em-acao-inedita-cvm-opina-sobre-laudos-de-avaliacao/#.VsXs1PkrLIU>. Acesso em: 19 fev. 2016.

CUNHA, Moisés F.; MARTINS, Eliseu; ASSAF NETO, Alexandre. Avaliação de empresas no Brasil pelo fluxo de caixa descontado: evidências empíricas sob o ponto de vista dos direcionadores de valor nas ofertas públicas de aquisição de ações. **Revista de Administração**, v. 49, n. 2, p. 251-266, 2014.

CUNHA, Moisés F.; MARTINS, Eliseu; ASSAF NETO, Alexandre. A finalidade da avaliação de empresas, no Brasil, apresenta Viés?: Evidências empíricas sob o ponto de vista do desempenho econômico-financeiro. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 3, p. 15-47, 2013.

DAMODARAN, Aswath. **Valuation approaches and metrics: a survey of the theory**

and evidence. Now Publishers Inc, 2007.

NASCIMENTO, Raquel de C. Análise das metodologias aplicadas em avaliação de empresas no contexto brasileiro: um estudo sobre as ofertas públicas de aquisição (OPA). **Revista de Finanças Aplicadas**, v. 1, p. 1-15, 2014.

FERNÁNDEZ, P. Company valuation methods: The most common errors in valuation [Working Paper N° 449]. **IESE Business School**, Madrid, 2007.

FERNÁNDEZ, Pablo. Company valuation methods. **Available at SSRN 274973**, 2013.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS-2**. Bookman Editora, 2009.

KOLLER, Tim; GOEDHART, Marc; WESSELS, David. **Valuation: measuring and managing the value of companies**. John Wiley and Sons, 2010.

KOTHARI, S. P. Capital markets research in accounting. **Journal of accounting and economics**, v. 31, n. 1, p. 105-231, 2001.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações - usando Microsoft Excel português**. Ltc, 2005.

LOPES, Alexandro B.; GALDI, Fernando C.; TEIXEIRA, Aridemo J. C. Análise empírica de modelos de valuation no ambiente brasileiro: fluxo de caixa descontado versus modelo de Ohlson (RIV). **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 47, p. 31-43, 2008.

MARQUES, Vagner A.; SOUZA, Antônio A. A influência dos modelos de valuation no processo decisório dos fundos de venture capital/private equity. **Revista de Finanças Aplicadas**, v. 1, p. 17, 2012.

MARTINEZ, Antônio L. Otimismo e viés de seleção dos analistas. **Brazilian Business Review**, v. 4, n. 2, p. 104-118, 2007.

MARTINEZ, Antonio L. Buscando o valor intrínseco de uma empresa: revisão das metodologias para avaliação dos negócios. **Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração**, v. 23, 1999.

POVOA, A. **Valuation: como precificar ações**. Rio de Janeiro: Campus, 2012

RODRIGUES, Luiz F; SALLABERRY, Jonatas D. Laudos de avaliação de empresas: práticas adotadas no Brasil. In: **Congresso USP de iniciação científica em Contabilidade**. 2013.

SANTOS, Thaís B.; CUNHA, Moisés F. Avaliação de empresas: uma análise sob a ótica do “viés de avaliação” nos laudos de oferta pública de aquisição de ações. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 5, n. 3, p. 61-74, 2015.

CAPÍTULO VIII

AVESSO A PERDAS E PROPENSO A GANHOS: PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO À LUZ DA TEORIA DOS PROSPECTOS

**Silvana Dalmutt Kruger
Mateus Prestes
Sérgio Murilo Petri
Sady Mazzioni**

AVESSO A PERDAS E PROPENSO A GANHOS: PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO À LUZ DA TEORIA DOS PROSPECTOS

Silvana Dalmutt Kruger

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e Unochapecó;
Chapecó, Santa Catarina

Mateus Prestes

Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó);
Chapecó, Santa Catarina

Sérgio Murilo Petri

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
Florianópolis, Santa Catarina

Sady Mazzioni

Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó);
Chapecó, Santa Catarina

RESUMO: O estudo tem como objetivo verificar de que forma as informações interferem no processo de tomada de decisão dos gestores, a partir da Teoria dos Prospectos. Ponderando a hipótese de que a forma de apresentação de determinadas situações pode interferir no processo decisório, foram realizadas pequenas alterações no contexto de determinados problemas, para testar o efeito framing. Adicionalmente, verificou-se se as experiências profissionais e acadêmicas também afetam o processo decisório no contexto da teoria dos prospectos, a qual preconiza que os indivíduos são propensos a ganhos e tem aversão a perdas. Metodologicamente a pesquisa se caracteriza como descritiva, com procedimento experimental e abordagem predominantemente qualitativa. O experimento foi realizado a partir da aplicação de dois questionários (A e B), ambos apresentavam situações-problemas a partir de informações contábeis, exigindo a tomada de decisões, com alternativas fechadas para as respostas. A amostra final da pesquisa é composta por 178 respondentes. De forma geral, condizente com a Teoria dos Prospectos, os resultados evidenciam que quando expostos a situações negativas, os respondentes caracterizaram-se como mais propensos às situações de riscos, enquanto que em cenários positivos, os respondentes se posicionaram com aversão às situações de perdas, demonstrando maior cautela. De modo geral, os resultados da pesquisa evidenciam a existência do efeito framing, indicando que a forma de apresentação de determinadas situações interferiram no processo decisório dos indivíduos, seja ela de natureza positiva ou negativa. Os resultados corroboram na evidenciação de que a forma de apresentação das informações contábeis pode interferir no processo decisório.

PALAVRAS-CHAVE: Efeito framing; Tomada de decisão; Teoria dos Prospectos.

1. INTRODUÇÃO

No ambiente empresarial a contabilidade é tratada como a linguagem dos

negócios e as informações geradas são de extrema importância para o funcionamento das organizações, na análise e acompanhamento do seu desempenho, para o planejamento, continuidade e no contexto do processo de tomada de decisões (FERNANDES; KLANN; FIGUEIREDO, 2011).

Strassburger (2013) conclui que todas as informações contábeis proporcionam a eficiência e competitividade entre todas as empresas. Corroborando com esse pensamento, Erthal, Mareth e Treter (2013) argumentam que cada vez mais a competitividade entre as empresas fica mais significativa, tornando a busca pela informação um fator essencial para se diferenciar no mercado. E é justamente na tomada de decisão que se pode achar o diferencial, no entanto às informações precisam ser elaboradas adequadamente para servir de apoio aos gestores.

As informações contábeis têm a sua importância na sua aplicação, são também, variáveis determinantes para fornecer informações verídicas e fidedignas para os gestores (HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999). As informações geradas pela contabilidade devem apresentar dados que sejam úteis aos seus usuários, em tempo hábil e que possam contribuir no processo decisório, sendo determinadas quatro características de qualidade: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade (DE LIMA et al., 2010).

Identifica-se então a Teoria dos Prospectos, elaborada por Kahneman e Tversky no ano de 1979, como uma nova forma de pensar a tomada de decisão, criada para ser uma alternativa a Teoria da Utilidade Esperada (SANTOS; BOTELHO, 2011). A Teoria dos Prospectos tem como objetivo analisar a certeza e o efeito framing no processo de tomada de decisões, visando verificar se a forma ou maneira de apresentação de determinadas situações interferem no processo decisório dos indivíduos (BARRETO; MACEDO; ALVES, 2013). Estudos anteriores como os Cardoso, Riccio e Lopes (2008); Fernandes, Klann e Figueredo (2011); Barreto, Macedo e Alves (2013); Lorenzetti et al. (2013); Martins et al. (2013), evidenciam a aplicação da Teoria dos Prospectos no âmbito do processo decisório e em diferentes contextos, bem como com diferentes indivíduos, testando a variável experiência para relacioná-la ao efeito framing.

Neste contexto, surge a problemática deste estudo: De que forma o modo de apresentação das informações interferem no processo de tomada de decisão dos gestores? Diante do problema, propõe-se o objetivo de verificar de que forma o modo de apresentação das informações interferem no processo de tomada de decisão dos gestores, à luz da Teoria dos Prospectos.

Justifica-se a importância do estudo considerando os argumentos de Cardoso, Riccio e Lopes (2008), os quais asseguram que a partir da Teoria dos Prospectos “podem-se entender melhor os vieses que influenciam o processo decisório, bem como gerar os chamados erros de preferência, apontados como os principais erros que ocorrem no processo cognitivo de tomada de decisão.” Sendo assim, justifica-se a relevância do estudo, no intuito de evidenciar como os gestores interpretam as informações contábeis, sabendo que as demonstrações podem dar uma real noção da situação da empresa, no momento e possibilita projetar o

futuro.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Neste tópico, apresenta-se o embasamento acerca da Teoria dos Prospectos, sua aplicação e contexto de análise, a utilização das informações contábeis no processo decisório e de tomada de decisão, e também se evidencia os estudos correlatos aplicados à temática estudada.

2.1 Teoria dos Prospectos

Os estudos sobre os processos de tomadas de decisões tiveram avanços quando em 1979, Daniel Kahneman e Amos Tversky escreveram o texto “Prospect theory: an analysis of decisions under risk.” Enquanto psicólogos, Kahneman e Tversky (1979), quiseram entender como os humanos são influenciados nas tomadas de decisões. Santos e Botelho (2011) evidenciam que a Teoria dos Prospectos surgiu como uma forma para rebater a Teoria da Utilidade Esperada, soberana naquela época como exemplo e modelo para tomada de decisões.

Barreto, Macedo e Alves (2013) afirmam que “as pessoas são geralmente avessas ao risco para ganhos e propensas ao risco para as perdas”. A partir desta condição, são admitidas que as dificuldades cognitivas fossem fatores que influenciam a tomada de decisão.

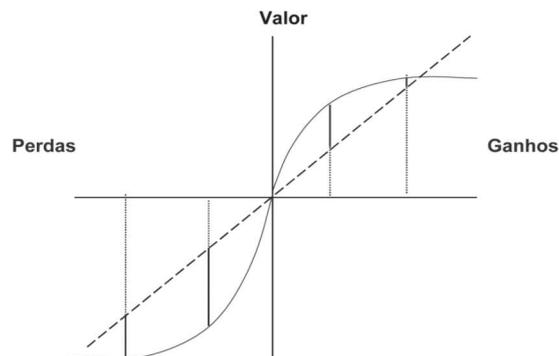
A partir da Teoria dos Prospectos, Kahneman e Tversky (1974, 1979) se certificaram que quem faz uma escolha, não necessariamente, tem a certeza absoluta da sua escolha, e por meio dos seus experimentos buscaram comprovar a quebra desse sistema de dominância e invariância.

A Teoria dos Prospectos, diferente da Teoria da Utilidade Esperada, não define seus resultados como riqueza, mas sim com ganhos e perdas. Para Santos e Botelho (2011), a representação da função “indica uma inclinação normalmente côncava para ganhos e convexa para perdas, sendo geralmente mais íngreme para perdas do que para ganhos”.

A pesquisa de Kahneman e Tversky (1981) apresentava para diferentes pessoas, problemas que precisavam ser analisados e uma decisão deveria ser tomada baseada em benefícios e nos riscos que envolviam as situações. A partir dessas pesquisas identificam que as decisões sofriam mudança de preferência entre as alternativas apresentadas, em função da forma de apresentação dos problemas, essas mudanças foram denominadas de efeito framing (MARTINS, 2013).

Por meio da Figura 1, constata-se esse elo sobre perdas e ganhos:

Figura 1 – Função valor



Fonte: CARDOSO; RICCIO; LOPES (2008).

Observa-se na Figura 1 a relação evidenciada por Cardoso, Riccio e Lopes (2008), entre perdas e ganhos de forma ilustrativa. Percebe-se que a função de perda é mais inclinada, do ponto central de referência do que a função de ganhos. Possibilita, assim, imaginar que Kahneman e Tversky criaram uma teoria que tem aversão as perdas, ou seja, quando comparadas a reação diante de perdas é mais contundente do que a reação com os ganhos.

O efeito framing é explicado pelas pequenas alterações na forma de apresentação dos mesmos problemas, sem alterar as informações, apenas mudando sua forma de explanação. Outra característica da Teoria dos Prospectos é que quando sofre o impacto deste efeito, os tomadores de decisão possuem tanta certeza na sua decisão, imaginando-a como a mais correta para ser tomada na hora, que ignoram os seus próprios pré-conceitos e tendem a não se preocupar com resultados hipotéticos (BARRETO; MACEDO; ALVES, 2013).

Hartono (2004) argumenta que a tomada de decisão é extremamente variável de acordo com as expectativas e crenças do tomador de decisão, neste sentido a forma de apresentação dos problemas, pode interferir nas decisões. Pelo fato de, possivelmente, já ter passado por situações semelhantes, a experiência, tende a ser outro fator a ser considerado como relevante na Teoria dos Prospectos. Com isso, o tomador de decisão é visto como quem tira suas conclusões de uma maneira limitada e incerta, baseadas nas informações também, na sua maioria das vezes, limitadas (SCHERMERHORN JR; HUNT; OSBORN, 1999).

2.2 Informações utilizadas no processo decisório

Constantemente, as pessoas em sociedade necessitam tomar decisões, independente da relevância e da complexidade da escolha. Frequentemente, as pessoas se defrontam com escolhas que irão decidir o futuro (SWERTS, 2003). Mas o que são as decisões? Loken (2007) indica que as decisões são as atividades de julgamento e escolhas realizadas para ter em conta aquilo que preocupa as pessoas, seus valores, objetivos, e alcançar aquilo que desejam.

Para tomar uma decisão, deve-se descobrir e identificar qual seria o real

problema, analisar a melhor maneira para resolver tal situação-problema. Esse é o primeiro passo para se tomar a melhor decisão. Posteriormente, deve-se analisar se esse problema é inédito, se é a primeira vez que aconteceu, ou se há situações semelhantes ocorridas anteriormente. Se já esteve diante do problema, se já enfrentou o problema e qual foi a decisão tomada. Basta verificar se foi ou não uma boa decisão, para saber se pode repeti-la. Caso não foi uma escolha de sucesso, é interessante estudar novas possibilidades e rumar à outra decisão (SWERTS, 2003).

A informação representa uma maneira de comunicar, ou relacionar a comunicação, pela forma que se apresentam os dados e fatos que se fazem necessário para o entendimento e a redução de incertezas diante das decisões ou escolhas (YUEXIAO, 1988). Lorenzetti et al. (2013) evidenciam que os modelos de informações que dão suporte ao processo de tomada de decisão são probabilísticos.

Nas empresas, as informações para o processo de tomada de decisão se tornam ainda mais importantes, pois a competitividade do mercado beneficia qualquer informação que se sobressair a outra e puder contribuir com melhores oportunidades. Nakagawa (1993) indica três requisitos fundamentais para a adequação das informações ao processo de planejamento e controle: (i) forma: que diz respeito à confiabilidade das informações; (ii) a idade: que corresponde ao intervalo entre a data do fato relatado e a data da informação (tempo hábil), sendo que a informação deve estar disponível no momento da tomada de decisão e quando possível de forma preditiva; (iii) frequência: que seria a periodicidade da informação.

Nas empresas, as principais informações que podem auxiliar os gestores são as demonstrações contábeis. A partir das demonstrações contábeis é possível conhecer os resultados obtidos e o desempenho de determinada empresa no decorrer do tempo, além do que, sua análise adequada contribui no planejamento estratégico do futuro das empresas. Entre as demonstrações contábeis obrigatórias destacam-se: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), a Demonstração do Valor Adicionado; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), bem como as notas explicativas (CPC 26, 2014).

Outras informações e relatórios contábeis não obrigatórios também contribuem com o processo de tomada de decisões, tornando-se ferramentas importantíssimas capazes de auxiliar no processo decisório, como por exemplo, os indicadores de liquidez, endividamento, atividade e rentabilidade (MARION, 2012; MARINHO, 2013).

O índice de liquidez refere-se ao tempo que a empresa conseguiria saldar todos os seus compromissos, pode ser a longo ou curto prazo, além do prazo imediato; O índice de endividamento é capaz de identificar o tamanho da dívida da empresa e possibilita a verificação de que se a empresa está ou não utilizando mais recursos de terceiros, em relação aos próprios. O índice de atividade é o ciclo financeiro da empresa e com essa informação tem-se a constatação de que a

empresa consegue ou não receber suas vendas, pagar suas compras e renovar o estoque. Já o índice de rentabilidade possibilita a verificação do retorno sobre os investimentos, inclusive o retorno econômico e financeiro (MARION, 2012).

Com a utilização das informações contábeis os gestores têm condições de identificar falhas e possíveis melhorias, bem como, tomar decisões de forma confiável com menores chances de erros ou equívocos. As demonstrações contábeis e as informações geradas pela contabilidade podem minimizar falhas no processo decisório e contribuir com as escolhas (ATTIE, 2011).

2.3 Estudos correlatos

A Teoria dos Prospectos ainda é pouco explorada, especialmente no ambiente da contabilidade. Alguns estudos correlatos realizados com a aplicação desta temática merecem destaque, tais como os de Cardoso, Riccio e Lopes (2008); Fernandes, Klann e Figueredo (2011); Barreto, Macedo e Alves (2013); Lorenzetti et al. (2013); e Martins et al. (2013).

Um dos estudos que foi pioneiro no assunto trata-se do artigo publicado por Cardoso, Riccio e Lopes (2008). Baseado na existência dos erros de preferência, anteriormente previsto pela Teoria dos Prospectos em ambiente de decisões individuais, os autores observam as decisões com base em informações contábeis, e testam o efeito da variável experiência. A pesquisa é realizada por meio de teste aplicado para 120 administradores, com e sem experiência considerando quatro erros de escolhas. Após a execução do teste, foi confirmada a existência dos erros de preferência previstos na teoria, exceto quando quanto à aversão ao risco em situações de ganhos.

Fernandes, Klann e Figueredo (2011) elaboraram um artigo onde o seu principal objetivo era identificar a importância dada pelos gestores à informação contábil-gerencial no processo de tomada de decisão nas organizações. Os dados foram obtidos por meio de um levantamento com gestores de organizações que simultaneamente se dedicam ao estudo acadêmico da Administração e da Contabilidade no âmbito de graduação e pós-graduação. Foram ouvidos 45 indivíduos e utilizou-se a pesquisa descritiva com uma abordagem quantitativa. Observou-se que os gestores, de maneira geral, consideram as informações contábeis gerenciais importantes no processo decisório. Das informações pesquisadas, verificou-se que as mais importantes, na visão desses gestores, são o fluxo de caixa e as informações sobre o custo dos produtos. Ao comparar a opinião de graduandos e pós-graduandos sobre a importância da informação contábil no processo decisório, notou-se que os gestores que estão cursando a especialização dão mais importância a essas informações em relação aos gestores que ainda estão cursando a graduação.

Barreto, Macedo e Alves (2013) evidenciam situações de tomada de decisão em ambiente contábil sob a perspectiva da Teoria dos Prospectos e de dois de seus principais efeitos: certeza e framing. Aplicaram dois tipos de questionários, obtendo

77 respondentes para o Tipo I e 78 respondentes para o Tipo II, cuja amostra é de profissionais da área contábil. Os resultados evidenciaram ser possível ocorrer alteração na escolha se for omitida uma probabilidade de perda, pois sem essa informação os respondentes tendem a ser impactados pelo “efeito certeza”, ignorando o fato de estarem escolhendo a opção com menor valor esperado e indo de encontro à opção mais provável. No entanto, em situação de perda de investimentos, os respondentes buscam a opção em que há maior probabilidade de recuperação ou a certeza da recuperação. Ainda, quando submetidos a situações de ganho certo, os respondentes buscam a opção em que haja maior probabilidade de ganho ou certeza do evento, mesmo que signifique um valor esperado menor, ou seja, os respondentes preferem não arriscar.

Lorenzetti et al. (2013), verificaram a adoção da Controladoria como ferramenta de apoio à tomada de decisão e como suporte à avaliação de desempenho, demonstrando a importância da adoção da Controladoria. Foi elaborada uma pesquisa científica descritiva e estudo de campo, em uma amostra total de 30 empresas no comércio e serviços, escolhidos aleatoriamente. Buscaram as informações com os tomadores de decisão, concluindo que a informação representa os dados e fatos que são essenciais para tomar as decisões, o que determina a necessidade de mudanças quanto ao domínio dos mecanismos da Controladoria para redução das incertezas na organização, pois a Controladoria possibilita um maior conhecimento dos mecanismos de auxílio à avaliação de desempenho e tomada de decisão.

Martins et al. (2013) analisaram o impacto da racionalidade limitada em um ambiente de decisão com base em informações contábeis na perspectiva de profissionais de contabilidade, aplicando um questionário do teste framing em 172 profissionais de contabilidade no norte e nordeste do país. Evidenciaram que os profissionais, quando expostos a situações negativas são propensos ao risco e, quando expostos a situações positivas, possuem aversão à perda. Os resultados do estudo também indicaram a ocorrência do framing em profissionais de contabilidade, pois utilizam a racionalidade limitada visando à tomada de decisão focada no mercado e possuem autoconfiança excessiva (viés heurístico), sem secundarizar o apeço pelo maior valor agregado nas operações.

Dessa forma, observa-se que a aplicação da Teoria dos Prospectos para a tomada decisão verifica as variáveis que o gestor enfrenta na hora da escolha da melhor opção. Verifica-se também a importância da clareza da informação, quanto mais clara a informação, maior poderá ser a convicção do responsável pelo processo decisório.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos apresentam o formato da pesquisa, quanto a sua tipologia, esclarece e explica de que forma foi realizada a pesquisa. Raupp e Beuren (2012) indicam quanto a tipologia da pesquisa, que pode ser

caracterizada (i) quanto aos seus objetivos como descritiva, (ii) quanto aos procedimentos é uma pesquisa de cunho experimental e (iii) a abordagem do problema é de cunho qualitativo.

Quanto aos seus objetivos o artigo trata-se de uma pesquisa descritiva, pois busca a descrição de características de uma determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relação entre às variáveis (GIL, 1999). Vergara (2000) observa que a pesquisa descritiva “não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se caracteriza como experimental. Kerlinger (1980) avalia que “um experimento é um estudo no qual uma ou mais variáveis independentes são manipuladas e no qual a influência de todas ou quase todas as variáveis relevantes possíveis não pertinentes ao problema da investigação é reduzida ao mínimo”. A caracterização como experimento, segundo Raupp e Beuren (2012), exige a existência de pelo menos dois grupos, de forma que ambos tenham recebido o mesmo procedimento, para que as análises e estudos tenham o mesmo valor.

Visando identificar a característica dos indivíduos acerca do processo e com base nos conceitos apresentados, a pesquisa foi realizada com os acadêmicos do curso de administração da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, em um total de 178 graduandos. A coleta ocorreu por meio de dois tipos de questionários, adaptados do modelo de Cardoso, Riccio e Lopes (2008). Ambos os questionários utilizam perguntas fechadas e foram aplicados na sala de aula dos respectivos acadêmicos, considerando do primeiro ao oitavo períodos. O período de aplicação dos questionários ocorreu entre os meses de julho e agosto de 2015.

A coleta ocorreu por meio de dois questionários (A e B), os quais visam avaliar de modo experimental possíveis distorções nos resultados. Também foi analisado se o grau de experiência, acadêmica/profissional, pode ou não alterar a resposta dos respondentes. Os questionários foram entregues de maneira aleatória aos acadêmicos, de forma que o número de respostas fosse semelhante entre as amostras de questões dos modelos A e B.

Quanto à abordagem do problema, o estudo agrega características de análise qualitativa. A abordagem qualitativa contempla características que visam responder a determinado problema, sem preocupar-se com o uso de métodos estatísticos, mas sim em evidenciar qualitativamente as respostas obtidas (RICHARDSON, 1999).

Após a aplicação dos questionários, a análise dos resultados foi realizada por meio de quadros e tabelas, considerando as variáveis, como período, gênero, idade utilizando métodos estatísticos, tais quais frequência relativa e absoluta, buscando constatar se as respostas (tomadas de decisões dos acadêmicos da amostra) mudam ou não, de acordo com essas características.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Após a aplicação dos questionários (A e B), visando atingir o objetivo do estudo e identificar se a forma de apresentação de determinados problemas podem alterar e criar variações de respostas como pressupõem a Teoria dos Prospectos. A amostra é composta por 178 acadêmicos do Curso de Administração da Unochapecó.

4.1 Perfil da população analisada

Neste item apresenta-se a identificação da população, distribuição por gênero, idade, período do curso e experiência profissional. Foram obtidas 178 respostas referentes aos questionários, sendo 89 respondentes da proposta A e 89 da B. A Tabela 1 indica o gênero e quantidade da amostra analisada, separados por tipo de questionário respondido.

Tabela 1 – Gênero da população analisada

Questionário	Gênero	Frequência absoluta	Frequência relativa
A	Feminino	49	27,54%
	Masculino	40	22,47%
B	Feminino	49	27,54%
	Masculino	40	22,47%
Total		178	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 1, verifica-se que a maioria dos alunos respondentes são mulheres, num total de 98, sendo responsáveis por 55,06% do total dos questionários respondidos, já os homens representam 44,94%, com 80 questionários/respostas. A relação entre os respondentes do questionário A e B, também se mantém nestas proporções.

Na Tabela 2, observa-se a relação da faixa etária da amostra.

Tabela 2 – Faixa etária da população analisada

Faixa etária	Frequência absoluta	Frequência relativa
Até 18 anos	16	8,99%
18 até 21 anos	97	54,49%
22 até 25 anos	41	23,03%
Acima de 25 anos	24	13,48%
Total	178	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se que a maioria dos respondentes (54,49%) é composta por

jovens com idade entre 18 e 21 anos, outros 8,99% possuem até 18 anos, 23,03% possuem de 22 até 25 anos, e outros 13,48% dos respondentes são acadêmicos com idade acima de 25 anos.

A Tabela 3 indica a divisão dos 178 respondentes por período do curso de Administração, considerando a data da pesquisa, valendo observar que não havia a oferta de turma de 3º período. Pode-se observar na Tabela 3, que de forma individual o período com o maior número de alunos respondentes se refere ao 2º, totalizando 32 (equivalente a 17,98% do total). A turma com menor número de alunos foi o 5º período, com 17 acadêmicos (9,55% da população pesquisada). As turmas de finais de curso (7º e 8º períodos), tiveram 29 respondentes respectivamente, o que corresponde a 16,29% por período e juntas representaram 32,58% dos 178 questionários respondidos.

Tabela 3 – Período do curso dos respondentes

Período	Questionário A	Questionário B	Frequência absoluta	Frequência relativa
1º período	14	13	27	15,17%
2º período	15	17	32	17,98%
4º período	10	13	23	12,92%
5º período	9	8	17	9,55%
6º período	11	10	21	11,80%
7º período	16	13	29	16,29%
8º período	14	15	29	16,29%
Total	89	89	178	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste aspecto, destaca-se a partir da Tabela 3 que foram obtidas respostas representativas de respondentes iniciais (1º ao 5º períodos) e também em fase final, visando possibilitar a análise da experiência sobre o processo decisório, como fator para a distinção entre a amostra pesquisada.

Na Tabela 4, demonstra-se a relação de respondentes com experiência profissional.

Tabela 4 – Experiência profissional da amostra

Possui experiência profissional?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	142	79,78%
Não	36	20,22%
Total	178	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstra a Tabela 4 verificou-se que a maioria absoluta dos respondentes já possui experiência profissional. Foram 142 acadêmicos apontando que já exerceram algum tipo de trabalho (79,78% do total de respondentes) e os outros 36 respondentes (20,22% do total) indicaram não possuir experiência. Por meio do questionário, foi perguntado qual a atividade o respondente que se diz com experiência executava. Os resultados indicaram que 62,68% atuavam como

auxiliar administrativo. Estagiários, secretários e vendedores somaram 29,58% e apenas 11 trabalham ou tiveram experiências profissionais como gerentes, isso equivale a 7,75% dos acadêmicos com experiência, e 6,18% do total da amostra.

4.2 Análise dos resultados para os problemas

Foram propostos 2 questionários (A e B) para os respondentes, de forma aleatória, sendo que 50% dos respondentes responderam o questionário A e 50% da amostra respondeu o questionário B. O questionário indicava determinadas situações de tomada de decisão, visando verificar se a forma de apresentação do problema poderia modificar a resposta dos acadêmicos. O questionário estava composto por 5 questões, sendo as questões 2-a), 2-b), 3, 4 e 5, iguais nos dois questionários, e apenas a resposta para a questão 1 sendo diferente nos questionários.

No Quadro 1, demonstra-se o Problema 1 e as respectivas respostas, tanto no questionário A, quanto no questionário B. Observa-se no Quadro 1 que no questionário A, a resposta permitia a recuperação certa de R\$ 100.000,00 do total de R\$ 300.000,00; enquanto no questionário B, a resposta indicava como certa a perda de R\$ 200.000,00. Entretanto, numa escolha cautelosa o resultado seria o mesmo, porque não indicava a perda de R\$ 100.000,00. O mesmo pode ser percebido na segunda alternativa, que seria uma opção mais arriscada, porém com uma possibilidade de recuperação integral dos R\$ 300.000,00, onde a ideia da escolha é a mesma, porém apresentada de forma diferente.

Quadro 1 – Problema 1

Problema 1: Uma empresa de médio porte está se preparando para a falta de energia elétrica, que, estima-se, venha a gerar R\$ 300 mil de prejuízos. O diretor de operações tem investigado alternativas para reduzir os impactos da falta de energia e desenvolveu dois planos. Em relação a cada plano, ele avalia o seguinte:
Alternativas, questionário A: Plano A: Se a opção 01 for adotada, R\$ 100 mil serão recuperados. Plano B: Se a opção 02 for adotada, há 1/3 de probabilidade de que os R\$ 300 mil de prejuízo serão recuperados e 2/3 de probabilidade de que nada seja recuperado.
Alternativas, questionário B: Plano A: Se a opção 3 for adotada, R\$ 200 mil serão perdidos. Plano B: Se a opção 4 for adotada, há 1/3 de probabilidade de nada ser perdido e 2/3 de probabilidade de que R\$ 300 mil sejam perdidos.

Fonte: Adaptado de Cardoso, Riccio e Lopes (2008).

Exposto os problemas da pesquisa, a primeira análise demonstra-se na Tabela 5, com as respostas obtidas em relação ao primeiro problema apresentado. Pode-se analisar por meio da Tabela 5, que existem divergências nas respostas entre os questionários, onde no questionário A um total de 55 acadêmicos

(61,80%) escolheram a opção mais cautelosa, porque o problema indicava uma alternativa com menos riscos, embora 38,20% preferiram maior lucro mesmo com maior risco.

Já no questionário B, as mesmas opções apresentadas de outra forma obtiveram 30 respostas, ou 33,71% do total dos respondentes. Conseqüentemente, os respondentes que aceitariam correr mais risco para obter mais retorno aumentaram, passando de 34 respostas no questionário A (38,20%) para 59 respondentes no questionário B, (66,29%) do total de 89 respostas. Pressupõe-se que no caso do problema 1, a forma de apresentação da informação, interferiu significativamente na tomada de decisão. Quando mais clara, tornou a escolha mais cautelosa, enquanto na opção “mais camuflada”, tornou a decisão mais arriscada.

Tabela 5 – Problema 1

Questionário A	Frequência absoluta	Frequência relativa
Cautela	55	61,80%
Risco	34	38,20%
Total – A	89	100%
Questionário B	Frequência absoluta	Frequência relativa
Cautela	30	33,71%
Risco	59	66,29%
Total – B	89	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

As demais perguntas expostas nos dois questionários são idênticas. Para a pergunta 3 e 4, os respondentes foram questionados de duas maneiras diferentes, se optariam pelo ganho certo de R\$ 100.000,00 em determinada escolha, ao invés de 80% de chance de ganhar R\$ 150.000,00, nesse caso, sem nenhuma informação do que aconteceria com os outros 20% da situação. Na pergunta 3, havia o contexto de forma direta e objetiva, enquanto na pergunta 4, havia o contexto da situação/problema. As respostas obtidas estão indicadas na Tabela 6.

Tabela 6 – Problemas 3 e 4

Questionário A	Frequência absoluta	Frequência relativa
Lucro certo de R\$ 100.000,00	43	48,31%
80% de chance de lucrar R\$ 150.000,00	46	51,69%
Total – A	89	100%
Questionário B	Frequência absoluta	Frequência relativa
Lucro certo de R\$ 100.000,00	47	52,81%
80% de chance de lucrar R\$ 150.000,00	42	47,19%
Total – B	89	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando as respostas entre os problemas do questionário A e B, observa-se que embora as diferenças entre as alternativas não tenham se manifestado

significativas, a forma de apresentação do problema levou a diferentes respostas. No questionário A, 51,69% preferem a alternativa com maior chance de ganho, enquanto os respondentes do questionário B, 52,81%, preferem o lucro certo de R\$ 100.000,00.

De modo geral, na questão 3 e 4 não se identificou variação de respostas, sendo que em ambas as questões aqueles que optaram pela cautela ou por arriscar, não mudaram de opinião quando expostos a um problema. Ou seja, as respostas foram repetidas igualmente em ambos os problemas. Conforme a ideia inicial de que poderia haver variação de resposta pela forma de apresentação da situação, isso não se caracterizou de fato, presumindo-se que os respondentes mantiveram a mesma lógica.

As questões 2 e 5 foram analisadas com o pressuposto de que podem haver variação de resposta conforme o grau de conhecimento do respondente. Para isso, identificou-se o período de graduação dos respondentes, divididos em períodos iniciais (1º a 5º) e períodos finais (6º ao 8º). Imagina-se que possa haver respostas diferentes, pela chance de já terem vivenciado situações de escolha e de aprendizado no decorrer do curso.

Na Tabela 7, demonstra-se as respostas levando em consideração a evolução dos acadêmicos no decorrer do curso em relação à problemática 2, sendo solicitado ao respondente que tome duas decisões. A primeira, a respeito do corte de custos administrativos de uma organização e a segunda sobre o aumento de custos tributários. A primeira opção apresentada para as duas decisões são mais cautelosas, com a aversão a perdas e menor risco, já a segunda opção das decisões apresenta um grau de risco maior para a empresa, porém propensão a ganhos com maior risco.

Tabela 7 – Problema 2

Decisão 1 – Corte de custos	Até 6º período	(%)	Pós 6º período	(%)
Cautela/Aversão a perdas	54	54,55%	43	54,43%
Risco/Propensão a ganhos	45	45,45%	36	45,57%
Total	99	100%	79	100%
Decisão 2 – Aumento de custos	Até 6º período	(%)	Pós 6º período	(%)
Cautela/Aversão a perdas	33	33,33%	33	41,77%
Risco/Propensão a ganhos	66	66,67%	46	58,22%
Total	99	100%	79	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 7 evidencia que 99 alunos cursaram até o 6º período e 79 acadêmicos estão nos período finais, do sexto ao oitavo. Com base nas respostas, percebe-se que quando se trata da tomada de decisão que interfere em corte de custos, não há divergência proporcional nas respostas, sendo que 54,55% dos respondentes que estão cursando até o 6º período optaram pela cautela, enquanto 54,43% dos acadêmicos que cursam a partir do 6º período, também optam pela cautela. Entretanto, analisando a segunda decisão, em relação ao aumento de

custos, pode se perceber uma pequena diferença. Ao se tratar de aumento de custos, os respondentes aceitam correr mais riscos, porém, da mesma forma como eles ganham experiência acadêmica, essa coragem, diminui. Comprovando essa ideia, nota-se que no início do curso, 66,67% dos acadêmicos aceitam um risco maior para trazer um resultado melhor para a empresa. Com o passar dos períodos, esse percentual diminui, passando a representar 58,22% dos acadêmicos.

No contexto, é possível notar que em relação ao corte de custos, independente do período os respondentes optam pela cautela, e não há variação durante o período do curso, porém em relação a aumento de gastos, isso se inverteu e passam a tomar decisões mais arriscadas para conseguir um retorno melhor para a empresa. Ainda, a experiência os torna mais cautelosos, observando que relativamente é menor o percentual de pessoas que arriscam mais em relação à amostra de alunos até o 6º período.

Por fim, o problema 5 apresentado aos respondentes se baseia em uma pergunta objetiva e verifica se o tomador de decisão, com o aumento de retorno, aceitaria ou não correr um risco maior, sabendo que nenhuma das escolhas é garantida, com isso verificar um possível “efeito certeza”. A Tabela 8 apresenta as respostas, separadas novamente pela experiência dos respondentes. Ressalta-se ainda que as opções caracterizam-se como aversão a perdas, pois é uma situação positiva.

Tabela 8 – Problema 5

Qual opção de lucro você prefere?	Até 6º período	(%)	Pós 6º período	(%)
- R\$ 100.000,00 com 25% de chance	45	45,45%	28	35,44%
- R\$ 150.000,00 com 20% de chance	54	54,54%	51	64,56%
Total	99	100%	79	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

No contraponto do problema 2, o problema 5 (Tabela 8) mostra que há uma mudança inversa. Até o 6º período, 54,54% dos respondentes aceitariam assumir um risco adicional para ter um retorno maior. Já após a 6ª fase, esse número aumenta, passando para 64,56% dos acadêmicos aceitando o risco maior. Cogita-se, que por não haver nenhum retorno certo, os mais experientes tendem a arriscar mais, e pelo problema 2 indicar situações concretas, os mais experientes não optam por assumir esse risco. Ainda, a proporção de 50% a mais de lucro pode ter induzido a opção pela segunda alternativa.

Cardoso, Riccio e Lopes (2008) confirmaram que houve distorção nas respostas em seus testes, conforme previsto na Teoria dos Prospectos. Exceto, nas situações de aversão ao ganho, considerando a variável experiência. No presente estudo, verificaram-se por meio das respostas dos acadêmicos de Administração da Unochapecó as mesmas conclusões. Nos problemas 2 e 5, não existiram

variação significativas em relação a aversão de perdas, porém, ao se tratar de propensão a ganhos ocorreu variação de escolha dos, teoricamente, mais experientes, que tomariam decisões mais arriscadas.

Já o estudo de Barreto, Macedo e Alves (2013) aponta que quando se é submetido a tomar uma decisão e nessa não aparece nenhuma possibilidade de perda, os respondentes são impactados pelo “efeito surpresa” e não tomam a decisão que trás o maior retorno, mas sim a que se torna mais provável de acontecer. Entretanto, a pesquisa mostra que não houve variação entre as escolhas. As questões 3 e 4 apresentaram resultados idênticos, em que a variação de escolha não chegou a 6,0%.

Lorenzetti et al. (2013) por meio de sua pesquisa, constataram que as informações contábeis são essenciais para a tomada de decisão, pois apresenta dados e fatos que podem apresentar um cenário propício para mudanças. Nesta pesquisa, foi apresentado aos respondentes, perguntas com diferentes níveis de informações e pressupondo as mesmas respostas. Conforme demonstra a questão 3 e 4, não houve variação no resultado entre elas, divergindo do estudo de Lorenzetti et al. (2013). A variação do formato do problema não interferiu em alteração nos resultados.

Para finalizar a relação com os estudos correlatos, Martins et al. (2013) encontraram que quando os respondentes foram colocados diante de situações negativas, optaram pela situação de propensão de risco, e quando expostos em situações positivas possuíram uma posição de aversão a perda. Na pesquisa realizada com o curso de administração da Unochapecó, diante de situações negativas, os respondentes tiveram como escolha uma opção mais arriscada, corroborando os resultados de Martins et al. (2013). Já em situações de características positivas, os respondentes indicaram aversão à perda, escolhendo pelo “efeito certeza”. De modo geral, os resultados desta pesquisa se coadunam com aqueles encontrados por Martins et al. (2013), indicando a propensão ao risco e aversão a perdas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo é verificar de que forma o modo de apresentação das informações interferem no processo de tomada de decisão dos gestores, no intuito de evidenciar que a forma de apresentação das informações das demonstrações contábeis interferem no processo de tomada de decisão dos gestores a partir da ideia da Teoria dos Prospectos e, de maneira secundária buscou-se analisar se houve distorção nas respostas, conforme o avanço dos acadêmicos no curso de administração da Unochapecó, ponderando a variável experiência.

Verificou-se por meio do Problema 1 uma variação, seguindo a ideia inicial do efeito framing de Kahneman e Tversky (1979), ao serem expostos ao mesmo problema. Porém, em respostas que pressupõem teor positivo, 61,80% dos respondentes se posicionaram com aversão a perda. Quando expostos em

situações de teor negativo, os acadêmicos de administração optaram pela propensão ao ganho, com 66,29% do total.

Nos Problemas 3 e 4, em que o conteúdo proposto era positivo, os respondentes diante do mesmo problema apresentado de forma diferente, não apresentaram distorções nas respostas em relação a quantidade de informação. Entretanto, a turma que respondeu o questionário A, 51,69% escolheram a opção onde se identifica a propensão ao risco, já os respondentes do questionário B, 52,81% optaram pela aversão a perda.

Em relação à experiência adquirida no decorrer do curso (Problema 2), constatou-se mais uma vez o efeito framing da Teoria dos Prospectos. Diante uma situação de positiva, os respondentes com menor tempo de curso, indicaram 54,55% com aversão à perda, enquanto nos acadêmicos com mais tempo de curso, 54,43% tiveram a mesma percepção.

Quando expostos a situações com teor negativo, ocorre o efeito framing. Entre os acadêmicos com menor tempo de curso, 66,67% escolheram a resposta com propensão ao ganho. Entre aqueles com mais experiência acadêmica, 58,22% optaram pela alternativa com propensão ao ganho.

Por fim, o Problema 5, apresentou uma situação positiva, sem nenhuma informação de perda, caracterizando assim uma certeza, com objetivo de analisar se a experiência (conhecimento) adquirida no decorrer do curso teve influência na resposta. Entre os respondentes até o 6º período, 54,54% escolheram a opção que apresenta uma propensão ao ganho. Nos concluintes, 64,56% tiveram a mesma percepção. Entende-se, assim, que conforme se amplia a experiência adquirida, maior a propensão aos ganhos nas decisões dos acadêmicos.

Esse tipo de pesquisa proporciona uma busca de entendimento nas escolhas dos futuros gestores, caracterizando situações positivas e negativas. É importante também para verificar a mudança do pensamento dos acadêmicos durante o avanço do curso. Ainda, espera-se que os gestores levem em consideração na hora de tomar alguma decisão econômica as informações contábeis disponíveis, para ampliar a possibilidade da melhor escolha.

Para futuras investigações, sugere-se ampliar a amostra estudada para aumentar a confiança dos resultados encontrados. Comparativamente, pode-se ampliar a população para cursos como Ciências Contábeis e Economia, por exemplo. Outra condição é a aplicação da pesquisa nas empresas, com gestores que tomam decisões reais no dia a dia em suas organizações, possibilitando assim uma comparação entre o conhecimento acadêmico, com o conhecimento adquirido na realidade fática.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

- BARRETO, P. S.; MACEDO, M. A. S.; ALVES, F. J. S. Análise do comportamento decisório frente à influência dos efeitos certeza e framing no ambiente contábil. **Registro Contábil**, v. 4, n. 3, p. 39-55, 2013.
- CARDOSO, R. L.; RICCIO, E.; LOPES, A. B. O processo decisório em um ambiente de informação contábil: um estudo usando a teoria dos prospectos. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 5, n. 2, p. 85-95, 2008.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 26(R1) - CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2014. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>> . Acesso em 08 Maio 2015.
- DE LIMA, F. B.; LAGIOIA, U. C. T.: DO NASCIMENTO, S. G. O. D. A. S.; DE LIMA, R. Q.; VASCONCELOS, A. L. F. D. S. Um estudo sobre a utilização da contabilidade gerencial pelas empresas pertencentes ao pólo de confecção da Agreste Pernambucano. **Registro Contábil**, v. 1, n. 1, p. 11-27, 2010.
- ERTHAL, F. S.; MARETH, T.; TRETER, J. Gestão de custos e a influência dos rateios para a tomada de decisão. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 1, p. 155-171, 2013.
- FERNANDES, F. C.; KLANN, R. C.; FIGUEREDO, M. S. A utilidade da informação contábil para a tomada de decisões: uma pesquisa com gestores alunos. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 3, p. 99-126, 2011.
- HARTONO, J. The recency effect of accounting information. **Gadjah Mada International Journal of Business**, v. 6, n. 1, p. 85-116. 2004.
- HENDRIKSEN, E. S.; BREDÁ, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, S. D.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. D. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect theory: An analysis of decisions under risk. **Econometrica**, v. 47, p. 263-291, 1979.
- KERLINGER, F. N.. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

- LOKEN, E. Use of multicriteria decision analysis methods for energy planning problems. **Renewable & Sustainable Energy Reviews**, v. 11, n. 7, p. 1584-1595, 2007.
- LORENZETT, D. B.; GELAIN, A. J. L.; GODOY, L. P.; RODRIGUES, M. K. Controladoria: Um Mecanismo de Auxílio a Avaliação de Desempenho e a Tomada de Decisão. **Sistemas & Gestão**, v. 8, n. 3, p. 244-251, 2013.
- LUCENA, W. G. L.; FERNANDES, M. S. A.; SILVA, J. D. G. A contabilidade comportamental e os efeitos cognitivos no processo decisório: uma amostra com operadores da contabilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 3, p. 41-58, 2011.
- MARINHO, K. B. A.; MENEZES, T. A.; LAGIOIA, U. C. T.; FILHO, F. D. A.C. Indicadores financeiros e contábeis que influenciam a tomada de decisão do investidor na elaboração de uma carteira de ações e na determinação de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 1, n. 2, p. 52-68, 2013.
- MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARTINS, J. D. M.; CARVALHO, D. D. R.; DOS SANTOS, T. L.; DA SILVA, J. D. G. O efeito framing na tomada de decisão contábil: Perspectiva dos profissionais de contabilidade dos estados do Rio Grande do Norte e Pará. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 3, n. 3, p. 140-161, 2013.
- NAKAGAWA, M. **Introdução à controladoria**: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo: Atlas, 1993.
- PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 76-97.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, J. H. F.; BOTELHO, D. Análise comparativa de preços: variáveis influentes na percepção de vantagem de compra. **RAM - Revista de Administração da Mackenzie**, v. 12, n.2, p. 61-79, 2011.
- SCHERMERHORN JR, J. R.; HUNT, J. G.; OSBORN, R. N. **Fundamentos de**

Comportamento organizacional. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 1999.

SENGER, C. M.; DE CESARO, N. H.. A importância dos relatórios contábeis gerenciais na tomada de decisão das organizações de determinado setor econômico de um dos municípios da região do Codemau. **Revista de Administração**, v. 2, n. 3, p. 133-152, 2013.

STRASSBURGER, R.; TALGATTI, M.; IENSEN, F.; GUSE, J. C.; ROSSATO, M. V.. Utilização das informações de natureza contábil no processo de gestão das agroindústrias de Santa Maria/RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 11, n. 11, p. 2366-2376, 2013.

SWERTS, G. B. A.A inserção da Contabilidade nas teorias das decisões. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 8, n. 2, p. 39-52, 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

YUEXIAO, Z. Definitions and sciences of information. **Processing & Management**, v.24, n. 4, p.479-491, 1988.

ABSTRACT: The study aims to verify how the information interferes in the process of decision making of managers, based on the Prospects Theory. Considering the hypothesis that the presentation of certain situations may interfere in the decision process, small changes were made in the context of certain problems, to test the framing effect. Additionally, it has been verified if the professional and academic experiences also affect the decision-making process in the context of the prospect theory, which advocates that individuals are prone to gains and have aversion to losses. Methodologically the research is characterized as descriptive, with experimental procedure and predominantly qualitative approach. The experiment was carried out from the application of two questionnaires (A and B), both presenting problem situations from accounting information, requiring decision-making, with closed alternatives to the answers. The final sample of the survey consists of 178 respondents. In general, consistent with the Prospects Theory, the results show that when exposed to negative situations, respondents were characterized as being more prone to risk situations, while in positive scenarios, respondents positioned themselves with aversion to situations of losses, demonstrating greater caution. In general, the results of the research evidence the existence of the framing effect, indicating that the presentation of certain situations interfered in the decision making process of individuals, whether positive or negative. The results corroborate evidence that the presentation of accounting information may interfere with the decision making process.

KEYWORDS: Framing effect; Decision making; Theory of Prospects.

CAPÍTULO IX

DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LISTADAS NA BM&FBOVESPA

**Leidyane Kássia Brandão Carneiro
Jeanne Marguerite Molina Moreira
Allyne Marie Molina Moreira**

DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Leidyenne Kássia Brandão Carneiro

Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

Fortaleza - Ceará

Jeanne Marguerite Molina Moreira

Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

Fortaleza - Ceará

Allyne Marie Molina Moreira

UNI7 Fortaleza, Centro Universitário 7 de Setembro

Fortaleza - Ceará.

RESUMO: Com o mundo globalizado e o mercado competitivo, os ativos intangíveis ganham importância no mundo dos negócios, pois se trata de um componente fundamental para agregar valor à empresa. Por considerar o setor da tecnologia da informação (TI) um importante ramo ao se avaliar os ativos intangíveis, e por haver poucos estudos sobre a evidenciação dos intangíveis por esse setor é que se deu a escolha do estudo. O trabalho foi fruto de uma revisão bibliográfica na literatura sobre o assunto e uma análise documental nas demonstrações financeiras nas entidades da amostra. O objetivo geral do estudo foi verificar o nível de evidenciação do Ativo Intangível nas empresas brasileiras do setor de Tecnologia da Informação listadas na BM&FBOVESPA. Os resultados apontaram que das empresas pesquisadas, a Bematech e Linx foram às que divulgaram mais itens do checklist, ou seja, as que tiveram um maior grau de evidenciação, com 84,61% de itens divulgados. Foi constatado, que as empresas que mais divulgaram os itens do checklist fazem parte do Novo Mercado da BM&FBovespa. Ficou evidente no estudo que as empresas da pesquisa têm que melhorar as informações fornecidas em suas demonstrações.

PALAVRAS-CHAVE: Ativo Intangível; Evidenciação Contábil (Disclosure); CPC 04 (R1).

1. INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ferramenta imprescindível para uma organização por contribuir no processo de tomada de decisão, e nas últimas décadas, o tema Ativo Intangível vem sendo discutido, principalmente pela dificuldade em identificá-lo e mensurá-lo.

Este grupo do patrimônio contribui para a composição do valor real de uma entidade. Muitas vezes o seu valor não é mensurado, oferecendo informação distorcida. Em virtude da globalização e com o mercado cada vez mais competitivo, surge a necessidade de mensurar melhor os intangíveis, não se preocupando

apenas em evidenciar nas demonstrações financeiras os ativos tangíveis.

Os Ativos Intangíveis são bens que não são corpóreos, são difíceis de ser reconhecidos e mensurados. Alguns exemplos são as marcas, as patentes, os softwares, carteira de clientes de uma empresa, os direitos autorais, dentre outros. Identificá-lo não é uma tarefa muito fácil, principalmente porque uma das características para a sua definição está baseada na geração de benefícios econômicos futuro, que é algo incerto.

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, através do Pronunciamento Técnico CPC 04, o Ativo deve possuir três características para ser considerado um intangível: deve ser identificável, de modo que ele possa ser separado da entidade, vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ou quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais; ele deve ser controlado pela entidade. E esse controle só é válido se a empresa detém o poder de obter os seus futuros benefícios econômicos; e obrigatoriamente devem ser geradores desse benefício.

A Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, instituiu o maior processo de normatização contábil no Brasil para as sociedades empresariais, porém, não trazia em seu conteúdo a definição de Ativo Intangível, nem mesmo nenhuma Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) até então. Em 28 de dezembro de 2007 foi instituída a Lei n° 11.638, que separou definitivamente os bens materiais, conhecidos como Ativo Imobilizado, dos bens intangíveis ou imateriais, como Ativo Intangível, ao dar a nova redação ao art. 178 da Lei n° 6.404/76, alínea c. Criou-se um novo grupo de contas no Balanço Patrimonial, o Ativo Não Circulante, que contém em um dos seus subgrupos o Ativo Intangível, desmembrando o que antes era apenas Ativo Imobilizado. O inciso VI do art. 179 da nova norma, trouxe em seu conteúdo uma definição de Ativo Intangível: “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.”

Considerando que o assunto do presente estudo é complexo em sua aplicação pelas entidades e no meio acadêmico, pois é notória a necessidade de reconhecer e mensurar os intangíveis nas Demonstrações Financeiras das entidades; que os usuários da Contabilidade buscam uma informação mais fidedigna, principalmente os investidores, bem como a própria entidade, que com isso aumentará a credibilidade frente aos concorrentes, é que se deu a escolha do tema.

O ramo da Tecnologia da Informação- TI, foi o escolhido por evidenciar os intangíveis contribuindo de maneira significativa para mostrar uma informação mais transparente aos usuários. Dessa forma, pretende-se responder a seguinte questão: Qual o nível de evidenciação em relação aos Ativos Intangíveis que são divulgados pelas empresas brasileiras do setor de Tecnologia da Informação listadas na BM&FBOVESPA? Para responder a questão, o objetivo geral do estudo foi verificar o nível de evidenciação do Ativo Intangível das empresas brasileiras do setor de Tecnologia da Informação listadas na BM&FBOVESPA, que foi alcançado através dos objetivos específicos: listar os itens exigidos para divulgação do Ativo

Intangível descritos no CPC 04; comparar as Notas Explicativas das empresas listadas na BM&FBOVESPA em relação ao CPC 04; observar quais os itens do CPC 04 são mais divulgados pelas empresas pesquisadas em relação ao Ativo Intangível.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de modo a entender como funciona os intangíveis, trazendo definições dos doutrinadores, bem como mostrar como identificá-lo, mensurá-lo e evidenciá-lo. Foi realizado um estudo documental nos relatórios contábeis de uma amostra de empresas do site da BM&FBOVESPA do setor de Tecnologia da Informação, onde foram examinadas as Notas Explicativas e comparadas ao que pede o CPC 04 para a sua divulgação. Foi elaborado um checklist para comparar quais itens do CPC 04 são mais divulgados pelas empresas da amostra do estudo.

Este artigo foi estruturado em cinco seções, incluindo esta Introdução. A segunda seção trata do referencial teórico que abrange aspectos gerais sobre os ativos intangíveis, tais como definição, identificação, mensuração e evidenciação. A terceira seção descreve a metodologia da pesquisa. Na quarta apresentam-se os resultados e a análise dos dados. Por fim, a quinta seção trás às considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Ativo Intangível

Para o entendimento do que é Ativo Intangível, faz-se necessário, primeiramente, definir o seu conceito, bem como suas características principais. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p.281) “ativos são essencialmente reservas de benefícios futuros”, enfatizando a característica mais importante de um Ativo que é a potencialidade de gerar benefícios econômicos futuros para a empresa.

Perez e Famá (2006, p.12) conceituam Ativo como “todo e qualquer elemento com ou sem natureza física, que seja controlado pela empresa e que a ela proporcione a possibilidade de obtenção de fluxos de caixa”. A referida conceituação contempla a questão dos ativos intangíveis, trazendo os aspectos materiais ou não dos ativos, além de salientar que ele precisa ser controlado pela entidade, de modo a proporcionar, para ela, os benefícios esperados com a sua utilização. Ludícibus (2010, p. 125), também trouxe a questão do controle e da capacidade que o Ativo deve ter de gerar benefícios econômicos para a empresa, definindo os ativos como sendo “recursos controlados por uma entidade, capazes de gerar, mediata ou imediatamente, fluxo de caixa”. O termo recursos, utilizado pelo autor, engloba os ativos intangíveis.

Outro conceito relevante, introduzido na definição de Ativo é que ele decorra de eventos passados para ser considerado como tal. O Financial Accounting

Standards Board – FASB (apud HENDRIKSEN E VAN BRED A, 1999, p. 283) definem Ativo como “benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma dada entidade em consequência de transações ou eventos passados”.

Todas as descrições trazidas pelos autores são importantes ao agregar partes para compor um todo, de modo a contribuir para uma definição mais completa de Ativo. Dessa forma, o item 08 do CPC n° 04/08, em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB, define este grupo do patrimônio como, “um recurso controlado por uma entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade”. Todos os requisitos essenciais de um Ativo são contemplados na definição. Portanto, deve ser controlado pela entidade, observando a primazia da essência sobre a forma, deve decorrer de algum evento passado, e por fim, deve ter a capacidade de geração de benefícios econômicos para a empresa.

Explanadas as características para identificar um Ativo, pode-se abordar um tipo específico, mais complexo, os intangíveis, por tratar-se de algo sem substância física e por ser de difícil identificação e mensuração. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388) afirmam que os ativos intangíveis formam “uma das áreas mais complexas e desafiadoras da contabilidade.”, deve-se às dificuldades de identificação, definição e mensuração. Schmid e Santos (2009, p. 4) abordam a ausência de substância física, que segundo ele “o termo intangível vem do latim *tangere* ou do grego *tango*, cujo significado é tocar”. Portanto, intangível significa algo que não pode ser tocado ou que tem ausência de substância física.

Schmid e Santos (2009), ainda afirmam que, não é obtido êxito ao relacionar a etimologia da palavra intangível à definição contábil dessa categoria, haja vista que muitos outros ativos não possuem tangibilidade e são classificados como se fossem tangíveis, como por exemplo, as despesas antecipadas, duplicatas a receber, aplicações financeiras, dentre outros. Hendriksen e Van Breda (1999) justificam o que foi afirmado, ao dizer que “os contadores têm procurado limitar a definição de intangíveis restringindo a ativos não circulantes”.

Coelho (2010, p. 71) usa como base para sua definição três características que são atribuídas aos ativos intangíveis: “é qualquer bem ou direito da empresa que a ela traz retorno patrimonial, econômico ou financeiro, que é invisível, incorpóreo e resultado da capacidade intelectual da empresa na sua construção ou utilização”.

Amaral (2012, p. 140) é mais amplo, conceituando Ativo Intangível como sendo “fatores incorpóreos/imateriais que contribuem para a geração de produto e/ou serviços, de que decorrem, ou são esperados, benefícios presente e futuros para aqueles que os controlam e/ou possuem”. E complementa informando que “devido a assimetrias de informações ou diferenças de perspectivas e expectativas, nem todos os ativos intangíveis são imediata e igualmente identificáveis por todos os agentes”.

Kayo (2002) salienta que os ativos intangíveis podem ser definidos como um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, interagindo com seus ativos tangíveis, contribuem para a formação do valor da

empresa. Ele comenta, também, que os ativos tangíveis e intangíveis não são facilmente separados, pois o verdadeiro valor da empresa está na soma dos dois e que um Ativo Intangível bem utilizado poderá fazer com o que o tangível tenha uma melhor rentabilidade.

Por não poderem ser separados, como mencionado, é uma característica diferenciadora do Ativo Intangível, que considera que só exista e possua valor se for combinado aos ativos tangíveis da empresa. Em decorrência dessa característica, os ativos intangíveis são considerados como representativos de benefícios residuais, ou seja, depois que são identificados todos os ativos tangíveis, o que sobrar será classificado como intangível.

O Internacional Accounting Standards Board - IASB, através da Internacional Accounting Standard - IAS e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, pelo CPC 04 (R1), tem a definição de Ativo Intangível como sendo “um ativo não monetário identificável sem substância física”.

2.1.1 Reconhecimento e mensuração

A busca de um padrão para o reconhecimento e a mensuração tem como objetivo evitar a adoção de práticas distintas, de modo a não dificultar o processo de comparação entre as empresas, e dessa forma facilitar a tomada de decisão. Carvalho e Lemes (2010) informam, para que um item seja reconhecido como Ativo Intangível, deve satisfazer as condições estabelecidas na definição de tal ativo, ou seja: deve ser um item não monetário, sem substância física, separável, controlável e que gere benefícios econômicos. E ele deve, também, atender aos seguintes critérios de reconhecimento: probabilidade de que os benefícios econômicos futuros atribuíveis ao ativo fluirão para a entidade; e mensuração confiável dos custos do ativo.

O Pronunciamento Técnico - CPC (04), no seu item 18, trás exatamente esses dois requisitos para o reconhecimento do item como Ativo Intangível: (a) a definição de Ativo Intangível; e (b) os critérios de reconhecimento.

Carvalho e Lemes (2010) discorrem ainda sobre cada uma dessas condições. Para eles, o Ativo atende ao critério de identificação quando ele pode ser separado da entidade e transferido individualmente ou em conjunto com um Ativo, um contrato ou um Passivo relacionado, ou ainda, quando ele surge por meio de um contrato, ou outros direitos legais, mesmo que esses direitos não possam ser transferidos ou separados da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Continuando, os autores informam que o controle existe quando a entidade tem o poder de obter os futuros benefícios econômicos relacionados ao Ativo e de restringir o acesso de terceiros àqueles benefícios. A análise da existência do controle do Ativo pela entidade deve ser feita com cuidado, como por exemplo: a entidade pode possuir uma boa carteira de clientes e esperar que essa carteira crie benefícios futuros, mas isso não garante o controle por que esses clientes não podem ser forçados a comprar da entidade. Logo a carteira de clientes não vai ser

um intangível, pois não há controle por parte da entidade. É importante salientar que os benefícios econômicos futuros incluem não somente a receita da venda de produtos ou serviços, mas também podem originar-se da redução de custos ou de outros benefícios resultantes do uso do intangível.

Hendriksen e Van Breda (1999), acrescentam que os ativos intangíveis devem ser reconhecidos se atenderem aos seguintes requisitos: devem satisfazer a definição de ativo, sendo capaz de gerar benefícios econômicos futuros para a empresa; a entidade deve ter o controle e exclusividade sobre o Ativo; deve ser relevante, algo muito subjetivo, mas a informação contábil tem que ser importante no processo de tomada de decisão na empresa; devem ser mensuráveis. A atribuição de valor tem que ser confiável; o valor atribuível ao Ativo deve ser preciso, a informação tem que poder ser verificável. Portanto, é necessário que o Ativo Intangível possua todas as características de um Ativo, caso contrário, o elemento não pode ser reconhecido e registrado contabilmente.

Continuando Hendriksen e Van Breda (1999) informam que, os ativos intangíveis podem ser classificados como identificáveis ou não identificáveis. Quando a empresa conseguir dar nome ao intangível ele será identificável, caso contrário será não identificável, tal como o goodwill. Como regra o Ativo deve ser identificável para ser considerado um intangível. O goodwill é uma exceção de um Ativo não identificável, que é tido como intangível.

A entidade deve avaliar o Ativo Intangível quanto a sua vida útil, Carvalho e Lemes (2010) discorrem sobre essa questão. O Intangível vai ser avaliado com vida útil indefinida quando a entidade não conseguir prever com confiança o período de tempo para o recebimento dos benefícios econômicos gerados pelo Ativo, e este vai ter vida útil definida quando ele surgir de um contrato ou de outro direito legal, sendo que o período de vida útil não poderá ser maior que o prazo do contrato ou do direito. Para esses tipos de ativos devem ocorrer à amortização durante toda a sua vida útil. Para os de vida útil indefinida deve ser realizado apenas o teste de impairment, que é contemplado através do Pronunciamento Técnico CPC 01 (Redução do valor recuperável do Ativo).

Niyama e Silva (2013, p.142) comentam que “o principal objetivo é assegurar que um ativo não seja avaliado por um valor superior ao valor recuperável”, dessa forma a realização do teste de impairment “faz com que a contabilidade verifique se o valor contábil está condizente com o denominado valor recuperável”. Os autores comentam, também, que a adoção da Redução ao Valor Recuperável “refere-se ao abandono da objetividade como fim último da prática contábil”, pois anteriormente a contabilidade estava preocupada em registrar os valores de forma mais objetiva possível, isto significava a adoção habitual do custo histórico como base para o processo de avaliação.

O Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), no seu item 111, determina que os intangíveis, de um modo geral, quer tenham vida útil definida quer tenham vida útil indefinida se submetam sob os ditames do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável do Ativo, como todo e qualquer Ativo, à avaliação periódica de sua capacidade de gerar benefícios econômicos para a entidade.

O CPC 01 (R1) determina que, independentemente de existir ou não qualquer indício de desvalorização, a empresa deverá testar, no mínimo anualmente, a redução ao Valor Recuperável de um Ativo Intangível com vida útil indefinida ou definida, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável.

Em relação à mensuração, é importante salientar que ela é uma ferramenta imprescindível para tomada de decisão dos gestores de uma empresa, pois é através dela que ocorre a evidenciação de forma mais adequada do valor econômico dos objetos e eventos de uma entidade. Carvalho, Lemes e Costa (2009) apontam que inicialmente ela deverá ser ao custo. Após isso a empresa deverá mensurar um Ativo Intangível deduzindo do custo o valor da amortização acumulada ou o valor reavaliado.

2.1.2 A evidenciação e a sua importância

Ludícibus (2010, p.110) esclarece que, “o disclosure está relacionado aos objetivos da contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários”, e que o sentido da evidenciação é que a informação seja relevante a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente.

O maior processo de normatização contábil que aconteceu no Brasil deu-se através da Lei nº. 6.404/76. Porém, algumas décadas depois essa lei ficou obsoleta, impedindo que o País acompanhasse o que estava mudando na Contabilidade Internacional. Pensando em adequar a contabilidade brasileira, foi aprovada a Lei nº. 11.638/07 que alterou alguns artigos da Lei nº. 6.404/76. Posteriormente a Lei nº 11.941/09, conversão da Medida Provisória nº. 449, foi aprovada para algumas adaptações em relação às normas previstas na lei aprovada em 2007.

A Lei nº. 11.638/07 teve como principal meta atualizar a legislação societária nacional para poder facilitar a convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais. As modificações que ela normatizou aplicaram-se às companhias de capital aberto e também às de grande porte. Antes da referida legislação, não havia normas específicas que tratassem da mensuração, reconhecimento e divulgação dos ativos intangíveis. O Brasil buscou alinhar a Contabilidade brasileira com a internacional, através da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O Pronunciamento CPC 04, aprovado em 3 de outubro de 2008, depois revisado e aprovado como CPC 04 (R1), em 5 de novembro de 2010, veio formalizar o tratamento contábil do intangível, contemplando normas com mais clareza, de modo que auxilie para um melhor tratamento e resolução de dúvidas que antes ocorriam com frequência.

Ludícibus et al (2013), acrescentam que, “com as alterações na Lei nº 6.404/76, promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, uma nova estrutura de Balanço Patrimonial passou a ser adotada”. A aplicação da Lei nº 11.638/07, para as companhias abertas e fechadas e sociedades de grande porte passou a ser

uma exigência para os exercícios sociais com início a partir de 1º de janeiro de 2008. Foi criado o grupo “intangíveis”, que passou a figurar como um ativo não circulante, assim como o realizável à longo prazo, os investimentos de longo prazo e o ativo imobilizado. Salienta-se que a inclusão do grupo de Intangível já era uma exigência para as companhias abertas, por força da Deliberação CVM nº 488/05.

Com base no CPC 04 (R1), no seu item 118, a entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de intangíveis, fazendo a distinção entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis: apresentar a vida útil do Ativo, se definida ou indefinida, além dos prazos ou as taxas de amortização utilizadas, justificando os motivos que fundamentam a avaliação; o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período; a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de Ativo Intangível for incluída; e a conciliação do valor contábil no início e no final do período, incluindo informações sobre adições, baixas e transferências, ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas, bem como os adquiridos por meio de combinação de negócios.

Ainda de acordo com o CPC 04 (R1), no seu item 120, a entidade deve divulgar, informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, além do total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período.

Carvalho, Lemes e Costa (2009), baseando-se na IAS 38, listaram os principais pontos que devem ser divulgados sobre ativos intangíveis, como a distinção entre os gerados internamente e outros intangíveis, o método de amortização adotado, a identificação da vida útil, o valor contábil, amortização acumulada e perda por impairment no início e final do período, e a natureza e valores resultantes de mudanças na avaliação da vida útil.

Sobre a divulgação de informações, é essencial discorrer sobre um padrão de transparência altamente diferenciado, o Novo Mercado. Ele foi implantado em 2000 pela antiga Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e tem como um dos seus objetivos descrever os compromissos de governança corporativa que as empresas registradas nesse segmento assumem em adição aos existentes na legislação atual. Um dos compromissos refere-se à prestação de informações que facilitam o acompanhamento e a fiscalização dos atos da administração e dos controladores da companhia. A melhoria da qualidade das informações prestadas pela companhia reduzem as incertezas no processo de avaliação e de investimento e, conseqüentemente, o risco. Assim, em virtude do aumento da confiança, eleva-se a disposição dos investidores de adquirir ações da companhia, tornando-se sócios desta.

2.2 Tecnologia da Informação

A Tecnologia da Informação está transformando a realidade econômica e social. As fronteiras estão sendo derrubadas e o mundo está sendo bombardeado de informações, conhecimentos e ideias de qualquer natureza.

O'Brien e Marakas (2008) salientam que os recursos tecnológicos como hardware, software, redes de telecomunicação e sistemas gerenciadores de dados são identificados como Tecnologia de Informação (TI), estes quando se destinam a atender os usuários, formam conjuntos conhecidos por Sistemas de Informação (SI), os quais resultam em relatórios administrativos que auxiliam os profissionais nas decisões a serem tomadas.

A crescente utilização da Tecnologia da Informação (TI) nas organizações está diretamente relacionada ao processo de tomada de decisão, pois ela tem como principal objetivo melhorar a competitividade dos negócios, e quem souber utilizar a informação corretamente, certamente, irá se destacar frente às outras empresas. Dessa forma, as empresas necessitam administrar a transição para uma nova economia e para uma nova tecnologia, com intuito de permanecerem competitivas no mercado globalizado.

Rezende, (2002) adverte que, a Tecnologia da Informação é fator essencial ou recurso sustentador para o desenvolvimento organizacional e constitui-se por apresentar os seguintes fatores de alinhamento: mensurar benefícios organizacionais; suportar objetivos organizacionais; eliminar barreiras de tempo e distância; implementar atividades organizacionais; compartilha recursos; tornar a organização mais competitiva; dar consistência aos planos organizacionais; potencializar estratégias; capacitar pessoas; obter vantagens competitivas; gerar estratégias de sucesso com visão organizacional.

Os Ativos Intangíveis para o ramo da Tecnologia da Informação constituem elementos essenciais para a composição de seus produtos, ou melhor, a maioria dos seus produtos é dito intangíveis. Por isso, se dá a importância do tratamento dos ativos intangíveis neste ramo de atividade. Alguns exemplos de intangíveis que compõem o setor de tecnologia da informação são: softwares, licenciamento e cessão de direito de uso de programas de softwares, prestação de serviços de assistência técnica, assessoria, treinamento e projetos de informatização, exploração de franquia de produtos e de serviços, dentre outros.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada com relação aos objetivos classifica-se como descritiva, e atende ao conceito elaborado por Collis e Hussey (2005), já que este estudo busca proporcionar uma visão de como são evidenciados e registrados os ativos intangíveis das empresas. A pesquisa descritiva identifica, descreve e classifica os acontecimentos de uma amostra. Para realizá-la podem ser usadas várias técnicas para obtenção e compreensão dos dados. Beuren et al (2012, p.81)

afirmam que “configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e explicativa” Quanto à natureza do problema, o estudo se caracteriza como qualitativo.

Como propósito de obter embasamento teórico para explicar e discutir o assunto abordado no trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que segundo Martins e Theóphilo (2007, p.54), “a pesquisa bibliográfica é um excelente meio de informação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indisponível de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo.” Sendo assim, foi utilizado a literatura nacional para conduzir a elaboração do trabalho. Em seguida foi realizada uma pesquisa documental nas Notas Explicativas das empresas.

A pesquisa visou identificar qual o nível de aderência das empresas brasileiras do setor de tecnologia da informação, listadas na BM&FBOVESPA, em relação aos critérios de evidenciação determinados pelo CPC 04 (R1) no exercício de 2014.

Para o alcance deste objetivo, foi constituído um checklist, Quadro 1, por meio da identificação dos critérios obrigatórios de divulgação para os ativos intangíveis contidos no Pronunciamento Técnico 04 (R1), sendo utilizado os ckecklists elaborados por Lopes et al (2014) e Avelino et al (2012), adaptando-os para que possam ser observados na realidade das empresas de tecnologia da informação.

Quadro 1. Checklist de aderência de acordo com o CPC 04 (R1)

Linhas	CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO
1	Identificação da vida útil (definida ou indefinida) dos ativos intangíveis
2	Prazo da vida útil ou taxas de amortização utilizadas para os ativos intangíveis com vida útil a definida
3	Os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida
4	Valor contábil bruto e eventual amortização acumulada no início e no final do período
5	Identificação da rubrica a qual é atribuída à amortização
6	Informação sobre intangíveis separados em classes
7	Amortização Acumulada no início do período
8	Amortização reconhecida no período.
9	Valor contábil e os motivos que fundamentam a avaliação de ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida
10	Informações sobre adições, baixas e transferências.
11	Informações sobre realizações de teste de impairment
12	Informações sobre cada classe de intangível
13	Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa no período

Fonte: Adaptado de Lopes et al (2014) e Avelino et al (2012)

Quando um item do ckecklist for atendido será atribuído um ponto, caso contrário será atribuído ponto zero. Ao fim, os pontos serão somados e com o resultado será observado qual o grau de comprometimento com a evidenciação do Intangível de cada empresa da amostra, ou seja, quem está mais adequado ao CPC 04 (R1).

Em seguida, todas as linhas serão analisadas, explicando como a informação foi divulgada em cada uma das empresas, e caso ela não tenha sido publicada, será avaliado se foi apresentado motivo para tal omissão ou se existe alguma outra informação que possa substituí-la em Notas Explicativas.

3.1 Definição da amostra

A população selecionada nesta pesquisa incluiu 25 empresas do setor de Tecnologia da Informação, listadas na BM&FBOVESPA. A escolha do setor se deu pela sua relevância e por conta de nele estar concentrado um número relativo de empresas que possuem ativos intangíveis. Sendo necessário, assim, trazer mais informações sobre os intangíveis e de maneira mais detalhada, como pede o Pronunciamento Técnico 04 (R1).

Verificou-se no site da BM&FBOVESPA que das 25 empresas que compõem o setor, 15 são estrangeiras e não divulgam seus relatórios contábeis segundo a legislação brasileira. Sendo assim, a amostra final desta pesquisa é de 10 empresas que puderam ser consideradas válidas para a aplicação do checklist (Quadro 1).

A coleta de dados foi realizada através de consultas ao site da BM&FBOVESPA, através das demonstrações contábeis consolidadas de cada uma das empresas analisadas no exercício de 2014, focando na observação de suas respectivas Notas Explicativas, analisando-as através da leitura e da busca de palavras-chave associadas aos itens do checklist.

4. RESULTADOS

No Quadro 2 foi evidenciado quais empresas pontuaram em cada item que foi apresentado no Quadro 1, sendo que cada linha representa um critério de divulgação. As 10 empresas da amostra estão sendo representadas por letras do alfabeto: A – Bematech; B – Itautec; C – Positivo Inf; D – Gama Participações; E – Ideias Net; F – Linx; G – Quality Software; H – Sênior Solution; I – Telebras; J- Totvs.

O 1º Critério estabelece haver na norma a identificação da vida útil do intangível, se tem vida útil definida ou indefinida. Para vida útil definida a entidade deve evidenciar a duração ou o volume de produção ou unidades semelhantes que formam essa vida útil. A atribuição de vida útil indefinida deve ser dada quando a empresa, com base em todos os fatores relevantes, não conseguir atribuir limite previsível para o período durante o qual o Ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade. A única empresa que não divulgou informações sobre a vida útil de seus intangíveis foi a Gama Participações, pois, em seu relatório financeiro não foi encontrado nenhuma informação sobre intangíveis, nem em seu Balanço Patrimonial. Subtende-se que a empresa não possui ativos intangíveis, em virtude de não haver nenhuma referência ao título.

Quadro 2. Nível de adequação à norma

Linhas	CRITÉRIOS	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	TOTAL
1	Identificação da vida útil	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	9
2	Prazo da vida útil e taxas de amortização	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	9
3	Métodos de amortização utilizados	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	6
4	Valor contábil bruto e amortização acumulada no início e final do período	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	9
5	Rubrica a qual é incluída a amortização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Intangíveis separados em classes	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1	7
7	Amortização acumulada no início do período	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	9
8	Amortizações reconhecidas no período	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	9
9	Motivos que fundamentam a avaliação de intangíveis como tendo vida útil indefinida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Adições, baixas e transferências.	1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	7
11	Informações sobre realizações de teste de impairment.	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	8
12	Informações sobre cada classe	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	6
13	Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento.	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
	TOTAL	11	6	9	0	10	11	7	10	7	10	-

Fonte: Elaborado pela autora (2015) Nota: 1 - atende a norma; 0 - não atende a norma.

A Bematech, Ideias Net, Quality e a Sênior Solution, deixam claro nas Notas Explicativas a definição da vida útil como sendo definida. Na Linx e na Telebras fica subtendido que seus intangíveis têm vida útil definida ao mostrarem que cada um deles é amortizado com base no Método Linear, que é escolhido quando não se podem determinar com confiabilidade o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. A Itautec e a Positivo informaram que as licenças de software, que compõem os seus intangíveis são amortizados durante a sua vida útil estimada, pois o valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada, deixando subtendida a identificação da sua vida útil, como sendo definida. A Totvs afirma que capitaliza os intangíveis com base nos custos incorridos e amortiza durante sua vida útil estimada.

O 2º Critério foi atendido por quase todas as empresas, só não a Gama Participações, já que foi constatado que ela não divulgou nada sobre intangíveis em seu relatório. Positivo, Linx, Telebras, e Totvs divulgam tanto o prazo de vida útil, como as taxas de amortização utilizadas. Positivo, Telebras e Totvs não dão um prazo exato, mas afirmam que os Ativos Intangíveis são amortizados por um tempo não superior a cinco anos.

As empresas que divulgaram apenas o prazo de amortização são: Itaotec, Ideias Net, Quality e a Sênior Solution, não citando sobre a taxa de amortização utilizada. A vida útil estimada dos ativos intangíveis da Idéias Net e suas controladas para marcas registradas e licenças é de 5 a 30 anos, para software em até 5 anos, e para carteira de clientes de 2 a 5 anos, como foi evidenciado em suas Notas Explicativas. A Bematech divulgou apenas a taxa média de amortização anual, utilizada para cada classe de intangíveis e informou que os intangíveis são amortizados de acordo com os respectivos prazos de vida útil, só que não deixa claro qual foi o prazo.

A amortização deve cessar na data em que o Ativo é classificado como mantido para venda, ou na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro. Ela deve normalmente ser reconhecida no resultado, a não ser que os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo sejam absorvidos para a produção de outros ativos. Nesses casos, a amortização faz parte do custo de outro Ativo, devendo ser incluída no seu valor contábil. Os métodos de amortização que são exigidos no 3º Critério podem ser de 3 tipos de acordo com o CPC 04. O método linear, também conhecido como método de linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas.

A metade das empresas da amostra utilizou o Método Linear para o cálculo da amortização. São elas: Bematech, Ideias Net, Linx, Telebras e Sênior Solution. A Sênior Solution relata que os ágios gerados nas aquisições de investimento ocorridas até 31 de dezembro de 2008 estavam sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram, mas a partir de 1º de janeiro de 2009 não são mais amortizados, sendo submetido ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, o impairment. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos intangíveis; carteira de clientes; marcas registradas e licenças são amortizadas usando-se o Método Linear ao longo de suas vidas úteis. Itaotec, Positivo Informática, Gama Participações, Quality e Totvs não divulgaram o método de amortização utilizado.

O 4º e o 10º Critérios podem ser analisados juntos, pois 7 das 10 empresas apresentaram o que foi estabelecido na Norma, ou seja, o valor de custo dos Intangíveis seguidos das adições baixas e transferências. São elas: Bematech, Itaotec, Positivo Info, Ideias Net, Linx, Sênior Solution e Totvs. A Quality Software e a Telebras não mencionaram nada em suas Notas Explicativas sobre as adições, baixas e transferências, apenas o valor de custo. A Gama Participações como foi mencionado anteriormente, não divulgou nada sobre Intangíveis. O critério número 5 não foi encontrado nas Notas Explicativas das empresas analisadas.

O 6° e 12° Critérios serão analisados juntos. A Norma estabelece que as empresas divulguem seus Ativos Intangíveis separados em classes. Uma Classe de Ativos intangíveis é um grupo de ativos de natureza e com utilização similar nas atividades da entidade. A Separação em classes ocorre para facilitar a compreensão do usuário da informação. A única empresa que não divulgou o que a Norma estabelece foi a Gama Participações. A Itautec e a Telebras, possuem apenas licenças de softwares como intangíveis, não se aplicando essa divisão de classes, conseqüentemente, não trazendo informações sobre essas divisões, como pede o Critério 12. A Quality Software, apesar de ter divulgado seus intangíveis divididos em classes, não evidenciou informações sobre eles, não atendendo ao Critério 12.

A Gama Participações foi a única empresa da amostra que não atendeu ao 7° e 8° Critérios, as demais empresas evidenciaram a amortização acumulada no início do período e as amortizações reconhecidas no período, satisfazendo assim a norma.

O 9° Critério foi o único que não foi evidenciado por nenhuma das 10 empresas da amostra. O provável motivo de isso ter acontecido é por que nenhuma das empresas reconhece ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Os ativos devem ser revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do Ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Em relação ao 11° Critério a Bematech realiza seus testes de impairment, e no exercício findo de 2014, ela afirma que os testes não resultaram na necessidade de reconhecimento de perda, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. A Ideias Net e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, dessa forma, o montante recuperável do Ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um Ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o Ativo. A Linx revisa o valor dos seus intangíveis a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Quality Software salientou, em suas Notas Explicativas, que seus ativos serão reavaliados periodicamente quanto a sua expectativa de recuperabilidade em linha com o CPC 04. A Sênior Solution e a Positivo Informaram que os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda do

valor recuperável sempre que houver indicação de perda do seu valor econômico, deixando clara a realização de teste de impairment pelas empresas.

A Telebras menciona nas Notas Explicativas, sem muitos detalhes, que realizou o teste de recuperabilidade em seus ativos e reconheceu as perdas por redução ao valor recuperável sempre que for aplicável. O teste de recuperabilidade da companhia Totvs realizado anualmente, resultou na provisão de perda. Ela foi a única empresa das analisadas que divulgou o valor da perda. O teste para perda por redução ao valor recuperável de ágio é calculado anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização ao valor contábil. As únicas empresas que não mencionaram em suas Notas Explicativas sobre a realização de teste de impairment foram a Itautec e a Gama Participações.

De acordo com o CPC 04 deve ser evidenciado, pelas empresas, o total dos gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa no período. No 13º Critério apenas a Bematech evidenciou o total dos gastos com pesquisa reconhecidos como despesa durante o período. A Itautec informou nas Notas Explicativas que não possui projetos com pesquisa e desenvolvimento, apenas licença de software, adquirida de outras empresas. A Positivo Inf salientou que possui gastos com pesquisa e que esses gastos são tratadas como despesa no período em que são incorridas, mas não evidenciou a quantidade desses gastos. A companhia se beneficiou de incentivos fiscais concedidos pelo segmento de informática. Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, um percentual mínimo de seu faturamento em atividades de desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no País.

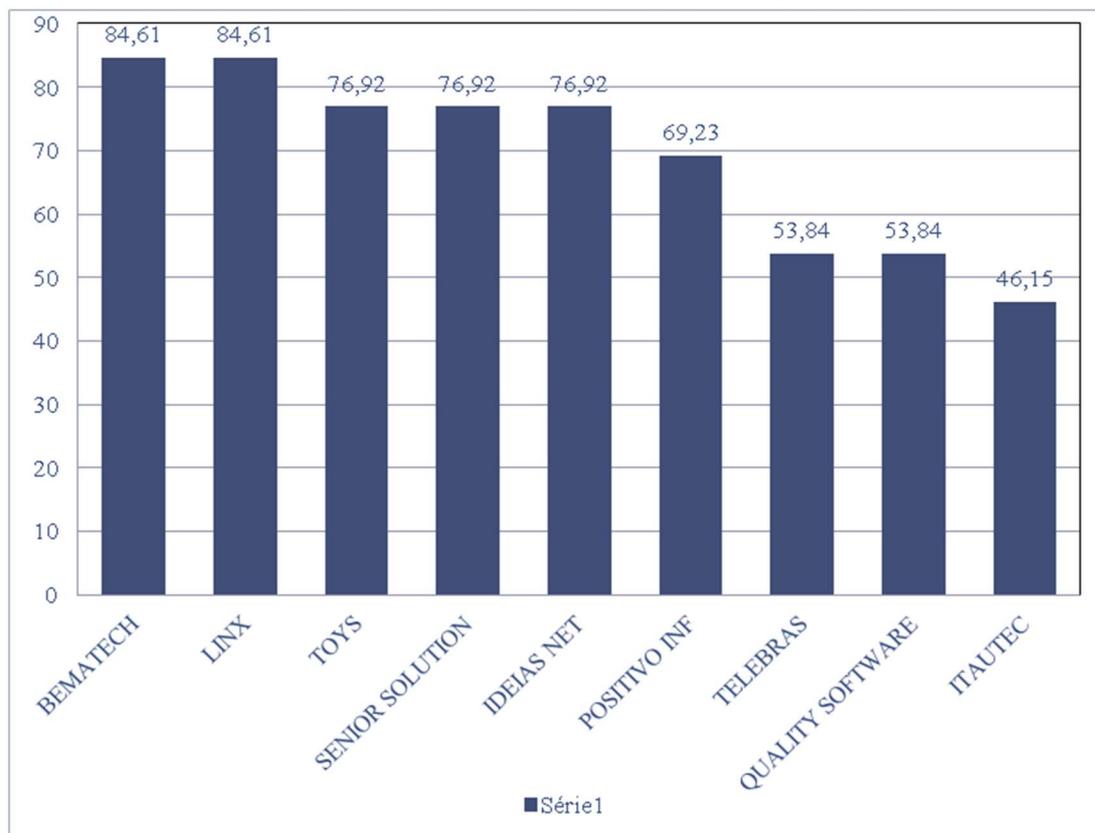
A Ideias Net não mencionou nas Notas Explicativas que possui gastos com pesquisa e desenvolvimento, nem mesmo os reconhecidos como despesa no período. A Linx mencionou que reconhece as despesas com pesquisas no resultado, quando incorridas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ela evidenciou o total desses gastos, referente à pesquisa e manutenção dos softwares desenvolvidos. Suas atividades com desenvolvimento envolveram um plano ou projeto visando à manutenção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os elementos trazidos no CPC 04 estiverem presentes. A atividade da Linx Sistemas pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos. Assim, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes.

A Sênior Solution citou que reconhece os gastos com pesquisa e que aquele diretamente associados compõe o valor do intangível, mas não evidencia os valores. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos são reconhecidos como ativos intangíveis. Gama Participações, Quality Software, Telebras, e Totvs não divulgaram se possuem investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

O gráfico analisado em seguida, vai mostrar os percentuais de divulgação

dos critérios exigidos pelo CPC 04 (R1) de cada uma das empresas analisadas, e que pôde ser notado que a Gama Participações não aparece porque foi a única que não evidenciou nenhum dos critérios.

GRÁFICO 1 - Percentagem de divulgação dos critérios exigidos pelo CPC 04



Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas (2015)

Retira-se do gráfico que a Bematech e a Linx foram às empresas da amostra que mais evidenciaram informações do checklist, ou seja, 84,61% de itens divulgados. A Ideias Net, Sênior Solutions e Totvs vêm em seguida com 76,92%. Positivo Inf divulgou 69,23% dos itens analisados. A Telebras e a Quality Software divulgaram o equivalente a 53,84%, cada. A Itaútec foi a empresa que divulgou menos da metade dos itens contidos no checklist, apenas 46,15%. A Gama Participações foi a única empresa da amostra que não divulgou os critérios exigidos pelo CPC 04 a respeito dos critérios do checklist nas Notas Explicativas. A percentagem foi calculada a partir da divisão do total de itens evidenciados pelo total de itens requisitados no checklist.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal verificar o nível de divulgação dos ativos intangíveis das empresas do ramo de Tecnologia da Informação, por se tratar de um segmento onde os intangíveis estão mais presentes, devido à atividade fim

dessas empresas. Foi observado se as empresas da amostra estão atendendo aos critérios de evidenciação contidos no CPC 04 (R1), e quais se encontram mais adequada à norma.

A análise consistiu na elaboração de um checklist dos itens relacionados à divulgação do Ativo Intangível contidas no CPC 04 (R1) e, posteriormente, a análise das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas das empresas a fim de se verificar se as mesmas atenderam aos itens relacionados no referido checklist.

No estudo, nenhuma das empresas da amostra divulgou todos os itens contidos no checklist, o que pode dificultar na decisão de potenciais investidores. A Bematech e a Linx foram às empresas que apresentaram os maiores índices de evidenciação de acordo com o checklist, com 84,61% cada.

Mesmo que todos os itens não tenham sido divulgados, os mais importantes foram demonstrados por quase todas as empresas. Por exemplo, a identificação da vida útil, os prazos de vida útil e as taxas de amortização utilizadas foram devidamente evidenciados. Desconsiderando a Gama Participações, que foi a única empresa que não evidenciou os critérios sobre intangíveis, todas as empresas apresentaram a identificação da vida útil, como sendo definida. A Bematech foi a única que não divulgou o prazo de vida útil, apenas a taxa média de amortização anual. Dois critérios divulgados por quase todas as empresas foi, o valor contábil bruto dos intangíveis bem como as adições, baixas e transferências. As amortizações acumulada no início do período, bem como as reconhecidos no próprio período foram evidenciadas por todas as empresas da amostra, desconsiderando a Gama Participações.

Informações sobre a realização de testes de impairment foi um critério dos mais atendidos pelas empresas. A única que não evidenciou esse critério foi a Itaotec. Os itens mais importantes foram divulgados, mas as empresas falharam em não divulgar, por exemplo, o total dos gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período, apenas a Bematech e a Linx evidenciaram os valores. Nenhuma empresa divulgou o que se pedia no Critério 9, ou seja, os motivos que fundamentam a avaliação de ativos intangíveis como tendo vida útil indefinida, e o provável motivo disso ter ocorrido é por que as empresas reconhecem os ativos intangíveis com vida útil definida.

O interessante e esperado resultado que pôde ser notado no estudo, foi que as empresas que mais divulgaram informações sobre ativos intangíveis, de acordo com os critérios contidos no Quadro 1, foram as que fazem parte do Novo Mercado da BM&FBovespa, sob a observância das práticas de Governança Corporativa, são elas: Bematech e Lix, que apresentaram os maiores índices de evidenciação de acordo com o checklist, com 84,61% cada. Em segundo lugar com 76,92% cada, a Ideias Net e a Totvs, logo em seguida a Positivo Inf, que divulgou 69,23% dos itens analisados. Uma exceção, que precisa ser mostrada é sobre a Sênior Solution, que mesmo não fazendo parte do Novo Mercado da BM&FBovespa, evidenciou o equivalente a 76,92%.

Uma sugestão para próximos estudos seria analisar as demonstrações contábeis e notas explicativas de outros exercícios e ver se os resultados dessa

pesquisa se repetem, e depois com um período de análise maior, três, quatro ou cinco exercícios, verificar o comportamento do setor quanto à divulgação dos ativos intangíveis. Interessante, também, seria se houvesse uma maior fiscalização quanto a essa divulgação, de modo a dar uma maior transparência aos usuários da informação contábil, aos investidores, que necessitam de uma informação fidedigna.

Desta forma as companhias analisadas estão cumprindo, em sua maioria, com as normas pertinentes à divulgação do Ativo Intangíveis, atendendo, portanto, ao objetivo geral da pesquisa e respondendo ao questionamento do estudo realizado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, H. F. **Proposta teórico-empírica para identificação e avaliação de ativos intangíveis**. Tese (Concurso para professor titular). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2012.

AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. **Evidenciação de ativos intangíveis**: estudo empírico em companhias abertas. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 14, 2012.

BEUREN, I M et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo. Atlas. 2012.

BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS E BOLSA DE VALORES DE SAO PAULO (BM&FBOVESPA). 2008. Disponível em <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

BRASIL, **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2009/lei11941.htm>. Acesso em 04 nov. 2015.

_____. **Lei nº 6.404** de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

CARVALHO, L. N.; LEMES, S. **Contabilidade Internacional para graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____.; COSTA, F M da. **Contabilidade Internacional**: aplicação das IFRS 2005. São Paulo: Atlas, 2009.

COELHO, C U. S.; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade: Abordagem contextual, histórica e Gerencial.**São Paulo: Atlas, 2010.

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 01 – Redução ao valor recuperável de Ativos.** Aprovado pela Deliberação CVM n° 527, de 01.11.07. Internet: <<http://www.org.br>>. Acesso em 29 dez. 2015.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 04: Ativo Intangível.** Brasília 3 de outubro de 2008. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_04.pdf. Acesso em 06 nov. 2015.

Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

HENDRIKSEN, S.; VAN BREDA, M F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IASB (Internacional Accounting Standards Board) através da IAS (Internacional Accounting Standards).

IUDÍCIBUS, S de, et al. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades.** 2ªed. São Paulo 2013.

_____. **Teoria da Contabilidade.** 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KAYO, E K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas.** Tese (Doutorado em Administração) - FEA/USP, 2002.

LOPES, L. C.; ALVES, N. M.; SILVA, L. L.; MONTEIRO, J. A. M.; LAGIOIA, U. C. T.; CORDEIRO, P. C. **Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na bolsa de valores do Brasil ao CPC 04.** Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280, v.15, n. 1, 2014.

MARTINS, G de A; THEÓPHILO, C R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** São Paulo. Atlas. 2007.

NIYAMA, J. K.; Silva, C. A. T. **Teoria da Contabilidade.**3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

O'BRIEN, J.A.; MARAKAS, G.M. **Administração de Sistemas de Informação.** Uma introdução. 13 ed. São Paulo: McGrawHill, 2008

PEREZ, M M; FAMÁ, R. Ativos Intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista de**

Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo, n 40, p.7-24, Jan.- abr.2006.

REZENDE, D A. **Tecnologia da informação**: integrada a inteligência empresarial.São Paulo: Atlas, 2002.

SCHMIDT, P; SANTOS, J L dos. **Avaliação de Ativos Intangíveis**.2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ABSTRACT: With the globalized world and the competitive market, intangible assets become more important in the business world, because it is a key component to add value to the company. Considering the sector of information technology (IT) an important branch when evaluating intangible assets, and there are few studies on the disclosure of intangible in this sector is that it has the choice of study. The work was the result of a literature review of the literature on the subject and document analysis in the financial statements in the sample entities. The overall objective of the study was to investigate the disclosure level of Intangible Assets in Brazilian companies in the information technology sector listed on the BM&FBOVESPA. The results showed that the surveyed companies, Bematech, and Linx went to that released more items of the checklist, so, those who had a higher degree of disclosure, with 84.61% of disclosed items. It was found that the companies that released the checklist items are part of the new market of the BM&FBovespa. It became clear in the study that the companies in the survey have to improve the information provided in their statements.

KEYWORDS: Intangible Assets; Accounting Evidence (Disclosure); IAS 38.

CAPÍTULO X

ESTATÍSTICA DESCRITIVA APLICADA À ANÁLISE DE BALANÇOS

**Benedito Albuquerque da Silva
Reginaldo Brito da Costa
Michel Constantino de Oliveira
Ana Paula M. Campos
Nidia M. Guerra Gomes
Rosane Aparecida Kulevicz**

ESTATÍSTICA DESCRITIVA APLICADA À ANÁLISE DE BALANÇOS

Benedito Albuquerque da Silva

Reginaldo Brito da Costa

Michel Constantino de Oliveira

Ana Paula M. Campos

Nidia M. Guerra Gomes

Rosane Aparecida Kulevicz

RESUMO: Análise de Balanços é um dos ramos da Contabilidade que, segundo Sá, Hendriksen e Ludícibus, tem suas origens à partir da matemática. A Estatística é a parte da matemática em que se investigam os processos de obtenção, organização e análise de dados sobre os quais se possa fazer inferências. A Estatística Descritiva é um dos ramos da Estatística. Considerando que a Estatística e a Contabilidade são ciências que, desde suas origens relacionam entre si, a pesquisa identifica e analisa a aplicabilidade da Estatística Descritiva à Análise de Balanços, para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, e estudo de caso com Análise das Demonstrações Contábeis da Companhia Azaléia dos anos de 2009 a 2013. Partindo da discussão de Matemáticos, Estatísticos e Análistas de Balanços, foi feita a coleta e análise de dados e, na Análise de Balanços, calculados os principais índices e quocientes. Tais índices foram submetidos à análise da Estatística Descritiva. Conclui-se então que, quando se realiza a análise de balanços, aliando os números índices e quocientes da análise aos dados da estatística descritiva, o analista terá um incremento nas informações para melhor interpretação, ampliando o seu campo de visão. A partir da união dessas duas áreas de conhecimento, o poder informativo para as tomadas de decisões fica mais evidente, robusta e conduz às tomadas de decisões mais fundamentadas, facilitando o entendimento dos resultados da análise e contribuindo para a elaboração de relatórios conclusivos, com informações que subsidiam melhor as tomadas de decisões por parte dos gestores.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstrações Contábeis; Indicadores econômico-financeiros, Análise Descritiva.

1. INTRODUÇÃO

As bolsas de valores têm grande peso na economia mundial, principalmente nos países desenvolvidos, onde se encontram as principais bolsas de valores do mundo.

Buffet, M. e Clark, D. (2009) afirmam que é preciso entender de contabilidade e deve compreender as nuances dessa ciência. Esse é o idioma dos negócios, um idioma imperfeito, porém, a menos que esteja disposto a fazer o esforço de aprender contabilidade – como ler e analisar demonstrações financeiras –, não deveria escolher ações por conta própria.

A Contabilidade é a ciência social aplicada ao estudo e controle do

patrimônio das entidades, teve origem na ciência Matemática, quando em 1.494 o Frei franciscano Luca Pacioli publicou uma obra de Matemática que continha um capítulo sobre Contabilidade, a partir da qual a contabilidade passou a ter o status de ciência (Hendriksen e Breda, 1999).

A Análise de Balanços é o ramo da ciência contábil que trata da decomposição dos dados apresentados nas demonstrações contábeis, para fins de conhecimento sobre o desempenho da situação econômica, patrimonial, financeira, tendo como base os dados resultantes da aplicação das diversas fórmulas de análise, que ao final, produzirá informações úteis às tomadas de decisões dos diversos usuários da análise.

As Análises Contábeis são efetuadas, principalmente sobre os dados constantes no Balanço Patrimonial (relatório que apresenta o patrimônio da entidade como se fora uma fotografia) e a Demonstração do Resultado (resultado que apresenta a formação do resultado da empresa – lucro ou prejuízo).

A Estatística, é também um ramo da matemática que, segundo a ENCE (2015), é um conjunto de técnicas e métodos de pesquisa e análise de dados que entre outros tópicos envolve o planejamento do experimento a ser realizados, a coleta qualificada dos dados, a inferência, o processamento, a análise e a disseminação das informações.

Também é possível afirmar que a Estatística tem por objetivo fornecer métodos e técnicas para se lidar, racionalmente, com situações sujeitas a incertezas.

A ENCE (2015) também pondera que o crescente uso da Estatística vem ao encontro da necessidade de realizar análises e avaliações objetivas, fundamentadas em conhecimentos científicos. As informações estatísticas são concisas, específicas e eficazes, fornecendo assim subsídios imprescindíveis para as tomadas racionais de decisão. Neste sentido, a Estatística fornece ferramentas importantes para que as empresas e instituições possam definir melhores suas metas, avaliar sua performance, identificar seus pontos fracos e atuar na melhoria contínua de seus processos. Na prática, a Estatística pode ser empregada como ferramenta fundamental em várias outras ciências.

Os métodos estatísticos foram desenvolvidos ao longo do século XX como uma mistura de ciência, tecnologia e lógica para a solução e investigação de problemas em várias áreas do conhecimento humano (Stigler, 1986).

A direção de uma empresa, de qualquer tipo, incluindo as estatais e governamentais, exige de seu administrador a importante tarefa de tomar decisões, e o conhecimento e o uso da Estatística facilitarão seu tríplice trabalho de organizar, dirigir e controlar a empresa.

O relacionamento da Estatística com as demais ciências é cada vez mais intenso e importante. Os métodos estatísticos são largamente empregados em diversas áreas como, por exemplo, Genética, Economia, Ciências Sociais, Engenharias, Ciência da Educação, Administração, Ciência da Computação, Medicina, Biologia, Psicologia, etc. Com o advento da computação, a estatística teve um enorme crescimento e alcançou níveis nunca antes imaginados.

Atualmente, com o auxílio sempre crescente da informática, as aplicações da estatística se estendem a, praticamente, todas as áreas e subáreas do conhecimento. (Cordeiro, 2006).

Este artigo tem como objetivo principal, a aplicação da análise multivariada à análise das demonstrações contábeis, com o fim de obtenção de informações necessárias ao subsídio a tomadas de decisões por parte dos usuários, para tanto, serão utilizados os dados do grupo Azaléia, compreendendo o período de 2009 a 2013.

Para atingir os objetivos definidos foram analisadas as Demonstrações Contábeis da Cia Azaléia, disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), compreendendo os exercícios sociais de 2009 a 2013. Após a seleção dos demonstrativos, foram realizados os cálculos dos índices de análise dos balanços selecionados, posteriormente calculados os índices estatísticos, mais especificamente, a análise descritiva disponível no software Microsoft Excel. As informações foram levantadas no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sendo de acesso público. Foram selecionadas as Demonstrações Contábeis da empresa Azaléia S.A, dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais disponíveis - períodos de 2009 a 2013.

A escolha pela empresa Azaléia S.A se deu por ser uma empresa genuinamente brasileira e que, conforme notícias na mídia impressa e especializada no ramo, tem passado por dificuldades uma vez que enfrente a concorrência de produtos estrangeiros, principalmente aqueles provenientes do mercado asiático, mais especificamente, a China.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, são apresentados os resultados da Análise de balanços da empresa Azaléia S.A e, na sequência, será feita a aplicação da Estatística descritiva aos resultados dessa análise.

3.1 Quocientes de Análise

Os quocientes de análise selecionados para o estudo foram: A Análise de Liquidez, Endividamento, Rentabilidade, Grau de Alavancagem Financeira e Prazos Médios de rotação ou, índices de atividade.

A seleção de tais quocientes se dá por completarem o círculo da maioria das informações úteis e necessárias às tomadas de decisões por parte de diversos usuários, pois possibilitam ao mesmo tempo, a disponibilização de informações sobre a capacidade de pagamento, sobre o nível de endividamento, sobre a rentabilidade proporcionada pela empresa aos acionistas bem como, sobre os prazos médios resultantes das ações de compra e venda da empresa.

Tabela 1. Quocientes ou Índices de Liquidez.

ÍNDICES	LÍQUIDEZ			
	IMEDIATA	CORRENTE	SECA	GERAL
31/12/2009	0,1564	1,5136	1,2625	0,8783
31/12/2010	0,0829	1,4977	1,1407	0,9335
31/12/2011	0,0429	1,2741	0,8614	0,7144
31/12/2012	0,1006	1,1612	0,7568	0,6214
31/12/2013	0,0904	1,0960	0,7548	0,6723

Os índices de liquidez demonstram a capacidade de pagamento imediato, de curto, médio e longos prazos.

Com relação à Liquidez da empresa, nota-se que seus índices estão bem abaixo dos níveis considerados ótimos para as melhores empresas brasileiras, e que a empresa é totalmente dependente da venda de suas mercadorias para quitar suas obrigações de curto e longo prazo. Os índices também revelam, que a maior dificuldade com relação a quitação de suas obrigações com terceiros, está nas dívidas de longo prazo pois, a empresa não possui capital de giro, e para manter suas atividades está recorrendo continuamente a empréstimos de longo prazo. Associado a outros índices, nota-se que está dificuldade também se dá em função dos prazos de recebimento e pagamento que são extensos para primeiro e curtos para a segundo.

Tabela 2. Quocientes ou Índices de Endividamento

ÍNDICES	ENDIVIDAMENTO				
	GERAL (PART		ONEROSO/FIN.	QUALIDADE	PL (GRAU DE
	CAP	LONGO			
TERCEIROS)	PRAZO				
31/12/2009	0,7226	0,3323	0,1926	0,5401	2,6044
31/12/2010	0,6716	0,2818	0,2400	0,5804	2,0455
31/12/2011	0,8623	0,4355	0,3079	0,4949	6,2596
31/12/2012	0,9959	0,5164	0,3472	0,4815	242,4838
31/12/2013	0,8947	0,4141	0,3368	0,5371	8,4967

A empresa apresenta uma dependência de capital de terceiros. Houve uma considerável tomada de recursos nos últimos três exercícios. A composição do endividamento apresenta um quadro de redução a longo prazo entre 2012 e 2013, onde se verifica pagamentos de obrigações de longo prazo. Outrossim, seu grau de endividamento teve um aumento de 0,14% nos últimos cinco anos.

Tabela 3. Quocientes ou Índices de Rentabilidade.

ÍNDICES	RENTABILIDADE						
	Roi/taxa ¹	Pay back ²	TRPL ³	Payback ⁴	Bruta	Operacional	Líquida
31/12/2009	0,0851	11,7477	0,3068	3,2592	0,3132	0,3132	0,0857
31/12/2010	0,0750	13,3267	0,2285	4,3759	0,3081	0,3081	0,0620
31/12/2011	-0,2043	-4,8942	-1,4833	-0,6742	0,1369	0,1369	-0,2066
31/12/2012	-0,2239	-4,4663	54,5153	-0,0183	0,2283	0,2283	-0,2076
31/12/2013	-0,0999	-10,0056	-0,9491	-1,0536	0,2081	0,2081	-0,0955

Legenda: Retorno Investimento 1; Ativo 2; Retorno PL3; PL4.

Os índices de rentabilidade retratam que a empresa está em momento instável e que seus recursos são insuficientes para proporcionar giro ou financiar suas atividades. Houve retração no ativo não circulante e as vendas caíram em torno de 10%. Observou-se queda no lucro bruto.

Tabela 4. Quocientes ou Índices de Alavancagem.

ÍNDICES	GAF		
	RETORNO C/ USO CAP TERC	RETORNO S/ USO CAP TERC	GRAU DE ALAVAN FINANC
31/12/2009	0,2481	0,1392	1,7827
31/12/2010	0,2481	0,1392	1,7827
31/12/2011	-0,8511	-0,1171	7,2686
31/12/2012	-2,8165	-0,0999	28,1922
31/12/2013	-1,8212	0,0119	-152,7390

Nos últimos períodos houve alavancagem financeira desfavorável, pois não houve retorno. Os recursos de terceiros utilizados pela companhia estão consumindo o patrimônio líquido e não está contribuindo para gerar resultado para os acionistas. Os resultados apresentam-se negativos e em 2013 a empresa demonstra uma reação, com a redução do prejuízo, porém ainda continua com perdas.

Tabela 5. Quocientes ou Índices de Atividades ou Prazos Médios

ÍNDICES	ATIVIDADES						
	Giro de estoque	Giro do ativo total	Prazo renov estoque	Prazo recbm vendas	Ciclo operac.	Prazo pag compras	Ciclo de caixa
31/12/09	7,0760	1,2129	50,8765	101,0183	151,8948	31,2276	120,6672
31/12/10	7,0760	1,2129	50,8765	101,0183	151,8948	31,2276	120,6672
	5,3137	0,9681	67,7494	114,9714	182,7208	23,4795	159,2413
	4,2459	1,0152	84,7884	98,9364	183,7249	26,0852	157,6397

Os índices analisados evidenciam que os estoques no ano de 2009 eram vendidos 7 vezes e, em 2013, caíram para 4,4 vezes e, girando com perdas pois, os quocientes de rentabilidade, especificamente a margem líquida e ainda há o problema de trabalhar com alto volume de recursos de terceiros. O tempo de produção e venda chega há 181 dias, e as duplicatas a pagar estão com prazo de 29 dias, gerando uma defasagem desfavorável muito grande. Diante dos dados, pode-se concluir que a empresa precisa reformular suas estratégias, pois está financiando os clientes em 152 dias e, com recursos de terceiros que oneram os seus resultados.

3.2. Análise descritiva

Após os cálculos dos índices selecionados para análise de balanços, mediante a utilização do sistema Microsoft excel, chegou-se aos dados que serviram de base para composição da Amostra dos cálculos estatísticos.

O objetivo da Estatística Descritiva é resumir as principais características em um conjunto de dados fazendo uso de tabelas, gráficos e resumos numéricos. Descrever os dados pode ser comparado ao ato de tirar uma fotografia da realidade (Crespo, 2009).

A análise da estatística descritiva do Excel engloba o cálculo dos seguintes valores estatísticos: Média, erro padrão, mediana, moda, desvio padrão, variância da amostra, curtose, assimetria, intervalo, mínimo, máximo, soma e a contagem dos dados.

A média aritmética é considerada uma medida de tendência central e é bastante utilizada no dia-a-dia. Surge do resultado da divisão do somatório dos números dados pela quantidade de números somados.

Segundo CRESPO (2009:83), a média é utilizada quando se deseja obter a medida de posição que possui a maior estabilidade ou, quando houver necessidade de um tratamento algébrico ulterior.

O Erro Padrão avalia a precisão do cálculo da média populacional considerada na amostra.

A mediana, é o valor que se refere exatamente ao meio da amostra.

Conforme CRESPO (2009:94), a mediana é empregada quando se deseja obter o ponto que divide a distribuição em partes iguais ou, quando há valores extremos que afetam de uma maneira acentuada a média ou, quando a variável em estudo é salário.

Desvio Padrão é uma medida de dispersão que indica a regularidade de um conjunto de dados em função da média aritmética, também é possível dizer que o desvio padrão é o resultado positivo da raiz quadrada da variância.

Variância é uma medida de dispersão que indica o quão distante os valores estão da média, ou seja, baseia-se nos desvios em torno da média aritmética.

Curtose representa o grau de achatamento de uma distribuição em relação a uma distribuição padrão, denominada curva normal (curva correspondente a uma distribuição teórica de probabilidade).

Assimetria é o grau de desvio, ou afastamento da simetria, de uma distribuição

Intervalo ou amplitude total é a diferença entre o maior e o menor valor observado

Mínimo é o menor valor observado na amostra

Máximo é o maior valor observado na amostra.

Tabela 6. Estatística Descritiva aplicada aos Índices de Liquidez

	LIQUIDEZ			
	Imediata	Corrente	Seca	Geral
Média	0,094656	1,308513	0,955228	0,763992
Erro padrão	0,018268	0,085411	0,104209	0,060409
Mediana	0,090441	1,274133	0,861399	0,714374
Desvio padrão	0,040848	0,190985	0,233017	0,135079
Variância da amostra	0,001669	0,036475	0,054297	0,018246
Curtose	1,733258	-2,77407	-2,34394	-2,42176
Assimetria	0,582516	0,152769	0,615552	0,435166
Intervalo	0,113429	0,417588	0,507706	0,312044
Mínimo	0,042943	1,095972	0,754778	0,621432
Máximo	0,156372	1,51356	1,262484	0,933476
Soma	0,473279	6,542564	4,776139	3,81996
Contagem	5	5	5	5

Com a análise descritiva nos índices de liquidez, fica evidente que a liquidez imediata está em média R\$ 0,0946 ou seja, em média, R\$ 0,10 esse quociente está próximo do índice das melhores empresas brasileiras, os demais quocientes, estão todos abaixo da média das melhores empresas brasileiras segundo Exame Melhores e Maiores (2015).

O erro padrão é baixo, o que leva o analista a concluir que em havendo alterações na série de dados, as variações não serão tão grandes. O intervalo entre mínimos e máximos são relevantes, o que leva a crer que o comportamento dos mesmos é bastante variável e não assimétricos.

Tabela 7. Estatística Descritiva aplicada aos índices de endividamento

	Endv Geral	Endv LP	Endv oneroso	Endv CP
Média	0,829411	0,396039	0,284901	0,526797
Erro padrão	0,058891	0,040915	0,02969	0,017647
Mediana	0,862252	0,414133	0,307902	0,537126
Desvio padrão	0,131685	0,091489	0,06639	0,03946
Variância da amostra	0,017341	0,00837	0,004408	0,001557
Curtose	-1,60937	-0,88056	-1,62307	-1,01698

Assimetria	-0,03989	0,03408	-0,68685	0,214859
Intervalo	0,324248	0,234565	0,154559	0,09891
Mínimo	0,671645	0,281836	0,192641	0,48147
Máximo	0,995893	0,516401	0,3472	0,58038
Soma	4,147054	1,980195	1,424506	2,633986
Contagem	5	5	5	5

Na média, o Endividamento Geral é potencialmente elevado e na média, concentra-se no curto prazo sendo o endividamento oneroso em torno de R\$ 0,30. Assim como na liquidez, o erro padrão é pequeno e a mediana dá uma visão melhor do comportamento dos índices de endividamento. Os dados são simétricos e os intervalos estão todos abaixo de 0,50.

Tabela 8. Estatística Descritiva aplicada aos índices de Rentabilidade

	RETORNO						
	TRI	TEMPO TRI	TRPL	TEMPO TRPL	MB	MO	ML
Média	-0,0736	1,141643	-11,28	1,177803	0,238918	0,238918	-0,07242
Erro padrão	0,066203	4,759757	10,81	1,104531	0,032994	0,032994	0,063202
Mediana	-0,09994	-4,46634	-0,94	-0,01834	0,228337	0,228337	-0,09548
Desvio padrão	0,148035	10,64314	24,18	2,469806	0,073777	0,073777	0,141323
Variância da amostra	0,021914	113,2764	584,67	6,099943	0,005443	0,005443	0,019972
Curtose	-2,98804	-2,88997	4,97	-2,55854	-1,13816	-1,13816	-2,95398
Assimetria	0,210063	0,421914	-2,23	0,623741	-0,36582	-0,36582	0,218059
Intervalo	0,30902	23,33229	54,82213	5,429479	0,176299	0,176299	0,293338
Mínimo	-0,2239	-10,0056	-54,5153	-1,05359	0,136874	0,136874	-0,20764
Máximo	0,085123	13,32669	0,306821	4,375889	0,313173	0,313173	0,085697
Soma	-0,368	5,708213	-56,4124	5,889017	1,194591	1,194591	-0,3621
Contagem	5	5	5	5	5	5	5

Na média, o retorno do investimento não é bom, está aquém daqueles considerados como os melhores índices segundo Exame Melhores e Maiores (2015). Porém, neste caso, o erro padrão é elevado devido a comparação entre valores positivos e negativos. A variância também é bastante variável e, os dados não são assimétricos, com grandes intervalos ele o mínimo e o máximo.

Tabela 9. Estatística Descritiva aplicada ao Grau de Alavancagem

	Alavancagem GAF
Média	-22,74254291
Erro padrão	32,86112494
Mediana	1,782711297
Modo	1,782711297
Desvio padrão	73,47970919

Variância da amostra	5399,267663
Curtose	4,599616629
Assimetria	-2,109022343
Intervalo	180,931207
Mínimo	-152,7389813
Máximo	28,1922257
Soma	-113,7127145
Contagem	5

Na média, o Grau de Alavancagem Financeira está revelando que os recursos de terceiros utilizados são prejudiciais à rentabilidade dos sócios. O erro padrão neste caso é grande, porém, a mediana traz uma visão melhor pois demonstra a situação próxima àquelas demonstrada pelos índices de que os recursos de terceiros ajudam a empresa a remunerar mais adequadamente seus sócios. O desvio padrão nesse caso também é considerável e a variância da amostra muito grande o que prejudicou o índice médio, pois os dados não são assimétricos.

Tabela 10. Estatística Descritiva aplicada aos Prazos Médios

	PRAZOS MÉDIOS						CICLO DE CAIXA
	Giro Estoque	Giro Ativo	PMRE	PMRV	Ciclo Operacional	PMPC	
Média	5,62	1,08	67,11	103,11	170,23	28,25	141,97
Erro padrão	0,61	0,05	7,21	2,99	7,50	1,52	8,79
Mediana	5,31	1,01	67,74	101,01	180,93	29,27	151,65
Modo	7,07	1,21	50,87	101,01	151,89	31,22	120,66
Desvio padrão	1,38	0,12	16,13	6,68	16,77	3,39	19,65
Variância da amostra	1,91	0,01	260,33	44,73	281,25	11,55	386,33
Curtose	-3,02	-3,16	-2,88	4,64	-3,31	-1,44	3,22
Assimetria	0,26	0,51	-0,01	2,13	-0,59	-0,70	-0,51
Intervalo	2,83	0,24	33,91	16,03	31,83	7,74	38,57
Mínimo	4,24	0,96	50,87	98,93	151,89	23,47	120,66
Máximo	7,07	1,21	84,78	114,97	183,72	31,22	159,24
Soma	28,13	5,41	335,59	515,57	851,16	141,29	709,87
Contagem	5	5	5	5	5	5	5

Os índices médios de giro e prazos médios estão próximos da mediana e esta nos dá uma visão mais próxima da realidade onde o giro do estoque é elevado porém o giro do ativo é baixo e isso, produz retornos pequenos como pode ser notado nos índices de rentabilidade. A empresa opera com prazo médio de recebimento maior que o de pagamento estando com ciclo de caixa desfavorável, tendo que buscar recursos de terceiros para financiar seu giro. Esses números apresentam-se erros consideráveis em relação à serie apresentada e o desvio

também é alto, proporcionando uma variância elevada e uma falta de assimetria entre os números. Os intervalos também são grandes quando comparados os mínimos e máximos da série.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de indicadores econômicos e financeiros, constata-se que a empresa está em dificuldades, no entanto, como vimos em seu histórico, percebemos que em fases anteriores a empresa também já esteve em situações, se não semelhante, mas, também de dificuldades. Tais conclusões são evidentes tanto nos quocientes de análise, quanto ficam mais claras quando se realiza uma análise mais acurada com a aplicação da Estatística Descritiva.

No entanto, através do desenvolvimento de algumas estratégias, foram tomadas medidas que contribuíram para que a empresa a Azaléia continue ainda hoje com seus produtos no mercado e dona de um ativo fixo considerável. Não é possível pressupor quais são os planos administrativos para a Azaléia, porém como a análise foi desenvolvida do ponto de vista contábil, é possível perceber que algumas mudanças devem ocorrer: como por exemplo: a redução dos custos, das despesas, da política de pagamentos e recebimentos, da margem líquida dos produtos, do financiamento do capital de giro da empresa entre outros

Quando se realiza a análise de balanços, busca-se traduzir, interpretar os números constantes nas Demonstrações Financeiras, principalmente Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, para uma linguagem que o usuário possa entender melhor os resultados.

Aliando os números índices e quocientes da análise aos dados da estatística descritiva, o analista terá uma ajuda considerável que o ajudará a melhor interpretar os índices e quocientes, dando um poder maior de análise, ampliando o campo de visão do analista, por exemplo, quando se analisa a média, a mediana e considera o desvio-padrão, bem como, a variância e assimetria da amostra.

Com a união das duas áreas de conhecimento, que ambas tiveram origem na matemática, o poder informativo para as tomadas de decisões fica mais evidente, mais robusta e conduz às tomadas de decisões mais fundamentadas, criando uma forma adicional para ajudar a entender melhor a dinâmica comportamental dos indicadores de análise, como também, contribui para a elaboração de relatórios conclusivos, com informações que subsidiam melhor as tomadas de decisões por parte dos gestores.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro comércio e serviços, industriais, bancos comerciais e múltiplos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BUFFET, M. e CLARK, D. (2009). Warren Buffet e a Análise de Balanços. São Paulo: Sextante, 2009.

HENDRIKSEN, E.S., BREDÁ, M.F. Theory of Accountability. 5th edn. (Chicago, IL:Irwin), 1999. 550p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 11^a Ed. São Paulo: Atlas. 2015.

<http://www.ence.ibge.gov.br/index.php/portal-sobre-estatistica/portal-sobre-estat-o-que-e-estat> - acesso em 15/05/2015

<http://www.famat.ufu.br/node/170> acesso em 15/05/2015

<http://www.exame.com.br/maioresmelhores2015>

SÁ, Antônio Lopes de. A Evolução da Contabilidade. São Paulo:Ed. IOB Thompson 2006.

_____, Antônio Lopes de. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas. 2006.

SILVA, Medeiros da Silva, SILVA, Elio Medeiros, GONÇALVES, Valter, MUROLO, Antônio Carlos. Estatística Para os Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. 2a ed, Vol 1 e 2. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1997.

STIGLER, STEPHEN M. The History of Statistics: The Measurement of Uncertainty Before 1900. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, USA, 1986.

TRIOLA, Mario F. Introdução a Estatística. 7^a ed – Rio de Janeiro: LTC , 1999.

ABSTRACT: Balance Sheet Analysis is one of the branches of Accounting that, according to Sá, Hendriksen and Iudícibus, has its origins from mathematics. Statistics is the part of mathematics in which the processes of obtaining, organizing and analyzing data on which inferences can be made are investigated. Descriptive Statistics is one of the branches of Statistics. Considering that Statistics and Accounting are sciences that from their origins relate to each other, the research identifies and analyzes the applicability of Descriptive Statistics to Balance Sheet Analysis, for which we used bibliographical research, and a case study with Analysis of Statements Azaléia's accounting data from the years 2009 to 2013. Starting from the discussion of Mathematicians, Statisticians and Balance Sheet Analysis, data collection and analysis was performed and, in the Balance Sheet Analysis, the main indices and quotients were calculated. These indices were submitted to the Descriptive Statistics analysis. It is concluded that, when analyzing balance sheets, combining the index numbers and quotients of the analysis with the data of the

descriptive statistics, the analyst will have an increase in the information for better interpretation, broadening his field of vision. From the union of these two areas of knowledge, the information power for decision making becomes more evident, robust and leads to more informed decision making, facilitating the understanding of the results of the analysis and contributing to the elaboration of conclusive reports, with information which better subsidize decision making by managers.

KEYWORDS: Financial Statements; Economic-financial indicators, Descriptive Analysis.

CAPÍTULO XI

EVOLUÇÃO DA CONDUTA SOCIAL DAS EMPRESAS: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

**Herivelton Antônio Schuster
Bradlei Ricardo Moretti
Roberto Carlos Klann**

EVOLUÇÃO DA CONDUTA SOCIAL DAS EMPRESAS: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Herivelton Antônio Schuster

Mestre em Ciências Contábeis – FURB

Docente da Universidade da Região de Chapecó - Unochapecó, Faculdade Mater Dei e Instituto Federal do Paraná - IFPR

E-mail: herivelton_schuster@hotmail.com

Bradley Ricardo Moretti

Mestre em Ciências Contábeis – FURB

Docente da Universidade Regional de Blumenau

Universidade Regional de Blumenau

E-mail: morettibrm@hotmail.com

Roberto Carlos Klann

Doutor em Ciências Contábeis – FURB

Docente da Universidade Regional de Blumenau

Universidade Regional de Blumenau

E-mail: rklann@furb.br

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi verificar a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social, por meio dos indicadores divulgados no balanço social, das empresas do setor elétrico brasileiro. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa. A população do estudo compreendeu todas as empresas do setor elétrico brasileiro listadas na BM&FBovespa, sendo a amostra composta por 23 empresas, as quais possuíam os dados necessários para análises. Os resultados evidenciaram que, quanto aos indicadores sociais internos e externos, as empresas com maior percentual de investimento em relação à sua receita líquida são as de maior porte. Porém, no que tange os indicadores internos, verificou-se que nenhuma destas empresas apresentou evolução nos investimentos no período analisado. Além disso, a maior parte do valor investido em indicadores externos é destinado ao governo por meio de tributos. Quanto aos indicadores ambientais, constatou-se que as empresas analisadas não evidenciaram investimentos pouco expressivos. É possível inferir que as empresas brasileiras do setor elétrico estão engajadas com a responsabilidade social corporativa, visto que muitas apresentaram investimentos expressivos. Em geral, os resultados apontam para um pequeno avanço nos investimentos em responsabilidade social para algumas empresas e retrocesso para a maior parte destas, principalmente aos destinados ao meio ambiente. Em resposta ao objetivo geral, de verificar qual a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social das empresas analisadas, conclui-se que, mesmo não sendo um número expressivo de empresas que divulgam o balanço social, poucas apresentaram evolução.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade social corporativa; Setor elétrico; Relatórios de sustentabilidade; Balanço social;

1. INTRODUÇÃO

A geração de lucros e capital, durante muitos anos, foi a principal preocupação das organizações, que por consequência obtinham do ambiente e da sociedade os insumos necessários para o alcance deste objetivo. No entanto, este cenário está se revertendo, visto que os movimentos sociais, reivindicando melhores condições de trabalho e redução das desigualdades sociais, têm aumentado gradativamente. Neste contexto, as empresas estão reinventando políticas com intuito de minimizar tais impactos (DIAS; SIQUEIRA, 2006).

Luca (1998) ressalta que uma das principais consequências a partir do desenvolvimento e crescimento das empresas, bem como da sociedade, foi a necessidade de reestruturação da contabilidade, que tem por objetivo mensurar as informações para responder a estas exigências. Desta forma, além do modelo tradicional de demonstrações contábeis, as informações, principalmente as de natureza social, passaram a ser mais evidenciadas para melhor atender seus usuários através do balanço social (LUCA, 1998).

Segundo Tenório (2006), a responsabilidade social nas empresas é uma prática atual e necessária, desde obtenção dos lucros até a incorporação de ações sociais ao plano dos negócios. Cesar e Silva Junior (2008) ressaltam que as práticas de responsabilidade social são visíveis há muito tempo, entretanto, a mensuração e avaliação do grau de responsabilidade social referente a cada empresa é complexa.

A Responsabilidade Social Corporativa é considerada um reflexo de uma boa gestão, que consegue visualizar que as necessidades não são apenas da empresa, mas sim de todos os envolvidos na sua atividade e às consequências decorrentes a ela (MULLENBACH; GOND, 2004). Conforme Souza e Pimmel (2013), além de lucratividade, a sociedade passou a pressionar e a exigir o compromisso para com as ações socioambientais das empresas.

Por consequência da pressão exercida pela sociedade, as organizações estão investindo no comprometimento com o desenvolvimento econômico e as responsabilidades sociais e ambientais. Isso acarreta na necessidade de divulgar as contribuições da empresa em relação à sua geração e distribuição da riqueza (KROETZ; NEUMANN, 2008).

Bushman e Smith (2003) inferem que a divulgação de cunho social é essencial e oportuniza a prospecção de investimentos pela empresa, também tem o papel de auxiliar os investidores a alocarem seus recursos de forma eficiente diante da diversidade de opções existentes no mercado. Neste sentido, o balanço social surgiu para suprir a limitação de divulgação exercida pela contabilidade financeira, sendo este a ferramenta utilizada para a evidenciação de informações de cunho social e ambiental (IBASE, 2015).

Além de incorporar e desempenhar ações sociais, as empresas visam evidenciá-las por meio do balanço social, demonstrando à sociedade que ela tem preocupações sociais. Neste sentido, na legislação contábil brasileira, o relatório da

administração é um dos meios previstos como forma de divulgação destas informações (BOFF, 2007).

Ademais, a importância de analisar a responsabilidade social das empresas do setor de energia elétrica reside no fato de que, por se tratar de um setor regulado, diferente de outros setores da economia, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica tem a obrigatoriedade de elaborar o Relatório de Responsabilidade Socioambiental, desde o exercício de 2007 e, encaminhar a agência reguladora, conforme Resolução Normativa 444 de 26 de outubro de 2001, revogada pela Resolução Normativa 605 de novembro de 2014, que aprovou o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Frente ao exposto, destaca-se a seguinte questão que norteia esta pesquisa: Qual a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social das empresas do setor elétrico brasileiro? Com o intuito de responder à questão apresentada, o objetivo desse estudo é verificar a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social, por meio dos indicadores divulgados no balanço social, das empresas do setor elétrico brasileiro.

Justifica-se este estudo em função de que a adoção de uma postura social e ecologicamente responsável está aumentando e é um tema discutido há décadas, representando um diferencial competitivo e tornando-se assim uma meta das empresas (PINTO, RIBEIRO, 2004). Além disso, segundo Healy e Palepu (2001), os estudos internacionais relacionados ao nível de investimento socioambiental nas empresas é um campo relativamente bem desenvolvido. Em contraste, no Brasil, verifica-se escassez de pesquisas com essa abordagem.

As contribuições do presente estudo consistem, também, na emergente necessidade de se prestar contas à sociedade no que tange aos investimentos e às atividades desenvolvidas pelas organizações, bem com, verificar se as empresas estão mantendo ou evoluíram seus investimentos em responsabilidade social.

Em particular, esta pesquisa amplia os estudos já realizados, como o de Pinto e Ribeiro (2004), que revisaram os conceitos e indicadores dos relatórios de sustentabilidade e balanço social; o de Ferraz e Scudeler (2009), que analisaram a evolução dos indicadores sociais e ambientais presentes no Balanço Social e das práticas de responsabilidade social; de Dal Magro et al. (2012), que identificaram o nível de responsabilidade social por meio dos indicadores divulgados no balanço social das empresas pertencentes ao programa “Em Boa Companhia” da BM&FBovespa; e o de Gonzaga et al. (2012), que avaliaram se o balanço social, divulgado no relatório anual, evidenciava aspectos de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto. Neste sentido, esta pesquisa focaliza não só análise de conceitos ou divulgações referentes à responsabilidade social das empresas, mas sim, se houve evolução do nível de investimentos em responsabilidade social divulgados e executados a cada exercício por companhias brasileiras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Responsabilidade Social Corporativa

Com o surgimento dos movimentos sociais que iniciaram na França, Alemanha e Inglaterra na década de 60, as pressões advindas da sociedade a respeito da responsabilidade social das empresas se tornaram mais intensas. As exigências tiveram alavancagem a partir do ano de 1977, em que a adoção do balanço social passou a ser obrigatória nas empresas francesas (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

Ashley (2010) infere que no Brasil, a responsabilidade social corporativa teve seu desenvolvimento a partir da década de 1990, em que surgiram os institutos e as fundações relacionados a essas questões, tais como o Instituto Ethos, Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Núcleo de Ação Social (NAS), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Associação de Empresários pela Cidadania (CIVES) e Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES).

Pinto e Ribeiro (2004) discorrem que a responsabilidade social é um tema amplamente discutido. Tem-se, neste sentido, que a empresa, além de ser um agente econômico, é também um agente social, visando a partir de suas atividades o bem-estar social. Contudo, seus objetivos devem ir além dos lucros e riquezas, devem ir ao encontro da preservação do meio ambiente, da manutenção de empregos, da contribuição para a formação profissional e da qualidade dos produtos e serviços que oferece ao mercado (PINTO; RIBEIRO, 2004; SOUZA; PFITSCHER; FREY, 2011).

Moscovici (2000) destaca que a responsabilidade social não está separada do negócio da empresa, no entanto, torna-se uma nova forma de gestão empresarial, impondo às organizações um maior compromisso para com o desenvolvimento do bem-estar da sociedade e à melhoria da comunidade. Desta forma, em suma, trata-se do cumprimento dos deveres de forma ética, assim como as obrigações dos indivíduos e empresas (HORTA; RAMOS; LIMA, 2011).

Vale ressaltar que toda empresa deve estar ciente de que sua responsabilidade social vai além da responsabilidade com seus clientes, ou seja, esta deve reconhecer a sociedade como parte interessada da própria organização (LONGENECKER, 1981). Além disso, conforme Karkotli (2008), a responsabilidade social da empresa é oriunda da ética praticada e aplicada às vivências diárias nas organizações. Para o autor, elas representam uma ferramenta que está aliada ao desenvolvimento social do país, unindo e estabelecendo vínculos entre o setor econômico, social e ambiental.

De acordo com Tupy (2008), para a empresa ter competências socioambientais faz-se necessário que esta seja transparente e confiável nas ações. Isso pode refletir em uma administração eficiente, contudo, a sua omissão

pode acarretar riscos à sua atividade, visto que as pressões externas e envolvimento pessoais se intensificam cada dia mais. Ressalta-se que o conceito de sustentabilidade está diretamente ligado à questão da responsabilidade social (TUPY, 2008).

Acerca de tantos conceitos, Oliveira (2005) infere que a responsabilidade social envolve uma gestão empresarial transparente e ética, refletindo na maneira como as empresas agem. Isso impacta no relacionamento entre as partes interessadas. Reflexos são visíveis também na governança corporativa e, conseqüentemente, nos resultados econômico-financeiros da empresa (OLIVEIRA, 2005).

2.2. Evidenciação da Responsabilidade Social Corporativa

A contabilidade é vista como um bem social e não apenas como uma técnica, pois exerce a função de instrumento de gestão social que promove mudanças (BURCHELL; CLUBB; HOPWOOD, 1985). De acordo com Aquino e Santana (1992), todo o sistema contábil é dependente de informações, sendo a evidenciação uma das suas áreas mais amplas. Para os autores, a evidenciação deve ser feita de forma transparente, ou seja, de forma que os dados ou informações nela contidos sejam entendíveis, compreendendo de imediato o que está sendo comunicado. Para Hendriksen e Van Breda (2007), a evidenciação incorpora as diferentes formas e métodos, cujo objetivo é a divulgação das informações de caráter financeiro de uma empresa, visto que estas permitem ter breve conhecimento acerca das políticas da empresa e o seu reflexo no segmento em que atua.

Segundo Mazzioni, Di Domenico e Zanin (2011), os relatórios sociais evidenciam as ações de responsabilidade sociais geradas a partir da atividade da empresa, bem como o envolvimento da empresa com a sociedade e os benefícios proporcionados para esta. Porém, a não obrigatoriedade da divulgação destas informações contribui para o abstencionismo no que tange aos relatórios sociais. Sancovski e Silva (2006) ressaltam que a evidenciação de informações sociais é considerada um meio das empresas transparecerem informações a respeito de suas atividades, comportamentos e ações, deixando claro seus valores e ideias em resposta aos fatores externos. Ainda tem-se que o objetivo dos relatórios de sustentabilidade é de evidenciar os impactos econômicos, ambientais e sociais de uma organização e demonstram a prática das ações de responsabilidade social e seus benefícios para a comunidade (OLIVEIRA et al., 2009).

Neste contexto, Moura et al. (2010) afirmam que muitos países utilizam modelos próprios de relatório, cujos conteúdos atendem às necessidades das empresas ou sociedade, ou seja, algumas priorizam os aspectos ambientais e outras os de cunho social. No Brasil, o Instituto Ethos (2007) designa que o modelo de balanço social mais utilizado é desenvolvido pelo IBASE, sendo este responsável pelas diretrizes de sua elaboração. Já o modelo mais disseminado universalmente

é o Global Reporting Initiative (GRI), no entanto, ambos têm como objetivo fomentar as informações no que tange à transparência e à gestão responsável das empresas.

Os relatórios de sustentabilidade são os meios de divulgações de informações socioambientais mais recentes, e neste aspecto o GRI se consolida como uma das referências mundiais. Para a Global Reporting Initiative (2015), os relatórios de sustentabilidade têm como propósito a mensuração, divulgação e prestação de contas para stakeholders internos e externos, quanto ao desempenho organizacional e sustentabilidade.

O modelo IBASE é composto por 51 indicadores que contém dados de dois exercícios anuais da empresa, além de informações quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações relevantes. Esses indicadores estão dispostos em sete grupos: i) Base de cálculo; ii) Indicadores sociais internos; iii) Indicadores sociais externos; iv) Indicadores ambientais; v) Indicadores do corpo funcional; vi) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial; e vii) Outras Informações;

Schenini (2005) assegura que, por meio do modelo de balanço social desenvolvido pelo IBASE, é possível verificar informações sobre a receita líquida, lucro operacional, folha de pagamento bruta, alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, auxílio creche, participação nos lucros e outros benefícios da empresa. No que tange ao aspecto social, estão contidas informações sobre tributos, contribuições para a sociedade, investimentos na cidadania, como educação e cultura, saúde e saneamento, habilitação, esporte e lazer, creches, alimentação e investimentos em meio ambiente.

Apesar de o estudo do balanço social ser recente no Brasil, é perceptível a disposição advinda das empresas em contribuir nos aspectos da sua elaboração e divulgação, pois este é utilizado pela contabilidade para disponibilização de informações úteis, verdadeiras e justas, e evidenciam a responsabilidade das empresas para com a sociedade (MAZZIONI; TINOCO; OLIVEIRA, 2007).

As informações publicadas pelas empresas por meio do balanço social devem demonstrar de forma transparente as políticas praticadas e o reflexo disto no seu patrimônio. Esta prática resulta em êxito para a empresa, visto que a responsabilidade social exige o rompimento de preconceitos por parte dos usuários (FERRAZ; SCUDELER, 2009).

2.3. Estudos Relacionados

Nesta seção apresenta-se um resumo dos principais estudos relacionados ao tema desenvolvidos com empresas brasileiras. Pinto e Ribeiro (2004) revisaram os conceitos e indicadores dos relatórios de sustentabilidade e balanço social. Avaliaram o conteúdo das informações que estavam sendo fornecidas pelas maiores indústrias do Estado de Santa Catarina. Os resultados evidenciaram que o Balanço Social estava se difundido, porém, as empresas na época não seguiam um

padrão e os indicadores eram divulgados de formas variadas. Também constataram a ausência de algumas informações relevantes, fazendo com que os Balanços Sociais deixassem de propiciar aos usuários uma utilidade mais ampla.

Oliveira (2005) investigou como as 500 maiores empresas S/A não-financeiras do Brasil estavam divulgando informações de caráter socioambiental e, se isso estava sendo efetuado de forma organizada. Para tanto, se utilizou dos balanços sociais publicados por estas empresas, mensurando a parcela de recursos que estas disponibilizaram para os setores socioambientais. Os resultados revelaram que quanto maior a empresa, mais informações eram publicadas no balanço social. Os resultados demonstraram que as empresas que mais publicavam estavam nos setores de atividades propícias a gerarem maiores impactos sociais e ambientais, como petróleo, eletricidade e gás. Concluíram que o processo de normatização propiciava maior qualidade e legitimidade aos balanços sociais.

Ferraz e Scudeler (2009) analisaram a evolução dos indicadores sociais e ambientais presentes no balanço social, as práticas da responsabilidade social e as vantagens de sua adoção e divulgação para as empresas e sociedade. Para tanto, utilizaram-se de 17 empresas brasileiras que publicaram o balanço social no período de 2001 a 2005. Constataram que as empresas que publicaram o balanço social evidenciavam maior compromisso com a questão da responsabilidade social. No entanto, os investimentos obrigatórios, sejam sociais ou ambientais, não eram mais constatados do que os investimentos voluntários. Outra observação foi que a margem de distribuição para a sociedade e meio ambiente era baixa, levando em consideração o aumento da riqueza das empresas.

Dal Magro et al. (2012) objetivaram identificar o nível de responsabilidade social por meio dos indicadores divulgados no balanço social das empresas listadas na BM&FBovespa em 18 empresas pertencentes ao programa “Em Boa Companhia” e, que publicaram o balanço social no ano de 2010 em seus respectivos sítios eletrônicos. Os resultados revelaram que eram poucas as empresas que publicavam o balanço social. Além disso, revelaram que os investimentos em indicadores ambientais eram consideravelmente inferiores aos indicadores internos e externos de responsabilidade social.

O estudo de Gonzaga et al. (2012) objetivou avaliar se o balanço social, divulgado no relatório anual, evidenciava aspectos de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto com ações negociadas na BM&FBovespa em 2011. Constataram que, quanto aos indicadores de responsabilidade social, o Banco do Brasil se destacou, seguido da Petrobrás. Destacaram também que o balanço social constante no relatório anual das empresas evidenciava parcialmente a responsabilidade social e era a melhor ferramenta de evidenciação. Contudo, a falta de obrigatoriedade do balanço social era prejudicial para a obtenção de informações consistentes.

Quintana et al. (2012) investigaram como eram evidenciados os investimentos ambientais em termos quantitativos das empresas que participavam do programa “Em Boa Companhia” da BM&FBovespa. Utilizaram para tanto o

balanço social e a Demonstração de Valor Adicionado - DVA, no período de 2009 a 2010. Constataram que as empresas, apesar de evidenciarem uma elevada carga tributária, investiam significativamente em seus colaboradores, sendo que isso refletia na questão social e ambiental. Concluíram que as empresas participantes deste programa apresentavam uma contribuição pouco expressiva nos assuntos ambientais e sociais.

Eidt et al. (2014) analisaram a evidenciação nos relatórios da administração dos projetos sociais das empresas que compõe o programa “Em Boa Companhia” listadas na BM&FBovespa no período de 2009 a 2011. Os resultados demonstraram que poucos dos projetos desenvolvidos pelas empresas estavam sendo divulgados nos relatórios da administração, bem como poucas empresas apresentaram projetos no programa “Em Boa Companhia”.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de responder o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa.

A população do estudo compreendeu todas as empresas do setor elétrico brasileiro listadas na BM&FBovespa. Já a amostra da pesquisa foi composta por todas as empresas que publicaram o Balanço Social nos seus Relatórios Anuais ou Relatório de Sustentabilidade em seus respectivos sítios no período de 2012 a 2014, os quais foram utilizados para a coleta dos dados. Foram excluídas da amostra as empresas que representam fundos de investimento e holdings.

Para as empresas que fazem parte de um grupo específico utilizou-se o balanço consolidado da controladora para coleta e análise os dados, porém, se as componentes deste grupo divulgam o balanço social em seus relatórios, as mesmas foram analisadas individualmente. Dessa forma, restaram para a composição da amostra deste estudo 23 empresas, como exposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Amostra do estudo

AMOSTRA DO ESTUDO		
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A	Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	ELEKTRO - Eletricidade e Serviços S/A
AES Tiete S/A	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás
Endesa (ampla e coelce)	Companhia Energética de São Paulo - CESP	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	Companhia Eletricidade Estado da Bahia - COELBA	Energisa S/A
Companhia Estadual de Distribuição Energia Elétrica - CEEE	Companhia Paranaense de Energia - COPEL	Light s/a
Companhia Estadual Geração Transmissão Energia Elétrica - CEEE	Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	Renova Energia S/A

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A	CPFL Energia S/A	Tractebel Energia S/A
Centrais Elétricas do Para S/A - CELPA	EDP - Energias do Brasil S/A	

Fonte: Dados da pesquisa.

Este estudo busca verificar qual a evolução no nível de investimentos em responsabilidade social, para isso, foram coletados os dados levando em consideração os grupos de indicadores propostos no modelo de Balanço Social do IBASE, exposto no Quadro 3.

Quadro 3- Indicadores do Balanço Social

Grupos	Informação
Base de cálculo	Informações financeiras: receita líquida; resultado operacional; folha de pagamento bruta.
Indicadores sociais internos	Investimentos obrigatórios e voluntários da empresa para atender ao corpo funcional: alimentação, encargos sociais; planos de previdência privada, saúde, medicina e segurança no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio creche; participação nos lucros ou resultado, e outros.
Indicadores sociais externos	Investimentos voluntários da empresa para a sociedade em geral: projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamentos de tributos e outros.
Indicadores ambientais	Investimentos realizados para mitigar ou compensar seus impactos ambientais. Projetos de melhoria ambiental: inovação tecnológica, educação ambiental.
Indicadores do corpo funcional	Relacionamento interno com seus empregados: criação de postos de trabalho, número de estagiários, diversidade: negros, mulheres, deficientes, negros em cargos de chefia.
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição de benefícios. Diretrizes e processos relacionados à gestão da responsabilidade social corporativa.
Outras Informações	Outras informações relevantes relacionadas a práticas sociais e ambientais.

Fonte: IBASE (2010).

A análise percorreu com base na receita líquida investida pela empresa para cada indicador. Os indicadores utilizados foram os internos (receita líquida em investimentos obrigatórios e voluntários da empresa para atender ao corpo funcional pela receita líquida total da empresa), externos (receita líquida em investimentos voluntários da empresa para a sociedade em geral pela receita líquida total da empresa) e ambientais (receita líquida em investimentos realizados para mitigar ou compensar seus impactos ambientais pela receita líquida total da empresa de cada empresa analisada), utilizou-se a receita líquida investida a cada um, de devido à disponibilidade dos dados, e também por esta ser utilizada como referência de evidenciação nos balanços sociais.

Quanto aos indicadores de corpo funcional, foram utilizados os dados

admissões, demissões e total de empregados ao final do período que são compostos pelo número de empregados ao final do período, admissões e demissões no período, número de empregados terceirizados, estagiários, aprendizes e empregados acima de 45 anos. O intuito é de verificar o turnover de cada empresa analisada. Para tanto, considerou-se a seguinte fórmula:

$$[(ADM + DEM)/2] / EMPFP$$

Onde:

ADM = admissões;

DEM = demissões;

EMPFP = total de empregados no final do período;

Por fim, para o cálculo do nível de investimentos em responsabilidade social de cada empresa da amostra, para cada ano analisado, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$(PRLII + PRLIE + PRLIA)$$

Onde:

PRLII = Percentual da receita líquida em relação aos indicadores internos;

PRLIE = Percentual da receita líquida em relação aos indicadores externos;

PRLIA = Percentual da receita líquida em relação aos indicadores ambientais;

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da análise do balanço social do período 2012 a 2014 das empresas brasileiras do setor elétrico listadas na BM&FBovespa, obteve-se os resultados expostos nesta seção. Inicialmente, expõem-se os dados referentes à receita líquida, indicadores internos, externos e ambientais. Na sequência, os indicadores do corpo funcional e os níveis de investimentos em responsabilidade social. Na Tabela 1 é evidenciado o total da receita líquida do para o período analisado.

Tabela 1 - Receita líquida

Receita Líquida*							
Empresa	2012	2013	2014	Empresa	2012	2013	2014
AES SUL	2.341.357	2.072.919	2.661.856	COPEL	8.532.217	9.180.214	13.918.517
AES Tiete	2.112.435	2.336.933	3.205.007	COSERN	1.418.335	1.383.176	1.587.674
ENDESA	7.485.085	7.635.755	9.450.500	CPFL Energia	15.055.147	14.633.856	17.305.942
CEMIG	18.460.375	14.627.280	19.539.578	EDP Energia	6.454.488	7.096.492	8.898.728
CEEE-D	2.188.950	2.263.719	2.849.004	ELEKTRO	3.569.543	3.549.334	4.762.814
CEEE-GT	952.863	735.508	589.207	Eletrobrás	30.328.161	24.995.825	30.244.854
CELESC	4.545.21	4.350.17	6.246.24	Eletropaulo	9.959.19	9.012.20	10.557.2

	4	3	3		8	7	79
CELPA	2.349.951	2.494.994	3.987.178	Energisa	2.919.079	2.857.772	8.279.559
CELPE	3.545.861	3.283.509	3.939.767	Light S/A	7.613.096	7.422.256	9.230.370
CEMAR	1.703.481	1.968.774	2.484.218	Renova	115.639	226.011	302.867
CESP	3.354.005	3.904.102	4.856.023	Tractebel	4.912.499	5.568.658	6.472.496
COELBA	5.813.614	4.984.637	5.544.191				

*Valor (Mil R\$)

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na Tabela 1, verifica-se que dentre as empresas que divulgaram seu balanço social, a maior receita líquida foi da empresa ELETROBRAS, nos três anos analisados, seguida da CEMIG. Já em relação a menor receita, tem-se a Renova e a CEEE, seguidas pela COSERN e a CEMAR.

Na Tabela 2 estão contidos os percentuais da receita líquida em relação aos indicadores internos.

Tabela 2 - Percentual da receita líquida em relação aos indicadores internos

Empresa	Percentual Receita Líquida			Empresa	Percentual Receita Líquida		
	2012	2013	2014		2012	2013	2014
AES SUL	2,74%	3,62%	2,75%	COPEL	18,96%	16,33%	10,49%
AES TIETE	1,86%	1,66%	1,11%	COSERN	2,56%	3,37%	3,45%
ENDESA	2,45%	2,36%	1,97%	CPFL ENERGIA	2,41%	2,48%	2,34%
CEMIG	4,16%	5,30%	4,17%	EDP ENERGIAS	2,54%	2,62%	2,11%
CEEE-D	7,46%	7,03%	6,20%	ELEKTRO	4,06%	3,92%	2,73%
CEEE-GT	10,87%	13,86%	19,17%	ELETROBRAS	9,87%	13,39%	10,77%
CELESC	5,62%	5,78%	4,29%	ELETROPAULO	5,83%	7,18%	5,98%
CELPA	1,56%	4,30%	2,13%	ENERGISA	5,05%	5,73%	5,18%
CELPE	2,34%	2,94%	2,54%	LIGHT S/A	1,70%	2,04%	1,50%
CEMAR	3,05%	3,12%	2,55%	RENOVA	5,75%	8,53%	9,51%
CESP	2,44%	2,11%	1,52%	TRACTEBEL	3,16%	2,98%	2,77%
COELBA	2,37%	2,76%	3,24%				

*Valor (Mil R\$)

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na Tabela 2 verifica-se que dentre as empresas que divulgaram seu balanço social, as com maiores percentuais da receita líquida em relação aos indicadores internos são a CEEE - GT, COPEL e ELETROBRAS. Já as que apresentaram menor percentual de investimento foram a AES Tiete S/A, Light S/A e CELPA.

Se comparado esse resultado com o porte, considerando a receita líquida, tem-se que a CEEE - GT está entre as duas menores empresas em relação à receita líquida, já a COPEL e ELETROBRAS estão entre as maiores. Há certa tendência de que as maiores realmente investem mais quanto aos indicadores

internos, porém com ressalva para a empresa CEEE – GT. No que tange as empresas com menor percentual de investimentos, verifica-se que realmente condizem com as menores receitas líquidas evidenciadas, com exceção à empresas Light S/A que está entre as de maior porte.

A Tabela 3 apresenta os investimentos das empresas em indicadores sociais externos em relação à receita líquida.

Tabela 3 - Percentual da receita líquida em relação aos indicadores externos

Empresa	Percentual Receita Líquida			Empresa	Percentual Receita Líquida		
	2012	2013	2014		2012	2013	2014
AES SUL	26,14%	19,63%	27,28%	COPEL	56,01%	40,35%	32,01%
AES TIETE	25,63%	19,05%	7,34%	COSERN	37,36%	37,19%	38,79%
ENDESA	53,12%	19,14%	35,02%	CPFL ENERGIA	41,05%	29,49%	28,48%
CEMIG	47,46%	39,02%	35,02%	EDP ENERGIAS	45,58%	37,42%	30,96%
CEEE-D	40,10%	31,67%	27,98%	ELEKTRO	37,04%	31,66%	32,22%
CEEE-GT	7,00%	3,35%	2,81%	ELETROBRAS	12,34%	14,30%	27,04%
CELESC	48,37%	47,88%	42,89%	ELETROPAULO	29,72%	27,61%	23,47%
CELPA	39,68%	3,37%	2,63%	ENERGISA	35,04%	30,43%	33,14%
CELPE	40,17%	40,76%	38,34%	LIGHT S/A	41,03%	41,82%	42,48%
CEMAR	48,48%	33,30%	27,89%	RENOVA	10,42%	10,13%	13,09%
CESP	24,26%	23,83%	27,12%	TRACTEBEL	23,68%	21,19%	18,73%
COELBA	38,01%	48,97%	37,27%				

*Valor (Mil R\$)

Fonte: Dados da pesquisa.

Entendem-se como indicadores externos a representação do compromisso das empresas com o bem-estar da sociedade. No entanto, vale ressaltar que dentre o total de investimentos em indicadores externos, grande parte é destinado ao governo, a partir dos tributos municipais, estaduais e federais.

Diante disso, pode-se perceber a partir da Tabela 3, que o investimento externo é mais elevado quando comparado com os internos. Neste contexto, as empresas que mais se preocuparam e investiram no período analisado foram a COPEL, Light S/A, EDP, CELESC, CELPE, COELBA, COSERN e CEMIG. Destas, destaca-se a empresa COSERN cujo porte é um dos menores dentre as empresas analisadas, e as demais empresas estão entre as de maior porte em quando verificadas sua receita líquida.

Constata-se ainda na Tabela 3 que a ENDESA apresentou uma redução nos investimentos em indicadores externos do ano de 2012 para 2013 (63,96%). Da mesma forma, a empresa CELPA teve a maior redução, sendo que de 2012 para 2013 reduziu os investimentos em indicadores externos em 91,50% e de 2012 para 2014 em 93,37%. As demais empresas não apresentaram discrepância significativa entre as porcentagens de investimento, no entanto a empresa LIGHT S/A manteve-se constante no período analisado, e em 2014 apresentou um crescimento de 3,41% em relação a 2012. A partir desses resultados é possível destacar que algumas empresas associam o negócio ao bem estar e compromisso com a sociedade enquanto outras os mantem apenas por certo período, reforçando

o conceito de Moscovici (2000) sobre responsabilidade social, em que esta não deve estar interligada ao negócio da empresa, tornando-se uma forma de gestão empresarial e impondo às empresas um maior compromisso para com o desenvolvimento do bem-estar da sociedade.

Os percentuais de investimento em relação aos indicadores ambientais estão expostos na Tabela 4.

Tabela 4 - Percentual da receita líquida em relação aos indicadores ambientais

Empresa	Percentual Receita Líquida			Empresa	Percentual Receita Líquida		
	2012	2013	2014		2012	2013	2014
AES SUL	0,98%	0,61%	0,41%	COPEL	3,21%	2,75%	2,37%
AES TIETE	0,49%	0,54%	0,40%	COSERN	0,86%	0,79%	0,94%
ENDESA	2,38%	0,95%	0,91%	CPFL ENERGIA	0,73%	0,66%	0,51%
CEMIG	0,88%	1,32%	0,27%	EDP ENERGIAS	0,69%	0,84%	1,40%
CEEE-D	0,69%	2,75%	0,28%	ELEKTRO	2,07%	1,97%	1,47%
CEEE-GT	0,47%	0,70%	0,61%	ELETRORBRAS	1,18%	1,69%	0,98%
CELESC	3,32%	5,01%	3,50%	ELETROPAULO	0,57%	0,95%	0,91%
CELPA	1,59%	0,79%	0,63%	ENERGISA	1,44%	1,78%	0,82%
CELPE	3,55%	5,64%	0,00%	LIGHT S/A	0,50%	0,52%	0,60%
CEMAR	1,84%	0,47%	0,66%	RENOVA	17,00%	4,10%	4,45%
CESP	0,77%	0,82%	0,79%	TRACTEBEL	1,15%	0,76%	0,72%
COELBA	1,55%	3,25%	1,22%				

*Valor (Mil R\$)

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se o fato de que as empresas analisadas não apresentaram um valor significativo de investimentos em indicadores ambientais, comparados a sua receita líquida, visto que a empresa que apresentou o maior percentual foi a Renova Energias. A empresa que apresentou o menor investimento da sua receita líquida em indicadores ambientais foi a AES Tiete, com 0,49% em 2012, 0,54% em 2013 e 0,40% em 2014. Os resultados verificados vão ao encontro do estudo de Dal Magro et al. (2012) pois, em relação aos indicadores ambientais, todas as empresas apresentaram baixos percentuais, exceto a Renova Energias, que demonstrou o maior percentual.

De forma geral, devido ao baixo percentual de investimentos em indicadores ambientais, os resultados deste estudo corroboram o evidenciado por Quintana et al. (2012), concluindo que as empresas apresentavam uma contribuição pouco expressiva nos assuntos ambientais e sociais. Na Tabela 5 são apresentados os indicadores de corpo funcional. Estes correspondem ao número de empregados ao final do período, admissões e demissões no período, número de empregados terceirizados, estagiários, aprendizes e empregados acima de 45 anos.

Tabela 5 - Indicadores de Corpo funcional (turnover)

Empresa	Turnover			Empresa	Turnover		
	2012	2013	2014		2012	2013	2014
AES SUL	14,31%	18,65%	16,21%	COPEL	6,78%	9,04%	2,89%

AES TIETE	16,35%	12,31%	7,00%	COSERN	6,38%	7,46%	10,76%
ENDESA	9,22%	7,41%	7,03%	CPFL ENERGIA	21,75%	21,78%	22,25%
CEMIG	2,07%	12,61%	2,74%	EDP ENERGIAS	11,62%	18,31%	9,54%
CEEE-D	4,84%	2,03%	2,80%	ELEKTRO	12,20%	11,37%	10,07%
CEEE-GT	3,38%	2,13%	5,55%	ELETROBRAS	8,11%	14,13%	2,75%
CELESC	3,30%	14,80%	6,80%	ELETROPAULO	16,50%	12,64%	9,59%
CELPA	4,99%	33,92%	7,70%	ENERGISA	14,74%	15,11%	13,86%
CELPE	9,95%	9,93%	9,23%	LIGHT S/A	10,08%	9,83%	9,68%
CEMAR	10,49%	9,81%	8,32%	RENOVA	5,73%	5,73%	3,75%
CESP	3,62%	13,15%	8,46%	TRACTEBEL	5,73%	5,73%	3,75%
COELBA	12,10%	8,42%	10,29%				

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da Tabela 5 constata-se que houve uma variação considerável de rotatividade dos funcionários (turnover) em algumas das empresas analisadas. A CPFL Energia apresentou o maior percentual de rotatividade, seguida da AES Sul. Mesmo diante destes percentuais, pode-se verificar que não foi significativo o número de demissões e admissões no período, visto que a maior parte das empresas apresentaram turnover baixo. Isso demonstra que as empresas estão conscientes de suas responsabilidades para com os colaboradores, e nesse sentido, Bohlander, Snell e Sherman (2004) ressaltam que a rotatividade nas empresas pode resultar em elevados custos, visto que, quanto maior o índice de rotatividade, maiores serão os custos com treinamento dos colaboradores que serão admitidos para prestarem serviços à empresa, o que muitas vezes, afeta na sua produtividade.

Na Tabela 6 apresenta-se a parcela da receita líquida em relação aos investimentos em responsabilidade social das empresas analisadas.

Tabela 6 - Receita líquida em relação aos investimentos em responsabilidade social

Empresa	Nível de Investimento			Empresa	Nível de Investimento		
	2012	2013	2014		2012	2013	2014
AES SUL	29,86%	23,86%	30,45%	COPEL	78,18%	59,43%	44,87%
AES TIETE	27,98%	21,25%	8,84%	COSERN	40,77%	41,34%	43,17%
ENDESA	57,96%	22,45%	37,90%	CPFL ENERGIA	44,18%	32,62%	31,33%
CEMIG	52,50%	45,64%	39,46%	EDP ENERGIAS	48,81%	40,88%	34,47%
CEEE-D	48,26%	41,45%	34,47%	ELEKTRO	43,17%	37,55%	36,42%
CEEE-GT	18,34%	17,91%	22,59%	ELETROBRAS	23,39%	29,38%	38,80%
CELESC	57,30%	58,67%	50,68%	ELETROPAULO	36,12%	35,74%	30,36%
CELPA	42,83%	8,46%	5,39%	ENERGISA	41,54%	37,93%	39,14%
CELPE	46,06%	49,34%	40,88%	LIGHT S/A	43,23%	44,39%	44,58%
CEMAR	53,37%	36,89%	31,10%	RENOVA	33,18%	22,76%	27,06%
CESP	27,48%	26,76%	29,44%	TRACTEBEL	27,99%	24,93%	22,21%
COELBA	41,92%	54,98%	41,73%				

Fonte: Dados da pesquisa.

O nível de responsabilidade social, exposto na Tabela 6, é verificado a partir da soma entre os percentuais de investimentos dos indicadores internos, externos e ambientais analisados no período. Com isso, é possível constatar que a COPEL é

a que apresentou o maior nível de investimento para dois anos analisados (2012 e 2013), porém, a mesma não apresentou evolução, visto que no ano de 2014 investiu 44,87% de sua receita líquida em indicadores sociais, ou seja, 33,31% a menos que no ano de 2012 e 14,56% em relação a 2013.

A CELESC apresentou evolução no período 2012/2013, estando entre as que mais investiram em indicadores sociais, com 57,30% e 58,67% respectivamente, no entanto, reduziu seu nível para 50,68% em 2014. No mesmo sentido, as empresas CEMIG, ENDESA, CEMAR, COELBA, CEEE-D, CPFL ENERGIA e EDP ENERGIAS apresentaram os maiores investimentos em pelo menos um ano analisado, mas não permaneceram em evolução nos demais anos.

Pode-se destacar a empresa Light S/A entre as que mais investiram em indicadores sociais e tiveram evolução para o período analisado. Ainda com evolução e níveis significativos de investimentos, destaca-se a COSERN, com investimentos de 40,77%, 41,34% e 43,17% no período 2012/2014.

Por fim, dentre as empresas que demonstraram evolução quanto aos investimentos em responsabilidade social, mas com menores níveis, pode-se destacar a ELETROBRAS com acréscimo de 20,39% no período 2012/2013 e de 24,28% no período 2013/2014. A CESP investiu 6,66% a mais no período 2012/2014 e a CEEE -GT que investiu 18,81% a mais no período analisado.

As demais empresas da amostra demonstraram inferioridade quanto ao nível de investimentos em indicadores sociais, bem como, gradativa redução deste no decorrer do período analisado, com destaque para as empresas AES TIETE com redução de 68,41% de 2012 para 2014 e a CELPA que reduziu seus investimentos em responsabilidade social em 87,42% no período.

Tal resultado contrasta-se com o de Ferraz e Scudeler (2009) demonstrando que as empresas que publicaram o balanço social demonstram certo compromisso com a questão da responsabilidade social. Corroborando ainda com os achados dos autores, percebe-se que os investimentos voluntários são pouco percebidos quando comparados aos obrigatórios, sejam de cunhos sociais ou ambientais. Fica evidente também que a margem de distribuição para a sociedade e meio ambiente é muito baixa se comparados ao aumento da riqueza das empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de verificar qual a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social, por meio dos indicadores divulgados no balanço social, das empresas do setor elétrico brasileiro, foi realizada uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa. Analisou-se o balanço social no período de 2012 a 2014 de uma amostra de 23 empresas que divulgaram seu balanço social no período analisado.

Os resultados evidenciaram que, quanto aos indicadores sociais internos a empresa com maiores investimentos em relação à sua receita líquida foi a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE GT,

seguida pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL. Em contraste, as empresas que apresentaram menor percentual de investimento foram a AES Tiete e a Light S/A. Há uma tendência de que as maiores empresas, considerando a receita líquida, realmente investem mais quanto aos indicadores internos, porém não pode ser generalizado.

Já em relação aos indicadores externos, as empresas em destaque, ou seja, com maiores investimentos são a Companhia Paranaense de Energia – COPEL seguida pelas empresas Light S/A, EDP - Energias do Brasil S/A, Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC. Vale ressaltar que nenhuma destas apresentou evolução nos investimentos em indicadores externos para o período analisado. A partir desses resultados é possível destacar que algumas empresas associam o negócio ao bem estar e compromisso com a sociedade enquanto outras os mantem apenas por certo período. As empresas com menor preocupação e investimento em indicadores externos foram a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE e a Centrais Elétricas do Pará – CELPA. Vale destacar que grande parte do valor investido em indicadores externos é destinado ao governo através de tributos.

Quando analisados os indicadores ambientais, foi possível verificar que as empresas analisadas não evidenciaram altos valores de investimento em indicadores ambientais. Neste sentido, a empresa que apresentou o maior percentual em relação à receita líquida foi a Renova Energias, seguida pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL e a Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC. Além disso, a empresa que menos destinou investimento da sua receita líquida em indicadores ambientais foi a AES Tiete. Os achados corroboram os de Dal Magro et al. (2012) e Quintana et al. (2012) em relação aos pouco expressivos investimentos em indicadores ambientais para todas as empresas.

Com base nos resultados, é possível inferir que as empresas brasileiras do setor elétrico estão engajadas com a responsabilidade social corporativa, visto que muitas apresentaram investimentos significativos. Contudo, percebe-se que há pouca evolução nos investimentos, que muitas das empresas analisadas mantiveram o nível de investimentos ou até mesmo reduziu, indicando que estão cumprindo apenas com as exigibilidades e não com investimentos adicionais em responsabilidade social, principalmente aos destinados ao meio ambiente.

Em resposta ao objetivo geral, de verificar qual a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social das empresas analisadas, conclui-se que, mesmo não sendo um número expressivo de empresas que divulgam o balanço social, poucas apresentaram evolução, mas num nível equilibrado, sendo que as empresas que apresentaram maiores níveis de investimento no período, não tiveram evolução.

De maneira geral, os resultados apontam para um pequeno avanço nos investimentos em responsabilidade social para algumas empresas e retrocesso para a maior parte destas. Além disso, as informações divulgadas são suficientes para se traçar um panorama desses investimentos, porém a contabilidade podem melhorar seus mecanismos para reconhecer e evidenciar tais práticas pelas

empresas.

Como limitação deste estudo, tem-se que, mesmo estando dentro de um mesmo setor da economia, ou seja, setor elétrico, as empresas possuem objetos distintos, empresas de distribuição, geração e transmissão de energia, assim, os objetivos e direcionamentos regulatórios podem impactar nos investimentos realizados quanto ao aspecto socioambiental.

Recomenda-se para novas pesquisas, a verificação de todas as empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, sendo possível verificar a evolução do nível de investimento em responsabilidade social entre os diversos setores de atuação das empresas. Vale aplicar o mesmo escopo, também, em empresas de outro país, a fim de comparabilidade dos resultados com este estudo.

REFERÊNCIAS

AL-TUWAIJRI, S. A.; CHRISTENSEN, T. E.; HUGHES, K. E. The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: a simultaneous equations approach. **Accounting, organizations and society**, v. 29, n. 5, p. 447-471, 2004.

AQUINO, W.; SANTANA, A. **Evidenciação**. Caderno de Estudos, São Paulo: FIECAFI, n. 5, p. 1-40, jun. 1992.

ASHLEY, P.A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva. 2ed, 2010.

BOFF, M. L. **Estratégia de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração em empresas familiares**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

BOHLANDER, G. W; SNELL, S.; SHERMAN, A. W. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BURCHELL, S.; CLUBB, C.; HOPWOOD, A. G. Accounting in its social context: towards a history of value added in the United Kingdom. **Accounting, organizations and Society**, v. 10, n. 4, p. 381-413, 1985.

BUSHMAN, R.; SMITH, A. Transparency, financial accounting information, and corporate governance. **FRBNY Economic Policy Review**, USA, v.9, n.1, p.65-87, 2003.

DA CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade**

& Finanças, v. 16, n. 37, p. 7-23, 2005.

DIAS, L. N. S.; SIQUEIRA, J. R. M. Análise da evolução qualitativa dos balanços sociais da Petrobras no período de 2000 a 2004. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2006.

EIDT, A.; FANK, O. L.; VOGT, M.; DEGENHART, L. Responsabilidade Social: Estudo nas Empresas Listadas no Programa em “Boa Companhia” da Bolsa de Valores BM&FBOVESPA. **Revista Conexão**, n. 1, p. 1-19, 2014.

FERRAZ, M. O.; SCUDELER, V. C. O balanço social como indicador da responsabilidade social empresarial. **Universitas**, n. 2, p. 11-35, 2009.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. 2006. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/NR/...D217.../G3_GuidelinesPTG.pdf>. Acesso em: 03 de Dez de 2015.

GONZAGA, F. M.; LIMA, L. A. S.; REBELO, L. M. B.; SOUZA, W. A. R. O Balanço Social e a Responsabilidade Social nas Empresas Brasileiras: Avaliação em Empresas de Capital Aberto. In: **Convibra Administração**. 2012. **Anais...** 2012.

HEALY, P.M.; PALEPU, K.G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, USA, v.31, n.1-3, p.405- 440, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HORTA, C. E. R.; RAMOS, F. R.; LIMA, L. Responsabilidade Social. **Abmes**, n. 5, p. 19-25, 2011.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanço Social**. Disponível em: <http://ibase.br/pt/prestando-contas/balanco-social/>. Acesso em 03 de Dez de 2015.

INSTITUTO ETHOS. **Guia de Elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/guia-de-elaboracao-do-balanco-social-versao-2007/#.VmTb7dIrLIU>. Acesso em 03 de Dez de 2015.

KARKOTLI, G. **Responsabilidade sócio ambiental**. 1. ed. Curitiba: Camões, 2008.

KROETZ, C. E. S.; NEUMANN, M. Responsabilidade social e a demonstração do valor adicionado. **Desenvolvimento em Questão**, v. 6, n. 11, p. 153-178, 2008.

LONGENECKER, J. G. **Introdução à administração: uma abordagem comportamental**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1981

LUCA, M. M. M. de. (1998). **Demonstração do valor adicionado: do cálculo a riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas.

MAZZIONI, S. **Delineamento de um modelo de balanço social para uma fundação universitária**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

MAZZIONI, S.; DI DOMENICO, D.; ZANIN, A. A evidenciação da prática corporativa de ações de responsabilidade social com o uso do balanço social. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 9, n. 27, p. 43-59, 2011.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P.; OLIVEIRA, A. B. S. Proposta de um modelo de balanço social para fundações universitárias. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 4, n. 3, p. 274-286, 2007.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MOSCOVICI, F. **Renascença Organizacional**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MOURA, A. A. F.; NASCIMENTO, F. S. P.; LUCA, M. M. M. **Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto sediadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil: um estudo com base nos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU**. Congresso Brasileiro de Custos, 2010.

MULLENBACH, A.; GOND, J. P. Les fondements théoriques de la responsabilité sociétale de l'entreprise. In: **Revue des Sciences de Gestion**. 2004. p. 93-116.

OLIVEIRA, J. A. P. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, 2005.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 21-34, 2004.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 21-34, 2004.

PONCHIROLLI, O. (2008) **Ética e responsabilidade social empresarial**. Curitiba: Juruá.

Portal Brasil.(2011) Índice geral de preços do mercado – IGP-M. Recuperado em: 19 out.2011, de: <<http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>>.

QUINTANA, A. C.; JACQUES, F. V. S.; MARTINS, A. S. R.; VALLE, P. R. P. C. A Evidenciação Quantitativa dos Investimentos Ambientais com o Auxílio do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado. **RICG - Revista Iberoamericana de Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 21, p. 1-17, 2013.

REIS, C.N., MEDEIROS, L.E. **Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas. 2007.

SANCOVSCHI, M.; SILVA, A. H. C. Evidenciação social corporativo: Estudo de caso da empresa Petróleo Brasileiro S/A. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, n. 1, p. 42-57, 2006.

SCHENINI, P. C.; CARDOSO, A. C. F.; RENSI, F. **Responsabilidade Social Corporativa**. In: SCHENINI, Pedro Carlos. (Org.). **Gestão empresarial sócio ambiental**. Florianópolis: Nova Letra, 2005. p. 35-60.

SOUZA, E. C.; PFITSCHER, E. D.; FREY, I. A. Balanço Social: uma análise dos indicadores sociais internos de uma empresa do ramo de pesquisa agropecuária no período de 2006 a 2010. 2011. In: XIV Semead – Seminários em Administração, São Paulo, **Anais...** 2011.

SOUZA, M. A.; PIMMEL, R. M. Análise de desempenho econômico e social: estudo do balanço social de empresas brasileiras/analysis of economic and social performance: study of social balance of brazilian companies. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 52, 2013.

TENÓRIO, O. F. G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. Editora FGV, 2015.

TINOCO, J. E. P. Balanço social e a contabilidade no Brasil. **Caderno de Estudos**, n. 9, p. 01-04, 1993.

TINOCO, J. E. P. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P. KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e gestão ambiental.
In: **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Editora Atlas. 3 ed. 2011.

TORRES, C. Responsabilidade social das empresas (RSE) e balanço social no Brasil.
In: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TREVISAN, F. A. Balanço social como instrumento de marketing. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

TUPY, O. Investimentos em meio ambiente, responsabilidade social e desempenho econômico-financeiro de empresas no Brasil. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. 6, n. 10, p. 73-86, 2008.

ABSTRACT: The objective of the present study was to verify the evolution of the level of investments in social responsibility, through the indicators disclosed in the social balance sheet, of companies in the Brazilian electric sector. For that, a descriptive, documentary and quantitative approach was carried out. The study population comprised all companies in the Brazilian electric sector listed on the BM&FBovespa. The sample consisted of 23 companies, which had the necessary data for analysis. The results showed that, with regard to internal and external social indicators, the companies with the highest percentage of investment in relation to their net revenue are those with larger size. However, with regard to internal indicators, it was verified that none of these companies showed any evolution in the investments during the analyzed period. In addition, most of the amount invested in external indicators is allocated to the government through taxes. Regarding the environmental indicators, it was verified that the analyzed companies did not show little expressive investments. It is possible to infer that Brazilian companies in the electricity sector are engaged with corporate social responsibility, since many have made significant investments. The results point to a small advance in the investments in social responsibility for some companies and regression for most of these, especially those destined to the environment. In response to the general objective of verifying the evolution of the level of investments in social responsibility of the companies analyzed, it is concluded that, although not a significant number of companies that publish the social report.

KEYWORDS: Corporate social responsibility; Electrical sector; Sustainability reports; Social balance sheet;

CAPÍTULO XII

PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL DEMANDADO PELO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO SUL DO BRASIL

**Silvana Dalmutt Kruger
Keizi Sacon
Sérgio Murilo Petri
Sady Mazzioni**

PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL DEMANDADO PELO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Silvana Dalmutt Kruger

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó);
Chapecó, Santa Catarina

Keizi Sacon

Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó);
Chapecó, Santa Catarina

Sérgio Murilo Petri

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
Florianópolis, Santa Catarina

Sady Mazzioni

Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó);
Chapecó, Santa Catarina

RESUMO: O estudo tem por objetivo identificar o perfil do profissional contábil demandado pelo mercado de trabalho da região Sul do Brasil. A pesquisa é realizada por meio da análise documental em anúncios de empregos divulgados em um sítio eletrônico de recrutamento e seleção de candidatos para vagas de atuação na área contábil. Após a identificação dos anúncios disponíveis durante o mês de julho de 2015, para os estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, foram analisados 926 anúncios de vagas para profissionais da área contábil. Os resultados do estudo permitem destacar quanto às vagas ofertadas que: 82,73% dos anúncios são para atuação em vagas de auxiliar; 6,05% para o nível de chefia; e, 11,20% para o cargo de gerência. Para o nível de auxiliar, a demanda de 34,99% das vagas é por profissionais que possuam experiência profissional específica na área contábil e 28,46% por conhecimentos em contabilidade geral e tributária. Em relação aos cargos de chefia, 53,57% das vagas demandam por contadores com conhecimentos em contabilidade geral e tributária. As vagas em nível de gerência apresentaram demanda mais abrangente: 27,88% das vagas são para os setores administrativo/financeiro; 18,27% para auditoria; 14,42% para o setor contábil; 13,46% para controladoria; e, 11,54% para o setor fiscal. De modo geral, os resultados evidenciam que o perfil requisitado pelo mercado de trabalho considera a formação na área contábil e a experiência profissional como critérios para a seleção dos profissionais da contabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Profissional contábil. Perfil do profissional contábil. Habilidades e competências do profissional contábil.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a responsabilidade dos profissionais contábeis frente às exigências fiscais vem aumentando cada vez mais. O sistema tributário tornou-se

mais complexo, exigindo mais dos profissionais que atuam no âmbito fiscal e tributário, bem como, o governo passou a ter maior controle das informações repassadas por meio de declarações acessórias obrigatórias (BENETTI; HEIN, 2010).

Diante do aumento das obrigações fiscais estabelecidas, o mercado passou a buscar por profissionais contábeis que atendam às exigências impostas e possam desempenhar o seu papel com responsabilidade e competência (CARVALHO; TOMAZ, 2010). Neste contexto, os profissionais contábeis tornam-se auxiliares da gestão das empresas, envolvidos no processo gerencial das organizações, conduzindo as decisões para a melhoria dos resultados (CONSENZA; ROCCHI, 2014).

Uma das preocupações empresariais é em relação ao aumento da concorrência e a adequação dos custos operacionais. Neste sentido, para as empresas com a pretensão de continuarem competitivas no mundo dos negócios, as informações geradas pela contabilidade tornam-se diferenciais empresariais, desde que geradas em tempo hábil para apoiar as estratégias de gestão (SOUZA; VERGILINO, 2012).

O principal produto fornecido pela contabilidade são as informações para o processo de tomada de decisão, sendo assim necessita-se de profissionais contábeis qualificados e dispostos a oferecer informações com precisão e veracidade aos usuários (ORO et al. (2009). Ainda, recentemente, o Brasil aderiu à convergência das Normas Internacionais de Contabilidade, a partir da emissão dos Pronunciamentos Contábeis, ocasionando à padronização dos relatórios contábeis e a forma de mensuração e evidenciação das informações. Tal condição trouxe novas oportunidades de qualificação e áreas de atuação para os profissionais contábeis, desde que busque por atualizações para atender as exigências normativas, tal condição passou a ser um diferencial para o currículo e para o reconhecimento profissional (GONÇALVES et al., 2014).

No contexto empresarial torna-se necessário que o profissional contábil, esteja atento as informações, não apenas aquelas voltadas ao passado, mas contribua com a projeção e o futuro para a empresa, evidenciando rumos que a mesma deve seguir e alternativas de controles. Tamer et al. (2013) destacam que também faz-se necessário conhecer o perfil, as habilidades e competências dos profissionais contábeis demandados pelo mercado de trabalho, para que se possa conhecer e adequar o currículo profissional as exigências do que o mercado de trabalho está procurando.

Diante das perspectivas apresentadas, este estudo procura responder a seguinte problemática de pesquisa: Qual o perfil do profissional contábil demandado pelo mercado de trabalho na região sul do Brasil? O objetivo do estudo é identificar o perfil do profissional contábil demandado pelo mercado de trabalho da região Sul do Brasil, por meio de anúncios de empregos divulgados em site de recrutamento e seleção de candidatos a vagas para atuação na área contábil.

Justifica-se a importância do estudo, ponderando contribuir para que os profissionais atuantes do mercado e os futuros profissionais identifiquem

habilidades e competências requeridas pelo mercado, identificando as demandas das organizações pode-se buscar capacitação e especialização nas áreas demandadas, bem como planejar a formação continuada em prol de melhorias no currículo profissional visando atender ao contexto das exigências empresariais.

A pesquisa encontra-se estruturada em cinco seções. Além desta introdução, apresenta-se a revisão da literatura que demonstra o perfil e as habilidades dos profissionais contábeis e estudos correlatos. Na terceira seção aborda-se a metodologia utilizada, na quarta seção contempla-se a análise dos resultados obtidos na pesquisa. Na quinta seção encontram-se as conclusões e recomendações do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste tópico contempla-se o contexto do perfil e habilidades requeridas pelos profissionais contábeis, além de estudos correlatos à temática estudada.

2.1 Perfil e habilidades do profissional contábil

A área contábil vem passando por diversas mudanças em sua estrutura, devido aos novos avanços que o mercado está impondo, exigindo o aprimoramento e a busca pela educação continuada por parte dos profissionais contábeis. Tais mudanças se referem tanto ao contexto normativo, como no âmbito fiscal e tributário, e exigem competência e qualificação para atender a demanda do mercado de trabalho (CARVALHO; TOMAZ, 2010; CONSENZA; ROCCHI, 2014).

Uma maneira de analisar as competências e habilidades dos futuros profissionais contábeis é observar o previsto pelo Conselho Nacional de Educação, disciplinado pela Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. Nesta resolução, fica evidenciada a estrutura de composição dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, visando preparar de maneira eficaz o graduando, a fim de atender as exigências impostas pela sociedade e pelo mercado de trabalho.

Neste sentido, torna-se necessário analisar as demandas específicas do mercado de trabalho. Em meio a estas necessidades foram realizados vários estudos e pesquisas, como a de Souza e Vergilino (2012), que buscou demonstrar a discussão sobre o perfil do contador pelo entendimento do significado de quais as competências e habilidades existem na construção do conhecimento e da atuação desse profissional. Para que isso seja realmente compreendido faz-se necessário analisar as restrições e delimitações de certas situações que o mercado abrange.

Similarmente, Benetti e Hein (2010) identificaram o perfil dos profissionais responsáveis pelas atividades típicas das empresas de serviços, demonstrando a correlação existente entre as atividades desempenhadas pelos setores da empresa de serviços contábeis. Ludícibus (2010) destaca que o número de bons

profissionais é escasso, sendo que poucos possuem condições de assumir posições de controladores, chefes de departamentos entre outros cargos que exigem mais habilidades do profissional, enquanto Kruger et al. (2013) destacam que o profissional contábil deve conhecer bem sua área e seus campos de atuação. Precisa de características múltiplas para atender às demandas dos usuários da contabilidade. Sendo que para isso ele não pode tornar-se aprisionado às restrições da profissão, é necessário que esteja disposto a contribuir com o seu aprendizado.

O estudo de Politelo et al. (2014), destaca a percepção que os concluintes do curso de Ciências Contábeis apresentam referente as oportunidades que o mercado dispõe, identificando a influência na formação universitária. Polli, Polli e Silva (2004 p. 45) “credita ao currículo contábil, a qualidade de fornecer habilidades, bases do conhecimento e as atitudes, itens necessário à obtenção de competências, pois ao avanço da Contabilidade, agregam-se novas exigências ao papel do contador”.

Souza e Ortiz (2006, p. 132) indicam que “o perfil professionográfico seja fundamentado em um conjunto genérico das especificidades, que poderão ser complementadas com requisitos pertinentes a região em que a instituição de ensino superior esteja inserida, de acordo com particularidades regionais”. Neste sentido, Laffin (2004) sugere que o profissional contábil tem um papel relevante decorrente da relação que estabelece entre os conhecimentos contábeis e destes com as demais áreas do saber, enfatizando sua importância no contexto empresarial e para o desenvolvimento econômico das instituições.

2.2 Estudos correlatos ao perfil do profissional contábil

Pesquisas anteriores como as de Oro et al. (2009), Ott et al. (2011), Borges e Vieira (2011), Silva e Ott (2012), Tamer et al. (2013), Lemes e Miranda (2014) evidenciam as diferentes áreas de atuação dos profissionais contábeis e as exigências impostas pelo mercado em busca de profissionais com qualificações amplas em diversos ramos de atuação.

Preocupados com o perfil dos futuros profissionais, Oro et al. (2009), investigaram o perfil das competências requeridas pelo mercado nacional para o profissional de Controladoria nos níveis operacional, gerencial e estratégico, segundo a óptica dos sites especializados de seleção e recrutamento. A coleta de dados ocorreu em agosto e setembro de 2006. Na análise dos dados, buscou-se identificar, nos anúncios pesquisados, profissionais vinculados à área de Controladoria nos níveis operacional, gerencial e estratégico. Os resultados da pesquisa demonstram que predomina a busca por profissionais no nível operacional pelas empresas de pequeno porte e estratégico para as de grande porte. Constatou-se que as ofertas de trabalho buscam profissionais de Controladoria com conhecimentos específicos em diversas áreas. Para os anúncios de oferta de trabalho em análise, percebe-se correspondência entre as

competências percorridas no referencial teórico e o perfil desejado pelo mercado de trabalho.

A pesquisa de Ott et al. (2011), comparou a percepção de estudantes de cursos de Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, e de profissionais da Contabilidade quanto aos conhecimentos, habilidades e métodos de ensino-aprendizagem considerados como mais importantes para a atuação do contador no mercado de trabalho. O estudo contou com uma amostra de 1.710 sujeitos: 769 estudantes matriculados em cursos de graduação em Ciências Contábeis em IES brasileiras e 941 contadores registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade de várias regiões brasileiras, que responderam ao questionário desenvolvido por Lin, Xiong e Liu (2005) sobre a importância atribuída pelos respondentes aos quesitos conhecimento, habilidades e métodos de ensino-aprendizagem. Os resultados encontrados evidenciaram maiores níveis de importância percebida pelos profissionais nos quesitos investigados. Comparativamente com a China e com os EUA, os escores dos profissionais brasileiros são sempre maiores para as três dimensões (conhecimentos, habilidades e métodos). Os estudantes brasileiros em comparação com os chineses, de forma geral, também atribuem maior importância para as três dimensões analisadas.

No entanto tem-se a necessidade de evidenciar as capacidades oferecidas pelos profissionais contábeis. Neste interesse, Borges e Vieira (2011) apresentam os resultados de uma pesquisa de caráter experimental sobre sinalização e projeção na contratação de serviços profissionais, tendo como objetivo verificar se profissionais e estudantes de contabilidade estão dispostos a desobedecer a regras éticas, fiscais e societárias frente a uma oportunidade de trabalho e salário. A coleta de dados foi realizada no período de 23 de abril a 25 de maio de 2009, numa amostra de 154 pessoas. Para o experimento foram utilizados dois instrumentos, utilizando 4 indicadores de varredura ética, construído a partir de atos práticos realizados por profissionais em contabilidade. Por esse índice foram analisadas as relações de dependência entre as variáveis constantes dos instrumentos, descritivamente, observou-se que níveis de intensidade elevados quanto a participação de profissionais e estudantes de contabilidade em atos contrários a normas éticas e fiscais.

Souza e Vergilino (2012) investigaram a aderência existente entre os conteúdos oferecidos por Instituições de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Sul e os requisitos do mercado de trabalho do profissional contábil. A coleta de dados, feita no 2º semestre de 2010, utilizou questionário, endereçado aos coordenadores de cursos de Ciências Contábeis do RS, e a seleção de anúncios de trabalhos publicados por recrutadores na Revista Exame (período de janeiro 2008 a dezembro 2009). A análise das ofertas de trabalho revela a procura por profissionais que apresentem amplos conhecimentos técnicos, habilidades pessoais e atitudes inovadoras. De outra parte, o resultado da análise das matrizes curriculares detalhadas pelos coordenadores de curso evidencia existirem IES que não contemplam alguns conhecimentos básicos e várias competências requeridas

pelo mercado.

Silva e Ott (2012) analisaram a interação da pesquisa científica com a prática da profissão contábil. Os dados foram analisados mediante a técnica estatística de análise fatorial do tipo R, resumindo-os em fatores para a posterior análise, validados por meio dos testes Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e Bartlett de esfericidade. Concluiu-se que, em razão das diferentes naturezas, é natural certo distanciamento entre a pesquisa e a prática contábil. No entanto, esse pode ser minimizado, entre outros fatores, pelo grande interesse dos profissionais em conhecer e aplicar os resultados de pesquisas na prática, e, ainda, pela confirmação de que os temas mais pesquisados na área contábil correspondem aos temas de maior interesse na opinião dos profissionais contábeis.

O estudo de Tamer et al. (2013) identificou o perfil do profissional contábil demandado pelo mercado de trabalho do Norte do Brasil, segundo os anúncios de emprego divulgados em sites de recrutamento e jornais de grande circulação. A amostra considerou 690 anúncios de vagas de emprego para profissionais da área contábil, sendo que 66% eram destinados a cargos auxiliares, 22% a cargos de chefia e 11% a cargos de gerência. Os resultados indicam que por meio do ranking dos conhecimentos e habilidades mais exigidos, que o mercado de trabalho do Norte brasileiro demanda por um profissional eclético, com uma gama de conhecimentos e habilidades, contudo priorizam os conhecimentos voltados à parte operacional e dão menor ênfase aos conhecimentos ligados à tomada de decisão.

Frente às mudanças da atuação profissional, Lemes e Miranda (2014) verificaram o grau de importância que os profissionais da contabilidade atuantes no Triângulo Mineiro atribuem às habilidades preconizadas pela International Education Standards 3, da IFAC - International Federation of Accountants. Aplicaram um questionário a uma amostra composta por 126 profissionais da região do Triângulo Mineiro graduados em Ciências Contábeis. Pode ser constatado por meio da análise fatorial que os quatro fatores gerados agruparam itens de forma semelhante àquela preconizada pela IFAC, apontando aderência da International Education Standards 3 à realidade dos profissionais da amostra.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como descritiva realizada por meio de levantamento e análise documental predominantemente de cunho qualitativo, visando identificar o perfil dos profissionais contábeis demandado pelo mercado de trabalho da região Sul do Brasil, a partir de anúncios de emprego divulgados pelas vagas de recrutamento e seleção de profissionais para atuação na área contábil.

Quanto aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Para Silva (2003) a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações

entre as variáveis, podendo ser utilizado para elaboração à observação sistemática, como ocorre no processo de coleta e análise.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é de cunho documental, sendo que para o desenvolvimento da pesquisa foram analisados anúncios de agências de emprego e seleção de profissionais da região Sul do Brasil, comparando esses resultados com base nas ofertas, foram analisados os critérios para seleção dos candidatos às vagas. O site de pesquisa analisado foi o Indeed (www.indeed.com.br), acessado no período de 15 de julho de 2015 e 31 de julho de 2015, onde foram analisadas 926 vagas de emprego nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Justifica-se a escolha deste sítio eletrônico para a coleta de dados tendo em vista a quantidade de oferta de vagas disponíveis para análise.

O Quadro 1 apresenta os níveis hierárquicos dos cargos analisados.

Quadro 1: Níveis hierárquicos analisados

1- Gerência	Gerência, Controller dentre outros cargos de gerência para profissionais de Contabilidade.
2- Chefia	Contador, Chefe, Encarregado, Supervisor e Técnico.
3- Auxiliar	Auxiliar, Assistente e Analista de contabilidade e setores relacionados, estagiário.

Fonte: Adaptado de PELEIAS et al. (2008); TAMER et al. (2013).

Observa-se no Quadro 1 os três níveis hierárquicos observados: (i) Gerência, (ii) Chefia e (iii) Auxiliar, observa-se que entre esses níveis contemplam-se diversas vagas relacionadas as áreas de atuação dos profissionais da contabilidade. O critério de análise foi o não probabilístico, por acessibilidade e oportunidade, assumindo o caráter de cunho qualitativo.

Após a identificação dos anúncios, os dados foram tabulados em planilhas, conforme os conhecimentos e habilidades exigidos por nível hierárquico; os conhecimentos demandados na área contábil; faixa salarial; escolaridade exigida; idiomas requisitados por nível hierárquico; áreas de atuação por nível hierárquico.

No Quadro 2 são indicados os conhecimentos e habilidades exigidas para cada categoria das vagas observadas.

Quadro 2: Conhecimentos e habilidade exigidas

1 - Experiência profissional	Abrange as ofertas de emprego que pedem experiência anterior na área.
2 - Contabilidade Geral e Tributária	Conciliação, análise contábil, elaboração das demonstrações contábeis, classificação, escrituração fiscal, apuração de impostos.
3 - Contabilidade Gerencial	Planejamento e controle, análise das demonstrações contábeis, elaboração de relatórios, controladoria, informação gerencial.
4 - Normas Internacionais de Contabilidade	MBA, IFRS, CPCs.
5 - Tecnologia da informação	Planilhas eletrônicas, envio de obrigações acessórias como Sped, Nota fiscal eletrônica, sistemas de ERP.
6 - Áreas não específicas da Contabilidade	Compras, Recursos Humanos, Contas a Pagar, Contas a Receber, Produção, Logística e Marketing.

7 - Outros	Conhecimentos e características não abordados acima: trabalhar em equipe, liderança, atuar sob pressão, apresentações, comunicação oral e escrita, possuir especialização ou MBA, CNH, disponibilidade, entre outros.
------------	---

Fonte: Adaptado de TAMER et al. (2013).

Observa-se no Quadro 2, as 7 categorias de análise observadas, após a coleta das vagas disponíveis no sítio eletrônico do estudo, elas foram classificadas e os resultados são apresentados em Quadros e Tabelas, visando proporcionar a identificação das características das vagas ofertadas e os conhecimentos demandados pelo mercado de trabalho do Sul do Brasil, quanto aos conhecimentos e habilidades requisitadas pelas vagas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise realizada considera os 926 anúncios disponíveis por Estado da região Sul do Brasil, os conhecimentos e níveis hierárquicos das vagas, os conhecimentos solicitados, bem como a faixa salarial das vagas.

Observa-se na Tabela 1, a identificação dos anúncios das vagas ofertadas por Estado, sendo que 290 localizam-se no Estado do Paraná, 225 em Santa Catarina e 411 no Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 1: Anúncios coletados por Estado

Estado	Fonte	Quantidade por Estado	Percentual das vagas (%)
Paraná	Indeed	290	31,32
Santa Catarina	Indeed	225	24,30
Rio Grande do Sul	Indeed	411	44,38
Total	Indeed	926	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 1, que 44,38% das vagas são do Estado do Rio Grande do Sul, 31,32% do Paraná e 24,30% são de Santa Catarina. Quanto aos conhecimentos exigidos pelo mercado de trabalho da região Sul do Brasil, por nível hierárquico entre as vagas disponíveis para atuação como Auxiliar, Chefia e ou Gerência, são evidenciados na Tabela 2.

Tabela 2: Conhecimentos e habilidade exigidos

Estado	AUXILIAR		CHEFIA		GERÊNCIA	
	%	Principais conhecimentos exigidos	%	Principais Conhecimentos exigidos	%	Principais conhecimentos exigidos
Paraná	82,07	Experiência profissional; Contabilidade Geral e Tributária;	6,55	Contabilidade Geral e Tributária	11,38	Contabilidade Geral e Tributária; Áreas não específicas da

		Tecnologia da Informação; Áreas não específicas da Contabilidade; Outros.				Contabilidade; Outros
Santa Catarina	81,33	Experiência profissional; Contabilidade Geral e Tributária; Áreas não específicas da Contabilidade; Outros.	9,78	Contabilidade Geral e Tributária; Contabilidade Gerencial; Outros	8,89	Experiência profissional; Contabilidade Geral e Tributária; Tecnologia da Informação
Rio Grande do Sul	83,94	Experiência profissional; Contabilidade Geral e Tributária; Áreas não específicas da Contabilidade; Outros.	3,65	Contabilidade Geral e Tributária	12,41	Contabilidade Geral e Tributária; Contabilidade Gerencial

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos anúncios coletados no Estado do Paraná, 82,07% referem-se ao nível de auxiliar, 6,55% ao de chefia e 11,38% ao de gerência. Em 31,72% das vagas eram exigidos conhecimentos referentes à contabilidade geral e tributária, 25,12% exigiam experiência profissional e 15,86% referem-se a áreas não específicas da contabilidade.

No Estado de Santa Catarina, 81,33% das vagas referem-se ao cargo de auxiliar, 9,78% ao de chefia e 8,89% para o nível de gerência. Dos conhecimentos mais exigidos em Santa Catarina em primeiro lugar encontra-se a experiência profissional com 44,89%, seguido de conhecimentos em contabilidade geral e tributária com 20,44% e com 14,67% outras especializações na área contábil.

Para o Estado do Rio Grande do Sul, 83,94% das vagas disponibilizadas são para auxiliar, para o nível de chefia são 3,65% e para gerência 12,41%. Contabilidade geral e tributária lidera o grupo dos conhecimentos exigidos com 30,90%, seguido pela experiência profissional com 28,22% e logo após destaca-se conhecimentos em tecnologia da informação com 11,44%.

4.1 Conhecimentos demandados na área contábil por nível hierárquico

Na Tabela 3 evidencia-se 3 as principais exigências demandadas por cada uma das 3 áreas analisadas, quando disponíveis para as funções de auxiliar, chefia ou gerência, considerando-se os principais conhecimentos exigidos pelo mercado

de trabalho para a região Sul do Brasil.

Tabela 3: Posição dos conhecimentos mais demandados por cargos

POSIÇÃO	AUXILIAR		CHEFIA		GERÊNCIA	
	Hab./conhecimento	%	Hab./conhecimento	%	Hab./conhecimento	%
1º	Experiência profissional	34,99	Contabilidade Geral e Tributária	44,64	Contabilidade Geral e Tributária	21,15
2º	Contabilidade Geral e Tributária	28,46	Experiência profissional	17,86	Contabilidade Gerencial	20,19
3º	Outros	12,14	Outros	16,07	Outros	17,31
4º	Áreas não específicas da Contabilidade	11,62	Contabilidade Gerencial	10,71	Áreas não específicas da Contabilidade	16,35
5º	Tecnologia da informação	9,66	Tecnologia da informação	7,14	Experiência profissional	11,54
6º	Contabilidade Gerencial	3,00	Áreas não específicas da Contabilidade	3,57	Tecnologia da informação	10,58
7º	Normas Internacionais de Contabilidade	0,13	Normas Internacionais de Contabilidade	0,00	Normas Internacionais de Contabilidade	2,88

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio Tabela 3 é possível notar que dentre os conhecimentos mais demandados para o cargo de auxiliar encontra-se a experiência profissional com 34,99%, seguido de conhecimentos em contabilidade geral e tributária com 28,46% e outros conhecimentos com 12,14%. Para o nível hierárquico de chefia, a contabilidade geral e tributária está em primeiro lugar na posição dos conhecimentos com maior demanda pelo mercado de trabalho, representando 44,64% dos anúncios pesquisados. A experiência profissional aparece posteriormente com exigência de 17,86% das vagas, seguidos de outros conhecimentos não referenciados, com 16,07%.

Da análise dos anúncios de emprego, observa-se que para a função de gerência os conhecimentos mais exigidos são de contabilidade geral e tributária com 21,15% e aparece a contabilidade gerencial, com o percentual de 20,19%. Nesta condição observa-se que há exigências como de conhecimentos em tecnologia da informação, normas de contabilidade outras aéreas não específicas da contabilidade.

Diante da coleta de dados, nota-se que os conhecimentos exigidos para áreas não específicas da contabilidade compreendem o 4º lugar no cargo de Auxiliar e Gerência e o 6º lugar para a função de Chefia. Dentre os conhecimentos não específicos da contabilidade que foram solicitados nas vagas, destacam-se os conhecimentos para a área de recursos humanos, contas a pagar e a receber, produção e marketing.

Em terceiro lugar, em todos os níveis hierárquicos, aparecem outros conhecimentos não mencionados anteriormente. Para o cargo de auxiliar

representa 12,14% dos conhecimentos demandados, já para o nível de chefia representa 16,07%, e para a gerência 17,31%. Observa-se de modo geral que as exigências entre as funções e vagas diferem em relação aos níveis hierárquicos das vagas ofertadas, sendo que os cargos de chefia e gerência os conhecimentos específicos em contabilidade aparecem como a principal exigência.

Na Tabela 4 observa-se a escolaridade exigida pelo mercado de trabalho segregado por nível hierárquico observado.

Tabela 4: Escolaridade exigida por nível hierárquico

AUXILIAR			CHEFIA			GERÊNCIA		
Escolaridade exigida	Qtde vagas	%	Escolaridade exigida	Qtde vagas	%	Escolaridade exigida	Qtde vagas	%
Ensino Médio Completo	14	1,83	Ensino Médio Completo	-	-	Ensino Médio Completo	-	-
Técnico em Contabilidade	17	2,22	Técnico em Contabilidade	-	-	Técnico em Contabilidade	-	-
Superior em Andamento	303	39,56	Superior em Andamento	-	-	Superior em Andamento	5	4,81
Superior Completo	432	56,40	Superior Completo	56	100	Superior Completo	99	95,19

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total de 926 anúncios analisados, 766 referem-se ao cargo de auxiliar, sendo que para este cargo a escolaridade mais exigida é a de formação em curso superior completo em Contabilidade, com 56,40%, seguido de curso superior em andamento com 39,56%. Pela análise dos anúncios foi possível observar que a vaga de auxiliar foi o único cargo que preencheu todos os níveis de ensino oferecido, isso devido a disponibilidade de vagas para pessoas iniciantes, mas ainda o maior número de vagas ainda prevalece para quem já está formado (curso superior).

Observa-se, de modo geral, que as exigências de escolaridade aumentam à medida que a função exige maiores responsabilidades, como no caso das vagas para chefia e gerência. Para o cargo de chefia, as vagas demandam maior conhecimento por parte dos candidatos, sendo que todas as vagas demandam de curso superior como escolaridade para as vagas ofertadas.

Do montante de 104 vagas ofertadas para o cargo de Gerência, 95,19% exigem que o candidato possuam curso superior completo e 4,81% que possibilitam que estejam cursando o curso superior em ciências contábeis. Tais resultados refletem que as vagas exigem em sua maioria formação em curso superior, exigindo maior conhecimento e vivência nas áreas afins por parte dos candidatos. Com a coleta de dados foi possível observar as exigências relacionadas aos idiomas (português e inglês), por nível hierárquico nos anúncios analisados, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5: Idiomas exigidos por nível hierárquico

AUXILIAR			CHEFIA			GERÊNCIA		
Idiomas exigidos	Qtde vagas	%	Idiomas exigidos	Qtde vagas	%	Idiomas exigidos	Qtde vagas	%
Inglês	36	4,70	Inglês	3	5,36	Inglês	8	7,69
Português	730	95,30	Português	53	94,64	Português	96	92,31

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelos resultados contidos na Tabela 5, nota-se que para todos os níveis hierárquicos analisados o idioma mais solicitado é o português, em alguns casos aparece o inglês.

É possível observar que do total de 766 vagas disponibilizadas para o cargo de auxiliar, apenas 36 exigiam o domínio ou conhecimentos básicos na língua inglesa. No nível de chefia foram ofertadas 56 vagas e desse montante apenas 5,36% exigiam que o concorrente falasse fluentemente inglês. O cargo de gerência aponta que das 104 vagas disponibilizadas apenas 8 demandavam que o candidato tivesse o domínio do inglês, embora percentualmente observa-se que 4,70%, 5,36% e 7,69% respectivamente, exigem inglês fluente, evidenciando que o idioma inglês é mais exigido para as vagas disponíveis aos cargos de chefia e gerência.

4.2 Áreas de atuação e remuneração das vagas por nível hierárquico

Na Tabela 6 é possível observar as demandas das áreas de atuação por nível hierárquico das vagas ofertadas pelo mercado de trabalho.

Tabela 6: Áreas de atuação exigidas por nível hierárquico

AUXILIAR			CHEFIA			GERÊNCIA		
Área	Qtde vagas	%	Área	Qtde vagas	%	Área	Qtde vagas	%
Administrativa Financeira	183	23,89	Administrativa Financeira	4	7,14	Administrativa Financeira	29	27,88
Auditoria	3	0,39	Auditoria	1	1,79	Auditoria	19	18,27
Contábil	268	34,99	Contábil	9	16,07	Contábil	15	14,42
Contador	2	0,26	Contador	30	53,57	Controladoria	14	13,46
Controladoria	15	1,96	Controladoria	2	3,57	Custos	3	2,88
Custos	20	2,61	Departamento Pessoal	2	3,57	Departamento Pessoal	6	5,77
Departamento Pessoal	77	10,05	Fiscal	8	14,29	Fiscal	12	11,54
Fiscal	182	23,76				Sistemas de Web	6	5,77
Sistemas de Web	7	0,91						

Outros	9	1,17		
--------	---	------	--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstrado na Tabela 6, percebe-se que das 766 ofertadas para o cargo de Auxiliar 268 estão relacionadas ao setor contábil, 183 dizem respeito à área administrativa e financeira, 182 ao departamento fiscal, e o restante estão distribuídas entre as áreas de controladoria, custos, departamento pessoal, sistemas, auditoria, contador e outros. Para o nível de chefia 53,57% das vagas são para contador, 16,07% para o setor contábil e outras 14,29% para o setor fiscal. As outras áreas ou setores que solicitaram candidatos são o setor administrativo e financeiro, auditoria, controladoria e o departamento pessoal.

O cargo de gerência tem uma demanda maior para a área administrativa e financeira, representando 27,88% das vagas ofertadas, seguido da demanda por auditores com 18,27% e 14,42% das vagas são para o setor contábil. As demais áreas solicitadas para este cargo foram a de controladoria, departamento fiscal, departamento pessoal e de sistemas.

4.3 Faixa salarial exigida por nível hierárquico

Para finalizar a análise, observou-se a remuneração das vagas ofertadas, nota-se por meio da análise da Tabela 7 a remuneração do profissional contábil ofertada pelo mercado de trabalho na região Sul do Brasil, considerando-se os 3 níveis hierárquicos observados.

Tabela 7: Remuneração oferecida por nível hierárquico

AUXILIAR			CHEFIA			GERÊNCIA		
Faixa salarial	Qtde vagas	%	Faixa salarial	Qtde vagas	%	Faixa salarial	Qtde vagas	%
Até R\$ 1.576,00	169	22,06	Até R\$ 1.576,00	-	-	Até R\$ 1.576,00	2	1,92
Entre R\$ 1.576,01 a R\$ 3.152,00	115	15,01	Entre R\$ 1.576,01 a R\$ 3.152,00	6	10,71	Entre R\$ 1.576,01 a R\$ 3.152,00	12	11,54
Entre R\$ 3.152,01 a R\$ 4.728,00	3	0,39	Entre R\$ 3.152,01 a R\$ 4.728,00	3	5,36	Entre R\$ 3.152,01 a R\$ 4.728,00	9	8,65
Acima de R\$ 4.728,01	4	0,52	Acima de R\$ 4.728,01	5	8,93	Acima de R\$ 4.728,01	10	9,62
A combinar	475	62,01	A combinar	42	75	A combinar	71	68,27

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelo exposto na Tabela 7, é evidente que a maioria dos anúncios não divulga o valor da remuneração para a vaga ofertada, isso nos três níveis hierárquicos analisados. A empresa busca conhecer o profissional no momento da entrevista e constatar qual é o salário que o candidato almeja. Do montante dos

766 anúncios analisados para o cargo de auxiliar, 22,06% oferecem um salário mensal de até R\$ 1.576,00, possivelmente pelas vagas disponíveis para este cargo ser para profissionais que ingressam no ramo da contabilidade, e depende de maior treinamento e aprofundamento de conhecimentos.

Já para o nível de chefia, 10,71% dos anúncios ofereciam ao profissional remuneração entre R\$ 1.576,01 a R\$ 3.152,00 mensais, e 8,93% das vagas oferecem remuneração acima de R\$ 4.728,01 por mês. Esse resultado é decorrente de que o cargo de chefia exige maior qualificação dos profissionais, e quanto maior a experiência profissional para o encargo, maior a remuneração ofertada para a vaga.

Por fim, analisa-se que o cargo de gerência é o que possui maior remuneração profissional, com 9,62% das vagas oferecem um salário acima de R\$ 4.728,01, pela análise dos anúncios foi possível observar que para este cargo o maior valor oferecido para o colaborador é de R\$ 11.000,00, devido à valorização que o profissional está tendo no mercado de trabalho. Não basta apenas estar atualizado é necessário que o candidato/profissional tenha um diferencial para obter maior êxito em sua carreira profissional.

Comparando-se este estudo com o realizado por Tamer et al. (2013), na região Norte do País, observa-se que para o cargo de auxiliar as demandas para os profissionais que possuam experiências são condizentes com os da região Sul. No caso da região Norte, 75% dos anúncios exigem experiência profissional enquanto na região Sul 34,99% destaca tal exigência. Pelos resultados empíricos, conclui-se que as empresas estão procurando profissionais com certo nível de conhecimento em determinadas áreas, possivelmente para reduzir custos e tempo de treinamento em capacitações. Já para o cargo de chefia, a região Norte demanda profissionais com experiência profissional em 83% dos casos, enquanto a região Sul procura profissionais que tenham conhecimentos em contabilidade geral e tributária. No cargo de gerência as habilidades demandadas na região Sul dizem respeito a contabilidade geral e tributária para 21,15% dos casos, comparativamente com a região Norte 82% dos anúncios buscam por profissionais que possuem conhecimentos em contabilidade gerencial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo identificar o perfil do profissional contábil demandado na região Sul do Brasil, por meio do site de recrutamento Indeed. A partir da análise das 926 vagas ofertadas, buscou-se analisar o perfil desejado pelo mercado de trabalho, e por meio da realização e elaboração de um ranking dos conhecimentos e habilidades mais demandados, nota-se que o mercado de trabalho primeiramente exige profissionais com formação em curso superior. Em relação aos cargos de gerência e chefia, procuram-se profissionais que possuam conhecimentos específicos, a exemplo da contabilidade geral e tributária.

A pesquisa destaca entre as exigências do mercado de trabalho a formação

em curso superior, sendo que para o nível de auxiliar 56,40% exigem curso superior; já pra os níveis de chefia 100% das vagas exigem formação superior, enquanto para as vagas em nível de gerência 95,19% exigem formação superior. Quanto ao idioma, observou-se entre 4,70% e 7,69% das vagas com exigência por inglês, sendo que proporcionalmente os cargos de chefia e gerência exigem tal conhecimento com maior incidência.

Por meio da análise dos anúncios observa-se que a grande maioria dos anúncios não disponibiliza a remuneração para os profissionais contábeis, para as vagas nos níveis de auxiliar, chefia e gerência o salário é a combinar para 62,01%; 75% e 68,27%, respectivamente. Para os cargos ou funções de auxiliar, 22,06% disponibilizam um salário de até R\$ 1.576,00 mensais; e 37,01% remuneram até R\$ 3.152,00. Para o nível de chefia, 10,71% ofertam um salário entre R\$ 1.576,00 a R\$ 3.152,00; e 8,93% acima de R\$ 4.728,00, e para o cargo de gerência com 11,54% disponibilizam renda entre R\$ 1.576,00 a R\$ 3.152,00, e outras 9,62% das vagas oferecem renda acima de R\$ 4.728,00.

É possível destacar que as áreas de atuação mais demandadas na região Sul do Brasil, para o cargo de auxiliar é o setor contábil com 34,99%, mas o setor administrativo-financeiro oferta 23,89%; o setor fiscal 23,76% e o departamento de pessoal 10,05% das vagas. Já para o cargo de chefia, 53,57% da demanda é para a função de contador, 16,07% para o setor contábil e 14,29% para o setor fiscal. Para o nível de gerência, as ofertas de vagas são mais abrangentes, sendo que 27,88% demandam por profissionais contábeis para atuar no setor administrativo e financeiro; 18,27% para auditoria; 14,42% para o setor contábil; 13,46% para controladoria e 11,54% para o setor fiscal.

Após a realização da investigação, pode-se analisar o perfil dos profissionais demandados na região Sul do Brasil e identificar as demandas do mercado de trabalho, a remuneração ofertada, as exigências por áreas e setores que possuem maior demanda por profissionais contábeis.

A recomendação sugerida para estudos posteriores é relacionar a formação dos profissionais que estão se formando na região Sul do Brasil nas instituições de ensino superior com as demandas solicitadas pelas empresas, visando comparar a demanda de habilidades das empresas com o perfil das habilidades de formação destes profissionais.

De modo geral, o estudo evidencia a importância da qualificação profissional, especialmente da atuação específica na área de formação, ou seja, a experiência em áreas afins da contabilidade é fator principal de análise nos processos de seleção das vagas ofertadas pelo mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P.; MENDONÇA NETO, O. R.; YAYLA, H. E.; OKIMURA, R. T. Conduta ética dos profissionais da Contabilidade no Brasil: a prática da Parrhesia. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 5, n. 3, p. 377-404, 2012.

ARAÚJO, J. G. R.; CALLADO, A. L. C.; CAVALCANTI, B. S. Habilidades e competências do controller: um estudo com alunos de cursos de pós-graduação em controladoria. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 13, n. 38, p. 52-64, 2014.

BENETTI, J. E.; HEIN, N. Perfil dos profissionais responsáveis pelas empresas de serviços contábeis em Chapecó/SC e as regressões e correlações canônicas entre as atividades. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 9, n. 25, p. 65-81, 2010.

BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BORGES, E. F.; VIEIRA, E. T.; SILVA, C. A. T. Sinalização no contexto contábil: práticas de screening na contratação de serviços profissionais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 16, n. 1, art. 7, p. 97-114, 2011.

CARVALHO, J. R. M.; TOMAZ, F. A. S. Qualidade em serviços contábeis: um estudo nas empresas do setor de comércio varejista de material de construção. **Revista Alcance**, v. 17, n. 2, p. 192-204, 2010.

COSENZA, J. P.; ROCCHI, C. A. Evolução da escrituração contábil: desenvolvimento e utilização do Sistema Ficha Tríplice no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 1, p. 2-23, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à teoria da contabilidade para nível de graduação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KRUGER, S. D.; MAZZIONI, S.; RESENDE, A.; GUBIANI, C. A.; ZANIN, A. O perfil desejado do egresso dos cursos de ciências contábeis das universidades de Santa Catarina. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 12, n. 34, p. 40-52, 2013.

LAFFIN, M. Projeto Político-Pedagógico nos cursos de ciências contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 2, n. 148, p. 85-97, 2004.

LEAL, E. A.; MIRANDA, G. J.; ARAÚJO, T. S.; BORGES, L. F. M. Estereótipos na Profissão Contábil: a opinião de estudantes e do público externo no Triângulo Mineiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 1, p. 134-153, 2014.

LEMES, D. F.; MIRANDA, G. J. Habilidades profissionais do contador preconizadas

pela IFAC: um estudo com profissionais da região do triângulo mineiro. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 7, n. 2, p. 293-316, 2014.

MACHADO, V. S. A.; NOVA, S. P. C. C. Análise comparativa entre os conhecimentos desenvolvidos no curso de graduação em Contabilidade e o perfil do contador exigido pelo mercado de trabalho: uma pesquisa de campo sobre Educação Contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 2, n. 1, p. 1-23, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, A. C. L.; ASSIS, A. I. R.; SILVA, D. M.; OLIVEIRA NETO, J. D. Percepção dos discentes e docentes acerca da honestidade acadêmica em um curso de Ciências Contábeis. *Revista Economia & Gestão*, v. 14, n. 34, p. 86-118, 2014.

ORO, I. M.; DITTADI, J. R.; CARPES, A. M. S.; BENOIT, A. D. O perfil do profissional de Controladoria sob a óptica do mercado de trabalho brasileiro. *Pensar Contábil*, v. 11, n. 44, art. 1, p. 5-15, 2009.

OTT, E.; CUNHA, J. V. A.; CORNACHIONE JUNIOR, E. B.; LUCA, M. M. M. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 22, n. 57, art. 7, p. 338-356, 2011.

PIRES, C. B.; OTT, E.; DAMACENA, C. “Guarda-Livros” ou “Parceiros de Negócios” Uma análise do perfil profissional requerido pelo mercado de trabalho para contadores na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). *Contabilidade Vista & Revista*, v. 20, n. 3, p. 157-187, 2009.

POLITELO, L.; MANFROI, L.; CUNHA, P. R. O mercado de trabalho na percepção dos concluintes do curso de ciências contábeis. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 12, n. 35, p. 79-98, 2013.

POLLI, I. R. R.; POLLI, V.; SILVA, V. R. S. A contribuição acadêmica na formação do profissional contábil: um estudo de duas IES. *Revista Catarinense da Ciência Contábil - CRCSC*, v. 3, n. 9, p. 41-54, 2004.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: Orientações de estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, A. P. B.; OTT, E. Um estudo sobre a interação entre a pesquisa científica e a

prática profissional contábil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 6, n. 2, p. 204-220, 2012.

SOUZA, M. B.; ORTIZ, H. C. A estrutura básica para o ensino superior de contabilidade. In: PELEIAS, I. R. (org.). **Didática do ensino da contabilidade: aplicável a outros cursos superiores**. São Paulo: Saraiva, p. 121-178, 2006.

SOUZA, M. A.; VERGILINO, C. S. Um perfil do profissional contábil na atualidade: estudo comparativo entre conteúdo de ensino e exigências de mercado. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 13, n. 1, p. 183-223, 2012.

TAMER, C. M. V. D. S.; VIANA, C. C.; SOARES, L. A. C. F.; LIMA, M. S. Perfil do profissional contábil demandado pelo mercado de trabalho: um estudo no Norte do Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 143-162, 2013.

VELINO, B. C.; CUNHA, J. V. A.; NASCIMENTO, E. M. Desenvolvimento profissional de estudantes de Ciências Contábeis: análise empírica sobre as intenções após a graduação em relação a cursar pós-graduação. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 2, p. 104-124, 2013.

ABSTRACT: The study aims to identify the profile of professional accounting demanded by the labor market in the South of Brazil. The survey is conducted through documental analysis of job disclosed in an electronic site for recruitment and selection of candidates for acting jobs in accounting. After identifying the ads available during the month of July 2015, in the states of Santa Catarina, Parana and Rio Grande do Sul were analyzed 926 advertisements of vacancies for professionals in the accounting area. The study results allow out about the vacancies offered that: 82,73% of the ads are to work in auxiliary positions; 6.05% to the level of management; and 11.20% for the office management. To help level the demand for 34.99% of vacancies is for professionals who have specific professional experience in accounting and 28.46% for knowledge in general and tax accounting. Regarding management positions, 53.57% of jobs demand for accountants with expertise in general and tax accounting. Vacancies at management level were more comprehensive demand: 27.88% of the vacancies are for administrative / financial sectors; 18.27% for audit; 14.42% for the accounting industry; 13.46% for controllership; and 11.54% for the fiscal sector. Overall, the results show that the profile required by the labor market considers training in accounting and professional experience as criteria for the selection of accounting professionals.

KEYWORDS: accounting professionals. Profile of professional accounting. Skills and expertise of the accounting professional.

CAPÍTULO XIII

IMPACTOS ECONÔMICOS DA CESTA BÁSICA

**Ozeni Souza de Oliveira
Benedito Albuquerque da Silva
Sandro Aparecido Lima dos Santos
Michel Constantino de Oliveira
Reginaldo Brito da Costa**

IMPACTOS ECONÔMICOS DA CESTA BÁSICA

Ozeni Souza de Oliveira

Universidade Católica Dom Bosco

Campo Grande-MS.

Benedito Albuquerque da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração e Ciências
Contábeis

Cuiabá-MT.

Sandro Aparecido Lima dos Santos

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus
“Octayde Jorge da Silva

Cuiabá-MT.

Michel Constantino de Oliveira

Universidade Católica Dom Bosco

Campo Grande - MS

Reginaldo Brito da Costa

Universidade Católica Dom Bosco

Campo Grande – MS

RESUMO: A fome ainda é uma das questões no mundo contemporâneo constituindo-se em um problema de segurança alimentar. Porém, o grande dilema da fome não é exclusivamente a falta de alimentos, mas sim, o preço desses alimentos. Partindo dessa concepção, o artigo utiliza a metodologia de pesquisa bibliográfica com objetivo de analisar as implicações econômicas da cesta básica. As pesquisas revelam que o impacto dos aumentos crescentes de preços dos elementos componentes da cesta básica em nível global, configura-se em um atraso ao progresso que tem sido feito em vários países em busca do alcance do nível desejável de segurança alimentar, ou seja, os impactos econômicos da cesta básica não ficam restritos apenas aos índices inflacionários, mas também, a um amplo contexto socioeconômico e cultural das famílias. Em conclusão, no Brasil, a cesta básica é definida por decreto e, devido a esse fato, tais itens que a compõem são utilizados como parâmetro para definir o aumento do custo de vida no país, pois também compõe o Índice Geral de Preços Médios, que mede a inflação oficial brasileira. Ela também é parâmetro para aumento do Salário Mínimo Nacional e, tem também influências sociais, tais como: moradia, lazer, educação, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentos, Inflação, Segurança Alimentar, Bolsa Família.

1 INTRODUÇÃO

Na última década, o Brasil ganhou relativo destaque no cenário mundial, tanto no aspecto econômico quanto social, em função das políticas de erradicação da fome, tais como o programa “Bolsa Família”. Em função dessas políticas, na

última reunião da Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, realizada em 2009, recebeu da Actionaid, um prêmio pelo combate à fome, destacando-se como primeiro colocado entre 29 países em desenvolvimento.

Segundo a FAO (2015), variações drásticas nos preços dos alimentos, em especial a alta de preços, representam uma séria ameaça para a segurança alimentar dos países em desenvolvimento. As populações carentes são as mais seriamente atingidas. De acordo com o Banco Mundial, entre 2010 e 2011, o aumento do preço dos alimentos deixou quase 70 milhões de pessoas na pobreza extrema.

Para Sen (2000, p. 188), o fenômeno fome não diz respeito ao descompasso entre crescimento populacional e produção de alimentos, pois [...] uma pessoa pode ser forçada a passar fome havendo abundância de alimentos no mercado, devido a uma perda de renda. Essa perda ou diminuição do poder de compra está fundamentalmente associada à elevação dos preços de produtos essenciais, principalmente alimentação. Isso ocorre, quando grande parte da população não possui renda suficiente para atender às necessidades básicas. Neste sentido, a base da remuneração mínima para o atendimento a essas necessidades é, no Brasil, o salário mínimo fixado pelo governo, ou seja, a cesta básica influencia a elaboração de políticas públicas.

Portanto, sempre ganham relevância e destaque os estudos que permitam compreender como eventos de ordem macroeconômica mundial, como crises dos alimentos e financeiras, que influenciam no comportamento dos preços dos alimentos da cesta básica. Tais análises podem subsidiar a definição de políticas públicas que melhorem a condição de vida tanto do produtor rural como da população mais carente, que despense a maior parte de sua renda no consumo de alimentos.

Sen (2000) defende ainda que a fome é inaceitável e, tomando isso como verdade e de extrema relevância, é que se partiu para analisar o comportamento do custo dos alimentos básicos, em um cenário mundial de crises dos alimentos e financeira e seus reflexos econômicos.

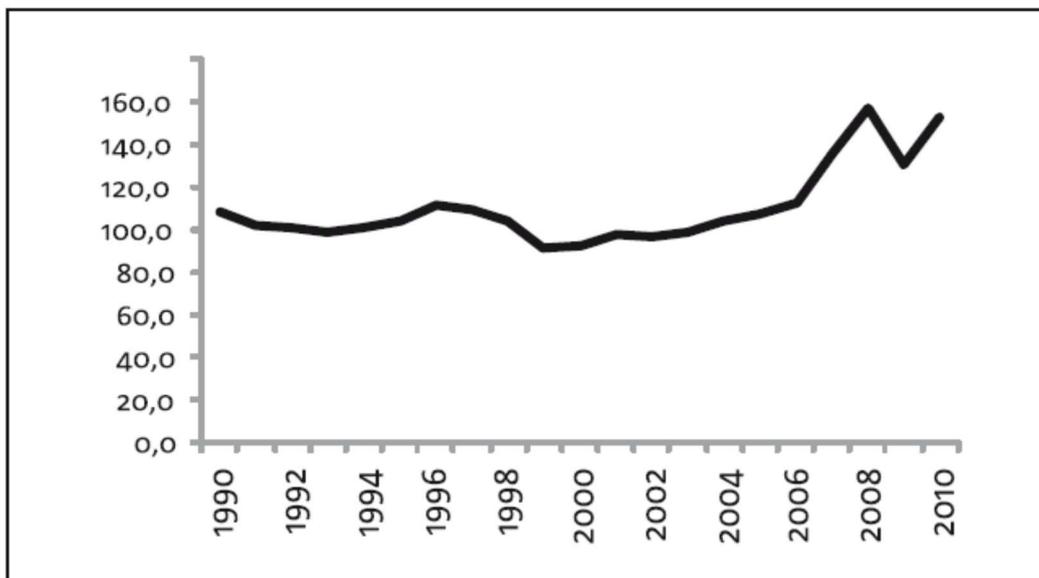
Nesse contexto é que esta pesquisa propõe, diante de um levantamento bibliográfico sobre o assunto, analisar o impacto econômico da cesta básica, com vistas a demonstrar o que pode influenciar economicamente o seu preço, bem como, o que ela influencia, para tanto, utilizar-se-á a metodologia de pesquisa bibliográfica.

2 A CESTA BÁSICA E OS IMPACTOS ECONÔMICOS

Andrade et al. (2011) afirmam que em 2007, diversos organismos internacionais, dentre eles a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), começaram a alertar sobre o cenário de preços elevados dos alimentos na maioria dos países, motivado por fatores de maior complexidade, o que se caracterizava como uma crise mundial dos alimentos. De 2006 a 2007, o

Índice dos preços dos alimentos aumentou 25,8%; de 2007 a 2008, 24%; em 2008 esse índice foi 56% superior ao de 2006 (FAO, 2010).

Gráfico 1. Índice anual deflacionado do preço mundial dos alimentos – 1990- 2010.



Fonte: Elaborado com base em dados da FAOSTAT (2010). In: Andrade et al. (2011) p.5

Os preços dos itens da cesta básica constituem-se em importantes fatores para garantir a segurança alimentar, sobretudo quando se trata de países em desenvolvimento.

As mudanças climáticas, aumento da demanda pelos bicombustíveis e oscilações na taxa de câmbio são fatores que influenciam o preço dos elementos que compõem a cesta básica. De maneira geral, a resposta dos produtores a alterações de preço ocorre em função da expectativa e do comportamento do mercado.

Em janeiro de 1959, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2015) começou a calcular o Índice de Custo de Vida (ICV) no município de São Paulo. A partir dos preços coletados mensalmente para o cálculo do ICV e também dos 13 produtos básicos, com as respectivas quantidades apresentadas no Decreto Lei 399, passou-se a acompanhar o custo mensal da Cesta Básica de Alimentos, desde aquela data.

Atualmente, o Dieese realiza a pesquisa da cesta básica em 18 capitais brasileiras. A pesquisa acompanha mensalmente a evolução dos preços dos mesmos 13 produtos alimentícios, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los. Este mesmo cálculo, realizado em várias capitais do país, torna possível compará-los entre si e observar as variações regionais do custo da ração, estabelecida como mínima para um adulto repor suas energias gastas durante um mês de trabalho, na reposição necessária de energia no organismo.

Certamente que se defende que essa lista, chamada Cesta Básica Nacional, seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo.

Os bens e as quantidades estipuladas são diferenciados por região, como mostra a Tabela 1.

TABELA 1. Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399.

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 Kg	4,5 Kg	6,0 Kg	6,0 Kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 Kg	4,5 Kg	4,5 Kg	4,5 Kg
Arroz	3,0 Kg	3,6 Kg	3,0 Kg	3,0 Kg
Farinha	1,5 Kg	3,0 Kg	1,5 Kg	1,5 Kg
Batata	6,0 Kg	-	6,0 Kg	6,0 Kg
Legumes (tomate)	9,0 Kg	12,0 Kg	9,0 Kg	9,0 Kg
Pão francês	6,0 Kg	6,0 Kg	6,0 Kg	6,0 Kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 Kg	3,0 Kg	3,0 Kg	3,0 Kg
Banha (óleo)	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 Kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: Vidal (2014).

Conforme o Decreto Lei 399 de 1938, as regiões são compostas pelos estados conforme abaixo elencados, justificando-se que a escolha se dá pela presença do escritório regional do órgão nesses estados.

Região 1 - Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal.

Região 2 - Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão.

Região 3 - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Além de estabelecer a composição da cesta básica, o Decreto estabelece também as regiões e os estados que o compõem, para fins de cálculo e coleta tanto de preços, quanto da quantidade de alimentos necessários para a sobrevivência do indivíduo considerado no cálculo. A cesta normal representa uma média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

A cesta básica é um dos principais indicadores utilizados para monitorar a evolução dos preços dos itens essenciais ao consumo das famílias, mas também é um índice importante para medir o desempenho da economia do país, tanto que o DIEESE publica mensalmente o ICV – Índice do Custo de Vida, com base na variação do preço da cesta básica, nas regiões definidas pelo Decreto Lei 399 e, a média nacional.

Considerando o plano real como marco, uma vez que com ele houve a relativa estabilização da economia brasileira, entre a edição do Plano Real e a atualidade, verifica-se um aumento significativo no preço dos itens que compõem a

cesta básica.

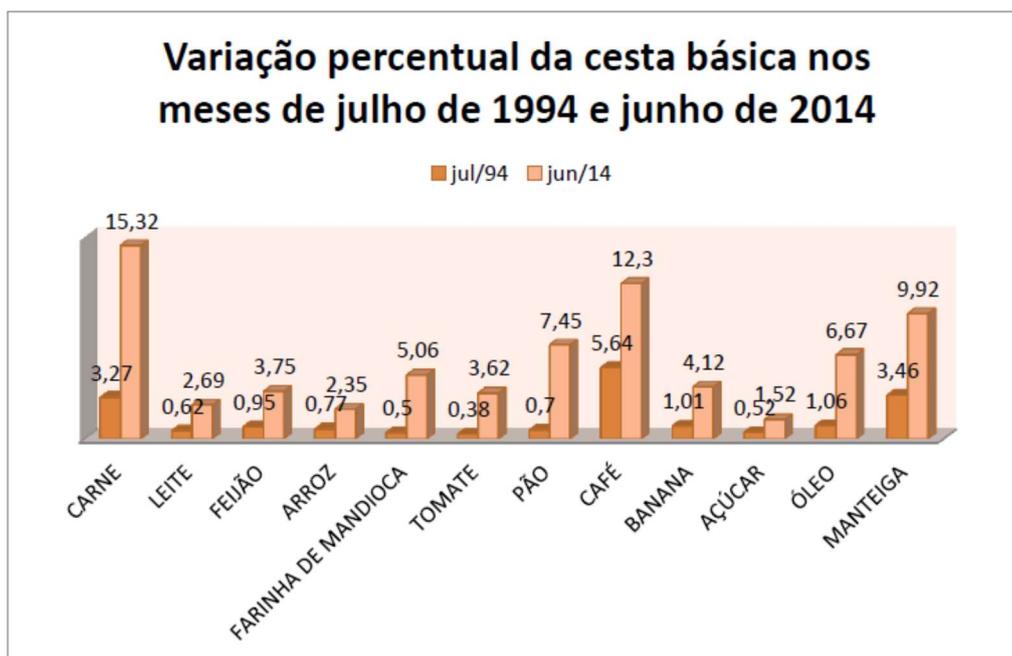


Figura 1. Variação % nos alimentos que compõem a cesta básica nos meses de jul/94 e jun/14. Fonte: DIEESE (2015).

A Figura acima evidencia que em junho de 2014, as variações percentuais nos preços dos alimentos foram muito superiores à ocorrida em julho de 1994 (início do plano real). Entre outras causas, uma delas é o início do período recessivo pelo qual o Brasil passa na atualidade.

Quadro 1. Salário mínimo necessário para comprar a Cesta Básica de Alimentos.

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Dezembro	R\$ 70,00	R\$ 728,90
Novembro	R\$ 70,00	R\$ 744,25
Outubro	R\$ 70,00	R\$ 740,83
Setembro	R\$ 70,00	R\$ 695,64
Agosto	R\$ 64,79	R\$ 645,53
Julho	R\$ 64,79	R\$ 590,33

Fonte: DIEESE (2016).

No Quadro 1 é verificada a evolução do salário mínimo nominal no ano de 1994 (ano em que foi instituído o plano real), em comparação com o salário mínimo que seria necessário para se viver decentemente, tendo uma qualidade de vida com as garantias mínimas de sobrevivência, para uma família composta por

quatro pessoas.

Em análise ao quadro, constata-se que seriam necessários 9,11 salários mínimos vigente à época, ressalta-se que, essa informação tem como base o ICV divulgado mensalmente pelo DIEESE.

Quadro 2. Salário mínimo necessário para comprar a Cesta Básica de Alimentos.

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2015		
Outubro	R\$ 788,00	R\$ 3.210,28
Setembro	R\$ 788,00	R\$ 3.240,27
Agosto	R\$ 788,00	R\$ 3.258,16
Julho	R\$ 788,00	R\$ 3.325,37
Junho	R\$ 788,00	R\$ 3.299,66
Maiο	R\$ 788,00	R\$ 3.377,62
Abril	R\$ 788,00	R\$ 3.251,61
Março	R\$ 788,00	R\$ 3.186,92
Fevereiro	R\$ 788,00	R\$ 3.182,81
Janeiro	R\$ 788,00	R\$ 3.118,62

Fonte: DIEESE (2016).

Com os dados atuais do Salário Mínimo e comparando-o com o custo da cesta básica nacional, verifica-se que em outubro 2015, eram necessários 4,07 salários mínimos para manter um padrão de vida qualidade. Isso mostra um aumento do poder de ganho do povo brasileiro, mas, um fato chama a atenção: em Janeiro 2015, eram necessários 3,96 salários mínimos, o que revela que somente em 2015, o aumento em quantidade de salários mínimos, que reflete o aumento no preço dos itens que compõe a cesta básica e contribui para a melhoria da manutenção da qualidade mínima de vida, aumentou aproximadamente 2,78%, o que é uma variação baixa, se comparada com a inflação real no mesmo período, em função da crise financeira pela qual passa o país.

Quadro 3. Salário mínimo necessário para comprar a Cesta Básica de Alimentos 2016.

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2016		
Julho	R\$ 880,00	R\$ 3.992,75
Junho	R\$ 880,00	R\$ 3.940,24
Maiο	R\$ 880,00	R\$ 3.777,93

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Abril	R\$ 880,00	R\$ 3.716,77
Março	R\$ 880,00	R\$ 3.736,26
Fevereiro	R\$ 880,00	R\$ 3.725,01
Janeiro	R\$ 880,00	R\$ 3.795,24

Fonte: DIEESE (2016).

Com a recessão econômica pela qual passa o Brasil, em estudo publicado pelo DIEESE, conforme pode ser observado no Quadro 3, até o mês Julho 2016, o valor do Salário Mínimo necessário para pagar a cesta básica, chegou à quase R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), o que representa, de janeiro à Julho 2016, um aumento na ordem de 5,20%, com tendência de aumentar ainda mais.

A FAO calcula o Índice de Preços FAO Food que é uma medida da variação mensal dos preços internacionais de uma cesta de commodities alimentares (milho, arroz). Ele consiste de uma média dos cinco índices de preços do grupo de commodities, ponderada com as ações médias de exportação de cada um dos grupos.

Desde a Conferência de Alto Nível da FAO em junho de 2008, a situação alimentar mundial tem sido afetada pela queda dos preços internacionais das commodities e global financeira e econômica crise. Os preços mundiais das principais commodities agrícolas caíram durante o segundo semestre de 2008, parcialmente por causa do aumento dos níveis de produção, redução para metade dos preços do petróleo bruto do mundo, a crise financeira e da valorização do dólar norte-americano. No entanto, os preços continuam alto sem relação aos anos anteriores e espera-se para a maioria das culturas que vai permanecer assim até 2015, resultado de contínuos altos custos de energia, a expansão da indústria de biocombustíveis e o aumento da demanda de economias emergentes.

No entanto a maior parte do aumento na produção tem sido nos países desenvolvidos. Embora as medidas políticas (comprovantes de entrada e subsídios, crédito, redução de impostos de importação, isenção de produtores de impostos, compra governamental ou de apoio governamental preço) resultaram em um aumento significativo na produção de alimentos em alguns países (por exemplo milho no Malawi, arroz em Burkina), para muitos, o impacto líquido do aumento dos preços de insumos em um contexto de queda pressões sobre os preços resultou em pouco impulso significativo para a produção de alimentos de pequenos agricultores em nível global.

A FAO (2015) considera que a produção em países em desenvolvimento diminuiu ligeiramente (excluindo o Brasil, Índia e China). Com o declínio súbito dos preços dos alimentos, altos custos de entrada e a crise de crédito, os agricultores reduziram as plantações e os primeiros sinais de reduções já foram evidenciado que voltará a aumentar a pressão sobre o abastecimento de alimentos do mundo e evocar maior instabilidade de preços e volatilidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cenários de crises como a dos alimentos ocorrida em 2007/2008 e a financeira mundial que apresentou seus principais sintomas em 2008 e ainda está presente, causam grande insegurança e preocupação, principalmente para a população mais carente, em razão do aumento da fome e, conseqüentemente do crescimento da pobreza e da miséria.

Conclui-se que este quadro provoca mais e mais pobreza, fome e miséria, e, com ela vem a insegurança alimentar, especialmente em economias que apresentam cenários mais adversos quando submetidos a conjunturas de crise.

Pode-se inferir que a crise dos alimentos afetou direta ou indiretamente o comportamento dos preços dos itens da cesta básica no Brasil, agravando a pobreza.

O impacto da crise financeira sobre os movimentos dos preços dos alimentos da cesta básica é menor quando comparado a fatores climáticos, mesmo assim, quando ocorrem reduções de preços dos produtos agrícolas, interna e/ou externamente, podem gerar expectativas pessimistas dos produtores e provocar mais reduções de oferta, resultando em pressão altista sobre os preços.

O que tudo isso provoca? Mais e mais pobreza, fome e miséria, conseqüentemente, insegurança alimentar, especialmente em economias que apresentem cenários mais adversos quando submetidos a conjunturas de crise.

O governo brasileiro busca meios extremos para conter o aumento dos itens que compõem a cesta básica, a saber:

a) Em 2003, ele tomou a medida de desonerar a Cesta Básica, reduzindo a tributação sobre os elementos que a compõem. Porém, tal desoneração como confirmado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), não teve impacto algum sobre a inflação. Apesar de desonerados, os preços dos produtos da cesta básica acompanharam as flutuações observadas nos mercados interno e externos durante o ano e, no saldo até o final de 2003, tiveram impacto nulo no Índice de preços ao consumidor semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, diz FGV segundo Motta, para o jornal Valor Econômico (www.valor.com.br, 2003).

b) Vinculação do índice de preços da cesta básica como um dos elementos que compõe o índice de cálculo do reajuste do salário mínimo nacional.

É também passível de concluir que o poder crescente das empresas na agricultura levou a constante aumento dos preços dos alimentos básicos, como carne, leite e ovos, enquanto a participação do agricultor familiar caiu.

Os impactos econômicos da cesta básica, não afetam apenas os preços e a economia em geral. Segundo a FAO (2010), os aumentos no custo dos alimentos muitas vezes levam a mudanças na quantidade e tipo de alimentos que são comprados. Isto pode resultar em uma redução nas quantidades de alimentos consumidos e/ou a substituição de alimentos com preços mais elevados para os alimentos menos caros que muitas vezes são menos nutritivos que podem trazer conseqüências negativas para a nutrição, o que pode afetar a saúde do trabalhador e o desenvolvimento saudável da criança.

Outro impacto econômico da Cesta Básica, quando está tem aumentos crescentes de preços é que, com maiores gastos com itens de alimentos provavelmente irá também levar a uma diminuição nos gastos com serviços essenciais (por exemplo, despesas de saúde, mensalidades escolares), que podem ter efeitos nocivos imediatos e de longo prazo sobre o crescimento de crianças pequenas.

Enfim, o impacto dos aumentos crescentes de preços dos elementos componentes da cesta básica em nível global, configura-se em um atraso ao progresso que tem sido feito em vários países em busca do alcance do nível desejável de segurança alimentar, ou seja, os impactos econômicos da cesta básica não ficam restritos apenas aos índices inflacionários, mas também, a um amplo contexto socioeconômico e cultural das famílias.

Em conclusão, no Brasil, a cesta básica é definida por decreto e, devido a esse fato, tais itens que a compõem são utilizados como parâmetro para definir o aumento do custo de vida no país, pois também compõe o Índice Geral de Preços Médios, que mede a inflação oficial brasileira. Ela também é parâmetro para aumento do Salário Mínimo Nacional e, tem também influências sociais, tais como: moradia, lazer, educação, entre outros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sarah Farias. Segurança alimentar: uma análise do comportamento dos preços dos itens da cesta básica. **Revista Desenbahia** nº 14 / mar. 2011.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA CEPEA. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/>. Acesso em: 16 ago. 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. **Boletim**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2015/201511cestabasica.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Cesta Básica Nacional. Salário mínimo nominal e necessário (2016)**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 15 ago. 2016.

MACEDO, Anselmo Silva de. Estudo do impacto inflacionário sobre a cesta básica da favela do sabão. Ciências Sociais Aplicadas - 3. Economia - 1. Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico. **61ª reunião anual da SBPC – UFAM (2009)**. Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/resumos/resumos/6162.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MOTA, Camila Veras. Desoneração da cesta básica teve impacto nulo na inflação, diz FGV. **Homepage do Jornal Valor Econômico**. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/3359366/desoneracao-da-cesta-basica-teve-impacto-nulo-na-inflacao-diz-fgv> (2013). Acesso em: 07 ago. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **FAO Food Price Index**. 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Forte aumento do índice de preços dos alimentos da FAO(2015)**. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/pt/item/219087/icode/>. Acesso em: 23 jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **The State of Food Insecurity in the World. Addressing food insecurity in protracted crises (2010)**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i1683e/i1683e.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. tradução Laura Teixeira Motta ; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010. Disponível em: <http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/80156.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

THOMPSON, Brian. **Impact of the Financial and Economic Crisis on Nutrition – Policy and Programme Fao** - Senior Nutrition Officer 2009.

VIDAL, Antônio Ricardo Norões et al. Proposta de metodologia para o cálculo da cesta básica regional. BNB Conjuntura Econômica no. 41 – **Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE**. 2014. Disponível em <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ABSTRACT: Hunger is still one of the issues in the contemporary world, constituting a problem of food security. However, the great dilemma of hunger is not only the lack of food, but the price of these foods. Starting from this conception, the article uses the methodology of bibliographic research with the objective of analyzing the economic implications of the basic basket. Research shows that the impact of the increasing price increases of the components of the basic basket at the global level is a delay in the progress that has been made in several countries in order to reach the desired level of food security, the economic impacts of the basic basket are not restricted only to the inflation indexes, but also to a broad socioeconomic and cultural context of the families. In conclusion, in Brazil, the basic basket is defined by decree and, due to this fact, these items that make it up are used as a parameter to define the increase in the cost of living in the country, since it also

composes the General Average Price Index, which measures official Brazilian inflation. It is also a parameter to increase the National Minimum Wage, and also has social influences, such as: housing, leisure, education, among others.

KEYWORDS: Food, Inflation, Food Security, Family Grant.

Sobre os autores

Allyne Marie Molina Moreira Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza; Mestranda em Direito no Centro Universitário 7 de Setembro.

Ana Paula de Moraes Campos Teixeira Coordenadora e Professora da Faculdade de Administração do Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (ICEC) e Instituto de Ensino Superior de Mato Grosso (IESMT). Graduada em Administração Com Habilitação em Comercio Exterior. Mestrado em Administração e Liderança. Mestranda em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária. Pós-Graduada Gestão em Negócio. paulacampos.adm@hotmail.com

Artur Angelo Ramos Lamenha É doutorando em Administração de empresas y Comércio Internacional pela UNEX (2013); Mestre em Gestão Pública (2010), especialista em Psicologia Organizacional (2015); especialista em Economia (2012); especialista em Contabilidade e Controladoria (1998) e graduado em Ciências Contábeis (1995). Atualmente é Professor da UFAL (FEAC) nos cursos de graduação em ciências contábeis e administração, e do Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC nos cursos de especialização das áreas de Administração, Administração Pública e Ciências Contábeis. Tem trabalhos publicados em livros e artigos científicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade. É componente da Academia Alagoana de Contabilidade empossado na cátedra 21, E-mail: artur.lamenha@gmail.com.

Benedito Albuquerque da Silva Professor da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FAC – Departamento de Ciências Contábeis. Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Várzea Grande-UNIVAG; Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP;Doutor em Contabilidade pela Universidade Nacional de Rosário – Argentina; Doutorando em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS. E-mail para contato: ba.silva@terra.com.br

Bradlei Ricardo Moretti Professor da Universidade Regional de Blumenau Auditor Independente. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB E-mail: morettibrm@hotmail.com

Carlos Alberto Oliveira Brito Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia; Especialização em Consultoria Industrial pela SUDENE/UFPB; Mestrado em Contabilidade pela Faculdade Visconde de Cairu. E-mail para contato: caobrito@uol.com.br

Caroline do Carmo Adorno Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana; E-mail para contato: adornocaroline@gmail.com

César Medeiros Cupertino, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, Santa Catarina. Possui graduação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1992), mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2003), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), doutorado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e pós-doutorado em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor em cursos de graduação e pós-graduação, tendo atuado em diversas instituições de ensino de Santa Catarina, entre elas: UFSC, UDESC/ESAG, SOCIESC/FGV, SENAC/SC e UNIVALI. Entre as disciplinas lecionadas destacam-se as seguintes: Administração Financeira, Mercado de Capitais, Matemática Financeira, Métodos Matemáticos e Estatísticos, Contabilidade de Custos, Auditoria Contábil e Perícia Contábil. É palestrante convidado de eventos científicos e de formação profissional, como o Curso de Formação de Peritos em Contabilidade da Polícia Federal. Possui artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, com ênfase em accrual anomaly, earnings quality, earnings management, valuation, sonegação fiscal, auditoria e perícia contábil

Denis Dall'Asta Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação de Ciências e Letras de Cascavel (1984), Especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade Estadual de Maringá (1991) e Auditoria pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1993), Mestre (2000) e Doutor (2006) em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Mestrado em Contabilidade e Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro do Conselho Editorial da Revista Ciências Sociais em Perspectiva. Líder do Grupo de Pesquisa em Contabilidade e Finanças. E-mail: denis.asta@unioeste.br

Diego Messias Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (2009); Especialista em Controle da Gestão Pública pela Universidade Federal da Santa Catarina (2016) e especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pelo Centro Universitário Internacional (2012); Mestre em Contabilidade pela UNIOESTE. Participante do Grupo de Pesquisa em Contabilidade Financeira e Finanças do Mestrado em Contabilidade (UNIOESTE). E-mail: diegomessias.1986@gmail.com

Gabriel Ramos Lamenha É bacharel em ciências contábeis pela SEUNE, com trabalhos acadêmicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Tem experiência com escrituração fiscal e trabalhista, relatórios gerenciais e análise das demonstrações financeiras. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, E-mail: lamenha20@hotmail.com.

Herivelton Antônio Schuster Professor da Universidade da Região de Chapecó - Unochapecó, Faculdade Mater Dei e Instituto Federal do Paraná – IFPR. Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Mater Dei; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: herivelton_schuster@hotmail.com

Ivone Junges (Economista, Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas/UFSC, Professora no Curso de Administração/UNISUL – E-mail: ivone.junges@unisul.br)

Jeanne Marguerite Molina Moreira Professor da Universidade Federal do Ceará; Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP); E-mail para contato: jeannemoreira@hotmail.com

Jerry Adriani Johann Graduado em Engenharia Agrícola pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1997); Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela UFPR - Universidade Federal do Paraná (1998); Mestre em Engenharia Agrícola pela UNIOESTE (2001) Doutorado em Engenharia Agrícola pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas (2011). Atua na graduação em Engenharia Agrícola e na pós-graduação no mestrado/doutorado em Engenharia Agrícola e no mestrado em Administração e Contabilidade. Vice-líder do grupo de pesquisa de Geoestatística Aplicada (GGEA) (1998-Atual) e Grupo de Pesquisa de Otimização de Sistemas Agroindustriais do Oeste do Paraná (GROSAP) da UNIOESTE (1997-Atual), e Grupo de Estudos em Geoprocessamento (GEO) da UNICAMP/SP (2000-Atual). E-mail: jerry.johann@hotmail.com

João Vinicius Santos Correia de Melo É pós graduando em Administração e Contabilidade Pública pela IPOG (2016); Possui graduação em Ciências Contábeis pela Seune (2015). Contém Artigo completo publicado na revista Olhares Plurais; Tem resumos publicados em anais de congressos e fez apresentações de trabalhos em simpósios e congressos, Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas pela aprovação do Comitê Científico do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade dos dois trabalhos de sua autoria. Atualmente é diretor administrativo e contador da Torquato & Melo Assessoria Contábil e Empresarial e é Controlador Geral da Prefeitura Municipal de Anadia. E-mail: jvscm93@hotmail.com

Keizi Sacon Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Chapecó, Santa Catarina.

Leidyanne Kássia Brandão Carneiro Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC); E-mail para contato: leidyanne_kassia_@hotmail.com

Luiz Ivan dos Santos Silva Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Faculdade Anísio Teixeira; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial *lato sensu* da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal da Bahia; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Especialização em Gestão Empresarial pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Especialização em Gestão Pública e Planejamento de Projetos pela Faculdade Batista Brasileira; Mestrado em Contabilidade pela Faculdade Visconde de Cairu. E-mail para contato: prof.luizivan@hotmail.com

Mateus Prestes Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Chapecó, Santa Catarina.

Maria Luciana de Melo É Pós-Graduanda em Contabilidade e Direito Tributário pela IPOG (Instituto de Pós-Graduação e Graduação), bacharela em Ciências Contábeis pela SEUNE (Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste), com trabalhos acadêmicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Atua como Gerente Financeiro. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade. E-mail: malumelo87@gmail.com

Maressa Nadir Fonseca Possui graduação em Direito pela Universidade de Cuiabá (2014) e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito trabalhista; e na área de Contabilidade, com ênfase em Consultoria de micro e pequenas empresas.

Michel Angelo Constantino de Oliveira Professor nos Programas de Doutorado e Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária e em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. Graduado em Administração. Mestre em Desenvolvimento Local. Doutor em Economia pela Universidade Católica de Brasília. Pesquisador da área de Políticas Públicas Agroambientais, Economia Comportamental, Economia Regional e Econometria (Métodos Quantitativos). Pesquisador visitante do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA-Brasília/DF. Editor associado da *Economic Analysis of Law Review*. É Vice-líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no DGP/CNPq: Desenvolvimento, meio-ambiente e sustentabilidade, envolvendo pesquisadores nacionais e internacionais. No grupo de pesquisa destaca-se entre outros, o tema: Caracterização, variabilidade e diversidade genética em populações arbóreas com finalidades madeiráveis e, especialmente não madeiráveis, incluindo-se medicinais com utilização em saúde. Cientista de dados.

Nidia Martineia Guerra Gomes Professora do Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (ICEC) e do Instituto de Ensino Superior de Mato Grosso (IESMT) nos cursos de administração, ciências contábeis e direito. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá – PR. Especialista em Economia

Agroindustrial pela Universidade Federal de Mato Grosso – MT. Mestre em Agricultura Tropical pela Universidade Federal de Mato Grosso – MT. Doutoranda em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS. E-mail para contato: nidiaguerra2@gmail.com

Ozeni Souza de Oliveira Graduação em Ciências Biológicas. Pós-graduação em Ciências e Biotecnologia de Alimentos. Mestre em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária

Reginaldo Brito da Costa Professor titular da Universidade Católica Dom Bosco. Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Ciências Florestais pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Doutor em Ciências Florestais pela Universidade Federal do Paraná. Revisor dos periódicos científicos *Bragantia*, *Crop Breeding and Applied Biotechnology*, *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, *Ciência Rural*, *Scientia Forestalis*, *Ciência Florestal*, *Interações*, *Multitemas*. É líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no DGP/CNPq: Desenvolvimento, meio-ambiente e sustentabilidade, envolvendo pesquisadores nacionais e internacionais. No grupo de pesquisa destaca-se entre outros, o tema: Caracterização, variabilidade e diversidade genética em populações arbóreas com finalidades madeiráveis e, especialmente não madeiráveis, incluindo-se medicinais com utilização em saúde. Membro titular do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Campo Grande, MS.

Reinaldo de Almeida Coelho, Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, Florianópolis, Santa Catarina. Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestrado em Industrial and Systems Engineering - Virginia Polytechnic Institute and State University (2002), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atualmente é gerente regional - Fundo Criatec - BNDES e professor universitário da Universidade do Estado de Santa Catarina. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Finanças, atuando principalmente nos seguintes temas: alocação de recursos, políticas públicas, desenvolvimento econômico, finanças corporativas e mercado de capitais.

René Becker Almeida Carmo Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial *lato sensu* da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia; Especialização em Consultoria Industrial pela SUDENE/UFPB; Mestrado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Bahia; Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail para contato: rene@uefs.br

Roberto Carlos Klann Professor da Universidade Regional de Blumenau. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB; Doutorado em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: rklann@furb.br

Roberto Francisco de Souza Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena – AJES (2009). Especialização em Contabilidade Gerencial e Controladoria em andamento pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), participante do Grupo de Pesquisa em Contabilidade Gerencial e Controle em Organizações do Mestrado em Contabilidade (UNIOESTE). E-mail: robertofsouzajr@gmail.com

Rodney Wernke (Contador, Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas/UFSC, Professor no Curso de Administração/UNISUL e Professor no PPG em Ciências Contábeis e Administração/UNOCHAPECÓ – E-mail: rodney.wernke@unisul.br)

Rosane Aparecida Kulevicz Professora na UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso – FAC – Faculdade de Administração e Contábeis do departamento Ciências Contábeis Desde agosto de 1992 - até o momento. Graduada na - Universidade Federal de Mato Grosso em Bacharelado em Ciências Contábeis, 1988 – 1991; Especialista em Administração, pela Universidade de Tiradentes – RJ, Especialização em administração, 1994 – 1996; MBA em gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas – RJ em Master of Business Administration (MBA), Economia e Gestão Empresarial, 1999 – 2001; Mestra em Ciências Contábeis e Atuariais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP em Ciências Financeiras e Contábeis e Atuariais, 1999 – 2002. Doutorando em CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE AGROPECUÁRIA. Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Campo Grande, MS; e-mail para contato: rosaneakulevicz@gmail.com

Sady Mazzioni Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela FURB; Professor do Programa de Mestrado Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Professor do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó. Chapecó, Santa Catarina.

Sandro Aparecido Lima dos Santos Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá. Graduado em Ciências Sociais pela UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus Marília. Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: sandroal.santos@gmail.com

Selma Alves Dios Professor da Universidade Federal Fluminense. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Ciências Contábeis pela fundação Getúlio Vargas. Doutorado em Contabilidade e finanças pela Universidad de Zaragoza, Espanha

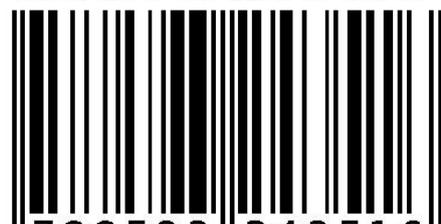
Sérgio Murilo Petri Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC; Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professor do Curso de Ciências Contábeis da UFSC. Florianópolis, Santa Catarina.

Silvana Dalmutt Kruger Doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestra em Contabilidade e Professora do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó; Chapecó, Santa Catarina.

Sílvio Parodi Oliveira Camilo, Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, Criciúma, Santa Catarina. Pós-doutorado em Ciências Contábeis-PPGC-UFSC. Doutorado em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí. Mestrado em Administração e Negócios, com ênfase em estratégia empresarial (PUC/RS). Pós-graduação em Finanças das Empresas, em nível de especialização (UFRGS). Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Porto Alegre de Ciências Contábeis e Administração. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduação em Ciências Econômicas (UNISUL). Estudante de Filosofia (UNISUL). Líder do Grupo de Pesquisa Estratégia e Competitividade -GECOMD (UNESC); e membro do GP Estudos em Estratégia e Performance- GEEP (UNIVALI/SC). Professor de Pós-graduação do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDS (UNESC). Tem interesse em pesquisa nos seguintes temas: Finanças, Estratégia, Governança Corporativa, Determinantes da Inovação e Procedimentos Metodológicos de Pesquisa. É membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) nas áreas temáticas de Estratégia, Finanças e Contabilidade

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-51-6



9 788593 243516